

**Yan de Souza Carreirão**

**A DECISÃO DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS**

**NO BRASIL (1989 a 1998):**

**A IMPORTÂNCIA DO VOTO POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

**Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política, sob a orientação da Profa. Dra. Maria D'Alva Gil Kinzo.**

**Dezembro/2000**

# SUMÁRIO

<b>Lista de Tabelas</b> .....	<b>iii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>ix</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>xiii</b>

<b>Apresentação</b> .....	<b>1</b>
---------------------------	----------

<b>PARTE 1 - COMPORTAMENTO ELEITORAL - REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>4</b>
--	----------

<b>Cap. 1 - Principais Teses Sobre o Voto na Literatura Brasileira Recente</b> .....	<b>4</b>
--	----------

1.1. O Voto no "Defensor dos Interesses do Povo" .....	5
--	---

1.2. A Sofisticação Política como Determinante do Voto .....	8
--	---

1.3. O Voto por Identificação Ideológica .....	10
--	----

1.4. O "Novo Eleitor Não-Racional" .....	16
--	----

1.5. O Voto por Avaliação de Desempenho .....	19
---	----

<b>Cap.2 -Alguns Fatores que Influenciam a Decisão do Voto: uma Revisão da Literatura Internacional</b> .....	<b>23</b>
---	-----------

2.1. Ideologia, Issues e Imagem .....	23
---------------------------------------	----

2.2. Informação, Racionalidade e Decisão Eleitoral .....	27
--	----

2.3. Avaliação de Desempenho do Governo .....	33
---	----

2.4. Avaliação de Candidatos .....	39
------------------------------------	----

<b>PARTE 2 - O VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 1989, 1994 E 1998</b> .....	<b>43</b>
---	-----------

<b>Introdução: Hipóteses, Base Empírica e Metodologia</b> .....	<b>43</b>
---	-----------

<b>Cap. 3 - A Eleição Presidencial de 1989</b>	<b>53</b>
3.1. O Contexto da Eleição	53
3.2. Avaliação de Desempenho do Governo Sarney	54
3.3. Avaliação de Atributos Pessoais dos Candidatos	61
3.4. "Posicionamento Ideológico" e Comportamento Eleitoral	75
3.5. Preferência Partidária e Voto	102
3.6. Conclusão	108
<b>Cap. 4 - A Eleição Presidencial de 1994</b>	<b>113</b>
4.1. O Contexto da Eleição	113
4.2. Avaliações de Desempenho do Governo Itamar, do Plano Real e de Atributos Pessoais dos Candidatos	114
4.3. "Preferência Ideológica" e Voto	125
4.4. Conclusão	135
<b>Cap. 5 - A Eleição Presidencial de 1998</b>	<b>138</b>
5.1. O Contexto da Eleição	138
5.2. Avaliações de Desempenho do Governo FHC, do Plano Real e de Atributos Pessoais dos Candidatos	139
5.3. "Posicionamento Ideológico" e Comportamento Eleitoral	153
5.4. Conclusão	171
<b>Cap. 6 - Avaliação de Desempenho do Presidente e Voto Econômico</b>	<b>173</b>
6.1. Avaliação de Desempenho Governamental e Voto	173
6.2. Avaliação de Desempenho Governamental e Economia	179
6.3. Conclusão	193
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>199</b>
<b>Tabelas Anexas</b>	<b>225</b>
<b>Apêndices</b>	<b>245</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>251</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Intenção de Voto Segundo Avaliação de Desempenho do Governo Sarney - 1º Turno - Eleição Presidencial de 1989 (%) .....	55
Tabela 3.2 - Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo Sarney, segundo Escolaridade - 1º Turno - Eleição Presid./1989 ....	57
Tabela 3.3 - Intenção de Voto, segundo Avaliação de Desempenho do Governo Sarney e Escolaridade - 1º Turno - Eleição Presid./89 .....	58
Tabela 3.4 - Motivos do Voto - 1º Turno - Eleição Pres./89 (Maio/Junho/89) .....	63
Tabela 3.5 - Motivos do Voto - 1º Turno - Eleição Pres./89 (Junho/89) .....	68
Tabela 3.6 - Motivos do Voto - 1º Turno - Eleição Pres./89 (Dezembro/89) .....	71
Tabela 3.7 - Significado de "Esquerda" segundo Escolaridade (Set./89) .....	77
Tabela 3.8 - Significado de "Direita" segundo Escolaridade (Set./ 89) .....	78
Tabela 3.9 - Proporção dos Eleitores que Não se Posicionaram na Escala Esquerda-Direita, segundo sua Escolaridade (1989/90) .....	79
Tabela 3.10 - Intenção de Voto segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita (1º Turno - Eleição Pres./1989) .....	80
Tabela 3.11 - Correlação entre Intenção de Voto e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (1º Turno/1989) .....	82
Tabela 3.12 - Intenção de Voto 1º Turno, segundo Posicionamento dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Set./89) .....	85
Tabela 3.13 - Intenção de Voto 1º Turno, segundo Posicionamento dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Março/90) .....	86
Tabela 3.14 - Correlação entre Intenção de Voto e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (2º Turno/1989) .....	88
Tabela 3.15 - Correlação entre Preferência Partidária e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (1989/90) .....	91
Tabela 3.16 - Proporção dos Eleitores que Localizavam "Corretamente" seu Partido Preferido na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (Março/90) .....	92

Tabela 3.17 - Correlação entre Opiniões Políticas e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (Setembro/1989) .....	95
Tabela 3.18 - Correlação entre Opiniões Políticas e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo a Escolaridade (Março/1990) .....	96
Tabela 3.19 - Opinião sobre a Possibilidade de Enriquecer sob o Capitalismo, Segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Set/89) ..	100
Tabela 3.20 - Intenção de Voto, segundo Preferência Partidária (1º turno/89) .....	103
Tabela 3.21- Preferência Partidária e Intenção de Voto (1º turno/89) .....	105
Tabela 4.1 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo Itamar e Avaliação do Plano Real (1994) .....	115
Tabela 4.2 - Intenção de Voto, segundo Avaliação de Desempenho do Governo Itamar e Avaliação do Plano Real (Set./94) .....	117
Tabela 4.3 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo, segundo a Escolaridade (1994) .....	120
Tabela 4.4 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real, segundo a Escolaridade (1994) .....	121
Tabela 4.5 - Principais Motivos do Voto, segundo Escolaridade (Set./94) .....	123
Tabela 4.6 - Significado de "Esquerda", segundo Escolaridade (Maio/93) .....	126
Tabela 4.7 - Significado de "Direita", segundo Escolaridade (Maio/93) .....	127
Tabela 4.8 - Preferência por Candidato à Esquerda ou à Direita, segundo a Escolaridade dos Eleitores (Maio/93) .....	129
Tabela 4.9 - Intenção de Voto segundo Preferência por Esquerda ou Direita (Maio/93) .....	131
Tabela 4.10 - Correlação entre Intenção de Voto e Preferência por Esquerda ou Direita segundo a Escolaridade (Maio/93) .....	132
Tabela 4.11 - Correlação entre Preferência Partidária e Preferência por Esquerda ou Direita segundo a Escolaridade (Maio/93) .....	133

Tabela 5.1 - Intenção de Voto segundo Avaliação de Desempenho do Governo FHC Eleição Presidencial / 1998 (Setembro/98) .....	140
Tabela 5.2 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo FHC segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98) .....	141
Tabela 5.3 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98) .....	142
Tabela 5.4 - Principais Razões do Voto em FHC - Capitais Brasileiras (Nov/97 a Set/98) .....	144
Tabela 5.5 - Principais Razões do Voto em Lula - Capitais Brasileiras (Nov/97 a Set/98) .....	145
Tabela 5.6 - Principais Razões do Voto em FHC segundo Escolaridade dos Eleitores (Junho/98) .....	146
Tabela 5.7 - Principais Razões do Voto em Lula segundo Escolaridade dos Eleitores (Junho/98) .....	148
Tabela 5.8 - Intenção de Voto, segundo Avaliações do Governo FHC e de Qual o Candidato mais Preparado para Enfrentar Crises Econômicas Internacionais ....	152
Tabela 5.9 - Autoposicionamento dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita, Segundo Escolaridade (Nov/97) .....	154
Tabela 5.10 - Intenção de Voto, segundo Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	156
Tabela 5.11 - Correlação entre Intenção de Voto e Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita segundo Escolaridade (Nov/97) .....	157
Tabela 5.12 - Correlação entre Preferência Partidária e Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	159
Tabela 5.13 - Correlação entre Opiniões Políticas e Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	161
Tabela 5.14 - Intenção de Voto, segundo Avaliação do Plano Real, controlando pelo Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	164
Tabela 5.15 - Motivo do Voto segundo Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	169

Tabela 6.1 - Avaliação de Desempenho Governamental x Voto no Candidato "Governista" (Eleições Presidenciais - 1989/94/98) .....	174
Tabela 6.2 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Governo e do Plano Real (1993/98) .....	176
Tabela 6.3 - Avaliação do Governo Collor (91/92) x "Intenção de Voto" no 2º Turno/89 .....	177
Tabela 6.4 - Avaliação Global de Desempenho x Área de Melhor Desempenho - Governo Sarney (Jan/90) .....	180
Tabela 6.5 - Avaliação Global de Desempenho x Área de Pior Desempenho - Governo Sarney (Jan/90) .....	181
Tabela 6.6 - Evolução das Avaliações da Política Econômica e do Governo Sarney (São Paulo - 1985/89) .....	183
Tabela 6.7 - Evolução das Avaliações da Política Econômica e do Governo Collor (Capitais Brasileiras - 1990/92) .....	184
Tabela 6.8 - Correlação entre Avaliação do Governo e Avaliação dos Planos Econômicos (Brasil - 1993/98) .....	186
Tabela 6.9 - Motivos para Avaliar Governo FHC como Ótimo/Bom Junho/96 .....	188
Tabela 6.10 - Motivos Apontados para Avaliar Governo FHC como Ruim / Péssimo - Junho/96 .....	189
Tabela 6.11 - Correlação entre Avaliação de Desempenho do Governo e Indicadores Econômicos (Brasil - 1987/98) .....	191
Tabela 6.12 - Proporção dos Eleitores que Avaliavam o Plano Real como Bom Para o País e Proporção destes Eleitores que Votavam em FHC (Set/94) .....	196
Tabela 6.13 - Proporção dos Eleitores que Avaliavam o Plano Real como Bom Para o País e Proporção destes Eleitores que Votavam em FHC (Set/98) .....	197

## TABELAS ANEXAS

3.1 - Correlação entre Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Voto, segundo Significado Atribuído ao Termo "Esquerda" (Set./89) .....	225
3.2 - Correlação entre Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Voto, segundo Significado Atribuído ao Termo "Direita" (Set./89) .....	225
3.3 - Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas, segundo Escolaridade (1º Turno/89) (Set/89) .....	226
3.4 - Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas, segundo Escolaridade (1º Turno/89) (Março/90) .....	227
3.5 - Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas, segundo Escolaridade (2º Turno/89) (Março/90) .....	228
3.6 - Correlação entre Preferência Partidária e Intenção de Voto, segundo Escolaridade (1º Turno/89) .....	229
3.7 - Correlação entre Preferência Partidária e Intenção de Voto, segundo Escolaridade (2º Turno/89) .....	229
4.1 - Correlação entre Intenção de Voto e Preferência Partidária, segundo Escolaridade - Eleição Presidencial/94 .....	230
4.2 - Preferência Partidária e Intenção de Voto - El. Pres./94 .....	231
4.3 - Evolução das Intenções de Voto em FHC e Lula e da Avaliação do Plano Real (para o País) (Maio/Setembro/94) .....	232
4.4 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real, segundo Escolaridade (Intenção de Voto = Oposição x Governo) (1994) .....	233
4.5 - Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real, segundo Escolaridade (Intenção de Voto = Lula x FHC) (1994) .....	233



5.1 - Correlação entre Intenção de Voto e Preferência Partidária, segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98) .....	234
5.2 - Preferência Partidária e Intenção de Voto (Set/98) .....	235
5.3 - "Candidato mais Preparado para Enfrentar Crise Econômica Internacional", segundo Avaliação do Governo FHC (Agosto/98) .....	235
5.4 - Significado de "Esquerda", segundo Escolaridade (Nov/97) .....	236
5.5 - Significado de "Direita", segundo Escolaridade (Nov/97) .....	237
5.6 - Correlação entre Intenção de Voto e Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo Escolaridade - Diferentes formas de Operacionalizar Variáveis (Nov/97) .....	238
5.7 - Opiniões em Relação a Greves, segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, e Escolaridade (Nov/97) .....	239
5.8 - Preferência por Líder Forte ou Participação Popular, segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, e Escolaridade (Nov/97) .....	240
5.9 - Opiniões em Relação à Questão "Política é para Profissionais", segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, e Escolaridade (Nov/97) .....	241
5.10 - Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas segundo Escolaridade (Nov/97) .....	242
5.11 - Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas, segundo Escolaridade (Maio/98) .....	243
5.12 - Proporções dos Eleitores em cada Faixa de Escolaridade que Não se Posicionaram Escala Esquerda-Direita (Nov/97) .....	244
5.13 - Proporções dos Eleitores em cada Faixa de Escolaridade que Não Avaliaram os Efeitos do Plano Real para o País (Nov/97) .....	244

## Resumo

As diferenças entre os contextos em que ocorreram as eleições presidenciais brasileiras de 1989, 1994 e 1998, levaram a decisões de voto pautadas por conjuntos de motivações com pesos diversos em cada uma delas. O presente trabalho verifica, através do teste sistemático de diversas hipóteses presentes na literatura, a existência de fatores que tenham sido relevantes nas três eleições simultaneamente, buscando também uma medida aproximada do grau de influência de cada um desses fatores.

Será sustentada a tese de que os principais fatores considerados pelos eleitores em sua decisão de voto são as imagens políticas que eles formam dos candidatos (e, em menor grau, dos partidos), a avaliação de desempenho que fazem do governo em exercício e a avaliação que fazem de certos atributos pessoais dos candidatos, especialmente sua capacidade administrativa, sua honestidade e sua credibilidade. Além disso, a escolaridade é uma quarta variável relevante, já que na decisão de voto, o peso dado pelos eleitores aos outros três fatores varia com sua escolaridade.

Embora a maioria dos eleitores não tenha uma visão ideologicamente estruturada sobre a política, parte deles forma imagens políticas mais vagas, simplificadas, dos candidatos (ou dos partidos), ou seja, os diferencia segundo sua percepção dos posicionamentos destes em relação a certas polaridades, das quais as mais importantes parecem ser a que contrapõe a defesa dos interesses do povo à defesa dos interesses da elite, e a que contrapõe a esquerda à direita. Ao considerar estas imagens políticas, estes eleitores tendem a votar no candidato que julgam mais próximo de seu próprio posicionamento frente a uma dessas polaridades.

Uma parcela dos eleitores, ao ponderar, em sua decisão, o desempenho do governo, tende a votar a favor de candidatos que representem a continuidade de um governo que avaliam como bom e contra candidatos que representem a continuidade de um governo que avaliam negativamente. Especialmente importante nesta avaliação do governo, no período estudado, foi seu desempenho econômico. Por fim, ponderando os atributos pessoais dos candidatos, parte do eleitorado tende a votar

num candidato considerado honesto e/ou capaz de um bom desempenho administrativo face aos desafios que o país precisa enfrentar.

O voto influenciado pela imagem da posição dos candidatos (ou partidos) frente ao contínuo esquerda-direita é mais comum entre eleitores de alta escolaridade do que entre os de baixa. Entre estes últimos, que são a maioria do eleitorado brasileiro, parecem pesar, mais do que aquelas imagens políticas, as avaliações que os eleitores fazem do desempenho do governo e/ou da capacidade administrativa dos candidatos.

## **Abstract**

The differences between the contexts in which the Brazilian presidential elections of 1989, 1994 and 1998 occurred led to voting decisions that were ruled by groups of motivations of varying importance for each election. Through systematic testing of many hypotheses that exist in the related literature, this study investigates the existence of factors that could have been relevant in the three elections simultaneously, and also seeks an approximate measure of the degree of influence of each of these factors.

I will support the thesis that the main factors considered by voters in their voting decisions are the political images they form of the candidates (and to a lesser extent, of the political parties), the evaluation of the acting government's performance, and the evaluation of certain personal attributes of the candidates, especially their administrative capacity, honesty and credibility. In addition, the level of education is a fourth relevant factor, since in making their decision the weight voters assign to the first three factors varies with their level of education.

Even though the majority of voters do not have an ideologically structured view of politics, a portion of them form more vague and simplified political images of the candidates (or of the political parties); in other words, these voters distinguish them according to their view of the candidates' (or of the political parties') positions in relation to certain polarities. The two most important polarities seem to be the one which counterpoints the defense of the interests of the people against those of the elite, and the one which counterpoints the Left against the Right. When considering the candidates' political images, these voters tend to vote for the candidate they think is closer to their own positioning with relation to one of these polarities.

One segment of voters, when considering, as part of its decision, the government's performance, tends to vote in favor of candidates that represent continuity of a government that is assessed as a good one, and against candidates that represent continuity of a government that is negatively assessed. In the period studied, economic performance was especially important in this evaluation of the

government. Finally, when considering personal attributes, part of the electorate tends to vote for a candidate considered to be honest and/or capable of a good administrative performance when confronted with challenges that the country needs to face.

A vote influenced by the political image of the candidates' (or the political parties') position along the Left-Right continuum is more common among voters with high levels of education than those with low levels. Among the latter group, which makes up the majority of Brazilian voters, the evaluations that voters make of the government's performance and/or the candidates' administrative capacity seem to weigh more than those political images.

## Agradecimentos

Esta tese só se tornou possível graças ao apoio e colaboração de muitas pessoas e instituições. Devo agradecer à CAPES, pelo apoio através de Bolsa de PICD, por quatro anos; ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, por me liberar das atividades docentes por quatro anos; ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, pelo apoio à realização do trabalho, o que incluiu a liberação de recursos do PROAP, utilizados na obtenção de grande parte dos dados. Aos funcionários deste Departamento, Ana Maria C. S. dos Santos, José Clóvis de Medeiros, Márcia Regina Gomes e em especial a Maria Raimunda dos Santos, sou grato pela paciência e competência com que fui atendido durante todo o período do doutorado.

Em relação à coleta de dados, a pesquisa não seria possível sem a colaboração do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Universidade de Campinas - especialmente de seus coordenadores em diversos momentos, Plínio Dentzien e Rachel Meneguello, e da pesquisadora Paula Cencig; do Datafolha - principalmente de seu diretor-geral, Mauro Francisco Paulino, e dos pesquisadores Leandro Vicaroni de Souza e Isabel C. Leme; da Fundação Perseu Abramo - em particular do coordenador do Núcleo de Opinião Pública, Gustavo Venturi e das pesquisadoras Rita Dias e Marisol Recaman. A estas instituições e seus diretores e coordenadores, pela gentileza de terem permitido o acesso a seu acervo de dados, e aos pesquisadores, pela competência e solicitude com que fui atendido, desejo expressar meus mais sinceros agradecimentos. Estendo estes agradecimentos a Mônica Mata Machado de Castro, Roberto Meurer e Reginaldo Prandi pela gentileza de terem cedido dados ou questionários para a pesquisa.

Fernando Papaterra Limongi, com sua generosidade e rigor analítico, formulou um grande conjunto de sugestões, em diversos momentos ao longo do trabalho. Maria Hermínia Tavares de Almeida incentivou e fez observações importantes para a redefinição de meu projeto. Além desta participação mais direta neste trabalho, devo a Fernando Limongi e Maria Hermínia T. Almeida, bem como a Cláudio Vouga, Gabriel

Cohn, Maria D'Alva Gil Kinzo e José Antônio Cheibub, com quem tive o privilégio de conviver como aluno, grande parte de minha formação em Ciência Política. Comentários valiosos foram feitos também por Alberto Carlos Almeida, Antônio Lavareda, Flávio Silveira, Leandro Piquet Carneiro, Marcus Figueiredo, Mauro Porto e Rogério Schmitt.

Pelas sugestões relativas ao tratamento estatístico dos dados, agradeço a Pedro Barbetta, Fernando Seabra, Carlos Alberto B. Pereira, José Francisco Soares e Letícia Marteleto. Fernando Valentim e Paula Cencig me ensinaram o que sei sobre o *software* utilizado na análise dos dados.

Alguns agradecimentos especiais precisam ser feitos: em primeiro lugar, a Paula Vanina Censig, por toda a paciência e empenho em atender minhas solicitações de dados junto ao Cesop, durante todo o período da pesquisa. Ao amigo Francisco Lisandro Aragão Albernaz, que desde o processo de seleção para o doutorado até este final, além de incentivar, emprestar livros e dar indicações bibliográficas precisas, me deu pistas preciosas sobre muitos dos temas aqui tratados. A Maria D'Alva Gil Kinzo, em primeiro lugar pelo incentivo e confiança em meu trabalho. Sua orientação precisa indicou o caminho central que acabou sendo seguido; sua leitura atenta contribuiu decisivamente para que esta tese tivesse bem menos problemas do que os que eventualmente ainda tenham permanecido. Finalmente, à minha mulher, Marlene de Souza Dozol, por tudo.

Se todas estas pessoas e instituições contribuíram para a existência deste trabalho, os possíveis equívocos e lacunas nele presentes, porém, são de minha inteira responsabilidade.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho analisa o comportamento do eleitor nas eleições presidenciais brasileiras no período democrático recente, testando de forma sistemática, para cada uma delas, algumas das hipóteses presentes na literatura nacional e internacional sobre o voto. Conclui postulando que um modelo explicativo do voto nestas eleições, para dar conta da complexidade do fenômeno, precisa incluir pelo menos quatro variáveis: a imagem política que o eleitor faz dos candidatos e/ou partidos; a avaliação que o eleitor faz do desempenho do governo (presidente) em exercício; a avaliação que o eleitor faz de algumas das características pessoais dos candidatos em disputa, especialmente aquelas relativas à capacidade de governar e o grau de escolaridade do eleitor.

Pretende-se mostrar que as três primeiras variáveis acima influenciaram na decisão de voto - em graus variados, segundo os graus de escolaridade dos eleitores e os contextos eleitorais - nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

Quanto ao que está sendo chamado de **imagens políticas** (formadas pelos eleitores), trata-se de testar se o eleitor diferencia os candidatos ou os partidos segundo seus posicionamentos (tais como percebidos pelo eleitor) frente a algumas polaridades como "esquerda" x "direita" ou "defesa dos interesses do povo" x "defesa dos interesses dos ricos", e se isto afeta seu voto. O primeiro tipo de polaridade foi explorado na literatura brasileira por Singer (1998) e o segundo por Castro (1994).<sup>1</sup>

A segunda variável relevante na decisão de voto é a **avaliação** que o eleitor faz **do desempenho do governo** em exercício. A hipótese mais geral testada é a de que o eleitor tende a votar no candidato do governo, caso avalie este último positivamente, e tende a votar em um candidato da oposição caso avalie o governo negativamente. Além disso, é feito um estudo sobre quais os fatores são mais relevantes nesta avaliação que o eleitor faz do desempenho do governo em exercício.

---

<sup>1</sup> A noção de imagem política dos candidatos vai ser desenvolvida de forma mais precisa ao longo do trabalho.



É investigado, além disso, se ao decidir seu voto, os eleitores avaliam também algumas **características pessoais dos candidatos** e, em caso positivo, quais são essas características. Embora pareça óbvio que este tipo de atributos seja levado em conta, o objetivo é o de tentar contrastar atributos relevantes para a capacidade de governar, com a ênfase dada por certa literatura sobre características de pouca relevância (como ser bonito, simpático, se vestir e falar bem, etc), ou com a ênfase exclusiva em atributos de ordem moral. Além disso, tal tipo de consideração não é tratada aqui a priori como manifestação de irracionalidade ou personalismo, mas como um ingrediente razoável na escolha do eleitor.

Por fim, em relação à variável **grau de escolaridade do eleitor**, embora ela possa ter certo impacto direto na decisão de voto, o que é aqui destacado é seu impacto indireto, através da relação que estabelece com as outras três variáveis anteriores. A hipótese norteadora do estudo sobre esta variável é a de que os eleitores com maior escolaridade podem fazer escolhas mais sofisticadas, enquanto os eleitores com mais baixa escolaridade fazem escolhas baseadas em informações mais fáceis de obter em cada contexto eleitoral. Especialmente importante é verificar se a hipótese de Singer (1998), de um voto por "identidade ideológica", se sustenta igualmente para eleitores de diferentes graus de escolaridade.

O trabalho está assim estruturado: na Parte 1 é feita uma revisão da literatura: no Capítulo 1 são apresentadas e discutidas as principais teses explicativas do voto nas eleições presidenciais brasileiras existentes na literatura recente. No Capítulo 2 é feita uma revisão dos debates existentes na literatura internacional em torno dos principais fatores cuja influência sobre a decisão eleitoral será investigada ao longo do trabalho.

Na Parte 2 se concentra a análise empírica do trabalho. Na Introdução da Parte 2 são apresentadas as principais hipóteses testadas na pesquisa, a base empírica e os procedimentos metodológicos utilizados para testá-las. A seguir são testadas de forma sistemática estas hipóteses para as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, (Capítulos 3 a 5, respectivamente). No Capítulo 6 é apresentado um conjunto de dados visando testar mais sistematicamente a tese de que a avaliação de

desempenho do governo (presidente) em exercício é relevante na decisão do eleitor e, além disso, verificar quais os fatores pesaram naquela avaliação, no período estudado. Nas Considerações Finais são apresentadas as principais conclusões da investigação.

## PARTE 1 - REVISÃO DA LITERATURA

### CAPÍTULO 1 - PRINCIPAIS TESES SOBRE O VOTO NO BRASIL NA LITERATURA RECENTE

Esta revisão da literatura sobre o comportamento eleitoral no Brasil privilegia as teses sobre o comportamento do eleitor nas eleições presidenciais realizadas sob o sistema multipartidário vigente<sup>2</sup>, e em particular aquelas que estão ligadas direta ou indiretamente às hipóteses aqui testadas.

Em qualquer tentativa de sistematizar uma literatura ampla e complexa há o problema de definir qual o eixo a partir do qual serão agrupadas e analisadas as diversas contribuições. Optou-se por tentar identificar na literatura nacional sobre o período recente as principais teses explicativas do comportamento eleitoral. Isso implica um certo grau de simplificação inicial dos argumentos dos autores, principalmente nos casos em que a explicação dada por eles envolve mais de uma das "teses explicativas do voto", na forma aqui tratada. Além disso, uma outra simplificação inicial decorre de arrolar teses relativas ao comportamento eleitoral em contextos políticos bastante diversos. Busca-se atenuar essas simplificações e recuperar um pouco da complexidade do argumento desses autores mostrando, ao longo da exposição, a forma como se articulam em seus trabalhos duas ou mais dessas teses, além de indicar o contexto político-eleitoral a que se referem. Apesar das limitações possivelmente existentes, acreditamos que esse esforço analítico possa servir para iluminar as principais semelhanças e diferenças entre as diversas interpretações do comportamento eleitoral presentes na literatura nacional recente e servir de base para situar as hipóteses que serão testadas ao longo deste trabalho. Na revisão a seguir, para cada "tese", é feita uma exposição dos principais argumentos de cada trabalho que a defende, seguindo-se, então alguns comentários críticos.

---

2 Tomando como marco inicial a Emenda Constitucional nº. 25, de maio de 1985, que, ao permitir a total liberdade para a formação de novos partidos e a legalização dos partidos comunistas, criou as bases para a consolidação do atual sistema multipartidário.

## 1.1. O Voto no "Defensor dos Interesses do Povo"

Chamo dessa forma a tese que advoga que a maioria do eleitorado - especialmente os de menor posição social ( ou "sofisticação política" <sup>3</sup> ) - tende a votar no candidato que conseguir formar, junto a estes eleitores, a imagem de defensor dos interesses do "povo", dos "pobres", dos "trabalhadores", ou da "maioria". Essa tese aparece, com certas variações, nos trabalhos de Singer (1990) e Castro (1994).

Estudando as eleições presidenciais de 1989, Singer(1990) mostra que a vitória de Collor se deveu ao apoio dos eleitores de baixa renda e escolaridade, tanto no 1º quanto no 2º turno. Além disso, acrescenta uma hipótese sobre a caracterização política (e não só sócio-econômica) do eleitorado de Collor. Sugere que teria havido uma transferência, entre os eleitores da "última periferia", de uma identificação anterior com o PMDB para uma identificação de tipo personalista com Collor. Assim como o MDB era identificado como o partido do "povo" (dos "pobres"), contra o governo (os "ricos"), agora Collor é que era identificado como o defensor do povo, dos pobres, contra os "inimigos do povo". O "antimarajaísmo" poderia ter funcionado para Collor em 1989 como a caracterização do MDB como partido dos pobres funcionou nos anos 70, já que "o marajá é antes de mais nada a figura do rico e não necessariamente do corrupto" (p.151).

Singer propõe que num contexto como o de então, de "uma democracia renascente, cuja estrutura partidária se pulverizou", dever-se-ia reconsiderar a noção de populismo, tendo em vista "a eleição de Collor, à margem dos partidos, com um discurso de confronto contra as elites e com forte base de apoio entre aquelas massas urbanas em disponibilidade que sempre caracterizaram o populismo latino-americano" (Singer, 1990: 151).

Quanto ao fato de que a vitória de Collor se deveu à sua vantagem desproporcional nos estratos mais baixos, seus dados são indiscutíveis. Mas sua tese de que isso representaria a volta do populismo é questionável. Em primeiro lugar, sua proposição de que Collor teria herdado os órfãos do PMDB, dentre os estratos

---

3 Variável cuja influência sobre as modalidades de decisão de voto é julgada decisiva por Castro (1994), como será visto adiante.

mais baixos da população, baseia-se em evidências empíricas frágeis: as semelhanças entre as porcentagens de voto no PMDB em eleições anteriores e a votação de Collor em 1989, em algumas das zonas eleitorais do município de São Paulo. Além de se tratar de dados agregados e não muito sistemáticos (faltam dados de muitas outras zonas, mostrando que as tendências apontadas também funcionaram ali), as conclusões tiradas a partir de São Paulo são generalizadas para o país como um todo.<sup>4</sup>

Outro aspecto problemático é a concepção subjacente de que o populismo é uma espécie de condição natural da política brasileira, assim como a debilidade da identificação dos eleitores com os partidos políticos. Para Singer, a identificação das camadas mais desfavorecidas da população com o MDB/PMDB "foi relativamente excepcional na história brasileira" e devida em grande parte ao "arranjo [institucional] que simplificava o mundo político ao dividi-lo em apenas duas opções" (o bipartidarismo). "A partir de 1982, com a consolidação da abertura democrática, o fim do bipartidarismo (...), a política brasileira reencaminhou-se para um padrão populista que culminou na eleição de Collor" (idem, pp. 149/50, grifos nossos). Esta perspectiva desconsidera o fato de que houve taxas de identificação partidária razoáveis no período 1945/64 no Brasil (incluindo parcela dos estratos baixos da população).<sup>5</sup>

Um pressuposto que parece implícito na análise é o de que, por ter baixo nível educacional, esse eleitorado, pouco interessado pela política, é fácil de se deixar enganar por aventureiros. Mesmo admitindo que esse pressuposto seja verdadeiro e que esse eleitorado tenha sido mais influenciado pela mídia e a campanha eleitoral, de qualquer forma, Singer não mostra nenhuma evidência forte de que esse eleitorado teria votado em Collor **por causa** de seu "discurso de confronto contra [os] 'inimigos do povo'" (idem, p. 151). É possível que pelo menos uma parcela dele tenha votado em Collor por outros atributos, reais ou imaginários, como a honestidade ou a

---

4 Ressalve-se que o próprio autor admite estas limitações e reconhece ser aquela apenas uma hipótese.

5 É preciso ressaltar que a posição do próprio autor quanto à tese do populismo parece ter mudado em suas obras posteriores, como será visto mais à frente.

competência (também destacados em sua campanha) ou mesmo por algumas de suas propostas (como o combate à inflação).

Analisando também as eleições presidenciais de 1989, Castro (1994) - a partir da noção de "imagem" (proposta por Sartori e que será retomada mais à frente) - postula que naquele período, em que as taxas de identificação partidária eram baixas, a referência para a decisão dos eleitores com baixa sofisticação política deixa de ser as imagens dos partidos (o que ocorria durante a década de 70 e início da de 80) e passa a ser a imagem dos candidatos. Assim, a escolha dos setores populares não seria totalmente aleatória e imprevisível, já que haveria uma razão para o voto: a imagem que o candidato consegue transmitir, entre estes eleitores, de defensor privilegiado dos interesses dos "pobres", dos "trabalhadores", da "maioria da população".

Sua concepção, neste aspecto, é parecida com a de Singer(1990). Mas, há diferenças, também, entre os dois autores: de um lado, Castro não adere à tese do "populismo" (com suas conotações sobre a importância de uma relação emocional entre líder e massa), e postula que "não se pode dizer que a massa do eleitorado popular vota simplesmente motivada pelas emoções, em detrimento da razão" (p.198). Além disso, suas concepções relativas à história política brasileira são bastante diferentes; enquanto Singer via a identificação partidária das camadas populares com o MDB como uma exceção devida ao bipartidarismo, Castro ao contrário, a partir da revisão da literatura dos períodos 1945/64 e 1965/79, afirma que

"quando o sistema partidário e a filiação dos políticos aos partidos se mantiveram estáveis, o eleitorado popular das grandes cidades tendeu a fazer uma escolha consistente com sua situação social: optou, em maioria, pelo apoio a candidatos e partidos que pareciam estar mais próximos de seus interesses. Mais ainda (...) a escolha eleitoral estava relacionada com uma imagem sobre a posição dos partidos políticos, em termos dos interesses sociais por eles representados. É nos períodos que se seguem às grandes mudanças do sistema partidário que o voto popular parece ocasional, aleatório e diretamente determinado pela posição social e pelo grau de sofisticação política dos eleitores" (Castro, 1994: 207).

É esta sua última tese, de que o grau de sofisticação política dos eleitores determina o seu comportamento político, que será analisada a seguir; ao final serão feitos alguns comentários críticos ao trabalho de Castro.

## 1.2 A Sofisticação Política como Determinante do Comportamento Eleitoral

Castro (1994) parte do conceito de "sofisticação política", tomado de Neuman (1986), e que para a autora é uma "variável essencial para a explicação do comportamento eleitoral". (p. 171) <sup>6</sup>

Correlacionando dados relativos às opiniões dos eleitores frente a diversas questões com suas preferências partidárias, seu autoposicionamento numa escala esquerda-direita e seu voto, a autora diferencia os mecanismos de decisão dos eleitores segundo seu grau de sofisticação política:

"São os eleitores sofisticados aqueles que, provavelmente, votam orientados pelas opiniões sobre *issues* diversos e por preferências partidárias baseadas em visão informada a respeito das propostas de partidos e candidatos, preferências estas que se relacionam com as posições ideológicas que afirmam ter. A massa popular, a grande maioria do eleitorado, é desinformada a respeito das propostas dos partidos e candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a *issues* diversos e possui baixo grau de consistência ideológica" (Castro, 1994: 180)

Articulando essa conclusão sobre os efeitos da sofisticação política com aquela tese descrita anteriormente, Castro irá afirmar que a percepção dos eleitores sobre a posição dos candidatos (que seria central em sua decisão de voto),

---

<sup>6</sup> "Sofisticação política" é um construto que inclui as seguintes dimensões: "saliência" (que inclui aspectos como o interesse e o envolvimento políticos e a exposição aos meios de comunicação); "conhecimento da política" (em geral medido a partir de questões de *surveys* sobre o governo, personalidades políticas e *issues* políticos) e "capacidade de conceituação política" (que envolve, de um lado, a capacidade de diferenciar os diversos atores do processo político e, de outro, a capacidade de organizar as idéias políticas em termos de construtos abstratos ou ideológicos).

“varia segundo o grau de sofisticação política. Eleitores de baixa sofisticação política têm uma imagem da posição dos candidatos que, para o eleitor informado e atento, poderia ser considerada como distorcida, equivocada. Podem identificar como defensores dos interesses populares candidatos que o eleitor sofisticado dificilmente perceberia dessa maneira” (idem, p.208).

O ponto crítico no trabalho de Castro nos parece ser o de que a autora analisa de forma diferente, de um lado, as relações de causalidade entre as posições políticas (frente a certos *issues*) atribuídas pelos eleitores de baixa sofisticação política aos candidatos e sua intenção de voto e, de outro, as relações de causalidade entre as percepções destes eleitores quanto aos interesses defendidos pelos candidatos e sua intenção de voto. Ao analisar aquelas primeiras relações, vai apontar que os

“eleitores com baixa sofisticação política tendem a se identificar com os candidatos independentemente de preferências partidárias relacionadas com opiniões quanto a *issues*; quando têm posição sobre as questões envolvidas nas campanhas eleitorais, tendem a atribuir essas opiniões ao partido que eventualmente preferem e ao candidato que escolhem...” (Castro, 1994: 206).

Ou seja, para os eleitores de baixa sofisticação política, não há uma relação de causalidade no sentido de que a concordância do eleitor com as posições políticas de seu candidato levariam ao voto. É o eleitor que, tendo escolhido o candidato por outras razões, imputa a ele as suas próprias (dele, eleitor) posições.

Mas, ao analisar as relações entre as imagens formadas pelos eleitores dos candidatos (quanto aos interesses que defendem) e as intenções de voto, a autora, utilizando a mesma metodologia usada para analisar a relação entre posição política e intenção de voto e mesmo fazendo ressalvas em vários momentos <sup>7</sup>, conclui por

---

7 Inicialmente, ao analisar as respostas a uma pergunta sobre os interesses mais defendidos por cada um dos candidatos, em uma pesquisa nacional do instituto Vox Populi, conclui que “os resultados indicam que, provavelmente, trata-se, neste caso, de atribuição ao próprio candidato, das características ‘preocupação com os pobres’ e ‘interesse em defender os ricos’ ...A alta correlação entre as variáveis de opinião e as intenções de voto ocorre porque ... as intenções de voto condicionam as respostas às perguntas de opinião, não porque as opiniões sobre os candidatos determinam as suas opções eleitorais”. Mais à frente, quando analisa uma pesquisa realizada em Belo Horizonte (com base na qual estabelece



outro tipo de relação de causalidade: a percepção que o eleitor de baixa sofisticação tem dos interesses defendidos pelo seu candidato (os interesses da maioria), mesmo sendo equivocada (pelo menos em maior grau do que a percepção dos eleitores mais sofisticados), leva a que ele vote naquele candidato (é a "causa" do voto). Ora, pode bem ser que, assim como na análise anterior, o eleitor escolha o candidato por outros atributos (como competência, ou honestidade), ou propostas (ênfase no combate à inflação, ou à corrupção, p/ex.), mas na hora de responder à questão do survey, "racionalize", afirmando que seu candidato defende os interesses dos pobres, da maioria, etc... Além disso, pode nem haver "racionalização", no sentido de dar uma (pretensa) coerência às respostas; pode ser que efetivamente o eleitor ache que seu candidato defende os pobres, mas não tenha escolhido o candidato por esse motivo.

Por outro lado, o destaque dado por Castro à sofisticação política do eleitor nos parece muito pertinente. Embora essa variável não seja usada aqui, por falta de dados na maioria dos surveys para elaborar este construto, iremos investigar as formas como os eleitores de diferentes níveis de escolaridade (vista como uma aproximação do grau de sofisticação política) utilizam informações para decidir seu voto.

### **1.3. O Voto por "Identificação Ideológica"**

São aqui incluídos os trabalhos de Singer (1993 e 1998). Embora haja certas diferenças entre os dois estudos, o argumento central é semelhante: o de que a ideologia (ou identidade ideológica) foi um fator central da escolha eleitoral em 1989 e 1994.

A hipótese principal de Singer (1993) é a de que a ideologia (a diferenciação ideológica entre os candidatos) foi um fator determinante no 2º turno da eleição

---

a tese de que a maioria dos eleitores de baixa sofisticação vota no candidato que julgar ser o maior defensor dos interesses populares), a autora reconhece a dificuldade de verificar "a direção da causalidade existente na associação entre as imagens a respeito dos candidatos e o voto" (p. 197). A seguir, ainda, na sequência de uma citação reproduzida mais acima, afirma que os eleitores com baixa sofisticação política "tendem também a imputar aos próprios candidatos as qualidades que lhes parecem as mais favoráveis". (Castro, 1994: 206).

presidencial de 1989. Essa polarização teria ocorrido não só entre as elites, mas também nas camadas mais amplas da sociedade (Singer, 1993: 10/16).

Singer utiliza a autolocalização dos eleitores no contínuo esquerda/direita (a partir de respostas de survey) para definir sua ideologia. A questão central que vai responder é relacionada às bases sociais das candidaturas. Segundo o autor, espera-se de uma candidatura de esquerda, que os seus votos venham das classes mais baixas e, de uma candidatura de direita, que venham das classes mais altas. Mas empiricamente foi observado o inverso no 2º turno de 1989: a preferência por Collor crescia à medida que caía a renda do eleitor, ocorrendo o contrário com Lula. Singer observa que a opção por Collor se deu pelos eleitores que se localizavam à direita, o inverso se dando em relação a Lula. A solução do problema seria, então, a seguinte: os pobres votaram em Collor porque são mais atraídos pelas concepções de direita, enquanto os ricos votaram em Lula porque são mais atraídos pelas de esquerda.<sup>8</sup>

Conclui propondo que os dados "sugerem a existência de uma base eleitoral de direita mais extensa e mais articulada do que se costuma pensar. A direita tem uma penetração forte entre os setores de menor status da população". Além disso, a identidade ideológica é uma tendência de longo prazo: "a hipótese é que uma crescente importância da variável ideológica pode vir a ser o resultado das características peculiares do sistema partidário brasileiro". Isto porque, "no contexto de um sistema partidário fraco, o PT constitui um ponto de referência importante" (idem, p. 131).

Em sua tese de doutorado, Singer (1998) analisa dados das eleições de 1989 e 1994. A concepção mais geral é a de que o eleitor decide o voto a partir de predisposições de longo prazo e estímulos de curto prazo. Em relação a estes últimos vai destacar o papel do Plano Real em 1994. Mas a ênfase principal em 1989 e 1994 é na identidade ideológica, vista como uma predisposição de longo prazo.

---

<sup>8</sup> A tese de Singer é mais elaborada, relacionando o autopoicionamento na escala esquerda-direita, status social, grau de autoritarismo (em termos de atitudes) e intenção de voto dos eleitores. Como algumas dessas relações são retomadas em sua tese de doutorado, deixo para analisá-las a seguir.

Singer, após analisar diversas concepções a respeito da noção de ideologia, vai partir agora da idéia, bem menos exigente, de "voto por imagem", de Sartori (1982), que não pressupõe que a maioria do eleitorado tenha um pensamento logicamente estruturado. Ao contrário, a adesão a uma bandeira ideológica não requer alta sofisticação. Mas, apesar (ou por causa) disso, a identificação ideológica mostrou-se um componente importante na explicação do voto nos países industrializados.

Segundo o autor, a partir de seus dados, 60 % dos eleitores não sabem definir o que seja esquerda e direita, quando solicitados a fazê-lo. Mesmo sem saber definir o que é esquerda ou direita, o eleitor poderia utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque se trata

"de um conhecimento intuitivo, de um sentimento do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. É a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente " (Singer, 1998: 149).

Sua definição formal será: "a **identificação ideológica** é a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor" (Singer, 1998: 43). O problema, então seria descobrir qual a visão do mundo que estaria associada a essa identificação intuitiva. Embora classicamente as diferenças entre esquerda e direita estejam vinculadas à questão da mudança (ou conservação) e da igualdade (ou desigualdade baseada no mérito individual), o que o autor conclui para o Brasil é que o eleitorado em geral deseja mudanças igualitárias, não havendo quanto a isso diferenças substantivas, apenas um pouco mais de desejo de mudanças por parte do eleitorado de esquerda. É quanto à forma como essas mudanças devem ser alcançadas que se dá a diferença. Enquanto a esquerda parece estar associada à idéia de mobilização social e de contestação da autoridade repressiva do Estado, a direita, em oposição, parece estar associada à idéia de que as mudanças só ocorrerão mediante um reforço da autoridade do Estado. O conservadorismo dos eleitores que se colocam à direita não se expressa em uma rejeição às mudanças, mas no apego à autoridade e à ordem. Quanto à intervenção

estatal para adoção de medidas igualitárias, é o centro que tende a ter a posição menos estatizante.<sup>9</sup>

Analisando os dados relativos às eleições presidenciais de 1989, Singer inicialmente rejeita outras hipóteses alternativas; a seguir compara o poder preditivo da identificação ideológica com o de alguns "determinantes estruturais do voto": renda, escolaridade e a preferência partidária. Conclui que a renda teve um poder preditivo mais fraco, tendo a escolaridade uma força preditiva maior, embora a direção tenha sido a mesma: quanto maior a escolaridade e a renda, maior a tendência a votar no candidato da esquerda. Mas os maiores coeficientes de correlação foram com as outras duas variáveis; quanto à relação entre estas:

"comparada à identificação ideológica, percebe-se que a identificação partidária foi muito mais efetiva tanto no primeiro quanto no segundo turnos como preditora do voto. Ocorre que apenas 44 % dos eleitores declararam ter preferência partidária, enquanto que 80 % colocaram-se na escala esquerda-direita. Isso significa que a identidade partidária foi um excelente preditor do voto, porém para uma minoria de eleitores. Já a identificação ideológica foi um preditor mais amplo, embora não tão seguro, uma vez que incorporou grande parte dos eleitores (...). A conclusão é que, das várias explicações do comportamento eleitoral em 1989, a identificação ideológica revelou-se a mais útil para a previsão do voto da maior parcela do eleitorado" (Singer, 1998: 86).

Na análise da eleição presidencial de 1994, seu objetivo central será mostrar - contrariamente a outras análises que afirmavam que o impacto do Plano Real teria anulado outros alinhamentos político-ideológicos prévios do eleitorado - que houve uma interação entre os efeitos da identificação ideológica e os da aprovação ao plano. Em sua conclusão sobre a forma como se deu essa interação, afirma:

---

9 Um ponto de vista diferente é apontado por Pierucci (1994), que, analisando, a partir de entrevistas semidiretivas, o perfil de ativistas de campanhas de Jânio Quadros e Maluf no município de São Paulo, na década de 80, vai definir o que chama de "conservadorismo popular", principalmente a partir de uma recusa da idéia abstrata de igualdade entre os indivíduos. De um ponto de vista mais geral, parte da idéia de que "ser de esquerda é ter aderido de algum modo ao valor da igualdade (...). As pessoas que têm a paixão da igualdade, essas pessoas são de esquerda. Se assim é, as pessoas que têm a paixão da desigualdade são de direita". O raciocínio conservador tem horror ao pensamento abstrato e parte do concreto. Isso se manifesta entre aqueles ativistas paulistanos (de classe média baixa) da direita, a partir da afirmação de certas diferenças concretas, sensíveis: paulistas são diferentes de nordestinos; brancos são diferentes de negros. Uma percepção central para esses indivíduos era a de que São Paulo havia decaído com a chegada em massa dos nordestinos. Assim, Pierucci conclui, "o campo popular está dividido também por referência ao igualitarismo (...), o apego à igualdade é um bom indicador da divisão ideológica".

"em primeiro lugar, a identificação ideológica determinou em parte a própria reação ao real (sic), o que explica o apoio a ele não ter sido unânime. Por outro lado, o que diferenciou o voto dos que apoiavam o plano foi a posição ideológica de cada um: FHC não teve o voto dos que, mesmo estando satisfeitos com o real, rejeitavam-no ideologicamente. Por fim, a influência da ideologia permitiu também formular uma hipótese sobre o motivo por que nem todos os votos de Fernando Henrique provieram do real. De acordo com essa hipótese, metade dos seus eleitores já o haviam escolhido, antes do plano, por motivos ideológicos" (Singer, 1998: 131, grifos meus).

O autor admite que o Real decidiu a eleição, fazendo FHC ganhá-la. Mas "este fator não apagou os alinhamentos ideológicos (...); o real cumpriu um importante papel de realinhamento dos eleitores de centro e direita em direção ao candidato que os representava" (idem, p. 132).

Singer irá acrescentar uma série de dados mostrando a estabilidade da identificação ideológica e sua relação com o voto no Brasil. Mostra, embora com dados heterogêneos, que a autolocalização no contínuo esquerda-direita cresceu no país de 1989 (75 %) a 1993 (93 %). Além disso, a proporção de eleitores situados nos vários pontos do espectro foi fortemente estável no período, sendo que "o eleitorado converge para o centro com inclinação para a direita". Recupera ainda conclusões de Guilhon e Balbachevsky (Marques, 1990) e de Balbachevsky (1995) mostrando que ao posicionar o seu partido de preferência, "os eleitores o fizeram coerentemente com a classificação usada pela ciência política"; além disso, segundo Singer, Balbachevsky conclui que há uma forte correlação entre o posicionamento do eleitor e o ponto na escala em que este coloca o seu partido preferido.

Finalmente, não só a autolocalização ideológica dos eleitores é estável, como também seu voto, do ponto de vista da identificação ideológica. Com base nos resultados de outros estudos (o autor cita Limongi, 1995) - em que se perguntava ao eleitor em quem ele havia votado em eleições anteriores - e nos seus próprios, conclui pela "existência de uma estrutura ideológica no eleitorado paulista a informar a flutuação do voto individual. O voto individual não é errático", ou seja: "há profunda estabilidade do voto, apesar da eventual instabilidade dos partidos e dos candidatos" (idem, pp. 144/45). Isto permitiria sua conclusão mais geral a respeito dos resultados das duas eleições que analisa:

"por baixo das correntes superficiais determinadas pela conjuntura, o leito do rio manteve a orientação geral observada em 1989. O eleitorado continuou majoritariamente centrista e a direita superava em cerca de duas vezes os que se colocavam à esquerda. E tal como no pleito que elegeu Collor, a autolocalização no espectro direita-esquerda foi um forte preditor do voto, mesmo numa eleição em que a discussão econômica substituiu o debate ideológico como tema central." (Singer, 1998: 87/88).<sup>10</sup>

Os dados de Singer apontam, a nosso ver corretamente, para a importância de considerar uma dimensão do comportamento político do eleitorado - chamada por ele de "identificação ideológica" - que até ali havia sido negligenciada ou mesmo negada por quase toda a literatura recente (com as exceções mencionadas pelo autor).

Por outro lado, talvez se deva matizar suas conclusões: primeiramente, Singer(1998) não se preocupa suficientemente em verificar se há distinções entre os eleitores (por exemplo, segundo seu grau de escolaridade), quanto ao possível peso de sua identificação ideológica na decisão de voto, especialmente em 1994.

Além disso, o autor parece ter superestimado o peso da identificação ideológica frente ao de outras variáveis. Em relação à eleição de 1989, uma questão inicial é: se a identificação ideológica era realmente tão relevante e a maioria (cerca de 40 %) dos eleitores se autoposicionava ao centro, na escala esquerda-direita (contra cerca de 25 % à direita e 13 % à esquerda), então porque os candidatos de centro tiveram votação tão reduzida (18 %) ? Talvez boa parte da explicação esteja justamente no fato de que o candidato do principal partido (PMDB) localizado no centro do espectro político-ideológico fosse o candidato mais associado ao governo (e seu péssimo desempenho). Os principais candidatos situados à esquerda ou à direita parecem ter sido visualizados mais claramente como oposição ao governo da Nova República do

---

10 Note-se que há uma mudança crescente entre as visões de Singer (1990), Singer (1993) e Singer (1998) sobre o comportamento do eleitorado brasileiro: em seu primeiro trabalho, Singer não havia introduzido a ideologia como variável relevante. E sua concepção do eleitorado - pelo menos a parcela (majoritária) de baixa renda e escolaridade - era a de que se tratava de uma "massa urbana em disponibilidade", facilmente manipulável. Em seu trabalho de 1993 já é necessário introduzir a variável ideologia; em seu último trabalho consolida uma visão de um eleitorado não tão volúvel, já que "por baixo das correntes superficiais determinadas pela conjuntura, o leito do rio manteve a orientação geral" [em termos do alinhamento ideológico do eleitorado]. Ou seja, se a maioria do eleitorado votou em Collor em 1989, não foi porque estava em disponibilidade para ser manipulada por um líder populista, mas porque este líder correspondia a algumas de suas idéias mais centrais, articuladas através de sua identidade ideológica (de direita, no caso).

que os demais candidatos próximos ao centro e por isso teriam canalizado a maior parte dos votos dos insatisfeitos. No que tange à eleição de 1994, embora o autor admita o peso do Plano Real, tenta, por outro lado, destacar mais o peso da identificação ideológica. Os dados que serão analisados no Capítulo 4, porém, nos levam à conclusão de um peso superior do Plano Real na decisão de voto dos eleitores.

De qualquer forma, embora a nosso ver exagere sua importância, a análise de Singer parece mostrar, contra a corrente da maioria da literatura, que certas "predisposições políticas" de pelo menos parte do eleitorado tiveram um peso próprio, independente da avaliação do Plano Real, no resultado agregado da eleição presidencial de 1994.

#### **1.4. O "Novo Eleitor Não-Racional"**

A tese do "novo eleitor não-racional" é defendida por Silveira (1996), para quem teria havido no Brasil um "processo de desestruturação das antigas relações de lealdade com lideranças personalistas e de compromissos clientelistas, de declínio do voto orientado em função de identificação partidária, critérios políticos e ideológicos, alinhamentos classistas e inserção social". A partir disso, estaria ocorrendo o crescimento do "voto flutuante, volúvel e mudancista", que estaria associado ao crescimento do "novo eleitor não-racional, contraditório do ponto de vista da lógica política, que decide o seu voto de forma emocional, em função das características expressivas e da imagem dos candidatos, especialmente dos aspectos valorativos e simbólicos de caráter moral." (Silveira, 1996: 4).

É importante notar que o autor não pleiteia que esta seja a única modalidade de escolha do voto. Silveira elabora uma tipologia com 23 modalidades de decisão, que poderiam ser agregadas em três grandes grupos, segundo o critério de racionalidade: "comportamento não-racional tradicional", "novo comportamento não-racional" e "comportamento racional":

"a escolha racional corresponde a um comportamento eleitoral particular, que não pode ser generalizado como comportamento dominante (...) Não se pode deixar de reconhecer a existência de outros princípios orientadores da decisão eleitoral (...) [Quanto aos] antigos comportamentos eleitorais não-rationais definidos em função de relações duráveis de lealdade, dependência, devoção e adoração carismática, de identificações com lideranças e partidos com base em compromissos e trocas clientelísticas, hábito e transmissão geracional de voto, tradição e costume (...), perderam relevância, mas ainda se mantêm residualmente em contextos como o brasileiro. De outro lado, assume cada vez maior relevância a nova escolha não-rationale, definida em função da imagem dos candidatos a partir dos princípios sensibilidade, intuição e gosto" (Silveira, 1996: 264).

Quanto às características do "novo eleitor não-rationale", destaca que ele tem baixa informação e saber político; suas idéias políticas são fragmentárias e logicamente desarticuladas, daí porque ele é incoerente politicamente e volúvel eleitoralmente. Além disso, este eleitor escolhe basicamente a partir das imagens dos candidatos formadas a partir de informações fornecidas pela mídia e pelo marketing político; atribui maior importância, na sua escolha, aos elementos valorativos e simbólicos que possuem caráter marcadamente moral e, finalmente, toma suas decisões de forma marcadamente intuitiva e emocional, consultando sua sensibilidade.

A relevância deste tipo de modalidade de escolha, segundo o autor, é que ela está em crescimento, não só no país, pois é um fenômeno de caráter internacional, produto da expansão da importância da mídia eletrônica e do marketing político nos processos eleitorais e do enfraquecimento dos partidos, tudo isso levando a um processo de personalização da política.

A análise feita por Silveira é muito detalhada e parte de um ponto de vista bastante audacioso, enriquecendo substancialmente o debate sobre o comportamento eleitoral. Serão comentados aqui apenas alguns dos argumentos do autor, visando contrastá-los com os pressupostos e hipóteses adotados nesta tese.

Silveira afirma que o "novo eleitor não-rationale" escolhe basicamente a partir das "imagens dos candidatos", que ele constrói: "a identificação do bom político é feita tendo por referência a imagem do político ideal" (p. 139). Quanto a esta última, vale observar que, segundo o próprio autor, os atributos mais mencionados pelos



eleitores são "honestidade" e "competência".<sup>11</sup> Como será visto na seção 2.4, estes são também dois dos atributos mais esperados de candidatos em outros países. E, adotando, como se adota aqui, o ponto de vista de autores como Fiorina (1981), Miller (1986), Rahn et al (1990) e Popkin (1994), podemos dizer que não há, a princípio, nada de irracional no fato do eleitor desejar que um presidente tenha estes atributos e valorizá-los no momento do voto.

Relacionado ao ponto anterior, Silveira afirma que este tipo de eleitor pensa a política não a partir de critérios políticos, mas a partir de critérios morais relativos à conduta dos atores políticos, pouco importando "seu programa, ideologia e interesses. Para essa visão essencialista e simplista da política, a vitória dos íntegros e bons é suficiente para a solução dos problemas existentes" (idem, p. 168). Parece verdade que a grande maioria dos eleitores não monitora todas as propostas e programas dos candidatos, mas essa conclusão despreza o dado de que "competência" é um dos dois atributos mais valorizados pelos eleitores. Não basta, portanto, um candidato ser "íntegro e bom"; ele precisa ser "competente" (atributo que não pode ser classificado como "critério moral"). Além disso, é possível questionar: dado o custo de coletar e processar informações, é racional um eleitor prestar atenção em todas as propostas de um candidato se ele julga que esse candidato não vai cumpri-las, porque não tem competência ou é desonesto com o eleitor ?

Quanto à tese de que o "novo eleitor não-racional" decide com base em sua sensibilidade, intuição, gosto e emoção<sup>12</sup>, parece tratar-se de uma contribuição original em relação à literatura sobre comportamento eleitoral. A partir do tipo de dados utilizados na presente pesquisa é impossível, porém, testá-la empiricamente. De qualquer forma, o peso que tiveram, por exemplo, a avaliação do Plano Real em 1994 e do desempenho do governo em 1998, apontam para critérios de avaliação

---

11 Note-se que parte dos entrevistados atribuía a "honestidade", significados mais próximos a "credibilidade", como: "não mentir, cumprir aquilo que diz, não enrolar, não ficar apenas discursando, mas executar as propostas, explicar as coisas como elas realmente são" (Silveira, 1996:139).

12 Nas palavras de Silveira (1996: 249/50): "o eleitor gosta de um candidato quando este, através da sua expressividade e apelos discursivos, é capaz de mexer com seus sentimentos e emoções (...) e quando as características de imagem apresentadas são percebidas como autênticas através da consulta a sua sensibilidade e sentimentos internos. A decisão é instantânea (...) Não dispondo de critérios propriamente políticos e lógicos para examinar o quadro, o eleitor escolhe recorrendo aos instrumentos de que dispõe e considera confiáveis: sua intuição, sua sensibilidade e seus sentimentos".

(relevantes para a decisão de voto da maioria do eleitorado brasileiro) que não parecem estar sujeitos apenas, ou principalmente, à sensibilidade, à intuição, ao gosto e à emoção do eleitor.

### **1.5. O Voto por Avaliação de Desempenho**

Neste item serão englobadas teses que afirmam que um dos elementos centrais na decisão de voto é a avaliação de desempenho feita pelo eleitor a respeito dos envolvidos na disputa. Mas há, no interior deste grupo, diferenças, pelo menos quanto à ênfase, sobre a seguinte questão: se a avaliação de desempenho refere-se aos candidatos, ao governo (sua atuação global) ou à sua política econômica, especificamente. Além disso, outra questão é se a avaliação é sobre o desempenho passado ("voto retrospectivo") ou sobre as expectativas de desempenho (futuro) ("voto prospectivo").

As teses serão apresentadas seguindo apenas uma ordem cronológica de publicação dos trabalhos, sem a preocupação de enquadrá-las segundo cada uma das polaridades acima.

Vários trabalhos associaram de forma mais ou menos clara a derrota fragorosa dos candidatos a presidente dos grandes partidos (PMDB e PFL) em 1989 ao seu apoio ao governo Sarney, cujo desempenho era avaliado muito negativamente pelo eleitorado. Lavareda (1989:344), escrevendo antes mesmo das eleições, analisando pesquisa do Ibope realizada em março de 1989, afirma que "a rejeição automática (57%) ao postulante caracterizado como 'candidato apoiado pelo presidente Sarney' assegura que todos os candidatos procurem manter em relação ao mesmo o máximo de distância possível". Figueiredo (1994: 74) faz uma análise semelhante do contexto político pré-eleitoral, ressaltando que "um candidato para ter chances era preciso ser da oposição".

Muszynski e Mendes (1990), analisam dados de *surveys* relativos ao período 1974/89; embora a ênfase do artigo seja no impacto das sucessivas frustrações do

eleitorado (ao longo desse período) sobre as instituições políticas e a democracia, os autores apontam o peso da avaliação do desempenho econômico do governo no comportamento do eleitor. Isso já teria ocorrido no período autoritário: com o fim do milagre econômico (entre outras coisas), "a reação do eleitorado pobre das grandes cidades foi votar sistematicamente contra o governo". No período atual, os autores destacam o desgaste dos governos estaduais peemedebistas no período 1983/86 e do governo Sarney com os planos econômicos (Cruzado II, Bresser, Verão).

Albuquerque (1992), ao analisar a eleição de 1989 aponta como a segunda razão do voto mais mencionada pelos eleitores em 1989 a "expectativa de desempenho" (a primeira sendo "identificação").<sup>13</sup> Trata-se, claramente, da idéia do voto prospectivo.

Mendes e Venturi (1994), analisando a eleição presidencial de 1994 mostram uma inversão brutal de tendências de intenção de voto entre maio e setembro daquele ano, concluindo que essa inversão

"foi regida fundamentalmente por um único movimento: a implementação da segunda etapa do Plano Real, com a troca da moeda e a queda abrupta da inflação. Todos os acontecimentos ou passaram ao largo das considerações do eleitorado ou, quando muito, apenas amplificaram o efeito do Real no processo eleitoral" (Mendes e Venturi, 1994 : 40).

Além da intenção de voto em FHC ter crescido à medida que crescia a aprovação ao Plano Cruzado, a análise das razões das intenções de voto confirma também o papel central do Plano naquela reviravolta. Nas três pesquisas em que foi feita a pergunta (aberta) sobre os motivos do voto em FHC, o Plano Real respondia por 45 % a 60 % das menções, tratando-se, "de longe, da principal razão explícita para o voto no tucano, visto que nos três levantamentos nenhuma outra resposta chegou sequer a 10 % das menções" (idem, p.43). Ao final de setembro esta razão para o voto representava 26 % do total de votos, garantindo sozinha uma votação superior à de Lula. Para os autores, a identificação de FHC com o Plano Real e a conversão em

---

13 Embora a análise seja rica, a categoria "voto por identidade" nos parece ampla demais para permitir uma análise mais detalhada das razões de voto.

intenção de voto a seu favor teria se dado seja "pela elaboração e implementação [do plano] quando ministro, seja pela perspectiva de continuidade" (idem, p.43).

Figueiredo (1994) aponta como fatores mais importantes para a vitória de FHC o impacto do Plano Real e o "perfil" do candidato: "no confronto entre um candidato que fazia o perfil ideal e representava a continuidade em relação a uma situação satisfatória e outro que, além de não fazer o perfil, queria mudar o que estava dando certo, o resultado não poderia ser outro" (p.81). A ênfase do autor parece estar no papel do "perfil" do candidato. Seu esquema analítico básico é o seguinte: frente a um determinado contexto político, a maioria do eleitorado formula o perfil do candidato ideal (para enfrentar os problemas colocados por este contexto). O candidato que conseguir formar uma imagem mais próxima deste candidato ideal, junto ao eleitorado, tende a vencer. O Plano Real teria tido um papel complementar: "com a implementação do Real, a realidade 'encaixou-se' no perfil de FHC, fazendo-o vencedor já no primeiro turno" (idem,p. 78). Ainda nessa linha:

"embora Fernando Henrique tivesse um perfil mais adequado àquilo que os brasileiros queriam, a implementação do Real acelerou o processo - e parcelas significativas do eleitorado passaram a optar pelo candidato tucano. Um dos grandes anseios do eleitorado era ter como candidato alguém que projetasse estabilidade para o futuro, algo que não se identifica com o perfil de Lula. Com a queda abrupta da inflação e a reversão do clima da opinião pública, Fernando Henrique passou a ser o candidato ideal" (Figueiredo, 1994: 81, grifo meu).

Vale a pena mencionar a análise de Figueiredo sobre um levantamento feito ao final de 1993 (quando Itamar apresentava os piores índices de aprovação da sua administração), que definia o seguinte perfil do candidato ideal: honestidade (característica eliminatória); autoridade e coragem para resolver os problemas da inflação, desemprego e miséria; capacidade de aglutinação; capacidade de transmitir segurança, estabilidade no futuro (idem, p.77). Segundo o autor, esse perfil não coincidia com a imagem de Lula, porque este "não projetava estabilidade para o futuro, para amplas parcelas da população brasileira" (idem, p.77). Mas Lula era o favorito nas pesquisas naquele momento. Como o autor explica esse descolamento entre candidato favorito e o perfil ideal? Isso teria se dado por uma conjunção de fatores: a) Lula já estava na campanha havia mais tempo e obtivera 31 milhões de votos em

1989 (2º turno); b) a situação do país não era das melhores, até meados de 1994: a inflação era alta e a aprovação do presidente era muito baixa; c) frente ao vai e vem da política brasileira desde o governo Figueiredo, o PT aparecia como único ponto de referência estável para o eleitorado. Note-se que dos três fatores acima, o único que se modifica é o segundo, com a troca da moeda e a queda imediata da inflação, em julho.

Em suma, embora a interpretação de Figueiredo capte o essencial do que aconteceu na eleição presidencial de 1994, o único problema me parece de ênfase. A idéia de que o Real apenas "acelerou o processo" (de identificação de FHC como o "candidato ideal") me parece não dar ênfase suficiente ao peso do Plano - decisivo - no resultado eleitoral.

Albuquerque (1995), analisando agora a eleição presidencial de 1994, tem uma visão semelhante à de Figueiredo (1994). Boa parte de seu trabalho se dedica a discutir o peso do Plano Real em contraste com o peso dado pelos eleitores às expectativas de desempenho dos candidatos. Ou seja, trata-se do debate entre voto retrospectivo e voto prospectivo. O autor dá mais ênfase a este último.

Meneguello (1995) afirma que a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994 demonstrou o apoio do eleitorado ao Plano Real, acrescentando, ainda, que as pesquisas de opinião mostraram também a fraqueza dos partidos políticos e o peso das "orientações personalistas" na decisão eleitoral.

Kinzo (1996), em sua análise da eleição presidencial de 1994, afirma que a disputa foi plebiscitária, norteadada pelo desempenho econômico do governo (Plano Real). Mas "a vitória de Cardoso não foi tão somente a vitória do Real. Foi também a vitória de uma imagem política associada a Fernando Henrique Cardoso", pois houve também "um processo de construção de uma imagem, da imagem de líder confiável que começou a se formar a partir do momento em que Fernando Henrique Cardoso, na condição de ministro da Fazenda, lançou seu Plano de Estabilização" (pp. 102/3).

Singer (1998), como já foi visto, destaca, além da identificação ideológica, a importância do Plano Real na eleição presidencial de 1994.

## **CAPÍTULO 2 - ALGUNS FATORES QUE INFLUENCIAM A DECISÃO DO VOTO: UMA REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL**

Não se trata de fazer aqui uma revisão abrangente do debate sobre as principais correntes teóricas (teorias sociológica, psicossociológica e da escolha racional) sobre o comportamento eleitoral, uma vez que boas revisões já foram feitas no país por Figueiredo (1991) e Castro(1994). Nem se trata de abordar todos os fatores que na literatura internacional são apontados como os de maior peso na decisão do eleitor. O objetivo é apenas o de revisar a literatura sobre alguns dos temas que foram tratados na literatura nacional de forma diferente da que será aqui utilizada. Essa revisão permitirá iluminar uma análise crítica de algumas das teses apresentadas no Capítulo 1 e direcionar o esforço de análise dos dados que será feito ao longo do presente trabalho.

### **2.1. Ideologia, *Issues* e Imagem**

#### **A) *Issues*, Graus de Informação e "Estruturação Ideológica" dos Eleitores**

Um dos temas presentes na literatura desde os estudos iniciais de Columbia e Michigan é o da importância dos *issues* no comportamento eleitoral. Em outras palavras, trata-se de responder as seguintes questões: em que medida o eleitor decide seu voto tendo em conta as posições dos partidos ou candidatos frente a questões políticas (*issues*) relevantes? E em que medida o eleitor tem um conjunto estruturado de posições frente a tais questões?

Os primeiros estudos da escola de Michigan (especialmente *The American Voter*, 1960) indicavam que apenas uma pequena parcela dos eleitores tomavam suas decisões a partir da análise das posições dos partidos sobre questões políticas relevantes. A partir das respostas de eleitores a perguntas de opinião política, os autores de *The American Voter* elaboraram uma tipologia do eleitorado segundo seu "grau de conceituação política". No nível mais alto estariam os eleitores "ideológicos"

"grau de conceituação política". No nível mais alto estariam os eleitores "ideológicos" ou "quase-ideológicos" (pouco mais de 10 % do eleitorado), cujo nível de conceituação se aproximaria daquele esperado do cidadão racional; no segundo nível estaria o grupo dos que percebem e organizam a política segundo "interesses de grupo" (mais de 40 % dos eleitores). No 3º nível estariam cerca de 25 % dos eleitores, cujas opiniões e avaliações dependeriam das situações concretas vividas pelo país ("nature-of-the-times"). No nível mais baixo de conceptualização política estariam eleitores cuja percepção dos partidos e candidatos seria destituída de conteúdo político (pouco mais de 20 % do total). Na avaliação daqueles pesquisadores, com exceção do primeiro grupo, o nível de conceptualização era muito baixo.<sup>14</sup>

Além disso, os eleitores demonstravam um baixo grau de estruturação das suas opiniões políticas. Ou seja, dado que um eleitor tenha uma opinião "X" a respeito de um determinado assunto, seria de esperar que ele também tivesse uma opinião política "Y" a respeito de outro assunto, logicamente articulado ao primeiro. Mas não foi isso o que foi constatado naquela pesquisa. Não havia "estruturação ideológica" das opiniões na maioria do eleitorado.

Frente a estas constatações feitas pelos estudos eleitorais nos anos 50 e 60, abre-se um longo debate na literatura norte-americana. Nos anos 70 surgem trabalhos que propõem que aquele retrato do eleitor desinformado era válido para os anos 50, mas durante os anos 60 teria havido uma mudança profunda do eleitorado americano, que teria se tornado mais atento à política, aos *issues* e às disputas ideológicas. A obra de referência nesta linha é a de Nie, Verba e Petrocik (1976). Algumas das principais evidências que embasaram essa avaliação de que o eleitor teria mudado foram o crescimento no tamanho do estrato de eleitores sofisticados (de 12,5% em 1956 para 33% em 1972) e o crescimento da estruturação e organização dos eleitores, que teria triplicado entre 1960 e 1964. A emergência de novos *issues* e de novos eleitores e o crescimento do papel da mídia, além do caráter marcadamente ideológico

---

14 Fiorina (1981) e Wattenberg (1991) criticam essa tipologia, especialmente no que se refere à avaliação negativa nela presente em relação aos eleitores classificados como se comportando de acordo com "the nature-of-the-times". Segundo Fiorina grande parte destes eleitores (mas também parte dos "ideólogos" e dos "interesse de grupo") teria um comportamento que poderia ser classificado como o de um eleitor retrospectivo, votando a favor do governo "se as coisas estivessem bem" e contra o governo "se as coisas estivessem indo mal".

da disputa em 1964, teriam sido os fatores principais que explicariam a mudança no comportamento do eleitorado.

O debate é retomado com a crítica metodológica aos achados destes últimos estudos. Segundo essa crítica, o crescimento do nível de conceituação política e de estruturação política das opiniões do eleitorado aí encontrado seria fruto de mudanças na metodologia usada (tipos de perguntas feitas, etc), em relação aos estudos iniciais. Aqueles baixos níveis encontrados inicialmente não haviam se alterado substancialmente (Converse & Markus, 1979). Mas estas conclusões, por sua vez também foram questionadas (Pierce et al, 1982). Em seu balanço sobre esse debate, Fiorina (1997: 396) afirma que, no final, "o consenso foi o de que a escola de Michigan havia superestimado as deficiências políticas do eleitor médio, mas certamente não tanto quanto os revisionistas haviam clamado".

Uma visão um pouco mais negativa aparece em outros autores. Assim, Neuman (1986) segue, em grande parte, aquele diagnóstico inicial da escola de Michigan. Segundo este autor, a análise da grande massa de dados colhidos nos estudos eleitorais feitos nos EUA em quase 40 anos permite verificar os seguintes padrões de comportamento do eleitor americano médio: apatia política (desinteresse pelos assuntos políticos); baixo grau de informação política factual; baixa estruturação do pensamento político (para lidar com conceitos como liberal e conservador); ausência de opiniões a respeito de boa parte dos issues, mesmo quando o eleitor muitas vezes dá respostas a um questionário ("pseudo-opiniões"), e, por fim, decisões que não são tomadas com base em posições frente a issues relevantes.

Na mesma linha, McKelvey & Ordeshook (1990: 281) afirmam que a pesquisa empírica revela um eleitorado que varia consideravelmente em seus níveis de preocupação com os eventos políticos e na quantidade e qualidade das fontes de informação política. Mas o nível médio de informação é espantosamente baixo para os padrões da teoria democrática tradicional.

Concluindo, embora ainda haja divergências, o diagnóstico predominante efetivamente não aponta para um alto grau de informação e "estruturação ideológica" do "eleitor médio" (ou da maioria do eleitorado). Algumas linhas de análise vão tratar



de "relaxar" as exigências feitas ao eleitor, no que tange a sua capacidade cognitiva e "estruturação ideológica". É o que será visto nas duas seções a seguir.

## **B) Ideologia, Imagem e Posicionamento.**

Como indica Singer (1998: 11/31), diferentes autores têm trabalhado com "enfoques fracos" em relação à ideologia<sup>15</sup>, no sentido de que os eleitores poderiam "mapear" certas diferenças políticas entre partidos e candidatos a partir de um ponto de vista cognitivamente menos estruturado, mas eficaz para sua decisão de voto.

Sem pretender refazer todo o percurso teórico delineado por aquele autor, o interesse aqui será centrado nos conceitos de "imagem" e de "posicionamento" propostos por Sartori (1982), que foram utilizados (especialmente o primeiro), embora de forma diferente, por Castro (1994) e Singer (1998) e serão também utilizados aqui. Sartori introduz a noção de (voto por) imagem como um termo intermediário de um contínuo, cujos extremos seriam o "voto por questão" e o voto por "identificação partidária". Com relação a este último, afirma que "os eleitores [fortemente] identificados são, supostamente aqueles que votam sempre pelo mesmo candidato ou partido, a despeito do que digam ou façam" (Sartori, 1982: 359). Quanto à imagem (partidária):

"a imagem partidária não é a mesma coisa que identificação partidária (...), é perfeitamente possível (...) várias pessoas identificarem-se com o mesmo partido embora tendo dele representações mentais muito diferentes (...). Uma imagem é, no meu entender, um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por eia transmitido. 'Bom para os trabalhadores', ou ainda melhor, 'partido dos trabalhadores' é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita, exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar à frente uns dos outros" (idem, p. 360).

---

15 O "enfoque forte" seria o que associa ideologia aos *issues*; a noção de ideologia aí teria um sentido próximo ao que Sartori (1969) chama de "ideologia política", que é assim resumido por Reis e Castro (1992: 82): "um conjunto estruturado e coerente de idéias, que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política". No mesmo diapasão vai a definição de ideologia de Hinich e Munger (1996: 11): "an internally consistent set of propositions that makes both proscriptive and prescriptive demands on human behavior (...)".

Visando utilizar um modelo espacial de competição partidária, Sartori introduz ainda o conceito de "posicionamento". Afirma que um modelo espacial se dá mal com os eleitores interessados em questões, porque as questões dificilmente podem ser reduzidas a uma única dimensão. O modelo aplica-se melhor "na suposição de que os eleitores são ideologicamente conscientes e sensíveis à imagem esquerda-direita", dada sua unidimensionalidade.<sup>16</sup> Mas é necessário introduzir o conceito de posicionamento

sob duas formulações, ou seja, percepção de posição e imagem de posição. A idéia de uma percepção de posição significa que o eleitor se coloca, e aos partidos, numa espécie de ordem espacial, numa fileira; e a idéia de imagem de posição significa que os partidos manobram precisamente para transmitir ao eleitorado uma localização espacial de si mesmos (idem, p. 363).

A partir desta formulação e após outras considerações, conclui que

"sempre que a política se desenvolve, sempre que os eleitorados têm a capacidade de abstração, e sempre que o sistema partidário é estruturado por partidos de massa, a suposição forte é a de que o voto de posição relacionado com as imagens partidárias representa a determinante única, preponderante, da escolha eleitoral" (idem, p. 364).

Estas noções de imagem e de posicionamento serão retomadas mais à frente, de forma a instrumentalizar a análise dos dados.

## **2.2. Informação, Racionalidade e Decisão Eleitoral**

Frente à tese já discutida, relativa ao baixo grau de informação e "estruturação ideológica" da maioria do eleitorado, parte do debate se desloca para a questão da racionalidade do eleitor e das implicações para o funcionamento do sistema democrático. Pois a constatação da baixa informação e estruturação ideológica

---

<sup>16</sup> Mas é interessante observar que Sartori afirma também que "um forte enfoque ideológico provavelmente produzirá congruência entre as questões e a dimensão esquerda-direita" (idem, p. 399).

contrasta fortemente com uma imagem de um cidadão racional, politicamente interessado e informado, pressuposto na teoria democrática clássica. De fato, os estudos iniciais de Columbia e Michigan concluíram pela irracionalidade do comportamento político da maioria do eleitorado norte-americano. Como assinalam Berelson et al (1954:307-310): "certos requisitos comumente assumidos para o bom funcionamento da democracia não são preenchidos pelo comportamento do cidadão 'médio' (...) O cidadão não é altamente informado sobre os detalhes da campanha (...) Em nenhum sentido rigoroso os eleitores são altamente racionais" (cit. in: Dalton & Wattenberg, 1993: 194).

Da mesma forma, em *The American Voter*, Campbell et al (1960: 543) concluem que o eleitorado "é quase completamente incapaz de julgar a racionalidade das ações do governo; conhecendo pouco as políticas específicas (...), a massa do eleitorado não é capaz de avaliar seus objetivos ou se os meios escolhidos são apropriados para assegurar estes objetivos".

O fato é que isto contrasta não só com os pressupostos da teoria democrática clássica, como também com as exigências iniciais feitas ao eleitor pela teoria downsiana. Em seu modelo, Downs define uma série de etapas na decisão eleitoral: 1º) a coleta de informação relevante para cada questão sobre a qual decisões importantes tenham sido (ou venham a ser) tomadas; 2º) a seleção, dentre a informação coletada, daquela que será usada na decisão do voto; 3º) a análise dos fatos selecionados para chegar a conclusões factuais acerca de possíveis políticas alternativas e suas conseqüências; 4º) a avaliação das conseqüências de cada provável política à luz das metas relevantes, apreciação que é valorativa antes que factual; 5º) o cruzamento das apreciações de cada questão com uma avaliação de cada partido concorrente na eleição; 6º) a tomada de decisão do voto comparando as avaliações exatas de cada partido e pesando-as para futuras contingências; 7º) o ato de votar ou abster-se efetivamente (Downs, 1957: 209).<sup>17</sup>

McKelvey & Ordeshook (1990: 281) também afirmam que há muitas discrepâncias entre, de um lado, os pressupostos da clássica teoria espacial das

---

17 Mais à frente será mostrada a forma que é utilizada pelos eleitores para minimizar essas exigências, segundo Downs.

eleições sobre o conhecimento do eleitor, e, de outro, os fatos empíricos sobre os níveis de consciência do eleitor, revelados pelas pesquisas de opinião. O pressuposto de que os eleitores conhecem as posições dos candidatos em *issues* salientes, de que eles conhecem suas próprias preferências frente a estes *issues* e de que eles conceptualizam os resultados eleitorais em termos de dimensões políticas bem definidas, parece estar em desacordo fundamental com as descobertas de décadas de pesquisas de opinião pública.

Apesar deste diagnóstico sombrio a respeito das capacidades intelectuais dos eleitores, o sistema democrático tem funcionado relativamente bem em muitos países há muito tempo. Partindo de uma citação de Berelson<sup>18</sup>, Neuman (1986) chama este problema de "paradoxo da política de massas", que poderia ser assim formulado: as evidências empíricas (de um conjunto de pesquisas eleitorais) apontam para um eleitor "médio" com baixos níveis de interesse e informação políticos; isso, porém, contrasta com os resultados do (relativamente bom) funcionamento concreto do sistema democrático-representativo.

As tentativas de solucionar este "paradoxo" podem ser enquadradas em pelo menos dois tipos de explicação:

O primeiro explica o bom funcionamento do sistema democrático, apesar dos baixos níveis de informação e de estruturação das opiniões da grande maioria do eleitorado, a partir de uma "racionalidade coletiva" do eleitorado ou dos resultados eleitorais agregados, que permitem aos políticos captar sinais importantes vindos do eleitorado (Converse, 1990; Page & Shapiro, 1992; Fiorina, 1997).

O segundo - mais próximo à preocupação deste estudo - sustenta que o eleitor, apesar de não ter muita informação, age racionalmente. Antes de analisar versões mais atuais desse tipo de resposta, vale a pena sistematizar os principais aspectos desse problema tal como aparece na obra pioneira de Downs .

Como foi visto anteriormente, o processo pressuposto pelo modelo de decisão eleitoral de Downs faz grandes exigências iniciais ao eleitor: realizar todo aquele

---

18 "Este é o paradoxo. Eleitores individuais parecem hoje incapazes de satisfazer os requisitos para o sistema democrático de governo esboçado pelos teóricos políticos... Parece notável que as democracias tenham sobrevivido através de séculos" (cit . in Neuman, 1986: 8).

processo sozinho tem um custo excessivo, para a quase totalidade dos eleitores, frente aos benefícios que eles esperam auferir da decisão de votar; além disso, o voto de cada eleitor pesa pouco na decisão. O eleitor, então, segundo Downs (1957: cap. 12), irá usar diversas formas de tentar reduzir seus custos pessoais de aquisição e processamento da informação para a tomada de decisão. Isso pode ser feito de várias formas: uma primeira é reduzir a quantidade de informação recebida; o problema é que isso aumenta a incerteza sobre a correção das informações. Em segundo lugar, o eleitor pode usar mais informação gratuita fornecida pela sociedade, ou aceitar informação subsidiada.<sup>19</sup> O problema aqui é o de que os princípios seletivos de quem subsidia as informações podem diferir daqueles do tomador de decisão, de tal forma que ele possa ser levado a tomar decisões errôneas. O cidadão pode tentar evitar isso, utilizando vários meios para checar quais fornecedores se aproximam mais de seus princípios seletivos, mas isso também tem um custo. Por fim, o eleitor pode delegar parte da tomada de decisões a outrem, através, de um lado, da utilização de aconselhamento especializado para reduzir os custos de análise da informação e, de outro, do emprego de juízos de valor explícitos de terceiros para reduzir os custos de valoração da informação.

Resumindo, quanto à questão da informação, as principais teses de Downs são as seguintes: primeiro, dados os custos de informação política e seus rendimentos relativamente baixos para a maioria do eleitorado, há pouco incentivo para se informar; segundo, a maioria do eleitorado irá racionalmente tentar obter informação mais barata (“gratuita” ou “subsidiada”) e delegar certos passos do processo decisório (análise e valoração da informação) a outras pessoas. Mas Downs alerta: há riscos em aceitar informação subsidiada e delegar a análise e a valoração da informação (especialmente a partidos e grupos de interesse).

---

<sup>19</sup> Downs alerta para o fato de que nenhuma informação é, na realidade, isenta totalmente de custos. Mas toda sociedade municia seus membros com um fluxo de informação cujos únicos custos são os de absorvê-las e utilizá-las (não incorrendo todos os outros custos apontados anteriormente). Esta é a “informação gratuita”, resultante dos contatos face a face, da necessidade de cooperação na produção, na educação, etc. O cidadão recebe também informações cujos custos de coleta, seleção e transmissão são assumidos por terceiros (governo, partidos, grupos de interesse, etc...), que têm interesse em municiar os cidadãos com suas informações. Esta é a informação subsidiada.

Uma das versões recentes mais relevantes deste segundo tipo de resposta ao "paradoxo da política de massas", seguindo ainda a teoria da escolha racional, é proposta por Popkin (1994), que a chama de "teoria da racionalidade de baixa informação". Popkin critica a utilização de certos dados dos surveys como base para julgar o grau de informação utilizado pelo eleitor ao votar: certamente a maior parte dos cidadãos não conhece muitos dos fatos básicos da política, mas avaliar os eleitores pelo que eles não sabem do "livro texto do civismo" nos impede de saber o que eles sabem e o que eles podem fazer sem saber os fatos que a tradição cívica assume que eles deveriam saber. Esse viés subestima quanta informação eles captam e processam durante as campanhas e como eles usam informações para entender os candidatos.

"O termo **racionalidade de baixa informação** descreve bem o tipo de pensamento prático sobre governo e política no qual as pessoas realmente se engajam. É um método de combinar, de forma econômica, aprendizado e informação de experiências passadas, da vida cotidiana, da mídia e das campanhas políticas. As pessoas usam 'atalhos' (shortcuts) que incorporam muita informação política; elas triangulam e validam suas opiniões em conversas com outras pessoas em quem elas confiam e de acordo com opiniões de figuras nacionais cujos julgamentos elas venham a conhecer" (Popkin, 1994: 7).

Resumindo, Popkin afirma que, a despeito das muitas formas de informação que os eleitores adquirem no seu cotidiano, há grandes falhas em seu conhecimento sobre o governo e a política. Para superar essas limitações, eles usam atalhos (shortcuts) para obter e armazenar informações e avaliá-las. Além disso, os eleitores agem como bombeiros, que esperam sinais de alarme, ao invés de patrulhar continuamente, como policiais. Isso os resguarda de ter que se informar continuamente sobre muitos assuntos. É mais sensato usar (como "atalhos") informações vindas de pessoas em quem eles confiam - comentaristas políticos, p/ex., que são "patrulheiros" ("news junkies") (Popkin, 1994: 49).

## - As "questões de valência"

Um grande número de trabalhos recentes (entre os quais os de McKelvey & Ordeshook, 1990; Sniderman et al., 1990 e Iyengar, 1990; Lupia e McCubbins, 1998) segue mais ou menos esta perspectiva. Wattenberg (1991), seguindo Fiorina (1981), afirma que a ênfase de Downs em que os eleitores buscam informações mais fáceis (baratas) de obter está em acordo com resultados de surveys que mostram que os eleitores prestam pouca atenção em política. Mas questiona sua escolha da ideologia, dada a existência de critérios mais fáceis. Acaba por seguir Stokes (1966), que diz que muitas questões cruciais não envolvem cursos alternativos de ação. A avaliação de desempenho é uma dessas questões. Downs menciona considerações de desempenho, mas apenas como considerações secundárias para avaliar a utilidade ganha. Em seu modelo, as taxas de desempenho entram no processo de decisão do eleitor quando ele acha que ambos os partidos têm as mesmas plataformas e políticas. Teóricos não só da *rational choice* têm se concentrado nos custos mais baixos de informação associados com desempenho, em oposição a fatores ideológicos.

Miller & Wattenberg (1985) retomam também a diferenciação feita por Stokes (1966), entre o que chamou de "*position issues*", de um lado, e "*valence issues*", de outro: os primeiros seriam questões (temas) de tipo mais propriamente "político", a partir das quais os eleitores avaliarão governos, partidos e candidatos, segundo as alternativas políticas propostas pelos diferentes atores políticos. As últimas seriam questões a partir das quais o eleitor avalia governos, partidos ou candidatos a partir de seu desempenho em relação a alguma condição avaliada positiva ou negativamente (de forma mais ou menos consensual): "o que é crítico neste caso não são os meios pelos quais um problema é resolvido (isto é, preferências políticas), mas sim se o problema foi ou não resolvido (isto é, desempenho administrativo)" (Miller & Wattenberg, 1985: 359).

Da mesma forma, Miller & Shanks (1996) distinguem dois tipos de questões (*issues*) a partir dos quais os eleitores avaliam governos, partidos e candidatos: de um lado, questões mais propriamente políticas (*policy-related issues*), que refletem conflitos de opiniões políticas no interior da sociedade sobre quais são os objetivos a

serem atingidos pela ação política (especialmente a governamental) e por quais meios.

De outro lado, um segundo tipo de questões, que

"é baseado em amplo consenso (ao invés de conflito) entre os eleitores a respeito daquelas circunstâncias que são desejáveis (como uma economia forte) ou indesejáveis (como a poluição). Questões baseadas em objetivos consensuais a serem desenvolvidos pelos políticos no governo são avaliadas positivamente quando as condições presentes são percebidas como boas e negativamente quando as condições são percebidas como más" (Miller & Shanks, 1996 : 370).

A diferenciação original, feita por Stokes, entre "position issues" e "valence issues" é mencionada também por Sartori (1982:361), tendo sido traduzida através dos termos "questões de posição" e "questões de valência". Estes serão os termos utilizados para diferenciar, ao longo do trabalho, alguns dos principais fatores explicativos do voto.

Outros autores, como Rahn et al. (1990), seguindo raciocínio semelhante a este acima, de que outros modelos de escolha eleitoral demandam menos informação e habilidade de calcular por parte dos eleitores do que os modelos espaciais de competição eleitoral, apontam que a avaliação feita pelos eleitores das características pessoais dos candidatos (e não só a avaliação dos programas de seus partidos, ou mesmo só a avaliação de desempenho de governos) têm um papel central na escolha eleitoral (ver seção 2.4).

### **2.3. Avaliação De Desempenho e Voto**

Seguindo o filão aberto por Key (1956), Stokes (1966) e outros, desenvolveu-se um grande debate na literatura internacional sobre a importância da avaliação que os eleitores fazem a respeito do desempenho do governo (e dos partidos e candidatos), em sua decisão do voto. Os principais pontos deste debate serão resenhados no item 2.3.1. Além disso, no interior deste debate há toda uma linha de estudos sobre o peso específico das condições econômicas (ou do desempenho



econômico do governo) na avaliação de desempenho geral do governo e na decisão de voto. Os principais argumentos aí esgrimidos são resenhados no item 2.3.2.

### **2.3.1. Avaliação de Desempenho do Governo**

A tese central em debate aqui é a de que a avaliação que os eleitores fazem a respeito do desempenho do governo (ou dos partidos e candidatos) influencia o voto: eleitores que avaliam o desempenho do governo como bom tendem a votar no candidato do governo e eleitores que avaliam o desempenho do governo como ruim tendem a votar na oposição.

Além disso, outras questões importantes no debate são: a) ao votar, o eleitor toma como referência o desempenho passado (avaliação retrospectiva) ou a expectativa de desempenho futuro (avaliação prospectiva)? b) os eleitores avaliam políticas (meios) ou resultados globais da ação política? c) quais variáveis são relevantes na avaliação que o eleitor faz do desempenho governamental ?

Como pano de fundo de todo esse debate está o problema da “responsabilidade governamental” (“accountability”), que é assim definida por Cheibub e Przeworski, 1997:50): “governos são responsáveis na medida em que os cidadãos podem discernir se os governantes estão agindo de acordo com os seus interesses e sancioná-los apropriadamente, de forma que os governantes que satisfazem os cidadãos permanecem em seus postos e aqueles que não satisfazem perdem suas posições”.

Uma obra central nesta perspectiva é a de Fiorina (1981). Por sua importância no conjunto deste debate, ela será resenhada detalhadamente aqui, de forma a esclarecer os principais pontos da discussão. Fiorina começa por diferenciar dois modelos de voto retrospectivo existentes na literatura: o primeiro seria o que chama de “teoria tradicional do voto retrospectivo”, cuja referência central é a obra de Key (1966) e o segundo é o modelo downsiano.

No modelo de Key o voto seria puramente retrospectivo: os eleitores votam para punir ou recompensar os governantes por sua performance passada, segundo o

juízo do eleitor. O que o eleitor julga não são as **políticas** específicas (os **meios**) adotadas pelos governantes, mas os **resultados** globais da administração. “Cidadãos usam seus votos para indicar confiança ou falta de confiança na administração em exercício (*incumbent administration*). O apoio eleitoral ratifica o pacote das políticas e atividades dos governantes (*incumbents*). Oposição significa o desejo de um pacote diferente” (Fiorina, 1981: 45). Não há, aqui, comparação entre as **propostas** (ou mesmo a **performance**) do governo e as propostas da oposição; apenas avaliação da performance do governo: avaliação positiva leva ao voto no governo; negativa, na oposição.

No modelo de Downs (1957), segundo Fiorina, o voto retrospectivo é um elemento usado pelo eleitor como forma de economizar custos da decisão de votar. Conhecimento da performance passada seria mais barato de adquirir do que todas as informações necessárias para avaliar as propostas futuras dos candidatos. Além disso, em virtude de ter sido experimentada, a performance passada é um tipo de informação mais confiável do que promessas para o futuro. O eleitor, na realidade, compararia a performance passada do político no governo com as propostas para o futuro, feitas pelo seu opositor, porque isso é mais concreto do que comparar dois hipotéticos ganhos de utilidade futuros.<sup>20</sup>

Assim, segundo Fiorina, o voto retrospectivo de Downs é um meio para o voto prospectivo. Além disso, diferentemente do modelo de Key, o que é julgado não é o resultado final, mas as políticas adotadas pelos governantes (suas posições concretas quanto a *issues* relevantes).

A questão central proposta em seu trabalho será, então, a seguinte: em que medida os eleitores votam prospectivamente (avaliando apenas as propostas dos partidos e candidatos para o futuro); em que medida eles usam a performance passada como um preditor do futuro (Downs) e em que medida eles apenas reagem, punindo ou recompensando performances passadas (Key)? A conclusão a que chegará é que a decisão eleitoral é baseada em uma mescla de voto retrospectivo e prospectivo.

---

20 Na realidade o eleitor compararia, no caso de achar as plataformas dos partidos idênticas, o desempenho do partido no poder com o desempenho passado dos partidos no poder.

### 2.3.2. O Voto Econômico

No interior do debate sobre a influência da avaliação de desempenho, destaca-se o debate sobre o peso da economia (ou do desempenho econômico do governo) na decisão de voto. A linha central de argumentação que norteia esse debate é a de que a avaliação que os eleitores fazem do governo é fortemente influenciada pelo estado da economia. Além disso, a avaliação a respeito do governo influencia o voto; portanto, as condições econômicas influenciam o voto.<sup>21</sup>

A produção sobre o tema é imensa, mas uma pequena amostra dela pode dar uma idéia da ausência de consenso. Uma parte da literatura analisa diretamente as relações entre condições econômicas efetivas e o voto. Kramer (1971) e Tufte (1975), em análises clássicas a respeito do impacto da economia sobre o voto no Congresso norte-americano, apontam que variações ao longo do tempo em alguns dos principais indicadores econômicos se correlacionam com o voto no partido do presidente. Lewis-Beck (1988), em um dos mais importantes estudos sobre o tema, englobando as principais nações industrializadas, mostra que a economia influencia as eleições. Por outro lado, Paldam (1991), analisando 197 eleições em 17 países, encontra efeitos desprezíveis da economia na explicação dos resultados eleitorais. Powell & Whitten (1993), analisando mais de 100 eleições em 19 países, entre 1969 e 1988, embora não descartem o voto econômico, apontam a necessidade de incorporar variáveis políticas (imagem ideológica do governo; clareza da responsabilidade política frente à economia, por parte do eleitorado, etc.) no modelo. Cheibub & Przeworski (1997), analisando 135 países entre 1950 e 1990 concluem que as condições econômicas não são decisivas na manutenção (ou queda) dos chefes de governo neste período.

Estudando 21 eleições na América Latina, Remmer (1991) conclui que a crise econômica dos anos 80 corroeu o apoio aos governos em exercício, que foram majoritariamente derrotados. A magnitude da mudança eleitoral esteve diretamente relacionada com a profundidade da crise econômica no período pré-eleitoral (variações

---

21 Esta seria a forma "retrospectiva" do voto econômico. Uma visão alternativa (ou complementar) mais "prospectiva" partiria da seguinte pergunta: qual dos candidatos (ou partidos) levaria, se eleito, a uma melhor situação econômica (para o país ou para o eleitor, individualmente) ?

nas taxas de câmbio, produto interno bruto, e inflação tiveram altas correlações com vários indicadores de resultados eleitorais). Echeagaray (1996), afirma que as variáveis econômicas são importantes para entender as flutuações nas votações dos governantes na América Latina, mas uma vez que o impacto dessas variáveis seja controlado por outras variáveis não-econômicas, essa importância se reduz. Em tempos de prosperidade, por exemplo, a influência da economia declina e crescem os efeitos da liderança política, do partidarismo, do "desempenho democrático" e do apelo pessoal dos candidatos. Além disso, a menos que as flutuações econômicas ultrapassem certos limiares críticos, podem confrontar-se seja com a tolerância pública, seja com outras prioridades não-econômicas, tudo isso resultando na diminuição da importância do voto econômico.

Lewis-Beck (1991), fazendo um balanço, afirma que a literatura aponta que o efeito da economia nas eleições depende dos valores de outras variáveis, como o contexto temporal das eleições (em alguns momentos os *issues* econômicos têm maior importância e em outros, menor) e o tipo de eleição (local ou nacional; legislativa ou para o executivo). Além disso, em alguns países o impacto parece ser maior do que em outros. Diferenças metodológicas entre os estudos também podem influenciar nos resultados.

Estes debates servirão para balizar a análise que será feita a respeito da influência da avaliação de desempenho do governo e especialmente de seu desempenho na área econômica ao longo do trabalho (capítulos 3 a 6)<sup>22</sup>

---

22 Outra temática importante diz respeito à seguinte questão: ao avaliar a economia e ao votar, o eleitor toma como referência a sua situação financeira pessoal ("*pocketbook voting*") ou a situação econômica nacional ("*sociotropic voting*")? Um outro filão, ainda, de pesquisas relacionando economia e política (e mais especificamente as eleições) é o da literatura sobre os "ciclos econômico-eleitorais" ("*political business cycles*"), que aponta o impacto negativo das eleições sobre a política econômica do governo. Segundo essa perspectiva, as ações do governo visam manipular os gastos públicos de forma a obter melhores índices de aprovação no período eleitoral. Isso resultaria frequentemente em instabilidade e ineficiência econômicas. Estas temáticas, apesar de sua relevância, fogem ao escopo do presente trabalho.

## 2.4. Avaliação de Candidatos

Até recentemente predominava fortemente na literatura internacional a idéia de que, enquanto o voto mais racional seria o voto baseado em *issues* - ou seja, na comparação feita pelo eleitor entre as suas próprias posições em relação a diversas questões e as posições políticas dos candidatos e partidos -, o voto baseado em características pessoais dos candidatos seria em grande parte "irracional". O julgamento do eleitor seria baseado em critérios superficiais, como a aparência ou o "estilo" do candidato e, além disso, seria emocional, sujeito a amplas possibilidades de manipulação.

A partir da década de 80, porém, uma nova abordagem aparece na literatura; sem descartar totalmente a possibilidade de um certo grau de manipulação das imagens dos candidatos, essa literatura, porém, não compartilha do diagnóstico de que a avaliação feita pelos eleitores a respeito dos candidatos seja meramente emocional, irracional e efêmera.

Fiorina (1981), p/ex., sustenta que as avaliações dos candidatos (feitas pelos eleitores) recaem em três categorias: avaliações que explicitamente incluem o candidato em julgamentos retrospectivos (a partir de performances governamentais passadas) ou prospectivos (a partir das propostas para o futuro); avaliações centradas em características pessoais relevantes para sua habilidade de governar (competência, inteligência, etc...) e avaliações baseadas em características físicas e de personalidade (simpatia, beleza, etc...) que são independentes da habilidade para governar. Segundo Fiorina, as evidências empíricas sugerem que, a despeito da ênfase dada por parte da discussão acadêmica, essas últimas qualidades são pouco relevantes na avaliação global do candidato.

Miller et al. (1986), analisando dados de pesquisas americanas, concluem que as avaliações a respeito de candidatos se concentram em preocupações instrumentais sobre a maneira como o candidato conduz os problemas governamentais. As três dimensões mais importantes da imagem de um candidato seriam: integridade, confiabilidade e competência. Além disso, haveria evidências (Glass, 1985 e Miller

et al., 1986) de que são os eleitores com maior nível educacional os que mais provavelmente avaliam os candidatos em termos destes atributos pessoais.

Rahn et al. (1990), a partir da análise de eleições presidenciais norte-americanas, concluem que o processo de avaliação das qualidades profissionais e pessoais dos candidatos têm um papel central na decisão final do voto. Essas avaliações não são nem idiossincráticas nem superficiais; são fundadas em processos diários de formação de impressões e são muito razoáveis, dadas a natureza das questões em julgamento e do ambiente informacional. A campanha presidencial é, ao final, uma disputa entre duas pessoas altamente visíveis. A campanha em si e sua cobertura na mídia fazem as informações pessoais serem facilmente acessíveis. O contexto político, porém, modifica o processo de avaliação de caráter (em relação ao que é feito no cotidiano das pessoas). Os eleitores estruturam suas avaliações das qualidades dos candidatos em termos de liderança política e competência. Estes julgamentos são relacionados com variáveis políticas como preferência partidária, posições frente a *issues* e ideologia. Finalmente, diferenças de conhecimento entre eleitores, embora importantes em algumas questões, não resultam em processos diferentes de avaliação dos candidatos por duas razões: a primeira é que avaliações das qualidades pessoais dos indivíduos ocorrem natural e espontaneamente no mundo social; a segunda: os indivíduos têm uma variedade de fontes de informação para fazer estas avaliações. Algumas dessas informações são transmitidas na forma de "pistas" (*cues*) claras. Outras informações, como as posições dos candidatos frente a *issues*, são muito consistentes entre diversos *issues*. Conhecimento de apenas uma ou duas posições dos candidatos pode permitir à maioria das pessoas avaliar como se tivessem se baseado em um conhecimento substancial das posições dos candidatos frente a muitos *issues*. Uma característica importante do conjunto completo de informações é que boa parte delas é redundante, ou seja: filiação partidária, ideologia e as posições dos candidatos frente a *issues* geralmente apontam todas na mesma direção. Portanto, os indivíduos podem atentar para alguma ou para todas as fontes de informação para guiar suas avaliações e, em muitos casos, podem ser levados à mesma avaliação, a partir de cada fonte. O resultado é um processo de avaliação dos candidatos que é marcadamente similar através dos diferentes estratos do eleitorado.

Da mesma forma, Popkin (1994) destaca o papel da avaliação dos candidatos (e não só dos partidos) na decisão eleitoral. Eleitores analisam candidatos e formam imagens deles usando os mesmos tipos de atalhos que usam para formar suas visões sobre os partidos, mas as posições dos candidatos frente aos *issues* não são o único critério nesta avaliação. Assim, em primeiro lugar, eleitores se importam com as **preferências políticas** dos candidatos porque partidos exercem fracos controles sobre presidentes; em segundo lugar, eleitores se importam com a **competência** dos candidatos, seja porque eleitores não acompanham a maioria das atividades governamentais (nem as propostas de seus oponentes), ou porque há situações não previstas, no futuro, que dependem de uma capacidade geral de lidar com elas e não só de posições prévias, ou ainda porque a competência afeta a possibilidade do candidato (se eleito) transformar suas propostas em realidade. Finalmente, eleitores se preocupam com o **caráter** dos candidatos porque não podem "ler" facilmente sua moralidade e suas preferências públicas verdadeiras. Por isso estimam sua moralidade e sinceridade públicas a partir de seu caráter e moralidade privados.

Concluindo, de acordo com essa literatura, não é irracional utilizar tais tipos de qualificações pessoais (com repercussões sobre a capacidade de governar e/ou de cumprir promessas) para a avaliação de candidatos. De outro lado, se o eleitor "sabe" que o candidato é incompetente ou desonesto, não é racional para ele gastar tempo para conhecer todas as propostas desse candidato e avaliá-las.

Na literatura e mídia nacionais, o papel da avaliação que o eleitor faz dos candidatos é, em muitos casos, negligenciado ou visto com desconfiança. O voto que é decidido tendo como uma das motivações centrais este tipo de avaliação é descrito muitas vezes como "personalista", visto como uma forma inadequada de tomada de decisão, comparado a um "voto ideológico", pelo qual o eleitor escolheria o partido cujas idéias políticas mais se aproximasse das suas. Embora este último tipo de voto esteja teoricamente mais de acordo com as expectativas da teoria democrática, parece haver cada vez mais consenso na literatura internacional que ele não é majoritário no conjunto do eleitorado, até porque ele implica um conjunto de exigências cujo custo o

"eleitor comum" não pode (ou não está disposto a) pagar.

Sem desejar valorizar uma decisão de voto baseada principalmente na avaliação dos candidatos, o que se pretende aqui é sugerir que talvez valha a pena tentar entender melhor um dos processos que parecem relevantes na escolha de parcela significativa do eleitorado, sem descartar a priori a análise desse tipo de escolha a partir de sua rotulação como um voto "irracional" ou "baseado em critérios superficiais", fruto de nosso "subdesenvolvimento político-partidário". A análise que será feita ao longo dos capítulos 3 a 5 sobre a influência da avaliação que os eleitores fazem das características pessoais dos candidatos terá como referencial esta perspectiva delineada acima.



## PARTE 2 - O VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989, 1994 E 1998

### Introdução: Hipóteses, Base Empírica e Procedimentos Metodológicos.

A análise que se segue examina de forma sistemática as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, tentando dimensionar as possíveis influências dos seguintes fatores sobre a decisão de voto do eleitor:

- 1º) a avaliação feita pelo eleitor do desempenho do governo em exercício, especialmente o desempenho na área econômica (teses do voto retrospectivo e econômico);
- 2º) a avaliação feita pelo eleitor dos atributos pessoais dos candidatos, em especial algumas qualidades relevantes para a capacidade de governar: experiência/capacidade técnico-administrativa, honestidade; credibilidade;
- 3º) as imagens políticas que o eleitor forma dos candidatos e/ou partidos;
- 4º) a escolaridade.

Quanto à hipótese da influência das **imagens políticas** formadas pelos eleitores dos candidatos e/ou partidos, para esclarecer o significado dado aqui a esta noção, é útil reexaminar as formas como Castro (1994) e Singer (1998) se utilizam do conceito de imagem proposto por Sartori (analisado na seção 2.1). Castro, analisando a eleição de 1989, toma a idéia de imagem partidária, adaptando-a a nosso contexto (em que o sistema partidário não havia se estruturado, segundo a autora), através da idéia de imagem dos candidatos.<sup>23</sup> Além disso, irá privilegiar o posicionamento não em relação a uma escala esquerda-direita, mas sim a partir da polaridade "defesa dos interesses dos trabalhadores" x "defesa dos interesses das elites". O candidato que conseguisse formar a imagem de defensor dos interesses populares teria grande

---

23 Com base em conclusões de diversos artigos publicados em Lamounier & Cardoso (1975), Reis (1978) e Fleisher (1981) sobre o sistema partidário anterior, Castro afirma que na década de 70 e início da década de 80, quando havia um sistema partidário estruturado, o voto estaria associado às imagens que os eleitores faziam dos partidos.

probabilidade de ganhar o voto dos eleitores de baixa sofisticação política, já que esta imagem seria o determinante central de sua decisão.

Já Singer irá se apoiar, além de em Sartori, também no índice de "identificação" ou "sentimento" ideológico, proposto por Levitin e Miller (1979), para formular seu conceito de identificação ideológica. Toma como eixo em torno do qual se formam as imagens de candidatos e partidos, o contínuo esquerda-direita. Outra diferença entre Castro e Singer é que este último aponta a importância de pelo menos um partido (o PT) na estruturação ideológica do campo eleitoral. Se no período pré-64 esta estruturação já ocorria, a emergência, agora, de um partido de esquerda ideologicamente nítido irá ampliar esta tendência: "a presença competitiva do PT, tanto em 1989 quanto em 1994, estrutura o campo ideológico-eleitoral (...) Os partidos, candidatos e (...) o próprio público situado ao centro e à direita mobilizaram-se em oposição à esquerda" (Singer, 1998: 8). Na realidade, sua ênfase não é nas "imagens" que os eleitores formam dos candidatos, mas no posicionamento dos próprios eleitores na escala esquerda-direita, que estariam associados, por sua vez, a algumas de suas concepções políticas específicas. Esta "identificação ideológica" dos eleitores, por sua vez, seria estável ao longo do tempo. A expectativa central, porém, no que diz respeito ao voto, é a mesma presente no que Sartori chama de um "voto de posicionamento relacionado às imagens" (partidárias, no caso de Sartori): a de que o eleitor escolha um partido (ou candidato, em nosso caso) cuja localização no contínuo esquerda-direita (tal como percebida pelo eleitor) seja próxima da sua própria posição.

Dada a relevância das proposições feitas nos trabalhos de Castro e Singer, a hipótese de um "voto de posicionamento relacionado às imagens políticas dos candidatos e/ou partidos" - seja a partir de um posicionamento numa escala esquerda-direita, seja a partir de um posicionamento frente à polaridade "defesa dos interesses dos trabalhadores" x "defesa dos interesses das elites" - será testada ao longo do trabalho, considerando, além disso, em que medida estes tipos de votos se efetivariam entre os diferentes eleitores, segundo seus graus de escolaridade.

Chamamos aqui de "políticas" a essas imagens dos candidatos e/ou partidos, porque referem-se a "questões de posição" e não a "questões de valência", conforme

a distinção feita na seção 2.2. Como é justamente esta distinção que será privilegiada neste trabalho - de forma a tentar demonstrar a relevância da avaliação de desempenho de governos e candidatos - e visando certa economia de linguagem, optou-se por tratar sob uma mesma denominação ("voto de posicionamento relacionado a imagens políticas"), aqueles dois tipos de comportamento propostos pelos dois autores como centrais na decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras. Assim, embora as diferenças entre estes tipos de comportamento vão ser mostradas ao longo do trabalho, a ênfase aqui será em tratá-los como parte de um tipo de decisão a partir de critérios mais propriamente políticos, contrapondo-o a um outro tipo de decisão a partir de critérios mais centrados em desempenho administrativo frente a objetivos consensuais (ou quase).

Quanto à **escolaridade**, é tomada aqui como um indicador da "sofisticação política" do eleitor. Este construto envolve - na operacionalização dada a ele por Neuman (1986) e utilizada no Brasil por Castro (1994) - diversas dimensões (já descritas na Nota 5); como pouquíssimos dos *surveys* aqui utilizados contêm dados sobre estas dimensões, isso impede a operacionalização da variável "sofisticação política". De qualquer forma, apesar de não ser tão preciso quanto a "sofisticação política", o grau de escolaridade tem a vantagem de ser um indicador mais simples, intuitivo e fácil de medir (portanto, mais barato), sendo, para as finalidades do presente trabalho, um indicador suficientemente bom para diferenciar, grosso modo, os graus de capacidade cognitiva dos eleitores e algumas das principais modalidades de decisão dos eleitores, que variam segundo essa capacidade.<sup>24</sup>

A ênfase, portanto, não será verificar variações na decisão de voto diretamente

---

24 Quanto à relação entre as variáveis escolaridade e "sofisticação política", Castro (1994) mostra que as duas variáveis não são intercambiáveis; ao longo de seu trabalho porém, há vários momentos em que a autora usa de forma intercambiada as noções de sofisticação política e de "posição social" (p/ex. trechos na p. 206 e na p. 209). Silveira (1996: 145/6), por sua vez, embora não use explicitamente a noção de "sofisticação política", afirma que "o saber político está geralmente associado a certas características contextuais, especialmente aos níveis de escolaridade. Os eleitores mais escolarizados geralmente possuem, ao menos, o conhecimento das noções políticas básicas, dos critérios lógicos de pensamento e dos problemas políticos relevantes. Apenas uma pequena parte dos eleitores menos escolarizados adquire saber político em função de experiências profissionais e de envolvimento político através de atividades associativas, sindicais e religiosas. A grande maioria dos escassamente escolarizados possui baixos níveis de saber político."

dependentes do grau de escolaridade (ou "sofisticação política") do eleitor, mas analisar o relacionamento de cada uma das variáveis acima com o voto, segundo o grau de escolaridade dos eleitores. Interessará saber, por exemplo, se o grau de correlação entre o autoposicionamento numa escala esquerda-direita e o voto é o mesmo para eleitores com diferentes graus de escolaridade. Uma suposição possível é a de que a correlação aumenta com a escolaridade, já que idealmente uma concordância entre aquele autoposicionamento do eleitor e seu voto exige, do ponto de vista cognitivo: a) um mínimo de compreensão do que sejam categorias como "esquerda" e "direita"; b) o posicionamento "consciente" do eleitor frente àquela escala (o que implica a comparação entre as posições do eleitor frente a temas políticos e as posições "de esquerda" e "de direita" em relação àqueles temas); c) a identificação do posicionamento esquerda-direita dos candidatos. Obviamente todo esse processo - "ideal" - demanda um certo grau de "sofisticação política" (medida aqui indiretamente pela escolaridade), levando à previsão de um maior grau de concordância (correlação) entre autoposicionamento e voto entre os mais escolarizados.

Porém, esta concordância poderia ocorrer sem necessariamente demandar do eleitor, especialmente do eleitor de baixa "sofisticação política", todo esse esforço. Talvez ele possa votar em consonância com certa "percepção da posição" dos candidatos nessa escala, a partir das "imagens" que deles forma; seria o "voto de posição relacionado às imagens dos candidatos", de Sartori e que Singer chamaria de voto por "identificação ideológica". Dado que em termos cognitivos, o grau de exigência para que o eleitor forme uma imagem deste tipo (vaga, difusa) é bem menor do que para formar uma visão estruturada das diversas posições políticas dos candidatos, o grau de correlação entre o posicionamento numa escala esquerda-direita e o voto não deveria ser muito diferente para eleitores com diferentes graus de escolaridade.<sup>25</sup>

---

25 A consonância entre o posicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e seu voto pode em alguns casos ser fruto do acaso. Mas as chances disso ocorrer são relativamente pequenas. Além disso, se houver diferenças significativas e sistemáticas nos coeficientes de correlação entre aquelas variáveis, segundo o grau de escolaridade dos eleitores, essas diferenças não poderão ser creditadas ao acaso.

O mesmo tipo de estudo será feito para analisar a associação do voto com avaliação de desempenho do governo em exercício, de um lado, e com a avaliação de candidatos, de outro. Seguindo a perspectiva da "teoria da racionalidade da baixa informação" (Popkin, 1994), a suposição aqui é a de que estas avaliações - em especial em certos contextos em que o impacto das ações governamentais são nítidas e em que os principais candidatos têm uma história de vida conhecida - baseiam-se em informações "mais baratas" do que a "ideologia", não devendo haver, portanto, diferenças muito grandes entre os eleitores de diferentes graus de escolaridade, quanto ao uso dessas avaliações em sua decisão de voto.

Secundariamente serão testadas ainda a possível influência da preferência partidária do eleitor na decisão de voto (tese do voto por "identificação partidária") e a hipótese de um "voto ideológico", em sentido "forte"; além disso, será analisado se o autoposicionamento do eleitor em uma escala esquerda-direita se correlaciona com suas opiniões em relação a diversas questões políticas. Trata-se de tentar verificar, seguindo o que fez Singer (1998), se há "visões de mundo" diferentes entre os eleitores que se localizam em diferentes posições daquela escala e, em caso positivo, quais os conteúdos centrais destas "visões de mundo". Em particular será testada a hipótese proposta por Singer; de que o conteúdo substantivo que diferencia os "eleitores de esquerda" dos "eleitores de direita" está relacionado com as opiniões que eles teriam em relação à polaridade: "mudanças via mobilização popular" (esquerda) x "mudanças via reforço da autoridade repressiva do Estado" (direita).

Antes de definir os procedimentos, cabe mencionar a base empírica que será utilizada, bem como suas principais limitações. A base empírica é bastante heterogênea, contando com diversos surveys realizados pelos institutos Datafolha (alguns deles feitos em convênio com o Cedec e a USP), Ibope, Vox Populi, Sensus e pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.<sup>26</sup> Embora se trate de uma base bastante heterogênea, reúne *surveys* que abrangem todas as eleições

---

26 Um *survey* realizado em Belo Horizonte sob a coordenação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais foi utilizado de forma complementar na análise de uma questão específica (a forma como o eleitorado "captou" a idéia de "marajá" na campanha de Collor em 1989):

presidenciais (1989, 1994 e 1998), bem como outros sobre opiniões políticas dos eleitores, realizados em períodos não-eleitorais. Foram coletados ainda, no arquivo do Datafolha, dados adicionais sobre opiniões políticas dos eleitores ao longo do período 1987/98.<sup>27</sup>

Infelizmente, não foi possível contar com nenhum levantamento de dados primários (através de surveys), mais adequados aos testes das hipóteses. Deste modo, os surveys disponíveis apresentam várias limitações, do ponto de vista dos objetivos da presente pesquisa. Em primeiro lugar, nenhum deles cobre todas as variáveis (relativas às hipóteses testadas nesta pesquisa) cujo peso se pretendia comparar; segundo, os surveys não mantêm, ao longo do tempo, perguntas relativas às mesmas variáveis, impedindo o teste, para as três eleições presidenciais, de um mesmo modelo (mesmo que incompleto) e terceiro, no que tange às qualidades pessoais dos candidatos, o tipo de questões disponíveis não são comparáveis com as questões utilizadas para avaliar a influência das demais variáveis sobre o voto.

De qualquer forma, a base analisada reúne parte substancial do material empírico disponível no país para o período estudado, permitindo testar de forma sistemática para as três eleições presidenciais recentes as diversas hipóteses de pesquisa.

Cabe nesta Introdução esclarecer os procedimentos metodológicos seguidos na análise dos dados. Certamente procedimentos mais apropriados para avaliar o grau de influência de cada uma das variáveis, para cada eleição, envolveriam a utilização de algum tipo de análise multivariada. Procedimentos deste tipo permitiriam incluir todas as variáveis potencialmente relevantes num mesmo modelo (através de uma equação) em que os coeficientes, que seriam indicadores aproximados dos efeitos de cada variável sobre o voto, seriam calculados "como se tudo o mais permanecesse constante". No entanto, considerando aquelas limitações da base empírica utilizada, não foi feito no âmbito dessa pesquisa um esforço para elaborar um modelo de análise a partir da utilização deste instrumental, dada a inviabilidade de

---

27 O Apêndice II.1 detalha informações (período da aplicação dos questionários e metodologia) sobre os surveys utilizados.

aplicá-lo aos dados disponíveis.<sup>28</sup>

Devido ao fato de as diversas variáveis acima não estarem disponíveis conjuntamente em nenhum *survey*, serão usados diversos deles, tentando cobrir a análise das relações de cada variável individualmente com o voto em cada eleição. De forma a tornar mais robusta a análise e afastar o risco de apresentar apenas os dados que tendem a corroborar as hipóteses aqui defendidas, para cada estudo serão utilizados todos os *surveys* disponíveis que contenham os dados sobre as variáveis cuja relação com o voto será analisada.

Considerando as limitações apontadas, os procedimentos utilizados para testar as hipóteses e aprofundar o conhecimento de outros aspectos relevantes do comportamento eleitoral foram os seguintes:

a) Análise comparativa das correlações entre a intenção de voto ("variável dependente") e diversas das variáveis apontadas mais acima, a partir dos vários *surveys* disponíveis, para cada eleição. Esta não é, certamente, a forma ideal para testar as hipóteses em estudo, pois ela impede de verificar como todas as variáveis se comportariam conjuntamente em relação ao voto. Mesmo tendo consciência dos limites dessa metodologia - inadequada para a formulação de um modelo explicativo do voto que leve em consideração os efeitos das diversas interações entre as variáveis - acredito que este procedimento possa nos dar pelo menos uma idéia de quais são as variáveis mais relevantes (e, que, portanto, deveriam entrar em tal modelo), comparando-se estes coeficientes de correlação. Em relação a essa comparabilidade, foi feito um esforço no sentido de utilizar um tipo semelhante de operacionalização para todas as variáveis (todas operacionalizadas como variáveis ordinais, com a exceção apontada no item b abaixo), de forma a permitir o cálculo de um mesmo tipo de coeficiente de correlação (Gama) entre o voto e cada uma das variáveis em estudo. Embora o grau de adequação desse tipo de operacionalização não seja o mesmo para todas as variáveis, julgamos que o que eventualmente se perca com uma operacionalização desse tipo é compensado pela possibilidade de comparação das

---

28 Acreditamos que um efetivo avanço da pesquisa sobre comportamento eleitoral no país deva levar em consideração um esforço nessa direção, envolvendo também a elaboração de questionários com perguntas que permitam incorporar conjuntamente e de forma mais proveitosa as principais variáveis consideradas pela literatura como tendo potencial influência sobre o voto.

análises de correlação entre cada uma das variáveis em estudo e o voto.

b) Análise de respostas espontâneas a questões sobre motivos do voto. Embora introduza problemas de comparabilidade com os demais tipos de questões aqui utilizadas (que permitem realizar análises de correlação entre a intenção de voto e cada uma das variáveis cuja possível influência é testada), este tipo de questão será utilizado, em primeiro lugar porque uma análise preliminar mostrava que alguns dos motivos mais apontados para o voto eram relacionados com a avaliação de certas qualidades pessoais dos candidatos que não eram adequadamente captadas por outros tipos de questões na grande maioria dos *surveys* - que, ou não introduziram perguntas relativas a esta dimensão, ou as perguntas utilizadas davam margem a um processo de "racionalização" (ou "projeção"), por parte dos eleitores, potencialmente muito forte. Além disso, essa é uma variável considerada como muito relevante por parte da literatura internacional, como foi visto anteriormente, e tem sido, a nosso ver, subestimada ou avaliada como inadequação da decisão de voto por parte do eleitor, na literatura brasileira.

Este tipo de questão também será utilizado para uma avaliação aproximada da força da tese do voto no candidato defensor dos interesses dos trabalhadores, dado que as questões existentes nos *surveys* disponíveis apresentavam os mesmos problemas apontados acima. Note-se que alguns dos principais problemas do uso de questões "abertas" sobre o motivo do voto, segundo a literatura, seriam, de um lado a dificuldade de verbalização que grande parte do eleitorado teria e, de outro, a menor probabilidade de se mencionar aspectos do processo decisório que, apesar de menos "próximos" (em termos temporais ou causais) da decisão final do voto, influenciam efetivamente esta decisão. Em relação ao tipo de resposta que caracterizaria um voto por imagem dos candidatos com base nos interesses que eles defendem, esses problemas não parecem ser muito significativos: uma resposta do tipo "votoi nele porque defende os trabalhadores" não parece fora do alcance cognitivo da grande maioria dos eleitores; além disso, este seria um tipo de elemento que potencialmente poderia ser "lembrado" pelo eleitor, já que não seria um fator "distante" (temporalmente ou na cadeia de causalidade) da sua decisão eleitoral. Não haveria, assim, um risco

---



significativo de se estar subestimando o peso de um voto deste tipo ao tentar uma mensuração aproximada a partir da resposta dos eleitores às questões "abertas" sobre os motivos de seu voto.

Vale a pena destacar que mesmo com limitações como estas, este tipo de questão é usado em vários estudos importantes, como os de Miller e Wattenberg (1985) ; Miller, Wattenberg e Malanhshuk (1986) e Wattenberg (1991). Miller & Shanks (1996), após comparar questões dos dois tipos ("abertas" e "fechadas") afirmam que as últimas são mais adequadas para analisar as relações entre as diversas variáveis e o voto, mas sugerem as "possíveis vantagens de uma estratégia mista para a explicação eleitoral" (idem, p. 211).<sup>29</sup>

As perguntas sobre motivação do voto, especialmente quando não estimuladas (as respostas sendo espontâneas), apesar das desvantagens apontadas, têm as vantagens de reduzir o problema da "racionalização"/"projeção" e, ao mesmo tempo, se aproximar mais do possível vínculo causal entre uma "qualidade" do candidato (atribuída pelo eleitor) e a decisão de voto. Sem pretender achar que as respostas às questões sobre as motivações do voto nos dêem todas as explicações para a decisão eleitoral, para o propósito de comparação da influência dos diversos atributos pessoais dos candidatos sobre o voto, este tipo de questão parece ser mais adequado do que a maioria das perguntas do tipo mencionado acima, encontradas em alguns dos *surveys* analisados ao longo deste trabalho.

c) Análise de uma série de dados, para o período 1986/98 relacionando indicadores econômicos, avaliação de desempenho do governo (geral e econômica) e voto, visando ampliar a base empírica para o teste da hipótese do voto por desempenho (em particular a tese do voto econômico).

---

29 Note-se que as perguntas "fechadas" sobre qualidades dos candidatos utilizadas por estes autores são as elaboradas pelo National Electoral Studies (NES), que permitem formar um escore comparando os candidatos em cada uma das qualidades mencionadas nas perguntas (a partir das avaliações feitas pelo eleitor). Isso, porém, não é possível em nenhuma das perguntas "fechadas" sobre atributos pessoais dos candidatos encontradas em praticamente todos os *surveys* aqui disponíveis. A maioria delas pergunta qual dos candidatos é o mais honesto, inteligente, etc... O problema com esse tipo de pergunta é que a taxa de "racionalização" das respostas (indicar o candidato em que pretende votar como o mais honesto, mesmo que o eleitor não avalie dessa forma e tenha escolhido o candidato por outro motivo) tende a ser ainda maior do que naquele tipo de pergunta elaborado pelo NES (em que este risco também não é pequeno).

Uma observação final sob o "desenho da pesquisa": foi feita uma opção por buscar entender quais os atributos (de candidatos, partidos e governos) são ponderados pelos eleitores, sem focar quais os "meios" utilizados pelo eleitor para se informar e fazer avaliações. Há toda uma literatura voltada principalmente para a avaliação do peso da mídia e do marketing político sobre a decisão de voto do eleitor. O pressuposto aqui é o de que as avaliações feitas pelos eleitores sobre os candidatos, partidos e governos certamente levam em conta, em graus variados, as informações e avaliações "fornecidas" pelos próprios candidatos, partidos e governos, através do marketing político e das campanhas eleitorais, bem como levam em conta os formadores de opinião, a opinião de amigos, parentes, colegas de trabalho, etc.. Mesmo considerando a relevância destes temas (ligados à "formação das preferências"), a opção aqui foi por praticamente desconsiderar esta questão. Trata-se apenas de uma opção metodológica, dado que o tratamento do problema exigiria uma pesquisa de natureza totalmente diversa .

## **CAP. 3 - A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989.**

### **3.1. O Contexto da Eleição**

A eleição de 1989 se deu num contexto de forte rejeição ao governo em exercício. Após o que foi considerado um "estelionato eleitoral", com o Plano Cruzado em 1986, e sem conseguir baixar a inflação de patamares quase astronômicos, o governo Sarney não mais recuperou sua popularidade. O PMDB - que, após criticar sistematicamente a política econômica dos governos militares, havia apoiado o governo Sarney e ajudado a implementar o Plano Cruzado, sendo beneficiado por isso nas eleições de 1986 - também sofre uma forte perda de popularidade. Isto irá fortalecer, inicialmente, as alternativas à esquerda (Brizola e, posteriormente, Lula). O desgaste de Sarney e do PMDB irá se manifestar, além disso, numa divisão interna deste partido: em 1988 parte expressiva do partido irá formar o PSDB. O próprio candidato Collor de Mello, que em 1986 havia sido eleito governador de Alagoas pelo PMDB (vindo, anteriormente, do PDS), passa a fazer oposição frontal ao governo Sarney e funda seu próprio partido (PRN). Por fim, a rejeição ao governo Sarney era tamanha que o próprio PMDB se declara em posição de "independência" frente a esse governo, em sua convenção de março de 1989, em que Ulysses Guimarães é lançado candidato. Como observa Singer (1998: 49), "o fraco desempenho de Ulysses, entretanto, com 4 % dos votos, mostra o quanto a manobra foi tardia e ineficaz : ele próprio havia sido o 'homem forte' de quase toda a presidência Sarney e estava, assim, indelevelmente identificado com ela".

Por ser a primeira eleição direta para presidente após quase 30 anos, disputada em dois turnos e num contexto de consolidação de um novo sistema partidário, um grande número de candidaturas se apresentou para disputar o primeiro turno. Frente ao quadro descrito, os candidatos mais associados ao governo Sarney passam a ter baixas taxas de intenção de voto; desde março de 1989 os três candidatos com maiores índices serão Brizola, Lula e Collor, candidatos claramente de oposição. Brizola e Lula tinham se colocado como oposição ao governo da Nova República

desde o início; Collor, vendo o naufrágio governamental, passa a atacar frontalmente Sarney, destacando como bandeiras a corrupção e ineficiência governamentais, cuja figura emblemática seria o "marajá", que Collor afirmava ter combatido durante seu governo em Alagoas.

Passam ao segundo turno Collor (28,5 % dos votantes) e Lula (16,1 %). Brizola fica logo atrás de Lula (15,4 %), vindo a seguir Covas (10,8 %), Maluf (8,3 %), Afif (4,5 %) e Ulysses (4,4 %). O segundo turno, disputado entre um candidato de direita e um de esquerda, será polarizado ideologicamente, especialmente devido à crescente estratégia de Collor de associar Lula simultaneamente a medidas "estatizantes" (confisco da poupança) e ao "caos" e à "desordem".<sup>30</sup>

### 3.2. A Avaliação de Desempenho do Governo Sarney

Conforme já assinalado, não é possível entender boa parte do que aconteceu nas eleições presidenciais de 1989 (especialmente no 1º turno), se não considerarmos a rejeição então existente na grande maioria do eleitorado ao governo Sarney, rejeição que certamente afetava os candidatos que pudessem ser associados ao governo.

A hipótese do impacto da avaliação de desempenho do governo sobre o voto será testada aqui para os dois únicos *surveys* de que dispomos que têm simultaneamente perguntas sobre voto (ou intenção de voto) no 1º turno da eleição e sobre a avaliação de desempenho do governo Sarney, permitindo, portanto, cruzar as duas variáveis.<sup>31</sup> Serão consideradas aqui como representando a continuidade do

---

30 Análises mais detalhadas da campanha eleitoral de 1989 encontram-se em Figueiredo (1990), Nêumanne (1989) e Singer (1998), dentre outros.

31 Um destes *surveys* foi realizado por um consórcio Cedec/USP/Datafolha em março de 1990 - quatro meses após o primeiro turno, portanto. Um problema é que a distribuição de votos na amostra resultou diferente da que efetivamente ocorreu na eleição. Em relação ao 2º turno, por exemplo, enquanto nesta amostra Collor batia Lula por 20 % de diferença, os dados do TSE apontaram apenas 5 %. Singer (1993:28/29) já havia observado essa defasagem, ao usar os dados deste *survey*. Nas suas palavras, "o conhecido efeito de desatrelamento da candidatura perdedora em sondagens pós-eleitorais deve ser a razão da defasagem". Em relação ao primeiro turno da eleição, porém, as diferenças entre os resultados do *survey* e os do TSE foram bem menores. Para algumas análises em que julgo que esta discrepância pode não afetar muito profundamente a relação entre as variáveis em estudo, este *survey* será utilizado, até porque é um dos mais ricos realizados em todo o período em estudo. Em relação à avaliação do governo Sarney, embora possa haver algumas distorções, como a avaliação do governo Sarney praticamente não se alterou entre a eleição e o momento em que o *survey* foi realizado, acredito que sua análise possa dar uma idéia aproximada da relação entre intenção de voto e avaliação do governo no momento eleitoral. De toda forma, a correlação entre as duas variáveis neste *survey* é de mesma ordem de grandeza do que a do outro que será analisado.

governo em exercício, tanto a candidatura de Ulysses Guimarães, quanto a de Aureliano Chaves, já que os partidos a que pertenciam (PMDB e PFL) formavam a base de sustentação político-parlamentar do governo da Nova República.<sup>32</sup>

A Tabela 3.1 mostra as somas das intenções de voto, diferenciando os votos nos candidatos associados ao governo em exercício (Ulysses e Aureliano) dos votos nos demais candidatos (de oposição), segundo a avaliação do governo feita pelos eleitores, em pesquisa de base nacional, realizada no mês em que foi realizado o 1º turno da eleição presidencial de 1989.<sup>33</sup>

**Tabela 3.1**

**Intenção de Voto Segundo Avaliação de Desempenho do Governo Sarney  
- 1º Turno/1989 - (Nov/89) (%)**

VOTO	Avaliação de Desempenho do Governo Sarney					Total
	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
Outros Cand. (1)	93,8	91,4	90,6	89,9	83,3	92,0
Cand. Governo	3,5	5,3	6,1	6,2	11,1	4,9
Branco / Nulo	1,9	2,1	2,4	0,8	1,9	2,0
Não Sabe	0,8	1,3	0,9	3,1	3,7	1,1
Total (N)	(1653)	(475)	(1042)	(258)	(54)	(3482)

Fonte: Pesquisa IBOPE - Novembro / 89 (Univ.: Brasil; N = 3650).

(1) Inclui todos os candidatos, exceto Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

Obs: Não foram incluídos na tabela os entrevistados que não souberam avaliar o governo (cerca de 4% da amostra).

Como se pode observar, mesmo entre os que avaliavam o governo positivamente (ótimo ou bom) havia um forte predomínio do voto em candidatos da oposição. Havia, porém, um crescimento - pequeno, mas contínuo -, das intenções de voto nos candidatos associados ao governo, à medida que passamos dos eleitores

<sup>32</sup> Dessa forma mantém-se o critério utilizado em todo o trabalho, de associar os candidatos aos partidos a que pertenciam.

<sup>33</sup> A intenção de voto em Aureliano Chaves, foi insignificante (menos de 1 %), alterando pouco os resultados: o coeficiente de correlação entre avaliação de desempenho do governo e intenção de voto que resulta considerando, neste *survey*, apenas Ulysses Guimarães como o único "candidato governista" é exatamente o mesmo que se obtém considerando Ulysses e Aureliano juntos.

que avaliavam o governo como péssimo (3,5 %) até os que o avaliavam como ótimo (11,1 %).

De forma a gerar comparabilidade com outras análises a serem feitas ao longo do trabalho, a Tabela 3.2 mostra os coeficientes (Gama) de correlação entre as duas variáveis (avaliação de desempenho do governo Sarney e voto), segundo a escolaridade dos eleitores para os dois *surveys* mencionados.<sup>34</sup>

Embora haja algumas variações, os coeficientes de correlação para o conjunto dos eleitores são de mesma ordem de grandeza (0,24 e 0,28), mostrando que havia uma correlação estatisticamente significativa (ao nível de 0,01) entre as variáveis no sentido esperado (isto é, avaliação negativa levando ao voto na oposição e positiva, ao voto no governo), mas de intensidade relativamente fraca.<sup>35</sup>

Quanto às variações segundo a escolaridade, no segundo *survey* há um claro crescimento da correlação, à medida que cresce a escolaridade dos eleitores: entre aqueles com apenas o nível primário a correlação é fraca (0,18) e não significativa estatisticamente, passando a forte (0,71) e estatisticamente significativa entre os eleitores com nível superior. No primeiro *survey*, embora não haja um crescimento linear das correlações com a escolaridade, há uma diferença entre as duas primeiras

---

34 A variável avaliação do governo foi operacionalizada com 3 categorias (também para permitir maior comparabilidade com outras análises a serem feitas, em que todas as variáveis serão operacionalizadas como ordinais, com três categorias): 1 = ruim + péssimo; 2 = regular; 3 = bom + ótimo. As respostas "Não Sabe" foram eliminadas da análise (*missing cases*). Quanto à variável intenção de voto, foi inicialmente assim operacionalizada: 1 = voto nos candidatos de oposição + brancos e nulos; 2 = "Não Sabe"; 3 = voto nos candidatos associados ao governo. A lógica que presidiu essa forma de operacionalizar foi a seguinte: uma avaliação positiva do governo deveria levar a uma votação no(s) candidato(s) que representa(m) sua continuidade; uma avaliação negativa do governo poderia levar ao voto num candidato da oposição, caso o eleitor avalie um destes como merecedor de seu voto, ou a um voto branco ou nulo, caso o eleitor julgue que também nenhum candidato da oposição mereça seu voto. A resposta "Não sabe" poderia corresponder a uma dúvida do eleitor em quem votar, que poderia estar relacionada a uma avaliação regular (ou seja, nem francamente positiva nem claramente negativa) do governo. Mesmo que um pouco forçada, essa forma de operacionalizar a variável permite gerar algum tipo de comparabilidade entre o grau de associação entre a avaliação do governo e o voto, e o grau de associação entre as demais variáveis (que serão testadas) e o voto, utilizando uma metodologia semelhante. De qualquer forma, outras formas de operacionalizar a variável foram testadas, obtendo correlações cujas forças eram da mesma ordem de grandeza que as da Tabela 3.2. (As formas testadas foram: a) 1=oposição; 2=governo; b) 1=oposição + branco+ nulo; 2= governo; c) 1=oposição; 2= branco + nulo; 3=governo; d) 1=oposição; 2= branco + nulo + "não sei"; 3 = governo).

35 O coeficiente gama varia de -1 a +1. Uma forma muito utilizada de categorizar a força da correlação é a seguinte: coeficientes até 0,09 (positivos ou negativos) correspondem a uma associação desprezível entre as variáveis; de 0,10 a 0,29, uma associação baixa; de 0,30 a 0,49, uma associação moderada; de 0,50 a 0,69, uma associação substancial e acima de 0,70 uma associação forte (Davis, 1976).

faixas e as duas últimas. Nestas, as correlações variam de moderadas a fortes, enquanto naquelas as correlações são desprezíveis ou fracas (coeficientes abaixo de 0,30). Ou seja, entre os eleitores de maior escolaridade havia uma tendência maior a associar o voto à avaliação feita a respeito do governo do que entre os eleitores de baixa escolaridade.

**Tabela 3.2**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo Sarney, segundo Escolaridade (1º turno/1989)**

PESQUISA	Total dos Eleitores	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	2º Grau	Superior
Ibope - Nov./89 (% Eleitores) (a)	0,24** (96 %)	0,22** (93 %)	-0,02 (97 %)	0,55** (98 %)	0,34* (98 %)
Cedec/USP/Datafolha - Mar/90 (% Eleitores) (a)	0,28** (98 %)	0,18 (96 %)	0,25 (98 %)	0,40 (98 %)	0,71* (99 %)

Fonte: Pesquisa IBOPE - Novembro / 89 e Cedec/USP/Datafolha - Março/90 (Univ.: Brasil).

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. significativo nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente. Obs.: Faixas de Escolaridade: pesq. Ibope: (1) = até primário; (2) = ginásial; pesq. Cedec/USP/Datafolha: (1) até 1º Grau incompleto; (2) = 1º Grau completo.

(a) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise. No segundo *survey* o total sobre o qual foram calculados estes percentuais foi o total dos eleitores, descontado dos eleitores que não tinham votado ou não se lembravam em quem tinham votado.

Pode-se pensar em pelo menos três hipóteses explicativas para os baixos coeficientes de correlação, principalmente entre os menos escolarizados: uma primeira seria a de que a maioria destes eleitores, tendo baixa informação política, não teria conseguido identificar Ulysses e Aureliano como candidatos ligados ao governo Sarney. A lógica subjacente a esta explicação seria a seguinte: esses eleitores dependem muito das informações veiculadas na campanha.<sup>36</sup> Como os candidatos

36 É ilustrativa a analogia de Popkin (1991), que descreve a grande maioria dos eleitores como bombeiros, que só ficam alertas quando recebem aviso de fogo (ou seja, durante as campanhas), enquanto uma pequena minoria de "news junkies" agiriam como patrulheiros, que monitoram a situação (a política) continuamente.

que eram ligados aos partidos da base do governo (Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves) fizeram campanha como "independentes" do governo e como os candidatos da oposição não gastaram seu tempo mostrando aquela associação, já que aqueles candidatos tinham pouca chance, seria possível que boa parte dos eleitores com baixa informação política não tivesse associado claramente sua avaliação de desempenho do governo àqueles candidatos. Assim, mesmo avaliando mal o governo, não votariam contra os candidatos a ele ligados, por não os identificarem como tais.

Os dados da Tabela 3.3, porém, mostram que não foi essa a causa dos menores coeficientes de correlação entre a avaliação de desempenho do governo e o voto, por parte dos eleitores de menor escolaridade.

**Tabela 3.3**  
**Intenção de Voto, Segundo Avaliação de Desempenho do Governo**  
**Sarney e Escolaridade dos Eleitores (Nov/89) (%)**

Avaliação de Desempenho do Governo	Intenção de Voto	Total de Eleitores	Escolaridade	
			Até 4ª série	Superior
Ruim/ Péssimo	Oposição	55	54	64
	Governo	2	3	1
Regular	Oposição	26	21	26
	Governo	2	2	1
Bom / Ótimo	Oposição	8	10	5
	Governo	1	1	1

Fonte: Ibope - Novembro/89 (Universo: Brasil; N= 3650)

Obs: As diferenças entre 100 % e a soma das linhas, em cada coluna, referem-se aos entrevistados que não souberam avaliar o desempenho do governo ou, mesmo avaliando, pretendiam votar em branco, nulo, ou não sabiam em quem iriam votar.

Uma primeira observação é que os dados, mostrados sob este prisma, não revelam diferenças tão grandes entre os eleitores de menor e maior escolaridade quanto os coeficientes de correlação parecem indicar. Isso se deve em parte a que a proporção de indecisos (quanto ao voto) é maior entre os eleitores de menor



escolaridade, mesmo entre aqueles que tinham uma avaliação definida (positiva ou negativa) do governo - resultando em um menor coeficiente de correlação. Na realidade as diferenças mais significativas entre os eleitores das faixas de menor e maior escolaridade referem-se a uma tendência de avaliação do governo Sarney mais crítica por parte destes últimos: 66 % deles avaliavam o governo como ruim ou péssimo e 6 % como ótimo ou bom; entre os de menor escolaridade estes percentuais são de 59 % e 11 %, respectivamente.<sup>37</sup> Se considerarmos como "acerto" os votos na oposição em caso de avaliação negativa do governo e os votos no governo em caso de avaliação positiva, e como "erro" os votos na oposição em caso de avaliação positiva do governo e os votos no governo em caso de avaliação negativa, teremos uma taxa de "acerto" de 55 % entre os menos escolarizados e de 65 % entre os mais escolarizados. As taxas de "erro" seriam de 13 % e 6 %, respectivamente.<sup>38</sup> Mas, a taxa de "erro" devida a uma avaliação negativa do governo e, simultaneamente, um voto em um dos candidatos ligados ao governo (Ulysses e Aureliano) é pequena mesmo entre os eleitores menos escolarizados (3 %). Assim, o baixo coeficiente de correlação encontrado para estes eleitores (e para o conjunto do eleitorado) não se deve ao fato de eles terem votado naqueles candidatos por não terem percebido sua vinculação ao governo.<sup>39</sup>

Uma segunda hipótese é a de que os baixos coeficientes seriam devidos ao fato dos eleitores votarem, em geral, e não só nesta situação específica, sem levar em consideração a avaliação de governo. No entanto, dado que nas outras duas eleições os coeficientes de correlação entre avaliação de desempenho do governo e voto são maiores do que em 1989 (como será visto nos Capítulos 4 e 5), esta hipótese é pouco provável.

---

37 Estão incluídos nestes totais os eleitores que não sabiam em quem votar, ou pretendiam votar branco ou nulo).

38 As demais combinações são difíceis de enquadrar, segundo esse critério.

39 Na realidade, nesta linha de raciocínio, a estratégia dos candidatos do PMDB e do PFL (de se apresentarem como oposição ao governo) é que poderia ter tido resultados perversos, já que as maiores taxas de "erro" ocorrem entre eleitores que, mesmo avaliando o governo positivamente, ainda assim votavam em candidatos da oposição. Do ponto de vista lógico, é possível (mas pouco provável) que uma parte destes eleitores, avaliando o governo positivamente, até pretendesse votar no candidato que representasse sua continuidade, mas não identificando qual seria(m) este(s) candidato(s), acabaria por votar na oposição.

Por fim, uma terceira hipótese para explicar os baixos coeficientes entre a avaliação de desempenho do governo e o voto, é a de que a análise dos eleitores era centrada na comparação entre os candidatos da oposição, havendo por boa parte dos eleitores a exclusão a priori dos candidatos ligados ao governo, dado que eles não tinham chances. A análise dos dados de um *survey* feito pelo Datafolha em 10 capitais brasileiras em outubro de 1988 parece reforçar esta interpretação. Naquele *survey*, a avaliação do governo já era muito negativa (péssimo + ruim = 64 %; regular = 25 %; ótimo + bom = 7 %). Ulysses Guimarães tinha cerca de 8 % das intenções de voto no conjunto do eleitorado daquelas capitais, mas havia uma variação bastante grande, segundo a avaliação que os eleitores faziam do governo Sarney: a intenção de voto em Ulysses caía (continuamente) de 15 %, entre os que avaliavam o governo como ótimo, para 5 %, entre os que o avaliavam como péssimo. Entre estes últimos, Ulysses ficava em 6º lugar nas intenções de voto, enquanto entre os primeiros, ele ficava atrás apenas de Sílvio Santos. Ou seja, cerca de um ano antes da eleição, além da correlação entre a avaliação do governo e o voto no candidato mais ligado a ele ser mais significativa, a intenção de voto em Ulysses era o dobro do que ele terá às vésperas da eleição. Embora não tenhamos dados para o período compreendido entre este *survey* e o mais próximo da eleição, é possível pensar que à medida que os eleitores - especialmente aqueles que avaliavam o governo Sarney positivamente -, vão percebendo as poucas chances de Ulysses, passam a desconsiderar essa possibilidade de escolha, centrando-se nos candidatos com chances (que são, obviamente, candidatos de oposição). Assim, a polarização governo/oposição parece ter sido resolvida (a favor da oposição) bem antes do momento eleitoral. Por isso, a avaliação de desempenho do governo passa a ter, em momentos próximos à eleição, baixa correlação com o voto, já que o critério de escolha passa a ser outro. Por fim, como é entre os eleitores com menor escolaridade que há a maior taxa de avaliação positiva do governo (quase o dobro da existente entre os eleitores com nível superior), este mecanismo poderia explicar, também, o menor coeficiente de correlação entre os eleitores de menor escolaridade.

Para finalizar, mesmo que os dados aqui disponíveis não permitam comprovar solidamente a hipótese acima, deve-se ter claro que a avaliação do governo Sarney

feita pelos eleitores pautou as ações dos próprios partidos e candidatos (fazendo com que todos se lançassem como oposição a Sarney, mesmo os que faziam parte de sua base de sustentação político-parlamentar), justamente por se antecipar às reações do eleitorado, que avaliava muito negativamente o governo. Assim, seja influenciando as estratégias dos principais atores políticos (partidos e candidatos), seja influenciando diretamente o voto do eleitor, parece evidente que a avaliação do governo Sarney feita pelos eleitores foi muito importante para definir os resultados do 1º turno da eleição presidencial de 1989.<sup>40</sup>

### 3.3. Avaliação de Atributos Pessoais dos Candidatos

Parte da literatura que analisou a eleição presidencial de 1989 destacou dois critérios de escolha relacionados à pessoa do candidato: de um lado, principalmente por parte da "massa" dos eleitores menos sofisticados politicamente, o voto no candidato mais associado à defesa dos interesses dos trabalhadores (do povo, dos pobres, da maioria) (Singer, 1990 e Castro, 1994); de outro, por parte do "novo eleitor não-racional", também majoritário e de baixo nível educacional, o voto decidido "de forma emocional em função das características expressivas e das imagens dos candidatos, especialmente dos aspectos valorativos e simbólicos de caráter moral" (Silveira, 1996:4).<sup>41</sup>

---

40 Poder-se-ia pensar que a avaliação de desempenho do governo Sarney fosse em grande parte influenciada pelo "posicionamento ideológico" dos eleitores. Isso resultaria numa "correlação espúria" entre avaliação de desempenho e voto, já que a variação simultânea das duas variáveis seria devida, na realidade, a uma terceira (o "posicionamento ideológico" dos eleitores). A análise de correlação entre o autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita e a avaliação de desempenho do governo nos dá, porém, um coeficiente de 0,19 (*no survey Cedec /USP/Datafolha de março de 1990*). Além de ser um coeficiente baixo, foi calculado apenas para os eleitores que se autoposicionaram na escala esquerda-direita (cerca de 80 % da amostra). Ou seja, pode haver, entre estes eleitores, uma certa influência de seu "posicionamento ideológico" sobre a avaliação que faziam do desempenho do governo, mas esta influência não era muito forte. Além disso, para os 20 % dos eleitores que não se autoposicionavam na escala não se pode supor qualquer tipo de influência neste sentido. Assim, apenas uma pequena parte daquela associação encontrada entre avaliação de desempenho do governo e o voto poderia ser atribuída a uma influência prévia do "posicionamento ideológico" dos eleitores sobre sua avaliação de desempenho do governo.

41 Na realidade, a tese de Silveira não se refere a uma eleição específica, pois em suas "entrevistas individuais semi-estruturadas" com os eleitores, perguntava a eles sobre seus critérios de escolha em várias eleições. Como sua tese parece pretender explicar o comportamento do eleitor no conjunto destas

O objetivo principal aqui é o de mostrar que a avaliação de atributos como experiência/competência do candidato também teve papel relevante na decisão de voto de parcela substancial do eleitorado, especialmente no 1º turno. Isso relativizaria o peso da primeira explicação acima, ao mostrar que a escolha eleitoral, mesmo para a grande maioria do eleitorado, não se reduziu apenas, nem principalmente, à seleção do candidato que conseguiu formar a imagem de defensor dos interesses populares. Além disso, refutaria a tese de Silveira segundo a qual a maioria do eleitorado vota tendo como referência central os atributos morais dos candidatos, a partir de uma "visão essencialista e simplista da política [para a qual] a vitória dos íntegros e bons é suficiente para a solução dos problemas existentes". Se a tese aqui proposta é correta, não basta a um candidato ser "íntegro e bom" (no sentido moral); é preciso ter experiência e/ou competência técnica para governar.

Serão usadas aqui pesquisas a que tivemos acesso que formulavam perguntas relativas a qualidades pessoais dos candidatos em disputa, bem como a motivações do voto, ambas "abertas", ou seja, com respostas espontâneas (cuja utilização já foi justificada anteriormente).

Um primeiro *survey* foi realizada pelo instituto Vox Populi nos meses de maio e junho de 1989, entrevistando 2938 eleitores em uma amostra representativa do eleitorado nacional.<sup>42</sup> A Tabela 3.4 apresenta os principais motivos dados pelos eleitores para sua decisão eleitoral neste *survey*.

Antes de analisar os dados, vale ressaltar que a tabela só mostra quatro candidatos porque só em relação a eles foi perguntado o motivo do voto; eram os quatro com maior intenção de voto naquele momento, representando cerca de 2/3 do eleitorado; outros sete candidatos somavam 9,3 % das intenções de voto e 25,3 % não pretendiam votar em nenhum ou não sabiam ainda em quem votariam. Os

---

eleições e, como a de 1989 está entre elas, estou supondo aqui que sua tese abranja o comportamento do eleitor em 1989.

42 Esta pesquisa foi utilizada por Castro e reproduzo aqui a justificativa da autora para sua utilização, por concordar com ela: "como o survey foi realizado mais de cinco meses antes da eleição presidencial de 1989, certamente ele não expressa os resultados daquele pleito. Muita mudança ocorreu do início de junho ao dia 15 de novembro... Mas os dados permitem a indicação das tendências do comportamento dos eleitores. Como o que se pretende é explicitar os fatores que devem ser levados em conta em uma teoria que explique essas tendências, os dados da pesquisa são importantes". (Castro, 1994: 111).

percentuais foram calculados sobre o total de entrevistados e não sobre as intenções de voto em cada candidato, de modo a ficar evidente o peso de cada motivo no conjunto do eleitorado; na análise, porém, serão mencionados os pesos (%) de alguns motivos em relação a certos candidatos. Por fim, as categorias de motivos foram estabelecidas pelos realizadores da pesquisa, de modo que não foi possível recodificar as respostas; apenas agregar algumas categorias.

**Tabela 3.4**  
**Motivos do Voto (para 4 Candidatos) - 1º Turno/1989**  
**(Maio/Junho/89) (Resposta espontânea e única) (%)**

<b>Motivos do Voto</b>	<b>Collor</b>	<b>Brizola</b>	<b>Lula</b>	<b>Ulysses</b>	<b>Total</b>
1. Renovação política	17,2	0,9	1,6	--	19,7
1.1. Jovem / novo / novo na política	12,0	--	--	--	12,0
1.2. Diferente/não comprom. c/ outros polít.	3,8	--	0,6	--	4,4
1.3. Pode mudar Brasil realmente	--	--	0,7	--	0,7
1.4. Oposição ao governo Sarney	1,4	0,9	0,3	--	2,6
2. Avaliação de desempenho	9,2	4,8	0,6	2,2	16,8
2.1. Compet. admin. / desemp. govern./ realizações em cargos ocupados	4,1	2,5	0,1	0,1	6,8
2.2. Experiência / passado político	--	1,7	--	1,8	3,5
2.3. Desempenho questões específicas (*)	5,1	0,6	0,5	0,3	6,5
3. Corajoso / determinado	5,2	--	--	--	5,2
4. Voltado p/ interesses da comunidade	--	2,0	2,7	--	4,7
5. Partido (PRN,PDT,PT,PMDB)	0,4	1,0	1,4	1,0	3,8
6. Outras Qualidades Políticas e Pessoais	3,1	3,2	0,7	0,5	7,5
7. Outros motivos	0,3	2,0	0,1	0,5	3,0
8. Não Sabe/ Não respondeu	2,1	1,2	0,5	0,8	4,6
<b>TOTAL (= % intenção de voto)</b>	<b>37,5</b>	<b>15,2</b>	<b>7,6</b>	<b>5,0</b>	<b>65,3</b>

Fonte: Vox Populi - Maio/junho/89 (Univ. Brasil; N = 2773).

OBS: Porcentagens calculadas sobre total de entrevistados.

(\*) Collor: "acabou c / marajás"; Brizola: CIEPs; Lula: desemp. como sindicalista; Ulysses: Constituinte.

Como se pode observar na Tabela 3.4, a "renovação política" / "mudança" foi o motivo mais mencionado: cerca de 20 % dos eleitores. Esta categoria foi relevante principalmente entre os eleitores de Collor. Quase metade de seus eleitores (representando 17 % do conjunto de eleitores) apontou algum motivo aí enquadrado. A idéia de que ele era algo "novo" na política é a idéia central. 17 % dos eleitores de Lula (representando naquele momento apenas 1,6 % do conjunto dos eleitores) também mencionaram motivos desta natureza.

Cerca de 17 % dos eleitores mencionaram motivos que foram aqui englobados na categoria "avaliação de desempenho". Entraram aí referências mais gerais a "competência administrativa", "desempenho no governo", "realizações em cargos ocupados", "experiência político-administrativa", "passado político", além de menções a realizações mais específicas, como "acabou com os marajás" (Collor); CIEPs (Brizola), etc... Esta categoria de motivos foi relevante para 3 dos 4 candidatos: Collor (cerca de 25 % de seus eleitores, representando 9,2 % da amostra); Brizola (cerca de 1/3 de seus eleitores; 5 % da amostra) e Ulysses (44 % de seus eleitores, que representavam, porém, apenas 2,2 % da amostra; especialmente mencionado foi a "experiência/passado político" de Ulysses).

Uma terceira categoria de motivos foi englobada sob a denominação "coragem/determinação" (5 %), concentrada totalmente nos eleitores de Collor. Pouco menos de 5 % dos eleitores mencionaram motivos englobados sob o título "voltado para os interesses da comunidade", embora tenha sido uma categoria relevante para os eleitores de Lula (36 % de seus eleitores) e Brizola (13 %). Uma última categoria relevante foi "outras qualidades políticas e pessoais", mas a impossibilidade de desagregar as respostas não permite conhecer seus vários significados.

Os dados da Tabela 3.4 foram calculados sobre o total de entrevistados. Se considerássemos apenas o conjunto de eleitores com baixa escolaridade (para nos aproximarmos do universo em relação ao qual Singer (1990) e Castro (1994) propõem a validade de suas teses), as proporções apresentadas sofreriam apenas pequenas alterações, se consideramos as motivações de voto no conjunto dos quatro candidatos analisados. Assim, por exemplo, dentre estes eleitores de menor escolaridade ("até

o primário"), a proporção de eleitores que aponta motivos ligados à renovação política, passa a ser 17 % (em vez dos 19,7% encontrados para o conjunto dos eleitores); a proporção de eleitores que apontavam motivos ligados à competência/experiência política fica inalterada e a dos que apontavam o fato de seu candidato ser "voltado para os interesses da comunidade" passa a 5,1 % (entre os de baixa escolaridade, quando no conjunto da amostra representavam 4,7 %). Pode-se, portanto, dizer que as conclusões tiradas para o conjunto do eleitorado dos quatro candidatos valem também para os eleitores de baixa escolaridade.

Se analisamos as motivações de voto em cada um dos candidatos individualmente, segundo a escolaridade dos eleitores, encontramos certas diferenças. As principais, segundo a ótica aqui privilegiada são: em primeiro lugar, no que se refere a Lula e Brizola, o fato de eles serem "voltados para os interesses dos trabalhadores" (ou da "comunidade") é um motivo indicado mais pelos eleitores de baixa escolaridade do que pelos de alta. No que se refere a Lula, porém, estas diferenças não são muito grandes: entre os eleitores de qualquer faixa de escolaridade este era o motivo mais indicado. Já entre os eleitores de Brizola, há uma reversão: entre os de baixa escolaridade as menções aos "interesses da comunidade" representam o dobro das referências à competência administrativa, enquanto entre os de alta escolaridade estas últimas superam um pouco as primeiras. Quanto a Collor, motivos como "jovem" e "corajoso" são apontados um pouco mais pelos eleitores com nível superior do que pelos de baixa escolaridade; essa relação se inverte frente a motivos como "lutou contra marajás" e "desempenho no governo de Alagoas". Mas o motivo mais mencionado por todas as faixas de eleitores relacionava-se à "juventude" do candidato. Entre os eleitores de Ulysses, as principais diferenças foram especialmente no que se refere às menções ao PMDB - bem mais freqüentes entre os eleitores de baixa escolaridade do que entre os de alta. Mas a experiência política foi o motivo mais citado pelos seus eleitores de todas as faixas de escolaridade. Em suma, há diferenças de motivação de voto em cada candidato segundo o grau de escolaridade dos eleitores que merecem atenção, mas que não são extremadas: é importante notar que, com exceção de Brizola, o principal motivo de voto em um candidato era o mesmo, para qualquer faixa de escolaridade dos eleitores.

Várias observações podem ser feitas à análise: em primeiro lugar, a agregação de motivos em categorias mais amplas tem sempre uma margem de arbitrariedade; pode-se argumentar, por exemplo, que os eleitores de Collor que apontaram como motivo de seu voto o fato de ele ter "acabado com os marajás" vinculariam a "luta contra os marajás" com a luta pelos mais pobres. Essa linha de argumentação poderia se apoiar em Singer (1990: 151), que afirma que "o marajá é antes de mais nada a figura do rico e não necessariamente do corrupto". Essa última interpretação, no entanto, não parece dar conta do conjunto de significados associados à figura do marajá. Pesquisa realizada pelo Departamento de Ciência Política da UFMG em Belo Horizonte em 1989, permite uma aproximação da forma pela qual o eleitorado (no caso, o de Belo Horizonte) "recebeu" a idéia dos "marajás". A pesquisa mostra que a figura do marajá era entendida pelo eleitorado de forma bastante variada, não podendo ser associada apenas à figura do rico e, portanto, o "combate aos marajás" não pode ser assimilado apenas à defesa dos interesses dos mais pobres. Embora parte do eleitorado tenha percebido dessa forma, parte pelo menos tão significativa quanto esta primeira, ao associar o "marajá" ao funcionário público que "ganha sem trabalhar", ao "funcionário fantasma", viu neste "combate", o combate à corrupção e ao desperdício do dinheiro público.

Um outro aspecto a considerar é que as intenções de voto no momento da pesquisa eram muito diferentes do que realmente acabou acontecendo nas urnas; do ponto de vista que aqui importa, especialmente a intenção de voto em Lula era muito baixa (7,6 %, cerca de metade do resultado eleitoral efetivo). É provável, portanto, que se a pesquisa fizesse a mesma pergunta às vésperas da eleição, a proporção dos eleitores que mencionariam como motivo o fato de seu candidato ser "voltado para os interesses da comunidade" cresceria. Mas, mantidas as proporções internas de motivos de voto em Lula, esse crescimento das intenções de voto em Lula levaria a um aumento de 2,7 % no conjunto de eleitores que mencionariam este motivo.

Por outro lado, três dos candidatos - Maluf, Covas e Ulysses, que juntos fizeram cerca de 24 % dos votos no 1º turno da eleição - que eram em grande parte vistos como tendo experiência/competência para governar (visão que dados de outras pesquisas comprovam), não entraram nesta pergunta sobre o motivo do voto. Assim,



da mesma forma que pudemos projetar um aumento da motivação de voto no candidato "voltado para a comunidade", com o crescimento da candidatura Lula entre o momento da pesquisa e o da eleição, podemos também esperar que as motivações ligadas à experiência dos candidatos fosse aumentar com o crescimento das candidaturas de Covas, Maluf e Ulysses.

Concluindo, mesmo com todas as ressalvas acima, o que transparece das respostas compiladas na Tabela 3.4 é, em primeiro lugar, uma vontade de grande parte do eleitorado de renovação política, que foi canalizada principalmente por Collor. Uma segunda parcela maior de eleitores mencionou características como experiência, competência para governar, realizações em cargos ocupados (genericamente, ou realizações específicas), etc.. Esse componente talvez não tenha sido destacado na literatura sobre a eleição de 1989 porque algumas dessas análises foram centradas no 2º turno, ou nos dois candidatos que chegaram a ele. Mas vale a pena recordar que Collor e Lula obtiveram juntos cerca de 48% dos votos dados a candidatos no 1º turno; um percentual maior (52 %) foi obtido pelos demais candidatos em conjunto - entre os quais candidatos experientes, como Brizola, Covas, Maluf e Ulysses (que juntos obtiveram aproximadamente 42 %). Mesmo em relação a Collor, em geral tende a se minimizar o peso dado pelo eleitorado ao seu desempenho (real ou presumido) como governador de Alagoas. Se considerarmos juntos, como foi feito na tabela, os eleitores que, de um lado, mencionaram como motivo para seu voto em Collor sua "competência administrativa", "realizações como governador" (genericamente) e, de outro, que mencionaram especificamente o fato de ter "combatido/acabado com os marajás", teremos pouco mais de 9 % do eleitorado, o que, além de representar a segunda categoria de motivos apontadas por seus eleitores, era um contingente suficiente para, no momento da pesquisa, derrotar Lula.

Uma segunda pesquisa com dados sobre os motivos do voto foi realizada em âmbito nacional pelo DataFolha em junho de 1989. Nesta pesquisa a resposta era espontânea (como na do Vox Populi), mas era múltipla, isto é o entrevistado podia indicar mais de um motivo, o que explica os percentuais maiores encontrados na pesquisa Datafolha. A Tabela 3.5 apresenta os principais motivos apontados pelos

eleitores naquele momento da disputa.<sup>43</sup>

**Tabela 3.5**

**Principais Motivos do Voto (em Alguns Candidatos) - 1º Turno /1989 -  
(Junho/89) (Resposta espontânea e múltipla) (%)**

<b>Motivos do Voto</b>	<b>Collor</b>	<b>Brizola</b>	<b>Lula</b>	<b>Ulysses</b>	<b>Covas</b>	<b>Maluf</b>	<b>Total</b>
1. Renovação política	28,6	2,2	2,0	0,6	0,6	0,6	34,6
1.1. Jovem / novo / novo na polit./ idéias novas / subst. velhos polit.	28,6	--	2,0	--	--	--	30,2
1.2 Tem capac. p/mudar / melhorar	--	2,2	--	0,6	0,6	0,6	4,0
2. Compet. / Realiz. passadas	13,4	5,5	--	1,9	1,8	1,5	24,1
2.1. Compet./ exper./capac.govern.	5,0	1,8	--	1,9	1,8	1,5	10,5
2.2. Bom governo / realiz. especific.	8,4	3,7	--	0,3	--	--	12,4
2.3. Inteligente / compet. /sensato	--	--	--	--	0,7	0,6	1,2
3. Honesto / confiável / sincero	6,7	0,8	0,8	0,7	1,1	0,4	10,5
4. Melhor/menos pior/ única opção	4,6	1,3	0,8	0,6	0,8	0,5	8,6
5. Defesa interesses trab. / humilde	2,5	1,1	3,2	0,3	0,3	0,2	7,6
5.1. Defende trab./ luta por pobres	--	1,1	2,4	0,3	0,3	0,2	4,3
5.2. Vai ajudar pobres / melhores salários / diminuir inflação	2,5	--	--	--	--	--	2,5
5.3. Origem humilde / simples / pobre / metalúrgico	--	--	0,8	--	--	--	0,8
6. Simpatizo / gosto / boa pessoa	2,5	1,1	0,4	0,6	0,6	0,6	5,8

Fonte: Relatório de Pesquisa Datafolha / junho/89 (Univ. Brasil).

OBS: (1) Porcentagens calculadas sobre total de entrevistados e não sobre os eleitores de cada candidato; a coluna "Total" representa a soma das porcentagens referentes aos 6 candidatos;

(2) As intenções de voto captadas pela pesquisa foram as seguintes: Collor: 42 %; Brizola: 11 %; Lula: 7 %; Covas: 5 %; Ulysses: 5 %; Maluf: 4 %.

Embora os dados sejam limitados pela forma como as respostas foram codificadas originalmente, é possível visualizar as principais motivações para o voto

43 Outros motivos menos relevantes não foram apresentados para não sobrecarregar a tabela.

nos diversos candidatos no momento da pesquisa; grosso modo elas são as mesmas da pesquisa anterior.

A categoria mais apontada (por quase 35 % dos eleitores) relaciona-se ao fato do candidato ser "jovem", "novo na política", "com idéias novas", "para substituir os velhos políticos", enfim, a idéia principal foi a de renovação política. Esse foi o principal motivo para a escolha de Collor (para 68 % dos eleitores que pretendiam votar nele naquele momento da disputa, representando 28,6 % do total da amostra). Além de Collor, só para Lula esta categoria de motivos foi relevante: 23 % de seus eleitores (2 % do total).

A segunda categoria de motivos mais apontada (cerca de 1 em cada 4 eleitores) é a "competência", "experiência", "realizações passadas", "capacidade para governar" dos candidatos: 50 % dos eleitores de Brizola (representando 5,5 % do eleitorado total) apontavam motivos dessa natureza; entre os eleitores de Covas, Maluf e Ulysses esta também foi a categoria de motivos mais mencionada.<sup>44</sup> Da mesma forma que na pesquisa anterior, também é considerável a proporção dos eleitores de Collor que mencionou motivos desta ordem (32 % deles, representando 13,4 % do eleitorado total). Ressalve-se que aqui também foram consideradas, além das menções mais genéricas à "competência" ou "capacidade de governar do candidato", menções mais específicas, do tipo: "pela atuação no governo de Alagoas" e "acabou com os marajás / com as mordomias". A terceira categoria mais apontada engloba motivos relacionados ao fato do candidato ser "honesto", "confiável", "sincero" e "cumprir promessas" (10,5 % da amostra). A seguir vêm os eleitores que declararam ter escolhido seu candidato por ele ser "o melhor", ou "menos pior", ou "o único" (8,6 %).

Apenas 7,6 % dos eleitores fazem menção a motivos que podem ser enquadrados na categoria de "defesa dos interesses dos trabalhadores" ou coisa assemelhada. Note-se que isso inclui os eleitores de Lula que mencionam sua origem "humilde" ("pobre", "metalúrgico"); além disso, inclui, entre os eleitores de Collor, uma

---

44 Na codificação original (Datafolha) aparece uma sub-categoria separada de motivos (além dos enquadrados na categoria "competência/experiência") indicando qualidades pessoais dos candidatos como inteligência, sensatez e competência (esta última, novamente). A opção, por isso, foi por agrupar também esta sub categoria (item 2.3 da tabela, relevante apenas para eleitores de Covas e Maluf) na categoria mais geral do item 2 da tabela.

categoria de motivos originalmente codificada pelo Datafolha que menciona, além de "vai ajudar pobres" ou "melhorar salários", também a diminuição da inflação.

Assim como em relação à anterior, o fato desta pesquisa ter sido feita muito antes da eleição faz com que ela não retrate a correlação de forças entre os candidatos no momento eleitoral. Valem aqui, portanto, também, as ressalvas feitas anteriormente, especialmente quanto ao provável maior peso, no momento da eleição, dos motivos relacionados à defesa dos interesses dos trabalhadores, especialmente por parte dos eleitores de Lula e dos motivos relacionados à competência / experiência dos candidatos, por parte dos eleitores de Brizola, Covas e Maluf - já que todos estes candidatos tiveram porcentagens efetivas de votos bem maiores do que suas intenções de voto no momento da pesquisa.<sup>45</sup> Mas, tudo isso pesado, as projeções, a partir da pesquisa acima analisada apontavam para um peso maior dos motivos ligados à competência/experiência dos candidatos do que os ligados aos interesses sociais que defendiam.<sup>46</sup>

Uma terceira pesquisa com dados sobre motivação do voto, realizada pelo Datafolha em dezembro de 1989<sup>47</sup>, confirma o peso que teve a avaliação feita pelo eleitor da experiência / competência (bem como outras qualidades pessoais) dos candidatos em sua decisão de voto no 1º turno. Os dados (apresentados na Tabela 3.6), porém, não permitem mensurar algumas outras motivações relevantes para a análise aqui proposta, porque elas foram codificadas originalmente pelo Datafolha de forma agregada, não sendo possível desagregá-las a partir do relatório de pesquisa.

---

45 Esse crescimento dar-se-ia em detrimento da categoria que tinha mais peso na escolha de Collor: "renovação política" - já que entre a pesquisa e a eleição houve uma queda significativa na intenção de voto em Collor.

46 Os dados relativos à Tabela 3.4 foram coletados de um relatório de pesquisa do Datafolha. Como não obtivemos a base de dados, não foi possível desagregar as respostas segundo o grau de escolaridade dos eleitores. O mesmo vale para os dados do *survey* apresentado a seguir.

47 Após o 1º turno, portanto, e com as proporções de votos declarados no *survey* muito próximas às efetivamente obtidas pelos candidatos nas urnas, com exceção de Lula, em quem 20,1 % dos eleitores declararam ter votado, no *survey*, contra apenas pouco mais de 15 % dos votos efetivos nas urnas.

**Tabela 3.6**

**Principais Motivos do Voto (em Alguns Candidatos) - 1º Turno /1989 -  
(Dezembro/89) (Resp. espontânea e múltipla) (%)**

Motivos do Voto	Collor	Lula	Brizola	Covas	Maluf	Ulysses	Total
1. "Compromissos de caráter geral"	10,5	8,4	3,8	3,5	1,1	0,3	30
2. Experiência / realiz. anteriores / qualificação profissional	5,6	1,4	5,7	4,1	4,8	1,4	24
3. Qualidades pessoais / caráter / características da personalidade	9,1	2,0	1,6	4,0	1,1	0,6	20
4. É o melhor / mais conhecido	6,7	1,6	1,3	1,1	0,5	0,2	13
5. Programa governo / promessas específicas	2,1	1,6	2,3	0,5	0,3	--	8
6. Origem social / classe	--	4,2	0,1	0,1	0,1	--	5
7. Partido	0,4	2,4	0,3	0,2	0,3	1,1	5
8. Outras respostas	4,2	2,2	2,6	1,4	1,0	0,5	12
9 Não Sabe / não respondeu	2,5	1,2	0,6	0,5	0,5	0,5	0,3
<b>INTENÇÃO DE VOTO</b>	<b>35,0</b>	<b>20,1</b>	<b>14,7</b>	<b>11,7</b>	<b>7,8</b>	<b>3,6</b>	<b>(4957)</b>

Fonte: Relatório de Pesquisa DataFolha / dezembro/89 (Universo: Brasil).

OBS: (1) Porcentagens das colunas calculadas sobre total de entrevistados (4957) com intenção de voto em algum candidato; a coluna "Total" representa a soma das porcentagens referentes a todos os candidatos (e não só aos seis mostrados na tabela). Por isso, a soma das porcentagens em cada linha não alcança o total da última coluna; (2) A soma das porcentagens de eleitores que indicaram os diversos motivos ultrapassa as porcentagens de intenção de voto para cada candidato porque a pergunta admitia que o entrevistado fornecesse mais de um motivo para seu voto.

Assim, a categoria denominada (pelo relatório Datafolha) "compromissos de caráter geral" foi apontada por 30 % dos eleitores como motivo para seu voto. Estes motivos foram relevantes para quatro candidatos da tabela, especialmente para Lula (42 % dos seus eleitores mencionaram estes motivos, representando 8,4 % do conjunto do eleitorado), Collor, Covas e Brizola. O problema é que esta categoria é muito ampla para fornecer uma análise útil, no contexto de nossa pesquisa, pois agrega pelo menos três tipos de motivos bastante diferentes, segundo a ótica aqui utilizada para analisar os dados. São aí incluídos: a) "representa mudanças" / "é novo na política"; b) "compromisso com o povo" / "trabalha para ajudar os outros" / "vai

melhorar a vida dos trabalhadores" / "a favor dos pobres", e c), "pelas idéias / programa (genérico)" .

A segunda categoria de motivos, apontada por 24 % dos eleitores engloba frases como : "bom administrador / prefeito / governador"; "fez muitas coisas"; "experiente"; "capacitado"; "construiu escolas" ; "caçou marajás"; "trabalhou bem na constituinte", além de estarem aí incluídas referências a "qualidades de formação profissional" dos candidatos. Discriminando por candidato, 62 % dos eleitores de Maluf (representando 4,8 % do total de eleitores que declararam voto em algum candidato); 39 % dos de Brizola (5,7 % do total); 35 % dos de Covas (4,1 % do total) e 16 % dos eleitores de Collor (5,6 % do total) apontaram estes motivos para a decisão de seu voto.

A terceira categoria mais indicada engloba características pessoais dos candidatos que podem ser associadas de alguma forma à capacidade de governar ("sério", "digno", "equilibrado", "inteligente") e características de personalidade menos relevantes ou avaliações mais vagas ("simpático", "jovem", "homem bom", "humano"). Da mesma forma, a 4ª categoria é de motivos definidos de forma vaga ("é o melhor"; "é conhecido"). É principalmente entre os eleitores de Collor que se encontra este tipo de declaração do motivo do voto. Os motivos englobados na 5ª categoria - "programa de governo / promessas (específicas)" - foram mais mencionados pelos eleitores de Brizola e, secundariamente, de Lula. Por fim, a 6ª categoria de motivos ("origem social / classe") foi mencionada por 5 % dos eleitores, sendo relevante basicamente entre os eleitores de Lula (21 % deles, que representavam 4,2 % do total de eleitores).

Como já foi dito, a forma como os motivos foram agregados nas categorias, no Relatório Datafolha, impede uma análise mais acurada, à luz do que aqui nos interessa, especialmente porque na categoria "compromissos de caráter geral" estão englobados três tipos de motivações muito diversas. Especialmente problemático é o fato de que não podemos mensurar separadamente, de um lado, a categoria que nas pesquisas analisadas anteriormente foi a mais mencionada - relacionada ao desejo de renovação política - e, de outro, a categoria relacionada à defesa dos interesses dos trabalhadores. De qualquer forma, ficou evidenciado o peso da avaliação das ações passadas ou das características dos candidatos relacionadas à capacidade de

governar. Para quatro dos candidatos (Maluf, Brizola, Covas e Ulysses) estes foram os principais motivos apontados pelos eleitores. Para os eleitores de Collor, embora estes não tenham sido os principais motivos apontados por seus eleitores, uma parcela significativa os mencionou.

Uma última pesquisa será utilizada para analisar a forma como o eleitorado avaliava as qualidades pessoais dos candidatos no 1º turno da eleição de 1989. Trata-se de uma pesquisa de base nacional realizada pelo Datafolha em outubro daquele ano, em que havia a seguinte pergunta: "quais são para você as principais qualidades pessoais do seu candidato?" (resposta espontânea e múltipla). Não se trata agora de uma pergunta sobre motivação de voto, mas de uma pergunta diretamente sobre as qualidades pessoais dos candidatos (que é o objetivo da análise desse item). Dado o tipo de pergunta e o fato de se tratar de resposta espontânea, o risco de "racionalização" por parte do eleitor torna-se reduzido.

As respostas mais mencionadas à questão foram: "honesto (não corrupto)" (15,9 % dos eleitores); "sincero (não demagogo)" (13,8 %); "experiente" + "competente" (13,2 %); "luta pelos pobres" + "simples / humilde" (8,7 %); "fala bem / bonito" (7,9 %); "jovem / novo na política" (7,2 %); "determinado" (5,6 %); "dinâmico" (4,8 %); "sensato / sério / responsável" (4,6 %); "inteligente / educado / estudado" (3,9 %).<sup>48</sup>

A análise por candidato mostra que a qualidade de Collor mais apontada por seus eleitores (22 % deles) foi a de ser "jovem / novo na política", vindo logo a seguir a "honestidade" (15 %). Quanto a Lula, juntando as categorias "luta pelos pobres" / "comprometido com trabalhadores" (20 %) e "origem simples / humilde" (19 %), temos quase 40 % de seus eleitores; a seguir vem "honestidade" (21 %). Para Brizola, Maluf e Ulysses, as características de longe mais apontadas foram "experiência" /

---

48 Porcentagens calculadas sobre o total da amostra. Se fossem calculadas sobre apenas o conjunto dos entrevistados que pretendiam votar em algum candidato, elas cresceriam. Vale notar que, analisando apenas o conjunto dos eleitores de menor escolaridade (até 1º Grau incompleto), a única variação substancial em relação aos dados acima é a de que há uma redução dos percentuais de eleitores que apontam cada uma das características mencionadas, porque nesta faixa é maior a proporção dos que não sabem responder à questão. Mas a ordenação das frequências de menções entre as diversas categorias permanece essencialmente a mesma.

"competência" (24%, 34 % e 36 % dos respectivos eleitores), seguidas por "honestidade", no caso de Brizola e Ulysses e "sinceridade", no caso de Maluf. Os eleitores de Covas se dividiram entre "honestidade" e "experiência"/ "competência" (cada uma delas mencionada por 26 % dos seus eleitores).

Vemos, portanto, que nesse *survey*, no conjunto, os eleitores apontaram a "honestidade" e a "sinceridade" como principais características de seus candidatos, seguidas por "experiência"/ "competência". A análise para cada candidato em grande parte confirma o que parece ser a visão mais consolidada a respeito da opinião dos eleitores sobre os candidatos: Collor identificado pela maior parte de seus eleitores como a novidade política da eleição (a esperança de renovação); Lula como o candidato "comprometido com os trabalhadores"; Brizola, Maluf, Ulysses e Covas como "experientes" / "competentes".

Em suma, no que se relaciona com os atributos pessoais dos candidatos, o conjunto de dados analisados nesta seção parece apontar para as seguintes conclusões a respeito dos motivos do voto no 1º turno da eleição de 1989: em primeiro lugar, tratou-se de uma escolha razoavelmente complexa, em que diversas características dos candidatos eram consideradas. Características como honestidade e sinceridade parecem ter sido uma espécie de pré-requisito para a maioria dos eleitores escolherem seus candidatos; outras características, porém, parecem ter sido mais decisivas para diferenciar os diversos candidatos e influenciar mais diretamente os eleitores em sua escolha: a maioria dos eleitores de Collor parece ter escolhido o candidato por ver nele uma esperança de renovação política, um out-sider frente a uma situação política que era vista como ineficiente na busca de soluções dos grandes problemas econômico-sociais e permeada por muita corrupção. A maioria dos eleitores de Lula valorizava mais seu vínculo com os trabalhadores (a defesa dos interesses dos pobres, da maioria da população). Eleitores de Maluf, Brizola, Covas e Ulysses, em sua maioria, valorizavam a experiência político-administrativa, as realizações feitas no passado por estes candidatos, o que os credenciava a realizar um bom governo na Presidência da República. Além disso, esta foi uma das categorias de motivos mais apontadas pelos eleitores de Collor; a proporção dos



eleitores de Collor que destacou como motivo para o voto características como sua "experiência" ou "desempenho" anterior foi bem maior do que a que afirmava ter votado nele por julgá-lo o candidato que defendia "os interesses da maioria da população". Uma das forças da candidatura Collor parece ter sido justamente a de que conseguiu representar, para um amplo setor do eleitorado, ao mesmo tempo renovação frente ao quadro político dominante e experiência administrativa anterior.

Assim, tanto a tese de Silveira (1996) - de que o "novo eleitor não-racional" escolhe a partir "de elementos valorativos e simbólicos que possuem caráter marcadamente moral" -, quanto a defendida por Castro (1994) (e, de forma parecida, por Singer, 1990) - de que a decisão de voto por parte do eleitorado popular era centrada principalmente na busca do candidato que fosse julgado como o defensor dos interesses populares, contra as elites - parecem, portanto, desconsiderar outros elementos (em especial a experiência/competência administrativa dos candidatos) tão ou mais relevantes nesta decisão do que os ali apontados.

### **3.4. "Posicionamento Ideológico" e Comportamento Eleitoral**

Como já foi visto, é possível tomar a noção de "ideologia" de diferentes formas, que implicam graus diferentes de expectativa em relação ao eleitor. Além de um "voto ideológico" (em sentido forte), é possível que o eleitor menos "estruturado ideologicamente" decida com base em imagens mais vagas a respeito dos candidatos - imagens que poderiam estar associadas ao contínuo esquerda-direita. É nessa perspectiva que se situa a tese de Singer (1993 e 1998) de que a "identificação ideológica" do eleitor ("medida" por seu autoposicionamento em uma escala esquerda-direita) foi o principal preditor do voto, para o conjunto dos eleitores no 2º turno da eleição presidencial de 1989, tendo papel central também na eleição de 1994.

Embora os dados mostrados por Singer a respeito da relação entre autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e o voto mostrem a existência de uma relação entre estas variáveis, o trabalho que será aqui desenvolvido será o de testar com base em dados adicionais, e com as faixas de

escolaridade mais desagregadas, se esta relação se mantém forte e estatisticamente significativa entre os eleitores de menor escolaridade, nas três eleições em estudo.

A hipótese aqui é a de que a utilização de uma escala esquerda-direita para se situar politicamente e votar em acordo com ela, exige uma capacidade cognitiva mínima, que pode não estar presente na maioria dos eleitores de menor escolaridade.

Outro aspecto que será tratado diz respeito ao significado do autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita para eleitores com diferentes graus de escolaridade. Apenas como forma de tornar o texto mais econômico será utilizada em alguns momentos a expressão "posicionamento ideológico" dos eleitores no lugar de "autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita". Mas não há aqui a pressuposição de que o autoposicionamento numa escala tenha o mesmo significado para todos os eleitores. Uma interpretação desses significados será tentada ao final do trabalho, após a análise dos dados dos diversos *surveys*.<sup>49</sup>

### **- O Significado do Autoposicionamento dos Eleitores em uma Escala Esquerda-Direita**

Uma questão inicial é quanto ao significado político das palavras "esquerda" e "direita", para os eleitores. As Tabelas 3.7 e 3.8 apresentam dados de setembro de 1989 com as principais respostas dos eleitores, segundo seu grau de escolaridade, à seguinte pergunta: "na sua opinião, qual é a diferença que há entre a esquerda e a direita na política? Noutras palavras, o que é para você ser de esquerda e ser de direita?"<sup>50</sup>

---

49 Esse significado não é claro, como reconhecem Miller & Shanks (1996). Apesar de afirmarem que nenhuma análise "sobre predisposições políticas (policy-related predispositions) dos eleitores seria completa sem considerar as orientações gerais (se não ideológicas) baseadas nos termos 'liberal' e 'conservador' " -, eles concluem em relação à interpretação da medida utilizada para aferir essas "predisposições": " em alguns usos ela tem sido interpretada como um sumário das preferências políticas dos cidadãos; em outras discussões ela tem sido vista mais como uma identificação simbólica cujo significado é derivado dos candidatos dos partidos [partisan candidates]; e ainda outras julgaram-na a mais compreensiva base para sistemas de crenças políticas do público de massa". (Miller & Shanks, 1996:289).

50 Na pesquisa de março de 1990 havia a mesma questão, mas não conseguimos obter os *labels* das respostas, inviabilizando seu exame.

**Tabela 3.7**

**Significado de "Esquerda", Segundo Escolaridade (Set/89) (%)**

Significado de "Esquerda"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	46	56	29	12
É estar contra o governo	19	12	34	39
É o errado; o negativo	10	12	7	1
É o comunismo / socialismo	8	4	10	25
É defender interesses dos pobres/trabalhadores	4	3	6	10
É a mais fraca; menos poderosa	3	4	3	0,4

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil - N = 2083).

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores em cada faixa de escolaridade.

Na coluna relativa ao conjunto dos eleitores, vemos que cerca de 46 % dos entrevistados não soube ou não quis responder à questão sobre o que entendia por "ser de esquerda" em política. Mesmo considerando a resposta "é estar contra o governo" como "correta" <sup>51</sup>, teríamos, para o conjunto do eleitorado, pouco mais de 30 % de eleitores com respostas que poderiam ser enquadradas como mais ou menos "corretas" (ou seja, que indicariam que a palavra "esquerda" teria para o eleitorado um significado político próximo a algum dos significados utilizados na Ciência Política). Mais importante ainda é notar as diferenças entre as respostas dos eleitores segundo seu grau de escolaridade: há uma clara diminuição das proporções dos eleitores que não sabem responder à pergunta, à medida que passamos dos eleitores de menor escolaridade (56 %), para os de escolaridade superior (12 %). Além disso, a proporção de respostas que poderiam ser enquadradas como mais ou menos

51 Como na experiência brasileira recente até o momento daquela pesquisa eram poucos os casos de governos municipais ou estaduais importantes controlados por partidos de esquerda, e como, obviamente este também não era o caso do governo federal, é impossível saber em que grau este tipo de resposta tem como referência esta experiência concreta ou é uma concepção mais genérica (em que, por exemplo, se a esquerda estivesse no poder, a direita, por estar fora dele, seria vista por este eleitorado como sendo a esquerda). De qualquer forma, frente à experiência concreta, a resposta não é considerada aqui como inadequada (como também em Singer, 1998).

"corretas", cresce também substancialmente com a escolaridade: de 19 a 23 % (conforme enquadremos a resposta expressa na última linha da tabela) entre os eleitores com até 1º Grau completo, a 64 %, entre os eleitores com nível superior.

A análise da Tabela 3.8 é muito semelhante, em seus resultados, à análise da tabela anterior. Evidentemente há diferenças nos conteúdos específicos das respostas às questões sobre o significado político das palavras "esquerda" e "direita". Assim, por exemplo, as duas respostas mais freqüentes em relação ao significado de "direita" foram "ser do governo" (19 %) e "é o certo; é o melhor" (12 %), respectivamente. E, obviamente há pequenas diferenças nas proporções dos eleitores que não souberam responder, ou responderam de forma mais ou menos adequada, em cada caso. Mas, a análise das duas tabelas leva, em termos substantivos, aos mesmos resultados.

**Tabela 3.8**

**Significado de "Direita", Segundo Escolaridade (Set./89) (%)**

Significado de "Direita"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	44	55	29	12
Ser / apoiar o governo	19	11	34	40
É o certo / o melhor	12	15	8	2
É defender os interesses das elites	5	3	8	17
São os poderosos; os que têm poder	5	4	6	5
É defender os interesses do povo/ trabalhadores	5	5	3	2
É a liberdade econômica; liberdade política	5	2	6	17

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil - N = 2083).

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores em cada faixa de escolaridade.

## - O autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita

As diferenças entre os eleitores, conforme seu grau de escolaridade não se reduzem apenas a um problema de verbalização: a Tabela 3.9 mostra que a proporção dos eleitores que não se autopoicionam na escala (de 7 pontos), quando solicitados a fazê-lo, declina claramente com a escolaridade.

**Tabela 3.9**

**Proporção dos Eleitores que Não se Posicionaram (\*) na Escala Esquerda-Direita, Segundo Escolaridade (1989/90) (%)**

PESQUISA (Cedec/USP/Dataf.)	TOTAL	ESCOLARIDADE				
		Não freq. Escola	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Setembro/89	22	42	24	18	16	8
Março/90	19	46	23	16	12	6

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Setembro/89 e Março/90)

(\*) Porcentagens na tabela correspondem às respostas "nenhuma / neutro / independente" e "não sabe / não respondeu", à pergunta sobre o autopoicionamento na escala esquerda-direita.

## - Autopoicionamento na escala esquerda-direita e voto

A Tabela 3.10 apresenta as intenções de voto dos eleitores segundo seu autopoicionamento na escala esquerda-direita, captados a partir de *survey* nacional realizado por convênio Cedec/USP/Datafolha, em março de 1990.<sup>52</sup> Esta relação é mostrada para o conjunto de eleitores e para os eleitores das faixas de menor e maior escolaridade, de forma a permitir um contraste entre elas.

52 Para o estudo da associação entre o autopoicionamento numa escala (que se supõe uma "predisposição" duradoura do eleitor) e o voto, o fato da pesquisa ter sido feita três meses após o segundo turno não deve afetar os resultados. A mesma análise para o *survey* de setembro de 1989 mostra uma influência um pouco menor do posicionamento do eleitor numa escala E/D sobre o voto.

**Tabela 3.10**

**Intenção de Voto, Segundo Posicionamento na Escala  
Esquerda-Direita e Escolaridade (1º Turno/1989) (%)**

Escolaridade	Intenção Voto	Autoposicionamento Esquerda-Direita			TOTAL (%)
		Esquerda	Centro	Direita	
Conjunto dos Eleitores	Esquerda	67	34	20	35
	Centro	8	26	16	20
	Direita	24	41	63	45
	(N)	(287)	(872)	(543)	(1702)
Não Frequentaram Escola	Esquerda	0	25	11	13
	Centro	8	0	13	8
	Direita	92	75	77	78
	(N)	(12)	(24)	(47)	(83)
Nível Superior	Esquerda	91	29	9	40
	Centro	5	50	32	40
	Direita	4	21	59	21
	(N)	(56)	(208)	(22)	(286)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha (Março/90 - Brasil)

Para o conjunto dos eleitores que se autoposicionaram na escala e simultaneamente afirmaram intenção de voto em algum dos candidatos (69 % da amostra), há uma associação razoável entre as duas variáveis: entre os eleitores que se autoposicionavam à esquerda, 67 % pretendiam votar em um candidato de esquerda; entre os eleitores que se posicionavam ao centro, há uma maior divisão nas intenções de voto, com um predomínio para os candidatos da direita (41 %). Já para os eleitores autoposicionados à direita, 63 % pretendiam votar em candidatos da direita. Quando se analisa, porém, apenas os eleitores que não frequentaram escola, vemos que a relação entre as variáveis muda bastante. Na realidade, entre estes

eleitores há um forte predomínio do voto em candidatos da direita (basicamente Collor), mas este predomínio é ainda maior entre os eleitores que se posicionavam à esquerda, contrariamente ao que seria esperado se este posicionamento fosse decisivo na escolha eleitoral.

Entre os eleitores com nível superior de escolaridade, por outro lado, a associação entre as variáveis é muito forte: 91 % dos eleitores posicionados à esquerda pretendiam votar em candidatos de esquerda; 50 % dos eleitores posicionados ao centro pretendiam votar em candidatos situados nesta posição do espectro ideológico e, por fim, quase 60 % dos eleitores posicionados à direita pretendiam votar em candidatos à direita.

Pode-se dizer que a variável escolaridade influenciava diretamente o voto, na medida em que eleitores de baixa escolaridade tendiam a votar em candidatos da direita (Collor, em particular) proporcionalmente mais do que os eleitores com nível superior de escolaridade.<sup>53</sup> Mas havia uma outra influência indireta: entre os eleitores da faixa de menor escolaridade o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita não guardava associação significativa com a intenção de voto (chegando até a inverter um pouco a relação esperada), enquanto entre os eleitores com nível superior esta associação era bem forte e na direção esperada. Aqui é mais provável tratar-se de uma diferença de capacidade cognitiva do que meramente de uma diferença devida a condições sócio-econômicas mais gerais.

A Tabela 3.11 complementa esta análise, apresentando os coeficientes gama de correlação entre o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e sua intenção de voto no 1º turno de 1989, para cada faixa de escolaridade<sup>54</sup>, para dois

---

53 Na realidade esta influência direta sobre o voto parece ser devida à posição sócio-econômica dos eleitores, já que a mesma variação acima ocorre em relação à variável renda. Singer (1990) já havia mostrado a ampla vitória de Collor entre os eleitores de menor renda.

54 Em vários *surveys* utilizados ao longo deste trabalho algumas questões foram aplicadas apenas a uma sub-amostra dos entrevistados. Com isso, o número de casos na faixa dos eleitores sem escolaridade ficava muito pequeno e esta faixa teve que ser agregada à seguinte ("1º Grau incompleto" ou "até 4ª série", conforme o *survey*). De forma a obter maior comparabilidade entre os dados, esta agregação será feita para todos os *surveys*. De qualquer forma, embora haja variações na faixa dos sem escolaridade de uma pesquisa a outra, a regra mais geral, envolvendo a variável "autoposicionamento na escala esquerda-direita" é a de que os coeficientes de correlação entre os sem escolaridade sejam menores do que os da faixa seguinte, ou até negativos (como é o caso da Tabela 3.11, cujos coeficientes para esta

surveys nacionais (setembro de 1989 e março de 1990).<sup>55</sup>

**Tabela 3.11**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo Escolaridade (1º Turno/1989)**

PESQUISA	ESCOLARIDADE				
	Total eleitores	Até 1º Gr. incompl.	1º Grau completo	2º Grau	Superior
Setembro / 1989 (% Eleitores) (1)	0,30** (70 %)	0,12 (65 %)	0,13 (72 %)	0,43** (78 %)	0,65** (85 %)
Março / 1990 (% Eleitores) (1)	0,45** (79 %)	0,27** (73 %)	0,48** (81 %)	0,53** (84 %)	0,82** (93 %)

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Set/89 - Brasil e Março/90 - Brasil)

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. significativo nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Nos dois *surveys* as correlações entre "posicionamento ideológico" e voto apresentaram força moderada (0,30 e 0,45).<sup>56</sup> Mas é importante considerar que estes coeficientes foram calculados apenas para aqueles eleitores que simultaneamente se autoposicionavam na escala e pretendiam votar em algum

faixa são de - 0,13, para os dois *surveys* considerados).

<sup>55</sup> Nas duas pesquisas a variável voto (ou intenção de voto) foi assim operacionalizada: esquerda = Lula (PT), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB); centro = Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Guilherme Afif (PL) e Affonso Camargo (PTB); direita = Fernando Collor (PRN); Paulo Maluf (PDS) e Aureliano Chaves (PFL). Essa classificação segue a dos partidos a que os candidatos pertencem; esta última segue a classificação feita por Singer (1998:67), com base em pesquisa do IUPERJ e em classificação da FIESP. Trabalhos como os de Kinzo (1990) e Figueiredo e Limongi (1999) apontam para classificações muito semelhantes a esta. O "posicionamento ideológico" dos eleitores foi operacionalizado a partir da seguinte recodificação da escala original de 7 pontos (com 1 representando a extremidade esquerda da escala e 7 a extremidade direita): esquerda = posições 1 e 2; centro = posições 3 a 5; direita = posições 6 e 7. A forma de operacionalizar esta variável também foi a mesma usada em Singer (1998: 81). Outras respostas às duas questões (sobre intenção de voto e autoposicionamento ideológico dos eleitores), foram consideradas *missing cases*. Operacionalizando as duas variáveis de forma mais desagregada (com 5 posições: E; C/E; C; C/D; D, ou 7 posições), chegamos a coeficientes de correlação um pouco mais baixos, mas a seqüência de crescimento dos coeficientes é a mesma: dos eleitores de mais baixa escolaridade para os de mais alta.

<sup>56</sup> O coeficiente gama varia de -1 a +1. Um coeficiente de correlação +1 ocorreria teoricamente (no limite) numa situação em que todos os eleitores que se autoposicionassem à esquerda na escala votassem em candidatos situados à esquerda; eleitores autoposicionados ao centro votassem em candidatos situados ao centro e eleitores autoposicionados à direita votassem em candidatos situados à direita.



candidato. Assim, por exemplo, o coeficiente de 0,30 no primeiro *survey* foi calculado apenas para 70 % do conjunto da amostra <sup>57</sup>, já que os demais 30 % não se posicionavam na escala esquerda-direita ou, mesmo se posicionando, pretendiam votar em branco ou nulo. <sup>58</sup> Só considerando, portanto, simultaneamente as duas informações é que temos uma noção mais completa do possível impacto de um posicionamento ideológico do eleitor sobre os resultados agregados da eleição. <sup>59</sup>

Comparando os dois *surveys*, vemos que os coeficientes no segundo são maiores do que no primeiro, em todas as faixas de escolaridade. Isso poderia se dever, como observou Singer (1998), ao fato da maior polarização ideológica ter se dado no 2º turno da eleição, entre Collor e Lula. Como o segundo *survey* foi realizado após o segundo turno, ele teria captado uma visão dos eleitores sobre o conflito político mais balizada por termos como "direita" e "esquerda" do que a visão captada no primeiro *survey*.

De qualquer forma, nos dois *surveys* há uma seqüência bem clara nos coeficientes de correlação: eles crescem à medida que cresce a escolaridade dos eleitores. Somente nas faixas de escolaridade mais altas (2º Grau e superior) temos associação substancial ou forte (e estatisticamente significativa) entre as variáveis. Na faixa de eleitores com até 1º Grau incompleto, as correlações são fracas (abaixo de 0,30). <sup>60</sup> Além disso, é nesta faixa que a proporção dos eleitores que não se posicionavam na escala esquerda-direita ou que, mesmo se posicionando, pretendiam votar em branco ou nulo, era a maior, nos dois *surveys*. No primeiro, estes eleitores

---

57 Este percentual foi calculado dividindo o número dos eleitores que ao mesmo tempo se autoposicionavam e pretendiam votar em algum candidato, pelo total dos eleitores, descontados aqueles que responderam "Não Sei" à pergunta sobre intenção de voto (ou voto, no segundo *survey*).

58 Se os eleitores não se posicionavam na escala, é evidente que o autoposicionamento não pode ser considerado como influenciando o voto; se os eleitores se autoposicionavam na escala, mas pretendiam votar nulo ou em branco, também parece que seu autoposicionamento não foi suficiente para que sua escolha recaísse sobre um candidato com o mesmo "posicionamento ideológico" que o seu.

59 Embora não tenha precisão, um indicador grosseiro desse impacto (conjugando aquelas duas informações) poderia ser um "coeficiente ponderado": no primeiro *survey* teríamos  $0,30 \times 0,70 = 0,21$ ; no segundo:  $0,45 \times 0,79 = 0,36$ .

60 Embora os dados não sejam mostrados, considerando separadamente os eleitores que não freqüentaram a escola (que na tabela estão incluídos na faixa dos eleitores com até 1º Grau incompleto), a correlação é negativa (- 0,13, estatisticamente não significativa) porque havia um predomínio do voto à direita nesta faixa de eleitores, mas este predomínio era ainda maior entre os eleitores que se autoposicionavam à esquerda.

correspondiam a 35 % da amostra, enquanto no segundo correspondiam a 27 %. Ou seja, mesmo considerando, dos eleitores com até 1º Grau incompleto, apenas aqueles para os quais poderia haver uma influência do autopoicionamento na escala sobre o voto (em torno de 70 % dos eleitores desta faixa, em média), temos uma correlação fraca entre as duas variáveis.<sup>61</sup> Se isso mostra que há diferenças importantes entre os eleitores, segundo seu grau de escolaridade, não deve obscurecer o fato de que, excetuando-se os eleitores sem qualquer escolaridade, todos os demais, inclusive aqueles com apenas até o 1º Grau incompleto, apresentaram um padrão de voto associado ao seu autopoicionamento na escala esquerda-direita. Enfim, mesmo sendo fraca, essa associação foi estatisticamente significativa (no segundo *survey*) e no sentido esperado (nos dois *surveys*) para os eleitores com pelo menos alguma escolaridade.

Uma observação adicional: quando analisamos as correlações entre posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e seu voto, segundo as respostas que deram à questão sobre o significado dos termos "esquerda" e "direita", chegamos a conclusões semelhantes, ou seja, entre os que responderam de forma mais próxima aos significados geralmente aceitos na Ciência Política para estes termos, os coeficientes são bem maiores do que entre os que deram respostas mais vagas ou francamente "erradas". Mas os coeficientes menores se encontram entre os eleitores que afirmavam não saber definir aqueles termos (ver Tabelas Anexas 3.1 e 3.2). Aqui temos uma demonstração um pouco mais direta de que a "sofisticação política" dos eleitores afeta a forma como o eleitor relaciona sua decisão de voto a seu posicionamento numa escala esquerda-direita (já que no restante do trabalho isto é feito apenas indiretamente através da variável grau de escolaridade).

A análise de correlação nos dá uma informação relevante sobre a relação entre o autopoicionamento dos eleitores na escala e o voto. Mas uma outra informação importante é dada pelo cruzamento direto das duas variáveis, a partir do qual é possível visualizar a "taxa de acerto" das intenções de voto no 1º turno, isto é, a

---

<sup>61</sup> Se calculássemos "coeficientes ponderados", como foi feito em Nota anterior, teríamos, para o primeiro *survey* um valor de 0,08 (= 0,12 x 0,65) e para o segundo, 0,20 (= 0,27 x 0,73).

proporção de eleitores que votavam de acordo com seu posicionamento na escala. As Tabelas 3.12 e 3.13 mostram estes dados para os *surveys* realizados pelo convênio Cedec/USP/Datafolha em setembro de 1989 e março de 1990.

**Tabela 3.12**

**Intenção de Voto (1º Turno), segundo Autoposicionamento na Escala  
Esquerda-Direita e Escolaridade - Setembro/89 (%)**

Autoposicionamento na Escala	Intenção de Voto	Conjunto dos Eleitores	Escolaridade	
			Até 1º Grau Inc.	Superior
Esquerda	Esquerda	<b>5,0</b>	<b>2,6</b>	<b>14,7</b>
	Centro	1,2	0,8	2,2
	Direita	5,3	5,8	1,7
	Nenhum/NS	0,6	0,2	0,4
Centro	Esquerda	9,5	6,8	14,7
	Centro	<b>6,9</b>	<b>3,1</b>	<b>24,6</b>
	Direita	18,4	17,0	16,8
	Nenhum/NS	4,6	4,1	6,0
Direita	Esquerda	3,5	4,7	1,3
	Centro	2,4	2,7	2,2
	Direita	<b>13,9</b>	<b>17,1</b>	<b>3,9</b>
	Nenhum/NS	3,5	5,2	0,4
Não Sabe	---	25,1	29,9	11,2
Total	---	100	100	100
"Taxa de Acerto"	---	<b>25,8</b>	<b>22,8</b>	<b>43,2</b>

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

Obs.: "Taxa de acerto" = soma de percentuais de eleitores cuja intenção de voto estava de acordo com seu autoposicionamento na escala (em negrito).

Obs. (2): Foram mostrados apenas as faixas extremas de grau de escolaridade para não sobrecarregar a tabela.

**Tabela 3.13**

**Intenção de Voto (1º Turno), segundo Autoposicionamento na Escala  
Esquerda-Direita e Escolaridade - Março/90 (%)**

Autoposicionamento na Escala	Intenção de Voto	Conjunto dos Eleitores	Escolaridade	
			Até 1º Grau Inc.	Superior
Esquerda	Esquerda	<b>9,0</b>	<b>5,1</b>	<b>16,6</b>
	Centro	1,1	0,8	1,0
	Direita	3,3	4,4	0,7
	Nenhum/NS	0,3	0,3	0,3
Centro	Esquerda	13,6	9,4	19,9
	Centro	<b>10,4</b>	<b>3,9</b>	<b>33,6</b>
	Direita	16,7	14,9	14,3
	Nenhum/NS	1,4	0,9	1,3
Direita	Esquerda	5,2	7,7	0,7
	Centro	4,2	4,6	2,3
	Direita	<b>16,0</b>	<b>21,7</b>	<b>4,2</b>
	Nenhum/NS	0,8	1,0	0,3
Não Sabe	---	17,9	25,4	4,9
Total	---	100	100	100
"Taxa de Acerto"	(%)	<b>35,4</b>	<b>30,7</b>	<b>54,4</b>

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Março/90 (Universo: Brasil)

Obs. (1): "Taxa de acerto" = soma de percentuais de eleitores cuja intenção de voto estava de acordo com seu autoposicionamento na escala (em negrito).

Obs. (2): Foram mostrados apenas as faixas extremas de grau de escolaridade para não sobrecarregar a tabela.

No primeiro *survey*, do conjunto de eleitores, apenas 26 % votavam no 1º turno em conformidade com seu autoposicionamento na escala. O restante dos eleitores se distribuía entre os que não sabiam se posicionar naquela escala (25 %), os que se posicionavam mas não pretendiam votar em nenhum dos candidatos, ou não sabiam

em quem votar (9 %), ou ainda entre os que se posicionavam, mas pretendiam votar em um candidato que não correspondia ao seu posicionamento na escala (40 %).

No segundo *survey*, há um aumento significativo, em relação ao primeiro, do percentual de eleitores que votavam no 1º turno em conformidade com seu autopoicionamento na escala (de 26 para 35 %), mas este percentual ainda é relativamente baixo, especialmente se confrontado com o contingente dos que iriam votar em um candidato localizado em posição diferente da sua na escala (44 %). Estes últimos, somados aos 18 % que não se posicionavam na escala, constituem a grande maioria dos eleitores, mesmo neste momento em que há maior correlação entre as duas variáveis.

É possível que parte dos eleitores que votavam em candidatos localizados em posições do contínuo esquerda-direita diferentes das suas estivesse votando estrategicamente. Isso valeria, talvez, para os eleitores de centro, já que os eleitores de esquerda e os de direita, mesmo que preferissem candidatos com poucas chances, teriam outras opções com chance dentro de suas próprias "posições ideológicas". É realmente entre os eleitores posicionados no centro (cerca de 40 % do eleitorado) que ocorre a maior taxa de voto em não conformidade com este posicionamento. Mas, mesmo que julgemos que parte dessa taxa se devesse a um voto estratégico, é relevante analisar qual o motivo dessa decisão. É plausível pensar que a avaliação extremamente negativa do governo levasse eleitores de centro a não votar num dos principais candidatos do centro (Ulysses Guimarães), como forma de puni-lo (como líder do PMDB e do governo). Mas era possível transferir este voto para outro candidato do centro (Covas ou Afif); na realidade, porém, a parcela de votos em candidatos do centro (18 % efetivamente, nas urnas) acaba sendo bem menor do que o contingente de eleitores que se autopoicionavam no centro (cerca de 40 %). O que parece ter acontecido é que a avaliação de desempenho do governo acabou dando a tônica: mesmo os candidatos do centro que não eram formalmente ligados ao governo não apareciam como oposição nítida a Sarney; os candidatos mais claramente de oposição (Collor, Lula e Brizola) é que acabam canalizando a insatisfação dos eleitores.

O contraste entre os eleitores, segundo sua escolaridade, mostra as grandes

diferenças entre os eleitores de baixa e alta escolaridade, já refletidas nos coeficientes de correlação apresentados anteriormente: as taxas de voto em consonância com o autopoicionamento entre os eleitores com nível superior são, em média, 60 % maiores do que as encontradas entre os eleitores com até 1º Grau incompleto.

A Tabela 3.14 apresenta os coeficientes gama de correlação entre o posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e sua intenção de voto no 2º turno de 1989, controlando pela escolaridade.<sup>62</sup>

**Tabela 3.14**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo Escolaridade (2º Turno/1989)**

PESQUISA	Total Eleitores	ESCOLARIDADE			
		1º Grau incompl.	1º Grau completo	2º Grau	Superior
Março / 1990 (% Eleitores) (1)	0,53** (80 %)	0,33** (72 %)	0,49** (81 %)	0,66** (85 %)	0,66** (94 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha (Março/90 - Brasil)

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

(\*\*) coeficiente significativo ao nível 0,01.

Os coeficientes de correlação entre autopoicionamento na escala esquerda-direita e voto no segundo turno são maiores do que os coeficientes encontrados para o primeiro turno da eleição, para todas as faixas de eleitores (a única exceção é entre os eleitores com nível superior, em que um dos coeficientes para o primeiro turno foi

62 A intenção de voto foi operacionalizada assim: 1 = Lula; 2= branco/nulo; 3= Collor. Isso foi feito de forma a poder utilizar o coeficiente gama de correlação (que é adequado para variáveis ordinais), mantendo a comparabilidade com as demais correlações. De qualquer forma, mesmo operacionalizando a variável com apenas duas opções (Lula e Collor), o coeficiente gama - que não é adequado para variáveis categóricas - sobe muito pouco (de 0,53 para 0,55). Mas esse último coeficiente é calculado sobre um percentual menor de eleitores (77 % e não 80 %), já que seriam excluídos os eleitores que votaram branco ou nulo. Ou seja, não há praticamente alteração do grau de correlação, alterando-se a operacionalização da variável intenção de voto. (A pesquisa de setembro de 1989 não fazia pergunta sobre intenção de voto no segundo turno, por isso não foi incluída na análise).

maior do que o encontrado para o segundo). Uma explicação possível parte da constatação de que um alto coeficiente de correlação entre as duas variáveis supõe que os eleitores consigam ao mesmo tempo se situar "corretamente" na escala; situar "corretamente" os candidatos, e votar em um candidato cuja posição na escala seja próxima da sua própria. Numa eleição polarizada, como foi o segundo turno, o segundo passo acima é facilitado (e conseqüentemente o terceiro), comparado, por exemplo, ao primeiro turno. Isso explicaria os coeficientes mais altos entre autoposicionamento na escala e voto no segundo turno (em relação ao primeiro).<sup>63</sup>

De toda forma, a seqüência do crescimento dos coeficientes, com o aumento da escolaridade dos eleitores, é a mesma nos dois turnos. Assim, temos correlações moderadas nas faixas dos eleitores com até 1º Grau incompleto (0,33) e 1º Grau completo (0,49) e correlações substanciais nas duas faixas de maior escolaridade (0,66). Deve-se observar, porém, que as diferenças de associação entre as variáveis, segundo a escolaridade dos eleitores, são maiores do que os coeficientes fazem parecer. Entre os eleitores com apenas 1º Grau incompleto o coeficiente de 0,33 foi calculado entre os 72 % daqueles eleitores que se posicionavam na escala e sabiam em quem iriam votar, enquanto o coeficiente de 0,66 foi calculado entre os 94 % dos eleitores de nível superior naquela mesma situação.<sup>64</sup>

Considerando os dados relativos aos dois turnos, pode-se concluir que, se entre os eleitores de alta escolaridade (2º Grau ou nível superior) o autoposicionamento na escala esquerda-direita foi um bom preditor do voto nos dois turnos da eleição presidencial de 1989, o mesmo não se pode dizer para os eleitores da faixa de menor escolaridade (eleitores que não freqüentaram a escola ou a freqüentaram somente até o 1º Grau incompleto). Para estes, o autoposicionamento na escala esquerda-direita foi um preditor do voto relativamente fraco no primeiro turno e moderado no segundo.

De toda forma, mesmo entre estes eleitores parece ter havido uma influência estatisticamente significativa de seu "posicionamento ideológico" sobre o voto.

---

63 Uma análise semelhante à feita a partir das Tabelas 3.12 e 3.13 é menos elucidativa, porque é impossível medir a "taxa de acerto" entre os eleitores que se posicionavam ao centro (40 % do eleitorado).

64 Se calculássemos "coeficientes ponderados", como acima, teríamos 0,24 (=0,33 x 0,72) para os eleitores de baixa escolaridade e 0,62 (= 0,66 x 0,94) para os eleitores com nível superior.

## - Autoposicionamento na escala esquerda-direita e preferência partidária

Uma outra questão relevante é a de saber qual a relação entre o autoposicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e o partido que ele prefere. A Tabela 3.15 resume os coeficientes de correlação entre autoposicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e sua preferência partidária, controlando por sua escolaridade, para aquelas duas pesquisas Cedec/USP/Datafolha que têm dados sobre o autoposicionamento dos eleitores.<sup>65</sup>

Como se vê, mesmo considerando apenas o conjunto dos eleitores que manifestaram preferência partidária e se autoposicionaram na escala (que representavam 32% e 38 % do conjunto das amostras e 80 % e 88 % dos eleitores que manifestavam alguma preferência partidária, no 1º e no 2º *survey*, respectivamente) as correlações são de força mediana, com coeficientes muito semelhantes aos encontrados para a correlação entre autoposicionamento e voto. Além disso, as correlações crescem com a escolaridade dos eleitores: entre os com até 1º Grau incompleto os coeficientes são baixos, chegando a valores altos apenas nas faixas de maior escolaridade. Para os eleitores com até 1º Grau incompleto, mesmo no *survey* de março, em que a correlação foi maior, o coeficiente de 0,25 foi calculado entre 83 % dos eleitores desta faixa que manifestaram preferência partidária (correspondendo, porém, apenas a 33 % do total de eleitores desta faixa). Entre os eleitores com nível superior, as altas correlações encontradas (0,71 e 0,79) são válidas para praticamente todos os eleitores que manifestaram alguma preferência partidária (já que 95 % deles no primeiro *survey* e 99 % no segundo conseguiam posicionar seu partido preferido na escala esquerda-direita). Mas os eleitores com alguma preferência partidária representam uma minoria mesmo nesta faixa de escolaridade.

---

<sup>65</sup> As variáveis autoposicionamento na escala e preferência partidária foram operacionalizadas, com 3 posições cada (esquerda; centro; direita; ver Nota 55).



**Tabela 3.15**

**Correlação (Gama) entre Preferência Partidária e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita, segundo Escolaridade (1989/90)**

PESQUISA	Total eleitores	ESCOLARIDADE			
		Até 1º Grau	1º Grau completo	2º Grau	Superior
Setembro / 1989	0,30**	0,04	0,33*	0,43**	0,71**
(% dos eleit. c/ pref. part.) (1)	(80 %)	(77 %)	(80 %)	(82 %)	(95 %)
(% do total de eleitores ) (2)	(32 %)	(30 %)	(31 %)	(38 %)	(35 %)
Março / 1990	0,46**	0,25**	0,25*	0,52**	0,79**
(% dos eleit. c/ pref. part.) (1)	(88 %)	(83 %)	(89 %)	(90 %)	(99 %)
(% do total de eleitores) (2)	(38 %)	(33 %)	(41 %)	(43 %)	(47 %)

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Setembro/89 - Brasil e Março/90 - Brasil).

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

Obs.: São indicadas as porcentagens de eleitores a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação, calculadas (1) em relação não ao conjunto de eleitores, mas aos eleitores com alguma preferência partidária, em cada categoria; (2) em relação ao conjunto de eleitores em cada categoria.

Da mesma forma que antes, se os dados acima mostram as grandes diferenças de associação entre as variáveis segundo a escolaridade dos eleitores, não se deve perder de vista que mesmo entre os com menor escolaridade as correlações entre o "posicionamento ideológico" dos eleitores e sua preferência partidária foram positivas (e estatisticamente significativas no segundo *survey*) para a terça parte dos eleitores desta faixa.

**- A Localização dos Partidos na Escala Esquerda-Direita**

Um outro tipo de análise nos mostra em que posição da escala o eleitor situava seu partido preferido (para aqueles que o tinham). Trata-se de uma análise diferente da anterior, em que se procurava verificar a "coerência" entre o autopoicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e sua preferência partidária, considerando o

posicionamento de cada partido num contínuo esquerda-direita a partir da análise feita (majoritariamente) na Ciência Política brasileira. Agora trata-se de verificar se o eleitor localiza "corretamente" seu partido preferido naquela escala.

A Tabela 3.16 mostra, para os eleitores com alguma preferência partidária, as proporções de eleitores que localizavam seus partidos preferidos "correta" ou "incorretamente", no *survey* de março de 1990 (quando já havia ocorrido a campanha eleitoral, trazendo mais informações do que os eleitores tinham em setembro de 1989).

**Tabela 3.16**

**Proporção de Eleitores que Localizavam "Corretamente" seu Partido Preferido na Escala Esquerda-Direita, segundo Escolaridade (Março/90)**

Localização do Partido Preferido na Escala	Conjunto Eleitores	ESCOLARIDADE			
		Até 1º Gr. Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Não Localizou o Partido	14	20	10	9	3
Localização "Correta"	48	38	46	56	68
Localização "Incorreta"	38	42	44	34	29
(N)	(1070)	(503)	(134)	(278)	(153)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha (Março/90 - Brasil).

Deve-se ressaltar que a tabela analisa apenas os eleitores que manifestavam alguma preferência partidária naquele *survey* (41 % da amostra). No conjunto destes eleitores, 14 % não localizavam seu partido preferido na escala esquerda-direita, dando outras respostas (como: "é neutro" / "independente", ou "não sei"). Dos que localizavam, uma parcela maior (48 %) indicava uma posição que foi aqui considerada "correta" (ou seja, indicou uma posição para seu partido em acordo com a definida na Nota 55), enquanto 38 % indicavam uma posição "incorreta".

À medida que aumenta a escolaridade dos eleitores, há um declínio sistemático dos eleitores que não localizavam seu partido na escala e um crescimento sistemático dos que localizavam seu partido "corretamente". O contraste entre estas

duas faixas extremas é claro: entre os eleitores com até 1º grau incompleto há um forte predomínio de eleitores que não souberam localizar seu partido preferido ou localizaram-no de forma "incorreta" (62 %, contra 38 % que localizaram de forma "correta"). Essa relação se inverte entre os eleitores com nível superior : 68 % localizaram seu partido "corretamente" (contra 32 % que não localizaram ou o fizeram "incorretamente").

Mais uma vez fica evidenciada a grande variação de capacidade de compreensão da escala esquerda-direita (ou, pelo menos, da capacidade de associar um partido à sua posição nesta escala) entre eleitores de diferentes graus de escolaridade. Deve-se notar, porém, que mesmo entre os eleitores com até 1º Grau incompleto, se considerarmos apenas os que conseguiram localizar seu partido na escala, a proporção dos que o faziam "corretamente" é superior à que seria esperada se esta localização fosse aleatória. <sup>66</sup>

#### - "Posicionamentos ideológicos" e opiniões políticas

Uma questão relevante é saber se o autoposicionamento do eleitor na escala esquerda-direita se associa com alguma(s) de suas opiniões políticas específicas. Já foi visto que Singer (1998) identificou como elemento diferenciador da identidade ideológica dos eleitores uma certa polarização em relação à forma como deveriam ocorrer as mudanças sociais: enquanto os de esquerda associariam essas mudanças à idéia de mobilização popular, para os de direita essas mudanças deveriam ocorrer mediante um reforço da autoridade repressiva do Estado. O objetivo da análise a seguir é testar se o "posicionamento ideológico" se associa com a mesma intensidade com as opiniões políticas, para eleitores de diferentes graus de escolaridade.

As Tabelas 3.17 e 3.18 mostram as correlações entre o autoposicionamento dos

---

66 Como temos três possibilidades de posicionamento do partido na escala (esquerda, direita e centro) temos uma porcentagem de 33 % de "acerto" por acaso. Vimos que 38 % "acertavam" a posição de seu partido. Considerando apenas os eleitores que posicionavam seu partido na escala (80 % dos eleitores dessa faixa de escolaridade com preferência partidária), a proporção dos que posicionavam "corretamente" é de 48 %, bem acima dos 33 % esperados se a localização fosse ao acaso.

eleitores na escala esquerda-direita e suas opiniões a respeito de uma série de temas (democracia x ditadura; participação popular nas decisões; igualitarismo sócio-econômico; grau de intervenção do estado na economia e/ou nas políticas sociais), nos dois *surveys* Cedec/USP/Datafolha de setembro de 1989 e março de 1990.<sup>67</sup>

Antes mesmo de analisar os dados, vale a pena indicar que, embora não tenham sido mostrados aqui dados relativos às correlações entre as respostas dos eleitores a todas estas questões (umas com as outras), os resultados preliminares de uma análise panorâmica destas correlações revela muitas variações, entre eleitores e entre tipos de questões: em geral há maior "coerência" entre opiniões frente a temas correlatos (por exemplo, diversas questões sobre participação política) do que entre temas diferentes (por exemplo, opiniões sobre participação política podem não ser muito "coerentes" com opiniões sobre intervenção do Estado na economia); a "coerência" em geral é maior entre eleitores com maior nível de escolaridade, do que entre os de menor escolaridade.<sup>68</sup>

---

67 No cálculo das correlações apresentadas nestas tabelas, as respostas às questões sobre opiniões dos eleitores foram operacionalizadas sempre como variáveis ordinais com três categorias (duas categorias extremas e uma intermediária, como "concorda totalmente", "concorda ou discorda em parte" e "discorda totalmente", ou ainda: "totalmente a favor", "a favor ou contra em parte" e "totalmente contra"). As categorias eram ordenadas em cada questão de forma a que a posição 1 fosse a mais democrática, igualitária, etc, e a posição 3 fosse o inverso. A expectativa teórica a ser testada era a de que os eleitores com posições do tipo 1 tenderiam a votar proporcionalmente mais à esquerda e os com posições do tipo 3, proporcionalmente mais à direita, o que corresponderia a coeficientes positivos de correlação. Foi testada também uma ordem em que se invertia as posições ao centro e à esquerda, já que para algumas questões as posições esperadas poderiam ter esse ordenamento. Embora os coeficientes variem, a magnitude das correlações não é substancialmente diferente na quase totalidade dos casos. Como o interesse aqui é apenas o de verificar o grau em que opiniões e "posicionamentos ideológicos" se associam, estes últimos dados não são apresentados, porque não nos levariam a conclusões diferentes, para os objetivos da análise. Cabe ressaltar a diferença deste tipo de análise em relação a outras, como por exemplo, a realizada por Castro (1994), entre as opiniões dos eleitores e as opiniões que eles julgavam ser as dos candidatos. Este último tipo de análise, apesar de não pressupor determinado tipo de opinião para cada "posicionamento ideológico", incorre num risco relativamente grande de "racionalização" das respostas por parte do entrevistado, que tenderá a fazer coincidir suas opiniões e as do seu candidato. Essa tendência a "racionalização" foi efetivamente constatada por aquela autora.

68 Esses são resultados muito gerais, que ressaltam numa análise panorâmica. Não foi possível no âmbito deste trabalho um tratamento destes dados com o rigor e a sistematicidade que seriam adequados.

Tabela 3.17

**Correlação (Gama) entre Opiniões Políticas e Posicionamento na Escala  
Esquerda-Direita, Segundo Escolaridade (Setembro/89)**

QUESTÃO (1)	Conjunto Eleitores	Até 1ºG. Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Democracia x ditadura	0,09	-0,01	0,04	0,16	0,22
Minoria deve influir nas decisões?	-0,11**	-0,01	-0,09	-0,06	-0,25
Líder forte x participação popular	0,08	0,06	-0,03	0,08	0,25*
Proibição de greves	0,25**	0,18**	-0,02	0,29**	0,40**
Intervenção em sindicatos	0,24**	0,14*	-0,01	0,37**	0,54**
Proibição de partidos	0,25**	0,13*	0,19	0,20	0,40*
Censura a meios de comunicação	0,12**	0,11	-0,34	0,11	0,30*
Fechamento do Congresso	0,02	0,03	-0,12	-0,02	0,06
Participação do Estado na economia e serviços sociais	-0,12**	-0,12	0,15	0,00	0,28*
Democracia é perigosa porque pode gerar desordem	0,15**	0,00	-0,01	0,15	0,51**
Mudanças só com revolução ou violência	0,06	0,05	0,07	0,25*	0,18
Justiça x miséria e desigualdade	-0,06	0,04	0,06	-0,16	0,06
Povo deve opinar nas leis ?	0,12**	0,04	0,17	-0,06	0,17
Igualdade/distribuição da riqueza	0,02	0,16	-0,06	0,16	0,15
Volta dos militares ao poder	0,30**	0,22**	0,13	0,22*	0,05
Sempre haverá ricos e pobres	0,06	-0,17	0,10	0,09	0,48**
No capitalismo quem se esforça pode ficar rico	0,28**	0,25**	0,23	0,09	0,53**
Troca de voto por bem material	0,14*	0,12	-0,07	0,11	-0,20
Ordem x injustiça	0,13**	0,10	0,04	0,07	0,18
Se país é rico, não importa que haja desigualdades	0,20**	0,07	-0,04	0,20	0,59**
Política é para profissionais	0,32**	0,19**	0,36**	0,27**	0,19
A única solução para o país é o socialismo	-0,05	-0,07	-0,04	0,20*	0,51**
Povo decidindo é melhor	-0,04	-0,08	0,16	0,11	0,41**
(% Média de Eleitores)	(70 %)	(63 %)	(74 %)	(76 %)	(87 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

Obs.: Ver enunciado completo das questões no Apêndice 3.1.

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

Tabela 3.18

**Correlação (Gama) entre Opiniões Políticas e Posicionamento na Escala  
Esquerda-Direita, Segundo Escolaridade (Março/90)**

QUESTÃO (1)	Conjunto Eleitores	Até 1º Grau Inc.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Democracia x ditadura	-0,03	-0,08	-0,14	-0,11	0,08
Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,11**	0,00	0,04	0,20**	0,35**
Líder forte x participação popular	0,12**	0,06	-0,09	0,11	0,42**
Governo deve poder usar polícia contra manifestações ?	0,28**	0,15**	0,15	0,28**	0,33**
Governo deve poder processar quem for contra autoridade?	0,28**	0,15**	0,33**	0,16**	0,34**
Governo deve poder proibir (por leis) manifestações de protesto ?	0,28**	0,02	0,33**	0,27**	0,55**
Governo deve poder usar tropas para acabar com greves ?	0,37**	0,26**	0,17	0,28**	0,60**
É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas.	0,09*	0,00	0,05	0,02	0,24*
Mudanças no Brasil só com violência	0,05	0,01	-0,08	-0,06	-0,32
Melhor manter família que acabar c/casamento infeliz	0,26**	0,13*	0,11	0,19**	0,26*
Volta dos militares ao poder	0,20**	0,06	0,11	0,09	0,15
Governo, protegendo os pobres, prejudica quem trabalha	0,21**	0,11*	0,11	0,12	0,18
No capitalismo quem se esforça pode ficar rico	0,27**	0,19**	0,35**	0,23**	0,37**
País seria melhor se só existisse um partido político	0,19**	0,03	0,10	0,02	0,00
Melhor caminho p/ ajudar os pobres é c/ ajuda do governo	0,25**	0,17*	0,10	0,17	0,08
No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo	0,05	0,00	0,10	0,02	0,23*
Se o país for rico não importa que haja desigualdade social	0,22**	0,06	0,32**	0,09	0,14
A única solução para o país é o socialismo	-0,05	-0,10	0,05	0,13	0,61**
(% Média de Eleitores)	( 77 %)	(67 %)	(81 %)	(85 %)	(92 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

(1) Ver enunciado completo das questões no Apêndice 3.2.

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

Como se vê, praticamente todas as correlações são baixas (coeficientes inferiores a 0,30) para o conjunto dos eleitores. Há apenas três exceções (com coeficientes variando de 0,30 a 0,37) entre todas as 23 questões sobre opiniões políticas do primeiro *survey* e as 18 do segundo: uma das questões refere-se à polarização democracia x ditadura (perguntava-se ao entrevistado, no 1º *survey*, se ele concordava ou discordava da frase: "o país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder"; coeficiente de correlação de 0,30). As outras duas questões eram relacionadas de alguma forma à temática da participação política; uma, no 1º *survey*, perguntava ao entrevistado se ele concordava ou discordava da frase: "política é uma coisa que deve ser feita apenas por profissionais, como deputados e senadores" (coeficiente de 0,32); a outra, no 2º *survey*, perguntava ao entrevistado se ele concordava ou discordava de que o governo usasse "tropas para acabar com greves" (coeficiente de 0,37).

Foi com base em alguns dos dados acima (entre outros), para o conjunto do eleitorado, que Singer (1998) formulou sua tese de que os eleitores identificados ideologicamente à esquerda se diferenciavam dos identificados à direita principalmente a partir da seguinte clivagem: enquanto os primeiros são mais favoráveis à mobilização social como forma de promover mudanças sócio-econômicas, os últimos são contra essa mobilização social e favoráveis ao reforço da autoridade repressiva do Estado. Essa realmente parece ser uma das clivagens mais importantes para diferenciar o conjunto dos eleitores, segundo seu autoposicionamento na escala esquerda-direita, mas, outras questões ("bom do capitalismo é que permite enriquecer pelo esforço"; "manter família x acabar com casamento infeliz"; "melhor caminho para ajudar os pobres é com ajuda do governo") não vinculadas àquela clivagem proposta por Singer apresentam aproximadamente o mesmo grau de associação com o autoposicionamento dos eleitores (em seu conjunto) na escala esquerda-direita.

Quando se compara as correlações segundo o grau de escolaridade dos eleitores, vemos que não há exatamente um crescimento linear com a escolaridade. Na realidade, o contraste maior é entre a faixa dos eleitores com nível superior e as demais. Entre os eleitores com até 1º Grau incompleto as correlações são todas

fracas (coeficientes abaixo de 0,30). E deve ser ressaltado que estes coeficientes foram calculados apenas para os cerca de 67 % (em média) dos eleitores desta faixa que simultaneamente se autoposicionaram na escala e manifestaram uma opinião em relação às questões. Para os 33 % restantes desses eleitores certamente não há associação alguma entre estas duas coisas, já que ou eles não se autoposicionaram na escala ou não tinham opinião sobre as questões. Não há um crescimento das correlações quando se passa dos eleitores com 1º Grau incompleto até aqueles com 2º Grau, pois entre as três primeiras faixas ocorrem muitas inversões. Entre as faixas intermediárias temos 6 questões com correlações moderadas (com coeficientes variando de 0,30 a 0,37); todas as demais são fracas (abaixo de 0,30). É entre os eleitores com nível de escolaridade superior que temos em geral os maiores coeficientes: 11 correlações têm força moderada (0,30 a 0,48) e é apenas entre eles que encontramos algumas associações substanciais (0,51; 0,55 e 0,61); além do que, estes coeficientes são representativos de cerca de 90 % dos eleitores desta faixa, em média.

No que concerne aos possíveis conteúdos associados ao autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, observa-se entre os eleitores com nível superior de escolaridade, que questões ligadas a dimensões variadas têm associações moderadas ou substanciais (no sentido esperado) com o autoposicionamento na escala esquerda-direita. Ou seja, para os eleitores com nível superior, encontramos diferenças substantivas entre os que se autoposicionam à esquerda e os que se posicionam à direita: entre os primeiros havia proporções bem maiores de opiniões democráticas, igualitárias, socializantes e favoráveis à participação popular do que entre os segundos. Em apenas três casos há coeficientes negativos nesta faixa de escolaridade: no primeiro *survey*, nas questões sobre a troca de votos por bens materiais e sobre direitos da minoria. Quanto a esta última questão, na realidade há variação de um *survey* a outro, já que no segundo a correlação é positiva; esta variação pode se dever em parte às formulações das questões, que são diferentes nos dois *surveys*. No segundo *survey* o único coeficiente negativo é relativo à questão da violência como única forma de obter mudanças, em que houve uma tendência do eleitorado de esquerda (com nível superior de escolaridade) concordar mais do que



o eleitorado de direita com essa frase. Nas demais questões, embora haja algumas variações de um *survey* a outro, ou mesmo de uma questão a outra, a tendência geral é aquela esperada teoricamente, apontada acima.

Já entre os eleitores com baixa escolaridade (até 1º Grau incompleto), embora a maioria das correlações seja positiva e algumas delas estatisticamente significativas, todas são fracas. E note-se que, se no *survey* de março de 1990 a questão com maior coeficiente de correlação (0,26) entre os eleitores de baixa escolaridade foi a questão referente ao uso de tropas contra greves, no *survey* de setembro de 1989 o maior coeficiente (0,25) era referente à questão sobre a possibilidade de enriquecer sob o capitalismo.

Para se ter uma idéia mais concreta do significado desses coeficientes, a Tabela 3.19 mostra as opiniões dos eleitores em relação à questão sobre a possibilidade de enriquecer sob o capitalismo, segundo seu autoposicionamento na escala esquerda-direita e sua escolaridade.

Como se pode ver na coluna "total de eleitores", a maioria do eleitorado concordava com a afirmação (51 %, contra 35 % que discordavam). Isso também ocorria na faixa de mais baixa escolaridade, mas entre os eleitores com nível superior havia praticamente um empate (46 % concordavam e 42 % discordavam). Isso significa que entre estes últimos há uma parcela de eleitores mais críticos ao capitalismo maior (embora minoritária) do que entre os de menor escolaridade.

Quando discriminamos os eleitores segundo sua escolaridade, vemos que entre os eleitores com nível superior, enquanto entre os eleitores posicionados à esquerda 69 % discordavam (contra apenas 20 % que concordavam), entre os posicionados à direita essa relação se inverte completamente (72 % concordavam, contra 28 % que discordavam), conforme o esperado teoricamente pela hipótese de que o autoposicionamento na escala refletiria certas opiniões frente a questões políticas específicas. Entre os eleitores com até 1º Grau incompleto, porém, mesmo entre os eleitores posicionados à esquerda há um predomínio dos que concordavam (diferença pró-concorda = 17 %). De toda forma, esse predomínio é menor do que entre os eleitores posicionados à direita (diferença pró-concorda = 45 %). Isso dá uma idéia

mais concreta das associações entre autopoicionamento na escala e a opinião a respeito desse tema: alta entre os eleitores com nível superior e baixa entre os eleitores com até 1º Grau de escolaridade.

**Tabela 3.19**

**Opinião sobre a Possibilidade de Enriquecer sob o Capitalismo, segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Set./89) (%)**

ELEITORES	Opinião quanto à Questão	Total Eleitores	Autopoicionamento na Escala		
			Esquerda	Centro	Direita
TOTAL	Concorda	51	44	52	65
	Discorda	35	49	38	26
	Difer. Pró-Concorda	+ 16	- 5	+ 14	+ 39
1º Grau Incompleto	Concorda	54	56	54	68
	Discorda	30	39	36	23
	Difer. Pró-Concorda	+ 24	+ 17	+ 18	+ 45
Superior	Concorda	46	20	49	72
	Discorda	42	69	38	28
	Difer. Pró-Concorda	+4	- 49	+ 9	+44

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89.

Obs: Questão: "Vou ler uma frase e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda: 'o bom do capitalismo é que quem se esforça pode ficar rico'". Diferença entre 100 % e a soma de "concorda" e "discorda" é referente às respostas "concorda/discorda em parte" e "não sei".

Concluindo esta análise, os dados parecem mostrar que:

- a) para o conjunto dos eleitores, embora as associações entre o autopoicionamento na escala esquerda-direita e suas opiniões políticas sejam quase todas fracas, há algumas associações moderadas (coeficientes de 0,30 a 0,37), duas delas relacionadas diretamente com a clivagem proposta por Singer;
- b) entre os eleitores de mais alta escolaridade, há associações de força moderada a substancial entre seu autopoicionamento na escala e as opiniões relativas a diversas dimensões;

c) entre os eleitores com menor escolaridade o grau de associação entre opiniões políticas específicas e o autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita é relativamente baixo para todas as questões analisadas. De toda forma, mesmo entre eles a grande maioria das associações é positiva (33 casos em 41) e muitas delas (13) estatisticamente significativas. Isso parece indicar que há uma certa tendência, ainda que bem mais fraca, semelhante à existente entre os eleitores de alta escolaridade: comparativamente havia proporções maiores de eleitores (de baixa escolaridade) que se posicionavam à esquerda apresentando opiniões democráticas, igualitárias, favoráveis à participação popular do que as proporções de eleitores que se posicionavam à direita que apresentavam estes tipos de opiniões.<sup>69</sup>

Concluindo, todo o conjunto de dados apresentados nesta seção mostra as profundas diferenças, quanto à compreensão e o uso político das categorias esquerda e direita, entre eleitores de níveis de escolaridade diferentes. A maioria dos eleitores de baixa escolaridade (até 1º Grau incompleto), não sabe verbalizar algum conteúdo para estas palavras; dos que verbalizam, grande parte não o faz em acordo com o significado mais corrente atribuído a elas na ciência política. Mas não parece se tratar apenas de um problema de verbalização. Parcelas razoáveis do eleitorado de baixa escolaridade (cerca de 25 % dos eleitores com até 1º Grau incompleto) não se posicionam numa escala deste tipo, quando solicitados a fazê-lo. Além disso, entre os que se posicionam, as intenções de voto, as preferências partidárias e as opiniões políticas desta camada de eleitores são fracamente associadas ao seu autopoicionamento numa escala esquerda-direita.

Entre os eleitores de mais alta escolaridade, por outro lado, declina a proporção dos que não sabem verbalizar ou verbalizam de forma "equivocada" algum significado político para as palavras "esquerda" e "direita"; além disso, parcelas significativas

---

69 É importante notar que uma análise de correlação entre as opiniões dos eleitores diretamente com suas intenções de voto (e não mais com seu autopoicionamento na escala esquerda-direita) revela dados semelhantes (Ver Tabelas Anexas 3.3 a 3.5): em geral baixos coeficientes para o conjunto do eleitorado - com algumas exceções, especialmente no 2º turno -; coeficientes bem menores entre os eleitores de menor escolaridade do que entre os eleitores de nível superior. Assim, pode-se inferir que os menores coeficientes encontrados entre os eleitores de menor escolaridade nas tabelas 3.17 e 3.18 não se devem apenas a uma não compreensão da escala esquerda-direita por parte daqueles eleitores, mas também ao fato de que suas opiniões políticas têm mesmo menor relevância na sua decisão de voto (comparativamente aos eleitores com nível superior).

(acima de 90 %) destes eleitores se autoposicionam na escala esquerda-direita e seus posicionamentos associam-se substantivamente com suas intenções de voto, com suas preferências partidárias (quando as têm) e com algumas de suas opiniões políticas. Nas faixas intermediárias de escolaridade as correlações adquirem força intermediária também.

Todas essas diferenças entre os eleitores, segundo seu grau de escolaridade, colocam um problema de interpretação quanto ao significado do próprio posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita. Deixo para tratar desse problema ao final do trabalho, após a análise de dados semelhantes para as eleições de 1994 e 1998.

### **3.5. Preferência Partidária e Voto**

Neste trabalho não se postula que as preferências partidárias dos eleitores foram um fator decisivo para o resultado agregado das eleições presidenciais recentes. Da mesma forma, não há esta postulação na literatura brasileira recente; por isso, não foi feita nos Capítulos 1 e 2 uma revisão da literatura nacional e internacional a respeito do tema.<sup>70</sup> Há, porém, na literatura nacional, certas diferenças quanto à natureza destas preferências e sua relevância na decisão de voto. Assim, por exemplo, enquanto Meneguello (1995) afirma que a identificação partidária teve pequena influência na decisão de voto para presidente em 1994, Singer (1998) aponta altos coeficientes de correlação entre identificação partidária e voto em 1989 e 1994. Estes coeficientes, porém, alerta o autor, referem-se apenas àqueles eleitores que manifesta preferência partidária por algum partido (menos de 50 % do eleitorado nacional).

---

70 Uma boa revisão da literatura internacional sobre identificação partidária pode ser encontrada em Dalton, R. & Wattenberg, M. (1993). No Brasil, alguns dos trabalhos que tratam do tema no período multipartidário recente são: Albuquerque (1992), Almeida (1996), Balbachevski (1992), Baquero (1996), Castro (1994), Lavareda (1989 e 1991), Meneguello (1994; 1995), Moisés (1992), Reis e Castro (1992), Silveira (1996) e Singer (1998).

Sem pretender acrescentar qualquer interpretação nova, os dados apresentados a seguir pretendem apenas contribuir para uma sistematização dos dados relacionando preferência partidária e voto nas três eleições presidenciais estudadas. Resulta desta análise, a seguinte conclusão: se as preferências partidárias dos eleitores podem ser relevantes para diferenciar claramente as decisões de voto dos eleitores que manifestam preferência por algum partido, elas, porém, não parecem ser decisivas para o resultado agregado de uma eleição presidencial.

Uma possível forma de operacionalizar a análise das relações entre intenção de voto e preferência partidária dos eleitores é mostrada na Tabela 3.20, que apresenta a intenção de voto no 1º turno da eleição presidencial de 1989, segundo a preferência partidária dos eleitores, captada na última pesquisa Datafolha anterior àquele 1º turno aqui disponível.<sup>71</sup>

**Tabela 3.20**  
**Intenção de Voto, Segundo Preferência Partidária**  
**1º Turno/1989 (%)**

VOTO	PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA			
	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	TOTAL
ESQUERDA	82,7	20,1	10,8	39,7
CENTRO	7,5	44,3	11,0	20,9
DIREITA	9,8	35,7	78,3	39,3
(N)	624	583	529	1736

Fonte: Datafolha (Outubro/89 - Brasil; N = 5250)

Obs: Coeficiente de correlação Gama = 0,80 (estatisticamente significativo ao nível de 0,01).

Uma análise apressada nos levaria a concluir que a preferência partidária dos eleitores tem forte influência em sua decisão de voto, já que há uma forte correlação (coeficiente gama de 0,80, significativo ao nível de 0,01) entre as duas variáveis.<sup>72</sup> Isto transparece nos altos percentuais de eleitores, dentre os que manifestam

<sup>71</sup> A forma de operacionalizar o voto e a preferência partidária é a que foi descrita na Nota 55.

<sup>72</sup> Outras formas de operacionalizar as variáveis, com 5 ou 7 posições, no lugar de apenas 3 (E; C; D), levam a coeficientes um pouco menores.

preferência por partidos situados à esquerda, que votam em candidatos à esquerda (82,7 %), o mesmo valendo para os que votam à direita (78,3 %), dentre os que manifestam preferência à direita. Os eleitores que manifestaram preferência por partidos ao centro se dividiram mais, mas a maioria relativa (44,3 %) votou em partidos localizados ao centro. Este padrão de correlação alta, dada esta operacionalização da análise, é constante, para os diversos *surveys* realizados nas três eleições, como mostram as Tabelas Anexas 3.6; 3.7 ; 4.1 e 5.1.

Uma primeira ressalva é a de que esta alta associação indica apenas que a maioria dos eleitores com preferência por um partido situado em certa posição do espectro ideológico (E; C; D) tende a votar em um candidato situado nesta mesma posição do espectro. Não significa dizer que haja uma tendência forte dos eleitores com preferência por um determinado partido votarem no candidato deste partido. Na realidade esta última associação é mais fraca do que a que é apresentada na tabela, onde partidos e candidatos são agregados conforme seu posicionamento ideológico. Um dos fatores que podem contribuir para essa diferença é o voto estratégico: eleitores com preferência por um partido de direita, por exemplo, sabendo que o candidato de seu partido não tem chances eleitorais, podem vir a votar em um candidato de outro partido de direita.

Mas o mais relevante é que a tabela refere-se apenas a 33 % da amostra (1736 dos 5250 entrevistados que compunham a amostra) que declararam, ao mesmo tempo, ter preferência por algum partido e pretender votar em algum candidato. Uma outra forma de mostrar os dados sobre a relação entre as intenções de voto e as preferências partidárias dos eleitores, nesta mesma pesquisa, é mostrada na Tabela 3.21.

**Tabela 3.21****Preferência Partidária e Intenção de Voto dos Eleitores - 1º Turno/1989 (%)**

PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	%
Nenhum partido / não sabe	51,5
Nomes (de líderes políticos) / outras referências	9,3
Preferência pelo partido do candidato em que pretendia votar	17,6
Prefer. por partido que não o do candidato em que pretendia votar	18,1
Tinha preferência por um partido, mas pretendia votar em branco, anular o voto, ou ainda não sabia em quem iria votar	3,1
Preferência por "outros partidos" (1)	0,5

Fonte: Datafolha (Outubro/89 - Brasil; N = 5250)

(1) "Outros partidos" inclui partidos "nânicos" difíceis de classificar na escala E/D e a categoria residual com esse mesmo nome, utilizada originalmente pelo instituto de pesquisa.

Como se vê, a conclusão que se tira destes dados é bem diferente da que se tira dos dados mais acima. Pouco mais da metade dos eleitores mostrava não ter nenhuma preferência partidária no momento da pesquisa; outros 9 % mencionavam nomes de líderes políticos ou outras referências, para tentar responder à pergunta sobre sua preferência partidária. Quanto a estes, é inviável fazer uma análise, devido à forma como a resposta foi operacionalizada pelo instituto de pesquisa (juntando, por exemplo, as referências a todos os líderes, sem discriminá-los, além de juntar as referências a "nomes de líderes" com "outras referências"). Dos cerca de 40 % dos eleitores que manifestaram efetivamente preferência por uma sigla partidária, uma parcela de 3 % ainda não sabia em quem iria votar (ou pretendia votar em branco ou nulo), o que indicava que sua preferência partidária não havia sido decisiva em sua intenção de voto. Os restantes se dividiam em dois grupos aproximadamente de mesmo porte (em torno de 18 % do eleitorado): uns pretendiam votar no candidato ligado ao partido pelo qual tinham manifestado preferência e os outros pretendiam votar em um candidato que não pertencia àquele partido. Pode-se considerar que boa parte destes últimos estivesse votando por razões estratégicas (por exemplo, um eleitor com preferência pelo PFL que votava em Collor, porque o candidato de seu partido preferido, Aureliano Chaves, não tinha chances). Mas, mesmo considerando todas as possibilidades deste tipo, ainda ficaríamos com cerca de 10 % dos eleitores

que não poderiam ser aí enquadrados: são os eleitores que iriam votar em candidato ligado a outro "campo ideológico" (E;C;D) diferente do "campo" do partido por que manifestou preferência e aqueles que, tendo em seu partido um candidato com chances de ir para o 2º turno (considerados aqui Collor, Brizola e Lula), ainda assim optaram por outro candidato. Ou seja, na melhor das hipóteses, incluindo os que pretendiam votar no candidato ligado ao partido pelo qual tinham manifestado preferência e todos aqueles casos em que o voto em candidato de outro partido poderia ter sido dado por razões estratégicas, mas seguindo a proximidade ideológica com o partido preferido, teríamos apenas cerca de 30 % dos eleitores para quem a preferência partidária poderia ter influenciado o voto.

É importante notar que este padrão é muito similar aos das outras eleições aqui analisadas (1994 e 1998), com exceção do fato de que nestas últimas, parcelas um pouco maiores, dentre os eleitores com preferência partidária, votam em candidato do partido preferido - o que pode ser visto nas Tabelas Anexas 4.2 e 5.2.

Concluindo, pode-se dizer, portanto, a partir do conjunto de dados mostrados nesta seção (e nas tabelas anexas relativas ao tema) que a preferência partidária é um bom preditor do voto - pelo menos para uma previsão da posição, no espectro ideológico, do candidato em que deve votar um eleitor -, mas apenas para aqueles eleitores que manifestam preferência por algum partido. Isso é válido, embora com menor intensidade, mesmo entre os eleitores com baixa escolaridade. Como, porém, os eleitores que têm manifestado preferência por algum partido político representam apenas cerca de 40 % do eleitorado brasileiro, em média, no período estudado, isso reduz muito a relevância desta variável nos resultados das eleições.<sup>73</sup>

Além disso, não é muito clara a "natureza" dessa preferência partidária (manifestada pelos eleitores quando solicitados a fazê-lo em uma pesquisa de opinião). Muitas questões sobre a preferência partidária recente no Brasil ainda estão

---

73 Esta conclusão está em conformidade com conclusões anteriores de Singer (1998) e de Castro (1994: 168/9). Esta última autora afirma ainda, para a "situação brasileira recente", que "os dados indicam que a correlação entre preferência partidária e intenção de voto ocorre porque os eleitores afirmam preferir o partido do candidato pelo qual optaram, não porque escolheram o candidato do partido com o qual se identificavam" (idem, p. 205).



por responder: como ela se forma ? Está associada a um processo de socialização que vem desde a juventude do eleitor (na família, ou no grupo social a que pertence o eleitor, por exemplo) ? Está associada a uma concordância, por parte do eleitor, com as principais posições políticas do "seu" partido? Baseia-se numa avaliação sintética do desempenho do partido em diversas esferas do poder ? Representa apenas uma "transferência" de uma identificação com uma grande liderança do partido? Ela é estável ? Pode ser que para diferentes eleitores esta manifestação de preferência seja de natureza e intensidade diferentes. Para alguns haveria uma concordância forte com as principais posições do partido; para outros, basear-se-ia em uma avaliação positiva do desempenho do partido especialmente quando no comando de órgãos executivos (presidência da República; governos estaduais; prefeituras); para outros, ainda, a sigla poderia ser apenas um "equivalente" de um grande líder partidário (PT = Lula; PDT = Brizola; PSDB = FHC; PRN = Collor, etc...). Assim, a preferência partidária pode ser um tipo de preditor do voto não necessariamente ligado ao posicionamento político-ideológico dos partidos, podendo estar mais associado à avaliação de desempenho do partido quando no governo, ou mesmo a uma associação entre partido e seu principal líder.

A resposta à maioria destas questões acima provavelmente demande outras técnicas de pesquisas, mais "qualitativas", ou estudos de painel. Assim, dado que a influência global possível desta variável sobre os resultados agregados das eleições presidenciais não parece ser de grande monta, e dado que um estudo mais aprofundado sobre a natureza das preferências partidárias manifestadas pelos eleitores brasileiros está acima das possibilidades do presente trabalho, sobre esta variável ficarão registradas aqui apenas as conclusões acima.

Deve-se, porém, fazer uma ressalva: o fato de mais da metade dos eleitores brasileiros, em média, no período, não manifestarem preferência partidária, não significa necessariamente que os partidos não pesem na decisão de voto. Mesmo sem ter preferência por um dos partidos, um eleitor pode ter rejeição por um (ou mais) deles, não votando em um candidato a ele(s) filiado. Essa rejeição pode se dar por motivos de natureza propriamente política (ou "ideológica"), ou mesmo a partir da avaliação do desempenho administrativo anterior do partido ao exercer algum governo

importante. A escassez de dados relativos a essa rejeição aos partidos nas bases de dados disponíveis na presente pesquisa impossibilitou um teste mais sistemático dessa possível influência; julgamos, porém, que realizar uma análise deste tipo seria relevante para termos uma uma compreensão mais abrangente da forma como os eleitores levam os partidos em consideração ao tomar sua decisão de voto.

### 3.6. Conclusão

Para explicar a decisão do voto no 1º turno da eleição presidencial de 1989 é necessário considerar as três variáveis em estudo, mas associadas à escolaridade do eleitor. Em primeiro lugar, as correlações de ordem moderada indicam que realmente parece ter havido a influência na decisão de voto, de uma **imagem política** formada pelos eleitores a respeito **dos candidatos**. Mas essa influência varia de intensidade, segundo a **escolaridade** dos eleitores. O conjunto de dados sobre o significado atribuído pelos eleitores às noções de esquerda e direita, sobre os percentuais de eleitores que se posicionam na escala e sobre as correlações entre este autoposicionamento e o voto (e a preferência partidária) parece indicar que o autoposicionamento na escala esquerda-direita teve significado político e foi um bom preditor do voto para a maioria dos eleitores com nível superior, mas teve baixo significado político e foi um preditor de voto relativamente fraco para a maioria dos eleitores de baixa escolaridade.

Em segundo lugar, a **avaliação do desempenho do governo Sarney**, embora tenha apresentado correlação relativamente baixa como o voto, influenciou a própria estratégia dos partidos e candidatos (todos se colocando como oposição ou em independência frente ao governo Sarney) e parece ter contribuído para minar qualquer possibilidade de vitória dos candidatos Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, pertencentes aos partidos que formavam a base político-parlamentar do governo. Isso explicaria também porque boa parte dos votos do eleitorado que se autoposicionava ao centro acaba indo para candidatos à direita (sobretudo Collor) ou à esquerda: dos

candidatos de centro mais conhecidos e vinculados a partidos maiores, um era Ulysses Guimarães, o mais associado ao governo, e outro era Covas, cujo partido, o PSDB, tinha recentemente se separado do PMDB e suas principais lideranças não eram vistas tão claramente quanto Collor, Lula e Brizola como oposição ao governo Sarney. Neste contexto, passam ao segundo turno, dois candidatos que eram claramente oposição ao governo Sarney. Deve-se notar, além disso, que os motivos mais apontados para o voto em Collor foram incluídos na categoria "renovação política", que expressava um descontentamento com a situação política nacional, para o qual a rejeição ao governo Sarney - e ao PMDB, que, após chegar ao poder havia "ludibriado" o eleitor com o Plano Cruzado - contribuiu decisivamente.

Da mesma forma que em relação à primeira variável, a avaliação de desempenho do governo Sarney foi um preditor de voto de moderado a bom para os eleitores com maior escolaridade (2º Grau ou mais), mas fraco para os eleitores com baixa escolaridade (até 1º Grau completo). A principal hipótese levantada aqui para explicar estas diferenças, bem como a relativamente baixa correlação entre avaliação do governo e voto no conjunto do eleitorado, foi a de que a polarização governo/oposição parece ter sido resolvida (a favor da oposição) bem antes do momento eleitoral. Por isso, a avaliação de desempenho do governo passaria a ter, em momentos próximos à eleição, baixa correlação com o voto, já que mesmo eleitores que avaliavam o governo positivamente passariam a nem considerar o(s) candidato(s) mais associado(s) ao governo como uma alternativa viável. E como é entre os eleitores com menor escolaridade que há a maior taxa de avaliação positiva do governo (quase o dobro da existente entre os eleitores com nível superior), este mecanismo poderia explicar, também, o menor coeficiente de correlação entre os eleitores de menor escolaridade.

Uma distinção, destacada por Miller & Shanks (1998), talvez possa tornar mais clara a relevância da avaliação de desempenho do governo no resultado da eleição de 1989. Aqueles autores distinguem o peso de uma variável explicativo dos diferenciais de voto entre eleitores (nível individual), de seu peso explicativo no resultado agregado de uma eleição. Se tomamos, por exemplo, a preferência partidária, vemos que esta foi uma variável muito relevante para diferenciar o voto dos

eleitores: aqueles que manifestavam preferência por um partido tinham grande probabilidade de votar num candidato a ele vinculado (ou, pelo menos, vinculado a um partido situado no mesmo "campo ideológico"). Assim, eleitores com preferências partidárias diferentes tendiam a votar em candidatos diferentes, ou seja, a variável preferência partidária tinha um grande poder discriminador, "explicando" parte das diferenças de voto ao nível individual. Mas, como os eleitores com preferência por algum partido representavam cerca de 40 % do eleitorado total, mesmo que considerássemos que a alta correlação entre voto e preferência partidária se devesse a uma relação de causalidade no sentido de que a preferência partidária é que levaria ao voto (o que precisaria ser comprovado), o impacto destas preferências sobre o resultado agregado do pleito seria relativamente pequeno. Já em relação à avaliação de desempenho do governo, embora a correlação com o voto seja relativamente baixa, o fato de que 60 % dos eleitores avaliavam o governo negativamente e de que 92 % destes (representando 55 % do eleitorado nacional) votaram em candidatos da oposição (ver Tabelas 3.1 e 3.3) foi suficiente para garantir uma votação baixa para os candidatos ligados ao governo (e alta para o conjunto dos candidatos de oposição). Assim, aquela avaliação predominantemente negativa do governo teve peso relevante no resultado agregado do primeiro turno da eleição presidencial de 1989.

Por fim, a **avaliação dos atributos pessoais dos candidatos**, parece ter sido também um dos elementos centrais da decisão de voto. A nosso ver, a maioria das análises da eleição de 1989 não levou na devida consideração o peso, na decisão de voto, da avaliação feita pelo eleitor sobre a experiência/capacidade administrativa dos candidatos. De um lado, por se fixar apenas nos dois candidatos que foram ao segundo turno, elas não consideraram que esta categoria de motivos foi a mais apontada pelos eleitores de Brizola, Maluf, Covas e Ulysses Guimarães (que juntos fizeram 42 % dos votos no 1º turno). De outro, por não terem destacado que, apesar da maior parte dos eleitores de Collor estar buscando uma renovação do quadro político, a segunda categoria de motivos mais apontados por seus eleitores foi relacionada a características ligadas à sua experiência/capacidade político-administrativa. Pode-se questionar a veracidade dos feitos propagados por Collor em sua campanha, mas é relevante o fato de que os eleitores mencionavam como motivo

do voto a ação administrativa passada de Collor - e não apenas promessas (para o futuro) - relacionada em boa parte a objetivos quase consensuais: eficiência administrativa, combate ao desperdício do dinheiro público e à corrupção.

No entanto, diferentemente das duas variáveis anteriores, nesta - relativa a atributos pessoais dos candidatos relevantes para a decisão do voto - não parece ter havido diferenças significativas entre eleitores segundo seu grau de escolaridade.

Em suma, no primeiro turno as duas primeiras variáveis parecem ter pesado apenas moderadamente. Os coeficientes de correlação entre avaliação do governo e voto são um pouco menores do que aqueles entre autoposicionamento e voto, mas estes últimos foram calculados para uma parcela do eleitorado menor do que aquela sobre a qual foram calculados os primeiros. Comparando as "taxas de acerto", porém, vemos que enquanto 56 % dos eleitores votavam em conformidade com a avaliação de desempenho que faziam do governo (Tabela 3.3), apenas 26 a 35 % votavam em conformidade com seu autoposicionamento na escala esquerda-direita. (Tabelas 3.12 e 3.13).

No segundo turno, obviamente a avaliação do governo não teve nenhuma influência, pois se tratava de uma disputa entre dois candidatos em oposição clara a Sarney. Por outro lado, a disputa entre dois candidatos localizados em posições extremas do contínuo ideológico, aliada à polarização ideológica promovida principalmente pela campanha de Collor, fez com que o peso dos "posicionamentos ideológicos" dos eleitores fosse maior do que no primeiro turno. No que se refere à avaliação das qualidades pessoais dos candidatos, a base empírica em que se sustenta aqui a hipótese da relevância desta variável impossibilita comparar seu peso com o das outras variáveis. Como, porém, grande parte dos motivos apontados foram relacionados a atributos pessoais dos candidatos, é plausível afirmar que esta variável teve um peso muito importante naquela eleição.

Por fim, a influência da avaliação da capacidade técnico-administrativa dos candidatos sobre a decisão de voto se revelou maior do que a das imagens formadas pelo eleitor dos candidatos, quanto à defesa de interesses dos trabalhadores (ou da maioria da população). Utilizando as respostas às questões abertas sobre motivação

do voto, a imagem de defensor dos interesses dos trabalhadores parece ter sido relevante para parcela substancial dos eleitores de Lula e para uma parcela menor dos eleitores de Brizola, mas não para os demais candidatos. Especialmente relevante é o fato de que é insignificante a proporção de eleitores que apontavam motivos dessa natureza para o voto em Collor, o que contrasta fortemente com a conclusão de Castro (1994) de que para os eleitores de baixa sofisticação política este seria o determinante central do voto. A proporção dos que mencionaram como motivo do voto atributos pessoais relacionados com a capacidade técnico-administrativa dos candidatos foi bem maior do que a proporção dos que mencionavam a defesa dos interesses dos trabalhadores, não só no conjunto do eleitorado, mas para os eleitores de quase todos os candidatos relevantes individualmente (Collor, Brizola, Covas, Maluf e Ulysses).

## **CAPÍTULO 4 - A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1994.**

### **4.1. O Contexto da Eleição**

Desde o *impeachment* de Collor, em setembro de 1992, até julho de 1994, as pesquisas apontavam a liderança de Lula na corrida pela presidência. A popularidade do governo Itamar Franco caía ao longo de seu mandato; em junho de 1994 a maioria do eleitorado o avaliava como ruim ou regular. Desde meados de 1993, porém, a nova equipe econômica, chefiada pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, começa a elaborar um novo plano econômico, que, à diferença dos planos anteriores, não foi planejado para obter resultados imediatos, mas um pouco mais à frente, em pleno período da campanha eleitoral. Dos primeiros meses de 1994 a julho, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso <sup>74</sup> se consolidou, tentando destacar a imagem de um candidato com capacidade técnica e política para ser um bom governante. Essa candidatura aglutinou a grande maioria dos segmentos de centro e direita do espectro partidário brasileiro (incluindo uma coalizão eleitoral significativa: PSDB-PFL-PTB), dificultando, dessa forma, a formação de outra candidatura forte (como a de Maluf, por exemplo) fora do campo da esquerda.

É a partir de julho, porém, quando os efeitos do Plano Real são sentidos mais diretamente pelo conjunto da população, com a troca da moeda e a queda da inflação, que começa a se inverter o quadro eleitoral; já no início de agosto FHC passa à frente de Lula e a situação se estabiliza ao final de agosto, mantendo-se uma vantagem para FHC suficiente para garantir sua vitória no primeiro turno. <sup>75</sup>

---

74 Daqui para a frente chamado de FHC, por economia de linguagem.

75 Os dados referentes às evoluções da avaliação do Plano Real e das intenções de voto em Lula e Fernando Henrique Cardoso são mostrados na Tabela Anexa 4.3.

## **4.2. Avaliação de Desempenho do Governo Itamar, Avaliação do Plano Real e Avaliação de Atributos Pessoais dos Candidatos**

Na análise da eleição de 1994 embora seja praticamente impossível separar claramente as avaliações feitas pelos eleitores a respeito do desempenho do governo Itamar e de algumas das qualidades pessoais do então candidato Fernando Henrique Cardoso, da avaliação feita pelos eleitores dos resultados do Plano Real, será feito aqui um esforço analítico neste sentido, motivo pelo qual estes tópicos serão considerados em conjunto nesta seção, diferentemente do que foi feito no capítulo anterior.

Como já foi detalhado no Capítulo 1, vários autores, embora com diferentes ênfases, mostraram a relação entre a avaliação feita pelos eleitores a respeito do Plano Real e seu voto (Mendes e Venturi, 1994; Figueiredo, 1994; Albuquerque, 1995; Meneguello, 1995; Kinzo, 1996; Singer, 1998; dentre outros). Sem pretender retomar aquela literatura, destaco aqui especialmente a análise de Mendes e Venturi em relação àquela inversão brutal de tendências de intenção de voto entre maio e setembro de 1994, entre Lula e FHC, em que concluem que ela

"foi regida fundamentalmente por um único movimento: a implementação da segunda etapa do Plano Real, com a troca da moeda e a queda abrupta da inflação. Todos os acontecimentos ou passaram ao largo das considerações do eleitorado ou, quando muito, apenas amplificaram o efeito do Real no processo eleitoral" (Mendes e Venturi, 1994: 40).

Estas são tendências baseadas em dados agregados, ou seja, mostram as proporções de eleitores que pretendiam votar num ou noutro candidato, em contraste com a proporção dos eleitores que avaliavam positivamente o Plano Real. Os dados a seguir mostram as relações entre as avaliações do plano econômico e do governo Itamar e as intenções de voto no candidato ligado ao governo (FHC), com base nos dados dos eleitores, individualmente.

A Tabela 4.1 apresenta as correlações entre as intenções de voto e as avaliações que os eleitores faziam tanto do desempenho do governo Itamar, quanto



do Plano Real.

**Tabela 4.1**  
**Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do**  
**Governo Itamar e Avaliação do Plano Real (1994)**

Variáveis Correlacionadas com Intenção de Voto	Datafolha (7/94)	Datafolha (8/94)	Sensus (5 a 10/94)	Datafolha (20 a 22/94)	Datafolha (27 e 28/94)
Avaliação Desempenho Governo (% Eleitores) (1)	ND	0,23** (95 %)	0,36** (93 %)	ND	0,35** (96 %)
Avaliação Plano Real (% Eleitores) (1)	0,33** (93 %)	0,43** (97 %)	0,50** (96 %)	0,57** (98 %)	0,54** (98 %)

Fontes: Datafolha e Instituto Sensus (pesquisas nacionais) ; \*\* Coeficientes significativos ao nível de 0,01; ND = Não há Dados (não há pergunta sobre avaliação do governo Itamar);

Obs: Operacionalização da variável intenção de voto: 1 = Candidatos de oposição (todos, exceto FHC) + branco/nulo; 2 = "Não Sabe"; 3 = FHC (candidato do governo); Operacionalização das variáveis avaliação de desempenho governamental e avaliação do Plano Real: ver Apêndice 4.1.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Como se pode ver, houve, durante a campanha eleitoral de 1994, uma crescente associação entre, de um lado, a intenção de voto dos eleitores, e, de outro, a avaliação que eles faziam, tanto do desempenho geral do governo Itamar Franco (coeficiente Gama de 0,23 passa para 0,35), quanto dos efeitos do Plano Real para o país (de 0,33 para 0,54). A avaliação do plano subiu rapidamente após a troca da moeda (em julho) e tanto a intenção de voto em FHC como a avaliação do governo Itamar seguiram esta mesma tendência. Mas, mesmo às vésperas da eleição, a intenção de voto esteve menos correlacionada com a avaliação de desempenho do governo Itamar (coeficiente Gama de 0,35) e mais com a avaliação do Plano Real (0,54).<sup>76</sup> A explicação para este fato parece ser a seguinte: após a implementação

<sup>76</sup> Da mesma forma como no Capítulo 3, a variável intenção de voto foi operacionalizada também de outras formas. Uma primeira forma foi a seguinte: 1 = oposição; 2 = governo. Com essa operacionalização as correlações entre esta variável e a avaliação de desempenho do governo são quase da mesma ordem de grandeza que as apresentadas na Tabela 4.1: 0,23; 0,41 e 0,37. Mas as correlações entre intenção de voto e avaliação do Plano Real são significativamente maiores (coeficientes de 0,48; 0,56; 0,61; 0,67 e 0,62, respectivamente, para cada um dos *surveys* incluídos na tabela). Uma outra forma de

do plano, a avaliação de desempenho do governo Itamar Franco ficou razoável, já que antes do plano a maioria dos eleitores avaliavam o governo como ruim ou regular. Por outro lado, como o candidato FHC não tinha uma avaliação negativa prévia, sua avaliação final, como condutor direto do Plano Real foi altamente positiva. Assim, a avaliação do candidato pôde se descolar um pouco da avaliação geral do governo e se colar mais à avaliação apenas do plano.

Na realidade, embora haja uma substancial correlação entre avaliação do plano e avaliação do governo Itamar (coeficiente Gama de 0,57, significativo ao nível de 0,01), parece haver uma certa independência dos efeitos destas duas variáveis sobre a intenção de voto em 1994, como se pode ver na Tabela 4.2, que mostra, para a pesquisa mais próxima à eleição presidencial de 1994, as intenções de voto dos eleitores, segundo a avaliação que eles faziam do Plano Real e do governo Itamar Franco.

Vemos na linha correspondente ao total de eleitores, que FHC obtinha apenas 27 % dos votos entre os eleitores que avaliavam o governo Itamar como ruim ou péssimo, enquanto obtinha 60 % entre os que o avaliavam como ótimo ou bom. Na coluna correspondente ao total de eleitores podemos verificar que FHC obtinha 15 % dos votos entre os eleitores que avaliavam o plano como ruim para o país, enquanto obtinha 56 % entre os que avaliavam positivamente o plano. Veja-se que FHC perdia por boa margem também entre aqueles que eram indiferentes em relação aos resultados do plano. Sua vitória se deu porque uma sólida maioria (75 %) avaliava o plano positivamente no momento da eleição.

---

operacionalização utilizada foi a partir do contraste apenas dos dois candidatos mais votados (FHC e Lula, em torno dos quais a eleição se polarizou). Neste caso os coeficientes entre intenção de voto e avaliação de desempenho do governo sobem para 0,27; 0,46 e 0,44, enquanto os coeficientes entre intenção de voto e avaliação do Plano Real sobem para 0,51; 0,59; 0,64; 0,72 e 0,67, respectivamente. Embora o uso do coeficiente gama relacionando uma variável deste tipo (com apenas duas categorias) seja problemático, qualquer forma de operacionalização da variável apresenta algum tipo de problema. Indicar esta variação dos coeficientes, de acordo com o modo de operacionalizar a variável, me parece o mais apropriado, permitindo uma análise mais completa dos dados, inclusive de maneira a permitir comparabilidade com dados de outro estudo que utiliza uma operacionalização semelhante a esta última.

**Tabela 4.2**

**Intenção de Voto, Segundo Avaliação de Desempenho do  
Governo Itamar e Avaliação do Plano Real (1994) (%)**

Avaliação Plano Real	Intenção de Voto	Avaliação Governo Itamar			TOTAL
		Péssimo + Ruim	Regular	Ótimo + Bom	
Ruim	Outros Candidatos (1) + Branco/Nulo	84	78	55	75
	FHC	10	16	29	15
	(N)	(103)	(107)	(31)	(253)
Indiferente	Outros Candidatos (1) + Branco/Nulo	75	60	46	61
	FHC	17	29	41	27
	(N)	(59)	(197)	(39)	(314)
Bom	Outros Candidatos (1) + Branco/Nulo	51	41	31	38
	FHC	43	53	62	56
	(N)	(162)	(887)	(722)	(1862)
TOTAL	Outros Candidatos (1) + Branco/Nulo	66	48	33	45
	FHC	27	46	60	48
	(N)	(332)	(1215)	(801)	(2483)

Fonte: Datafolha (Setembro/94 - Universo: Brasil - N = 2500)

(1) Todos os demais candidatos, à exceção do candidato governista (FHC).

Obs: Não constam da tabela os dados referentes aos eleitores que responderam "Não Sabe" a uma das perguntas (sobre intenção de voto, avaliação do governo Itamar e avaliação do Plano Real). No entanto, as porcentagens das intenções de voto mostradas na tabela foram calculadas sobre o total de respostas a cada pergunta (o que inclui, no total, as respostas "Não Sabe"). Por isso, as porcentagens não somam 100 % e a soma dos números de entrevistados (N) parciais não é igual ao N total (para cada linha e coluna). Os percentuais foram "arredondados" para facilitar a leitura da tabela.

No cruzamento das diversas avaliações do plano e do governo vemos que as duas avaliações atuavam sobre o voto pelo menos em parte independentemente uma

da outra <sup>77</sup> : entre os que avaliavam o governo Itamar como ruim ou péssimo e o plano como ruim, a intenção de voto em FHC era de 10 %; no extremo oposto, entre os que avaliavam positivamente tanto o plano quanto o governo Itamar, aquela intenção de voto sobe para 62 %. Entre estas duas situações extremas há o crescimento da intenção de voto em FHC com o crescimento da avaliação do plano, mantida a avaliação do governo Itamar constante; da mesma forma, mantendo a avaliação do plano constante, com o crescimento da avaliação do governo Itamar, cresce a intenção de voto em seu candidato.

De toda forma, tivemos correlação de ordem moderada entre avaliação de desempenho do governo Itamar e intenção de voto e correlação substancial entre avaliação do Plano Real e intenção de voto, considerando os dados individuais dos eleitores.

Além dos dados acima, a análise das razões da intenção de voto confirma também o papel central do Plano. Ainda segundo Mendes e Venturi (1994: 43), nas três pesquisas Datafolha em que foi feita a pergunta (aberta) sobre os motivos do voto em FHC, o Plano Real respondia por 45 a 60 % das menções, tratando-se, "de longe, da principal razão explícita para o voto no tucano, visto que nos três levantamentos nenhuma outra resposta chegou sequer a 10 % das menções". Ao final de setembro esta razão para o voto representava 26 % do total de votos, garantindo sozinha uma votação superior à de Lula. Para os autores, a identificação de FHC com o Plano Real e a conversão em intenção de voto a seu favor teria se dado seja "pela elaboração e implementação [do plano] quando ministro, seja pela perspectiva de continuidade" (idem).

Silveira (1996), por sua vez, mencionando pesquisa do instituto Datafolha "realizada no final da campanha", em que havia uma pergunta "de respostas múltiplas" sobre as razões da intenção de voto <sup>78</sup>, afirma que

---

77 Na realidade, a avaliação que boa parte dos eleitores fez do plano impactou sua avaliação do governo Itamar, já que a partir de agosto a avaliação do governo sobe bastante, acompanhando a evolução do plano. Mas não há uma superposição completa entre as duas avaliações: uma parcela razoável do eleitorado apesar de avaliar positivamente o plano, ainda avaliava o governo como ruim ou (principalmente) regular no momento da eleição.

78 Provavelmente trata-se da última das três pesquisas com pergunta desta natureza mencionadas por Mendes e Venturi (1994).

"a proporção de indicações do Plano Real como razão da intenção de voto em Fernando Henrique (55 %) era levemente superior à proporção do conjunto de indicações de aspectos relativos à imagem do candidato (51 % apontavam os aspectos experiente, competente, preparado, honesto, íntegro, confiável, inteligente, sabe falar, mais culto, simpático, 'gosto dele', é o melhor, pode ser um bom presidente, é capaz de melhorar o país)" (Silveira, 1996:31).

Quanto a Lula, os motivos apresentados para votar nele

"eram as percepções do candidato como representante dos trabalhadores (17 %), capaz de promover mudanças (13 %), o que é do melhor partido / voto no PT (10 %), o novo (9 %), o que tem melhor proposta (9 %), o que defende os trabalhadores (9 %), o que vai ajudar o povo (7 %), entre outras. O conjunto de aspectos relativos à imagem do candidato totalizou 35 % das indicações. A imagem do candidato mostrou ser um elemento muito importante na estruturação das opções mesmo no caso do PT" (idem).

Assim, enquanto Mendes e Venturi destacam a importância do Plano Cruzado, responsável sozinho por uma votação em FHC superior à de Lula, Silveira tenta enfatizar o papel dos "aspectos relativos às imagens dos candidatos" (FHC e Lula). Note-se que no que diz respeito a FHC, boa parte dos aspectos ressaltados são relacionados a uma capacidade técnica para governar (experiência, competência, preparo, inteligência) ou outros atributos morais relevantes para um bom governante (honestidade, integridade, confiabilidade), enquanto em relação a Lula são destacados mais os aspectos de sua relação com os trabalhadores, como a defesa dos interesses populares.

Vale a pena ainda analisar as relações entre estas variáveis acima (avaliações do governo Itamar, do Plano Real e das qualidades pessoais dos candidatos) e o voto, de forma desagregada, segundo a escolaridade dos eleitores. A Tabela 4.3 apresenta os coeficientes de correlação Gama entre intenção de voto e avaliação de desempenho do governo, para cada nível de escolaridade dos eleitores, em três *surveys* em que havia a pergunta sobre avaliação de desempenho do governo Itamar.

**Tabela 4.3**

**Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo, segundo Escolaridade (1994)**

PESQUISAS	ESCOLARIDADE			
	(1)	(2)	2º Grau	Superior
Datafolha - Agosto/94 (% Eleitores) (1)	0,04 (85 %)	0,20** (95 %)	0,32** (98 %)	0,42** (98 %)
Sensus - Setembro/94 (% Eleitores) (1)	0,31** (90 %)	0,35** (95 %)	0,44** (96 %)	0,51** (99 %)
Datafolha - 27 e 28/9/94 (% Eleitores) (1)	0,24* (93 %)	0,28** (96 %)	0,44** (99 %)	0,61** (98 %)

Fontes: Datafolha e Instituto Sensus (pesquisas nacionais).

Obs.: Faixas de Escolaridade (1) e (2): Pesq. DataFolha: (1) = Analfabeto; 2 = 1º Grau; Pesq. Sensus: (1) = até 4ª série (primário completo); (2) = 5ª série até 1º Grau completo (ginásial);

\*\* Coef. signif. nível 0,01; Demais coeficientes não-significativos estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Como já foi visto, a associação entre avaliação do governo Itamar e a intenção de voto cresce ao longo da campanha, e a tabela nos mostra que isso ocorreu, embora com diferenças de intensidade, em todas as faixas de escolaridade. Embora haja pequenas diferenças entre as duas pesquisas relativas ao mês de setembro - até porque, além das faixas de mais baixa escolaridade serem diferentes nas duas pesquisas, também o são as amostras -, a tendência é a mesma: crescimento das correlações entre avaliação de desempenho do governo e intenção de voto, à medida que cresce a escolaridade dos eleitores. Enquanto entre os eleitores com até o 1º Grau as correlações eram de fracas a moderadas, entre os de 2º Grau eram moderadas e entre os eleitores com nível superior eram substanciais.

A Tabela 4.4 é semelhante à acima, agora relacionando intenção de voto e avaliação dos efeitos do Plano Real para o país, segundo os níveis de escolaridade dos eleitores.

Complementando a análise, a Tabela 4.5 mostra os motivos mais apontados para o voto pelo conjunto dos eleitores e pelos eleitores com maior e menor escolaridade (resposta espontânea e única) em um *survey* de setembro de 1994.<sup>81</sup>

**Tabela 4.5**

**Principais Motivos do Voto, segundo Escolaridade (Set/94) (%)**

Escolaridade	Conjunto Eleitores			Até Primário Compl.			Colegial + Superior		
	FHC	LULA	Total	FHC	LULA	Total	FHC	LULA	Total
MOTIVO DO VOTO									
Fez Plano/Continuidade do Plano	33	0	16	34	0	16	33	0	16
Credib./Confiança	15	15	13	13	18	12	20	10	14
Exper./Capac.Admin.	9	3	7	8	3	6	10	5	8
Programa Governo	7	10	7	6	5	5	9	18	11
Bom Político	6	7	6	7	9	7	3	5	3
Preocup. Problemas Econômicos/Sociais	3	15	5	2	14	4	4	14	5
Outras Qualidades	9	14	10	8	14	8	10	18	12
Não sabe/Não resp.	10	9	24	12	11	30	6	7	18

Fonte: Instituto Sensus - Setembro/94 (Universo: Brasil)

Obs: (1) Nas colunas "Total", para o conjunto de eleitores e para cada faixa de escolaridade, as porcentagens foram calculadas sobre o total de eleitores, o que inclui, além dos eleitores de FHC e Lula, os eleitores que pretendiam votar em outros candidatos, em branco, anular seu voto ou que ainda não sabiam em quem votar; (2) As faixas de eleitores com curso "colegial" ou "superior" foram agregadas aqui, porque esta última tinha um pequeno número de casos, frente à dimensão da tabela.

Inicialmente cabe destacar que para o conjunto dos eleitores, o motivo mais apontado foi relacionado ao Plano Real (16 % do total dos eleitores; 33 % dos eleitores de FHC); em segundo lugar os atributos "credibilidade/ confiança" no candidato (13 % do total dos eleitores), vindo a seguir "experiência / capacidade administrativa" e "programa de governo", ambas apontadas por 7 % dos eleitores

81 Embora os dados para os eleitores com nível "ginasial" não sejam mostrados (para não sobrecarregar a tabela), não há diferenças substanciais entre esta faixa e a de menor escolaridade. As categorias de motivos são as originalmente criadas pelos executores da pesquisa, para enquadrar os motivos declarados pelos entrevistados.

entrevistados. 6 % dos eleitores apontaram motivos um pouco mais vagos, enquadrados na categoria "bom político" e 5 % votaram porque seu candidato tinha "preocupação com problemas econômicos e sociais". Cerca de 10 % dos eleitores apontaram "outras qualidades" dos candidatos (agregadas nesta categoria residual)<sup>82</sup> e 24 % dos eleitores não souberam, não quiseram responder ou não pretendiam votar em nenhum dos candidatos.

Comparando as colunas de totais, vemos que as diferenças mais significativas, nas motivações de votos dos eleitores com baixa e alta escolaridade ocorre nas categorias "programa de governo" (apontada por 11 % dos eleitores com maior escolaridade, contra 5 % dos eleitores com menor escolaridade) e "bom político" (apontada por 3 % e 7 %, respectivamente). Além disso, é bem maior o percentual dos eleitores com baixa escolaridade que não responderam a questão (30 %) do que o percentual dos eleitores com alta escolaridade (18 %). Esses dados em seu conjunto parecem indicar que os eleitores de baixa escolaridade têm mais dificuldade para verbalizar os motivos de seu voto (respondendo em maior proporção "não sei" ou respostas vagas, como "bom político"). Mas, de resto, há poucas diferenças quanto às demais categorias de motivos, especialmente no que se refere ao Plano Real: praticamente a mesma proporção de eleitores, em todas as faixas de escolaridade mencionou o plano como motivo de seu voto (correspondendo a 16 % dos eleitores em cada faixa e a 33 % do eleitorado de FHC em cada faixa).

Há algumas diferenças internamente ao eleitorado de cada candidato, mas, para os propósitos desta pesquisa importa destacar o seguinte:

1º) o Plano Real foi o motivo mais apontado, não só entre os eleitores de FHC, mas no conjunto dos eleitores;

2º) para o conjunto do eleitorado, qualidades dos candidatos como "credibilidade / confiança" e "experiência / capacidade administrativa" foram destacadas por um percentual maior de eleitores do que a "preocupação com os problemas econômicos e sociais" (aí enquadradas as respostas que relacionam um candidato aos interesses

---

82 Outros motivos, menos destacados, representavam cerca de 12 % do total do eleitorado.



sociais que ele defende); entre os eleitores de Lula, no entanto, há maior equilíbrio entre essas categorias;

3º) especialmente entre estas qualidades mencionadas nos dois itens acima, as diferenças entre os eleitores, segundo seu grau de escolaridade, não foram muito significativas: virtualmente o mesmo percentual de eleitores em cada faixa de escolaridade apontou o Plano Real como motivo do voto e quase o mesmo se deu em relação às categorias "experiência / capacidade administrativa" e "preocupação com problemas econômicos e sociais".

#### **4.3. "Preferência Ideológica" e Voto**

Singer (1998) argumenta ter havido uma influência razoável do autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita sobre seu voto, na eleição presidencial de 1994 tomando como base empírica pesquisa realizada no Estado de São Paulo.

Como não foi possível obter, no âmbito desta pesquisa, dados para 1994 sobre o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita (já que nenhum dos *surveys* disponíveis fazia esta questão aos eleitores), serão utilizados aqui dados de um *survey* realizado em âmbito nacional pelo Datafolha em maio de 1993, em que, embora não fosse pedido ao entrevistado para se posicionar numa escala esquerda-direita, havia uma pergunta em que o eleitor deveria dizer se preferia (genericamente) um candidato situado "mais à esquerda ou mais à direita". Apenas como economia de texto, essa preferência é chamada a seguir de "preferência ideológica".

##### **- O significado de esquerda e direita**

Inicialmente serão analisadas as respostas dos entrevistados à seguinte pergunta: "na sua opinião, qual é a diferença que há entre a esquerda e a direita na política? Em outras palavras, o que é, para você, ser de esquerda e ser de direita?" (resposta espontânea e múltipla).

Os resultados mais gerais das respostas a esta última pergunta, mostrados nas Tabelas 4.6 e 4.7, foram muito semelhantes aos encontrados nas Tabelas 3.7 e 3.8, em que se examinava questão semelhante relativa à eleição presidencial anterior: 47% dos eleitores não conseguiam dar qualquer significado político para as palavras "esquerda" e "direita" (resposta "não sabe").

**Tabela 4.6**  
**Significado de "Esquerda", segundo Escolaridade (Maio/93) (%)**

Significado de "Esquerda"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	47	58	38	12
Contra o governo/sistema/poder; ser da oposição	20	12	27	40
Defende interesses do povo/ maioria/trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais.	8	4	10	21
É o comunismo / socialismo	4	3	6	8
É o errado; o pior; o lado negativo	3	5	2	0
Não tem diferença (entre E e D)	3	3	3	6
Outras respostas	15	16	15	15

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

Tabela 4.7

Significado de "Direita", segundo Escolaridade (Maio/93) (%)

Significado de "Esquerda"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	47	57	39	13
Ser/apoiar o governo/sistema/ poder; ser do partido do presidente; lutar para que nada mude	20	13	28	40
É o certo / o melhor / o direito; o caminho certo	6	8	3	0,4
É defender os interesses do povo/ maioria/trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais	4	5	3	1
É defender os interesses dos empresários / das elites ; estar ao lado dos ricos / banqueiros / burguesia; não pensa no povo; desigualdade social	4	2	4	14
Não tem diferença (entre E e D)	3	3	3	6
É fazer conchavos / defender os próprios interesses; fazer do jeito que os políticos querem	2	1	3	4
É defender valores tradicionais / conceitos conservadores: família / Deus / Pátria / moral	2	0,4	2	7
Outras respostas	13	12	15	16

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

Uma parcela de 3 % a 9 % associa uma dessas noções a conteúdos francamente inadequados; 3 % não vêem diferença entre esquerda e direita; cerca de 32 % das respostas podem ser consideradas como mais ou menos adequadas e cerca de 15 % foram categorizadas pelo instituto Datafolha como "outras respostas", não sendo possível avaliá-las. Da mesma forma que no *survey* de 1989, há diferenças significativas entre os eleitores: os percentuais de não-resposta sobem de 12 % entre os eleitores de escolaridade superior para 58 % entre os com até 1º grau completo; entre os primeiros, em torno de 65 % a 69 % das respostas poderiam ser consideradas como relativamente adequadas, enquanto entre os últimos este percentual cai para próximo de 20 %.

## - A Preferência por Esquerda e Direita

A outra questão a ser analisada neste mesmo *survey* era: "quando se fala em política, muita gente separa os candidatos e os partidos entre os de esquerda e os de direita. Você prefere um candidato com uma posição política: 1. Mais à esquerda ou, 2. Mais à direita?" (outras respostas ou "Não sei" eram anotadas, no caso das respostas dos eleitores não se enquadrarem naquelas opções apresentadas ao entrevistado).

A análise a seguir não é totalmente comparável à feita no capítulo anterior, nem àquela a ser feita no posterior, porque a "medida" da preferência por uma posição dentro do espectro esquerda-direita utilizada aqui é diferente da utilizada naqueles outros dois capítulos (o autoposicionamento dos eleitores numa escala). Aqui não se trata de como o eleitor define a si mesmo (como de esquerda, centro ou direita), mas de preferência por candidatos de esquerda ou direita. Outra dificuldade é a inexistência de uma opção de resposta (explícita) correspondente a um candidato de centro. Apesar de 13 % dos entrevistados apontarem - além das duas opções (esquerda ou direita) de resposta explícitas na pergunta -, outras respostas à questão (entre elas a de preferência por candidato de centro), certamente a não explicitação dessa opção no enunciado da pergunta distorce qualquer possibilidade de comparação direta com a questão do autoposicionamento do eleitor na escala esquerda-direita. Mas, ainda assim, a análise desses dados pode nos dar pistas interessantes, já que, pelo menos para os eleitores para os quais as categorias esquerda e direita têm um significado político, estas respostas não deixam de ser um indicador, mesmo que grosseiro de suas "preferências ideológicas".

A Tabela 4.8 mostra as respostas dos eleitores, segundo seu grau de escolaridade.

**Tabela 4.8**

**Preferência por Candidatos à Esquerda ou à Direita, Segundo  
Escolaridade dos Eleitores (Maio/93)**

PREFERÊNCIA POR CANDIDATOS	TOTAL DOS ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		Até 1º Grau	2º Grau	Superior
Esquerda	24	16	33	40
Direita	45	52	37	30
Outras Respostas	13	8	15	23
Não Sabe	19	23	16	8
(N)	(2498)	(1457)	(773)	(268)

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

Obs: "Outras respostas" = "no centro"; "nenhum dos dois"; "tanto faz"; "depende do candidato".

A preferência por candidatos à direita (45 %) é quase o dobro da preferência por candidatos à esquerda (24 %), no conjunto dos eleitores. Há, no entanto, diferenças significativas entre os eleitores, de acordo com sua escolaridade: entre os com até 1º Grau a preferência pela direita (em relação à esquerda) é ainda maior (52 % e 16 %, respectivamente); à medida que cresce a escolaridade dos eleitores esta tendência vai se invertendo, de tal forma que nos eleitores com nível superior a preferência pela esquerda (40 %) supera a preferência pela direita (30 %). No conjunto dos entrevistados cerca de 13 % se enquadram na categoria "outras respostas", que incluem: "depende do candidato"; "qualquer um / tanto faz "; "no centro"; "nenhum dos dois". Este percentual cresce também com a escolaridade (de 8 % a 23 %). Como já foi dito, não é possível uma comparação rigorosa com os dados de autoposicionamento na escala esquerda-direita existente em outros *surveys*. De qualquer forma, a tendência de que uma preferência pela direita seja aproximadamente o dobro de uma preferência pela esquerda é semelhante à encontrada naqueles dados. O problema é o significado das preferências manifestados (ou dos autoposicionamentos na escala), problema que será comentado mais à frente.

Um dado importante é que 19 % dos eleitores responderam "não sei" à questão

e dos que se enquadraram em "outras respostas", 7 % manifestaram indiferença quanto à posição ideológica dos candidatos (respostas "qualquer um / tanto faz" e "depende do candidato"). Teríamos, portanto, 26 % dos eleitores para os quais esta posição não parece relevante. Estes percentuais variam segundo a escolaridade dos eleitores: entre os de baixa escolaridade 23 % afirmavam não saber e outros 5 % indiferença quanto às posições dos candidatos; entre os de nível superior declinam as respostas "não sei" (8 %), mas crescem as respostas que manifestam indiferença quanto à posição ideológica dos candidato (12 %).

#### **- "Preferência Ideológica" e intenção de voto**

Além do problema já mencionado, relativo à questão sobre a preferência (genérica) por um candidato mais à direita ou à esquerda, o fato do *survey* ter sido feito muito longe das eleições de 1994, não captando o fenômeno do Plano Real, decisivo naquele pleito, nos impede de afirmar que os resultados da análise seriam os mesmos se feitos a partir de um *survey* realizado às vésperas da eleição. Mas, como o objetivo é o de verificar a associação entre uma medida do posicionamento do eleitor frente a um espectro do tipo esquerda-direita e sua intenção de voto e como a suposição, neste tipo de associação, é a de que se trata de um condicionamento de longo prazo - como defende Singer, 1998, por exemplo -, acreditamos que a análise a seguir possa ser útil para uma verificação dessa hipótese.

A Tabela 4.9 mostra as intenções de voto dos eleitores (agregando os candidatos segundo o posicionamento de seus partidos no eixo esquerda-direita), de acordo com suas respostas àquela questão mencionada acima.

**Tabela 4.9**

**Intenção de Voto Segundo Preferência por Esquerda ou Direita - Maio/93 (%)**

Intenção de Voto (1)	Preferência por Esquerda ou Direita				TOTAL
	Esquerda	Direita	Outras Respostas	Não Sabe	
Esquerda	62	38	29	35	42
Centro	14	19	21	15	17
Direita	11	30	20	20	23
Branco/Nulo/Não Sabe	13	13	31	30	18
<b>TOTAL (N)</b>	<b>(596)</b>	<b>(1119)</b>	<b>(248)</b>	<b>(475)</b>	<b>(2438)</b>

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

(1) Intenção de Voto: Esquerda = Lula + Brizola; Centro = Tasso Jereissati + Luiz A. Fleury + Hélio Garcia; Direita = Antônio Carlos Magalhães + Maluf + Joaquim Francisco.

Obs: "Outras respostas" = "candidato de centro"; nenhum dos dois; "tanto faz"; "depende do candidato".

Obs: *Missing cases*: 2,5 % da amostra.

Um rápido contraste entre as duas primeiras colunas permite ver que entre os eleitores que diziam preferir votar mais à esquerda (genericamente), 62 % realmente escolheram candidatos situados à esquerda (Lula e Brizola), enquanto apenas 38 % dos eleitores que diziam preferir votar mais à direita (genericamente) pretendiam votar naqueles candidatos. Por outro lado, um indício de uma relação relativamente fraca entre as duas variáveis é o seguinte: enquanto apenas cerca de 25 % (596) dos entrevistados declaravam, na pergunta mais genérica, a preferência por candidatos mais à esquerda e 46 % (ou seja, 1119 entrevistados), declaravam preferência por candidatos mais à direita, ao escolher concretamente um candidato, a relação se inverte: 42 % dos eleitores pretendiam, naquele momento, votar em Lula ou Brizola, candidatos que por suas posições, e a de seus partidos, situam-se claramente na esquerda do espectro político. E apenas 23 % dos eleitores manifestavam intenção de voto em candidatos situados claramente à direita.<sup>83</sup>

Na realidade, naquele momento havia um predomínio dos candidatos situados à esquerda, que venciam entre todos os eleitores, inclusive entre aqueles que

<sup>83</sup> Mesmo se considerássemos o candidato Hélio Garcia à direita, isso praticamente não alteraria os resultados, pois ele tinha então pouco mais de 1 % das intenções de voto.

manifestavam, na pergunta mais genérica, a disposição de votar em candidatos mais à direita (38 % destes eleitores manifestavam intenção de voto em Lula ou Brizola, contra apenas 30 % de intenções de voto em um dos candidatos aqui considerados como à direita). Concluindo, é possível dizer que, para o conjunto do eleitorado, a preferência manifestada por votar em candidatos mais à direita (ou à esquerda), genericamente, guarda uma associação de grau moderado com sua intenção de voto efetiva.

A Tabela 4.10 analisa esta associação, segundo o nível de escolaridade dos eleitores. De forma a realizar a análise de correlação, foram desconsiderados nesta análise, os eleitores que responderam "não sei" à questão mais genérica e os que responderam que pretendiam votar em branco, ou nulo, ou não sabiam em quem votar, na pergunta sobre intenção de voto. A análise se restringe, portanto, apenas aos quase 70 % dos eleitores que simultaneamente escolheram algum candidato e deram alguma resposta à questão mais genérica sobre a posição política (do candidato) em que preferiam votar. Os eleitores que deram "outras respostas" a esta última questão foram considerados uma categoria intermediária entre os que reponderam preferir votar "mais à esquerda" ou "mais à direita".

**Tabela 4.10**  
**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Preferência por**  
**Esquerda ou Direita, segundo Escolaridade (Maio/93) (%)**

	CONJUNTO ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		Até 1º Grau	2º Grau	Superior
<b>GAMA</b>	0,39**	0,30**	0,42**	0,68**
(% Eleitores) (1)	(69 %)	(66 %)	(71 %)	(76 %)

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil ; N = 2500).

\*\* Coeficientes significativos ao nível 0,01.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.



A correlação entre as respostas às duas questões, para o conjunto dos eleitores, como se vê, é de grau mediano (coeficiente de 0,39). E ressalve-se que este coeficiente foi calculado sobre apenas os 69 % dos eleitores para os quais a associação poderia existir, já que entre os que não sabiam responder a alguma das questões ou pretendiam votar em branco ou anular o voto, não haveria associação entre a preferência, genérica, entre esquerda ou direita e o voto. Ou seja, no total da amostra (representativa do eleitorado nacional), a associação entre as duas variáveis é necessariamente menor do que a apresentada na tabela.

A tabela mostra também que a associação entre as duas respostas cresce bastante com a escolaridade dos eleitores: de 0,30 entre os eleitores de menor escolaridade (na realidade, entre os 66% destes que tinham alguma preferência por esquerda ou direita e manifestavam intenção de voto em algum candidato), para 0,68 entre os eleitores com escolaridade superior (na realidade, para 76 % deles).

**- "Preferência Ideológica" e preferência partidária.**

A Tabela 4.11 mostra as correlações entre as preferências (genéricas) por candidatos de esquerda ou direita e as preferências partidárias, segundo a escolaridade dos eleitores dos eleitores.

**Tabela 4.11**  
**Correlação entre Preferência Partidária e Preferência por Esquerda**  
**ou Direita, segundo Escolaridade (Maio/93)**

	CONJUNTO ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		Até 1º Grau	2º Grau	Superior
<b>GAMA</b> (% Eleitores) (1)	0,54** (46 %)	0,42** (43 %)	0,57** (54 %)	0,73** (49 %)

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil ; N = 2500).

\*\* Coeficientes significativos ao nível 0,01.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Para os 46 % dos eleitores que simultaneamente manifestavam preferência partidária e davam alguma resposta (diferente de "não sei") à pergunta sobre preferência por candidato à esquerda ou à direita, havia uma correlação substancial entre estas duas variáveis. Os coeficientes, seguindo a tendência mais geral encontrada neste trabalho, cresciam com a escolaridade dos eleitores.

O conjunto dos dados acima revela, portanto, uma situação semelhante à que foi encontrada a partir dos *surveys* relativos à eleição de 1989: quanto ao significado das categorias "esquerda" e "direita", entre os eleitores com nível superior é bem maior a proporção dos que verbalizam de forma mais ou menos adequada algum significado político para estas categorias. Para a maioria do eleitorado de menor escolaridade (até 1º Grau), entretanto, as categorias esquerda e direita não tinham nenhum significado ou tinham significado político diferente daqueles comumente atribuídos a eles na Ciência Política.

Mas, novamente aqui (como nos *surveys* referentes à eleição de 1989), as diferenças entre os eleitores não parecem estar relacionadas apenas a um problema de verbalização. As intenções de voto (e as preferências partidárias) desta camada de eleitores eram associadas de forma mais fraca às preferências por uma destas posições (esquerda ou direita). Mas, deve-se ressaltar, apesar de relativamente mais fracas, as correlações eram positivas, estatisticamente significativas e alcançavam graus moderados, pelo menos entre os eleitores que tinham preferências definidas. Essas associações só eram substanciais ou fortes entre os eleitores de nível superior de escolaridade, sendo moderadas na faixa intermediária (2º Grau). Deste "mix" resulta que a preferência por uma posição política num contínuo esquerda-direita tinha associação moderada com a intenção de voto do conjunto do eleitorado nacional.<sup>84</sup>

Antes de concluir este Capítulo, cabe mencionar que foram analisadas as

---

84 Neste único *survey* de que disponho com uma pergunta sobre a preferência do eleitor por esquerda ou direita não há um conjunto de perguntas sobre opiniões políticas dos eleitores, impossibilitando verificar se esta preferência acima está associada a certo tipo de "visão de mundo", como foi feito no Capítulo 3.

relações entre o voto e outras duas variáveis, além das variáveis acima detalhadas. De um lado, conforme foi mostrado anteriormente, a preferência partidária dos eleitores mostrou ser um bom preditor do voto, mas apenas para aquela parcela (de pouco mais de 40 %) de eleitores que manifestavam alguma preferência partidária. De outro, a análise de correlação entre voto e renda dos eleitores - que Singer (1990) mostrou ter sido alta na eleição de 1989 - apontou coeficientes muito baixos. Assim, por exemplo, para o *survey* mais próximo da eleição, qualquer que fosse a forma de operacionalização das variáveis, os coeficientes não chegavam a 0,10 (estatisticamente não-significativos).

#### 4.4. Conclusão

Os dados sobre as "preferências ideológicas" dos eleitores parecem mostrar uma influência de porte moderado (coeficiente de correlação de 0,39) dessa variável sobre as intenções de voto (em período bem anterior à eleição). A compreensão dos termos esquerda e direita, porém, era bem menor entre os eleitores de menor escolaridade. Além disso, a proporção dos que não sabiam manifestar qual sua "preferência ideológica" crescia entre os menos escolarizados e os coeficientes de correlação entre esta preferência e o voto crescia entre os eleitores com maior escolaridade. Tudo isso parece mostrar que para a maioria dos eleitores de menor escolaridade a manifestação de preferência por um candidato mais à esquerda ou mais à direita não representava uma disposição forte de votar efetivamente dessa forma.

O conjunto dos dados analisados neste Capítulo parece mostrar claramente que o Plano Real, impactando principalmente a avaliação dos eleitores em relação ao candidato Fernando Henrique Cardoso, foi o elemento decisivo na eleição presidencial de 1994. Isso transparece tanto da análise dos motivos apontados pelos eleitores para seu voto (em questões "abertas"), quanto das análises de correlação. Como já haviam mostrado Mendes e Venturi (1994), ao final de setembro o Plano Real era

apontado como razão do voto por 26 % dos eleitores, garantindo sozinho uma votação superior à de Lula. Além disso, os maiores coeficientes de correlação foram encontrados entre o voto e a avaliação do Plano Real.<sup>85</sup> Por fim, a brusca reversão das intenções de voto ocorrida em todas as faixas do eleitorado, entre julho e agosto (período em que os efeitos do plano foram sentidos mais nitidamente), parece mostrar que quaisquer que fossem as predisposições político-ideológicas dos eleitores, elas não foram suficientes para impedir essa reversão.

O Plano Real melhorou também a avaliação de desempenho do governo Itamar Franco; como, porém, essa avaliação era preponderantemente negativa antes dos efeitos do plano, a avaliação resultante do desempenho do governo foi apenas razoável. Isso talvez possa explicar, em parte, porque os coeficientes de correlação entre a avaliação do governo e o voto foram de magnitude apenas moderada (0,35). Devido ao fato do candidato do governo ser seu condutor direto, ele pôde se beneficiar diretamente da avaliação favorável que a ampla maioria do eleitorado fazia do Plano Real. Por outro lado, como o candidato FHC não tinha uma avaliação negativa prévia, sua avaliação final, como condutor do Plano Real foi altamente positiva. Assim, diferentemente de situações em que a avaliação do candidato do governo é mediatizada pela avaliação que o eleitor faz do desempenho desse governo - situações em que a correlação entre a avaliação de desempenho do governo e o voto tende a ser alta -, com o destaque dado pela campanha eleitoral (inclusive da oposição) ao fato de FHC ser o condutor direto do Plano Real, a avaliação do candidato pôde se descolar mais da avaliação geral do governo (medianamente boa após a queda da inflação) e se colar mais à avaliação apenas do Plano (muito boa).

A escolaridade dos eleitores afetou as associações entre o voto e cada uma das variáveis acima ("preferência ideológica", avaliação de desempenho do governo Itamar e do Plano Real): essas associações eram sempre maiores entre os eleitores com maior escolaridade. As diferenças entre eleitores de alta e baixa escolaridade foram menores no grau de associação entre voto e avaliação do plano econômico. No que se refere ao voto com base na avaliação dos atributos pessoais dos candidatos, as

---

85 Coeficiente de 0,54 (ou 0,62, dependendo da forma de operacionalizar a variável intenção de voto) no *survey* mais próximo da eleição.

diferenças entre eleitores também foram pouco significativas. Uma explicação possível para estes padrões é a de que associar o voto à avaliação de atributos dos candidatos ou à avaliação do Plano Real talvez exigisse menos do eleitor com menor informação do que associar o voto a uma "preferência ideológica" (definida a partir de termos abstratos como direita e esquerda) ou mesmo à avaliação de desempenho do governo.<sup>86</sup>

Por fim, embora só tenhamos contado com apenas um *survey* com uma questão "aberta" sobre os motivos do voto, com base naqueles dados vemos que apenas 5 % do conjunto dos eleitores apontavam motivos enquadrados sob o rótulo de "preocupação com os problemas sociais" (categoria que mais se aproximaria da idéia de uma "defesa dos interesses dos trabalhadores"). Esta categoria englobava 15 % dos eleitores de Lula, mas era praticamente insignificante em relação aos demais candidatos. Assim, um voto baseado nas imagens dos candidatos quanto aos interesses por eles defendidos não parece ter tido um peso relevante na eleição presidencial de 1994.

---

86 Em relação a esta última, a principal diferença entre os eleitores de maior e menor escolaridade era a de que entre estes últimos 22 % não sabiam avaliar o desempenho do governo Itamar (contra 1% entre os eleitores de nível superior); além disso, 12 % dos que avaliavam o governo positivamente ainda não sabiam em quem votar, faltando alguns dias para a eleição (contra apenas 1 % entre os eleitores de nível superior). (Dados de *survey* nacional Datafolha de 27 e 28/9/94).

## **CAPÍTULO 5 - A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1998**

### **5.1. O Contexto das Eleições**

No período entre a eleição de 1994 e o período pré-eleitoral em 1998 não houve mudanças substanciais na conformação das principais forças político-eleitorais no país: de um lado o governo FHC, apoiado agora por uma coligação ampliada, que reunia PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB; de outro, o principal líder da oposição, Lula, que agora é apoiado também por uma coligação (PT, PDT, PSB, PCB e Pcdob) mais abrangente do que a de 1994. A novidade da campanha eleitoral será a candidatura Ciro Gomes, pelo PPS, cujas chances, naquele momento, eram vistas quase unanimemente como pequenas.

Se em 1994 haviam fortes dúvidas sobre o caráter puramente eleitoral do Plano Real, em 1998 a avaliação predominante era a de que o Plano teve amplo sucesso no combate à inflação, reforçando a credibilidade de seu condutor. O principal problema da administração FHC, tal como visto pela maioria dos eleitores, foi o aumento do desemprego ao longo do seu primeiro mandato. Ligado a esse problema, parte do eleitorado passa a identificar FHC como despreocupado com a "questão social", em contraste com Lula, cuja trajetória política (e de vida) o credenciava como um candidato mais preocupado com os problemas sociais da população.

Em 1998 a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso passou por alguns momentos de turbulência: o primeiro, quando um conjunto de problemas - a seca e os saques no Nordeste, incêndios na floresta amazônica, epidemia de dengue, o baixo índice de reajuste do salário mínimo, a greve dos professores universitários e a infeliz declaração sobre os aposentados ("vagabundos"), dentre outros - fez declinar a popularidade do presidente, que chegou a seu índice mais baixo por volta de maio/junho. Embora esse momento tenha sido superado, mais à frente, faltando menos de dois meses para a eleição, o país sofre uma grave ameaça à estabilidade da moeda, no rastro de uma crise econômica internacional. A oposição aponta na política econômica do governo FHC as raízes da fragilidade da economia brasileira frente a qualquer abalo externo. A candidatura governista, por sua vez, afirma que

a crise é internacional e não causada por decisões internas. E contra-ataca argumentando que frente a crises desta natureza é necessário um presidente experiente e capaz; FHC já havia demonstrado ser capaz de eliminar o principal mal da economia brasileira (a inflação) e agora conseguiria manter a estabilidade da moeda, além de retomar o crescimento do emprego.

Assim se confrontavam, de um lado o presidente-candidato, cuja campanha enfatizava as conquistas de sua administração (em especial a queda da inflação) e sua capacidade de enfrentar problemas e, de outro, Lula cuja campanha enfatizava seu compromisso com os interesses da maioria da população (frente a um presidente cujas políticas beneficiavam as elites e fragilizavam o país frente a crises internacionais). Entre os dois se coloca Ciro Gomes, que critica a política econômica de FHC, mas tenta ao mesmo tempo se diferenciar de Lula, como uma proposta mais "moderna" e menos radical para o país. Dado que a avaliação do governo FHC não era ruim no conjunto do eleitorado, a capacidade de crescimento da candidatura Ciro Gomes fica limitada. Ocupando um espaço mais à direita, Enéas Carneiro lançava novamente sua candidatura, cuja influência vai ficar restrita a uma pequena parcela do eleitorado. Fernando Henrique Cardoso sai vitorioso, em primeiro turno, com 43,1% dos votos, seguido por Lula (25,8 %), Ciro Gomes (8,9 %) e Enéas (1,7 %).

## **5.2. Avaliação de Desempenho do Governo FHC, Avaliação do Plano Real e Avaliação de Atributos Pessoais dos Candidatos**

Assim como na análise da eleição de 1994, também em 1998 é praticamente impossível separar as avaliações feitas pelos eleitores do desempenho do governo e de algumas das qualidades pessoais do candidato e presidente Fernando Henrique Cardoso; além disso, muito coladas a essas avaliações estava a avaliação feita a respeito do Plano Real. Por esse motivo, estes tópicos serão considerados em conjunto nesta seção, semelhantemente ao que foi feito no capítulo anterior.

Uma primeira relação a ser analisada é a existente entre avaliação de desempenho do governo Fernando Henrique Cardoso e a intenção de voto em 1998.

A Tabela 5.1 mostra esta relação para o *survey* de base nacional mais próximo da eleição.

**Tabela 5.1**

**Intenção de Voto Segundo a Avaliação de Desempenho do Governo FHC**  
**- Eleição Presidencial de 1998 - (Setembro/98) (%)**

INTENÇÃO DE VOTO	CONJUNTO ELEITORES	AVALIAÇÃO DESEMPENHO GOV. FHC		
		Ruim+Péssimo	Regular	Bom+Ótimo
Demais Candidatos	419	79	54	18
Branco/Nulos	7	17	9	2
FHC	52	4	38	80

Fonte: Datafolha (01 e 02/Setembro/98 - Universo: Brasil)

OBS: Não foram considerados na tabela os quase 10 % dos eleitores que ainda não sabiam em quem iriam votar ou apontaram mais de um candidato, na resposta à questão sobre intenção de voto.

Como se pode ver, um mês antes da eleição, com o candidato-presidente FHC com 52 % das intenções de voto, contra 41 % dos demais candidatos, há uma clara associação entre a avaliação de desempenho do governo e as intenções de voto: entre os que avaliavam o governo negativamente (péssimo ou ruim), quase 80 % pretendiam votar em outros candidatos (que não o presidente), 16 % pretendiam votar em branco ou anular seu voto e apenas 4 % pretendia votar em FHC. Em contraste, entre os que avaliavam seu governo positivamente (bom ou ótimo), quase 80 % pretendiam votar nele, 18 % em outros candidatos e apenas 2 % pretendiam votar em branco ou anular seu voto. O coeficiente de correlação gama entre as duas variáveis, de 0,74 (significativo ao nível de 0,01), confirma que havia realmente uma associação muito forte entre avaliação de desempenho do presidente FHC e a intenção de voto dos eleitores.

Esta associação já era forte desde pelo menos novembro de 1997 e junto a eleitores de todas as faixas de escolaridade (embora fosse ainda mais forte entre os de maior escolaridade), como mostra a Tabela 5.2, que resume os coeficientes de



correlação entre as duas variáveis para o conjunto dos *surveys* que são aqui utilizados para analisar a eleição de 1998.

**Tabela 5.2**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Avaliação de Desempenho do Governo FHC, segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98)**

PESQUISA	Conjunto Eleitores	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	(3)	(4)
FPA - Novembro/97	0,73	0,67	0,79	0,80	0,83
Datafolha - Maio/98	0,72	0,60	0,75	0,76	0,78
Datafolha - Junho/98	0,75	0,64	0,77	0,80	0,87
FPA - Julho/98	0,65	0,54	0,73	0,75	0,86
Datafolha - Agosto/98	0,72	0,56	0,74	0,76	0,88
Datafolha - Setembro/98	0,77	0,66	0,78	0,80	0,83
FPA - Setembro/98	0,78	0,70	0,74	0,82	0,83
(% Média de Eleitores) (1)	(97 %)	(94 %)	(98 %)	(99 %)	(98 %)

Fontes: Datafolha e Fundação Perseu Abramo (FPA) (ver Apêndice II.1).

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Há uma variação relativamente pequena em torno dessas médias. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Obs. (i) Faixas de escolaridade: em todas as pesquisas, (3) = colegial (2º Grau); (4) = superior; pesquisas Datafolha: (1): até primário incompleto; (2) primário completo até ginásio completo; pesquisas Fundação Perseu Abramo de Nov/97 e Julho/98: (1) 1º Grau incompleto; (2) 1º Grau completo; FPA -Set./98: (1) = até primário completo (4ª série); 5ª a 8ª série (ginásio).

Obs. (ii) As variáveis avaliação de desempenho do governo e intenção de voto foram operacionalizadas de forma semelhante à que foi utilizada na Tabela 3.2.

Obs. (iii) Todos os coeficientes são significativos ao nível de 0,01.

Os coeficientes, para o conjunto dos eleitores de cada *survey*, com uma única exceção (coeficiente de 0,65 na pesquisa de julho), apontam associações fortes (coeficientes de 0,72 a 0,78) entre as duas variáveis. Embora haja uma tendência clara de crescimento dos coeficientes com a escolaridade, o que sobressai é que o voto com base na avaliação de desempenho do governo FHC foi um fenômeno significativo junto a eleitores de todas as faixas de escolaridade. A regularidade deste padrão, em 7 pesquisas realizadas ao longo dos 11 meses que antecederam o pleito

contribui para afastar qualquer dúvida de que esta associação fosse devida ao acaso ou a circunstâncias específicas de um dado momento político.

A Tabela 5.3 é semelhante à acima, agora relacionando intenção de voto e avaliação do Plano Real, segundo os níveis de escolaridade dos eleitores.

**Tabela 5.3**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real,  
segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98)**

PESQUISA	Conjunto Eleitores	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	(3)	(4)
FPA - Novembro/97	0,58	0,47	0,67	0,68	0,76
Datafolha - Maio/98	0,55	0,56	0,53	0,58	0,62
Datafolha - Junho/98	0,63	0,54	0,63	0,68	0,79
FPA - Julho/98	0,57	0,50	0,58	0,66	0,80
Datafolha - Agosto/98	0,58	0,44	0,60	0,63	0,76
Datafolha - Setembro /98	0,63	0,50	0,62	0,69	0,74
FPA - Setembro/98	0,65	0,54	0,72	0,62	0,81
(% Média de Eleitores)	(97 %)	(96 %)	(98 %)	(99 %)	(99 %)

Fontes: Datafolha e Fundação Perseu Abramo (FPA) (ver Apêndice II.1).

Obs. (1) Faixas de escolaridade: em todas as pesquisas, (3) = colegial (2º Grau); (4) = superior; pesquisas Datafolha: (1): até primário incompleto; (2) primário completo até ginásio completo; pesquisas Fundação Perseu Abramo de Nov/97 e Julho/98: (1) 1º Grau incompleto; (2) 1º Grau completo; FPA -Set./98: (1) = até primário completo (4ª série); 5ª a 8ª série (ginásial).

Obs. (2) Todos os coeficientes são significativos ao nível de 0,01.

Os dados revelam padrão semelhante aos da tabela anterior - associações substanciais em todos os surveys, para o conjunto dos eleitores, havendo uma tendência de crescimento nas faixas de maior escolaridade. Mas os coeficientes são de ordem um pouco menor, generalizadamente, do que os encontrados naquela tabela. Para o conjunto de eleitores de cada survey, eles variaram de 0,55 a 0,65 (enquanto lá variaram de 0,65 a 0,78). Como seria de esperar, após quase quatro

anos de governo FHC, é natural que a maioria dos eleitores ao decidir seu voto levasse mais em conta uma avaliação global do governo do que apenas do Plano Real. Mas a avaliação do plano era uma componente central da avaliação de desempenho global do governo e, por isso, a correlação entre intenção de voto e avaliação do plano ainda era substancial para todas as faixas do eleitorado (embora maior na faixa de maior escolaridade).

A análise das motivações do voto, expressas pelos eleitores em várias pesquisas, complementarão a análise desta seção, incorporando o tema da avaliação das qualidades pessoais dos candidatos.

Iniciamos reproduzindo, nas Tabelas 5.4 e 5.5, os dados produzidos por Venturi (1998), em sua análise da evolução das motivações do voto, a partir de quatro *surveys* realizados pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, entre novembro de 1997 e setembro de 1998.<sup>87</sup>

Em todos os momentos captados pelos *surveys*, o principal motivo das intenções de voto em FHC foi o Plano Real. Este motivo representava ao final da campanha eleitoral (setembro de 1998) 62 % dos eleitores de FHC nas capitais (cerca de 25 % do eleitorado total das capitais). Seguem-se menções à continuidade do trabalho do governo (24 % dos eleitores de FHC, em setembro); é importante lembrar que uma das ênfases ao final da campanha do presidente FHC foi a de que ele seria, devido à sua experiência, o melhor "piloto" para aquele momento de turbulências pelo qual o país estava passando. A seguir vêm as "propostas / áreas de governo" (20 %). Temos, ao final da campanha, 8 % dos seus eleitores mencionando sua "capacidade" de governar; 4 % sua "experiência política" e 15 % "outras qualidades pessoais" de FHC. Tudo isso mostra a importância das avaliações das qualidades pessoais do presidente-candidato na decisão de voto dos eleitores.

---

<sup>87</sup> Dois dos *surveys* eram de âmbito nacional, mas os dados das tabelas referem-se apenas ao eleitorado das capitais (todas, exceto Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho), de modo a haver comparabilidade entre os quatro *surveys*. Conforme Venturi (1998: 31).

**Tabela 5.4**

**Principais Razões do Voto em FHC - Capitais Brasileiras -  
(Nov/97 a Set/98) (resposta espontânea e múltipla) (%)**

PRINCIPAIS RAZÕES DO VOTO EM FHC	Nov. / 97	Junho / 98	Julho / 98	Set. / 98
Fez o Plano Real / inflação e moeda estável	67	48	60	62
Continuidade do trabalho do governo	17	26	24	24
Áreas / propostas de governo	21	23	32	20
Aumentar emprego / diminuir desemprego	2	3	3	8
Tem capacidade / é o mais capaz	4	6	2	8
Outras qualidades pessoais	14	13	14	15
Tem experiência política	0	1	1	4
<b>Total de entrevistas</b>	<b>(192)</b>	<b>(318)</b>	<b>(136)</b>	<b>(240)</b>

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: capitais brasileiras, exceto Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho). Reproduzido de Venturi (1998: 31).

Obs.: As porcentagens foram calculadas sobre o número de entrevistados que declararam intenção de voto (estimulada) em FHC. A soma das porcentagens ultrapassa 100 % porque a resposta à questão era múltipla.

Com relação a Lula, a Tabela 5.5 mostra o crescimento, ao final da campanha eleitoral, das "propostas de governo" (46 % dos eleitores de Lula, em setembro de 1998), com destaque para o tema do combate ao desemprego (34 % de seus eleitores, naquele momento). Este crescimento muito provavelmente se deveu, além da ênfase da campanha de Lula à questão do desemprego, à insegurança econômica presente no período imediatamente pré-eleitoral, quando a crise internacional já fazia prever seus prováveis impactos no país, já que somente o aumento do desemprego entre julho e setembro de 1998 não justificaria o salto que o tema do desemprego teve como motivação do voto em Lula entre aqueles dois momentos.

Tabela 5.5

**Principais Razões do Voto em Lula - Capitais Brasileiras -  
(Nov/97 a Set/98) (resposta espontânea e múltipla) (%)**

PRINCIPAIS RAZÕES DO VOTO EM LULA	Nov. / 97	Junho / 98	Julho / 98	Set. / 98
Identidade/compromisso c/ povo/trabalh./pobres	49	37	45	41
Áreas / propostas de governo	26	35	36	46
Aumentar emprego / diminuir desemprego	10	15	13	34
Melhorar a saúde	3	6	2	11
Melhorar o nível de educação	5	7	3	10
Expectativa de mudanças	14	14	15	16
Outras qualidades pessoais	17	15	8	12
Dar chance / oportunidade	8	11	12	11
Partido	18	11	17	6
Total de entrevistas	(96)	(368)	(98)	(190)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: capitais brasileiras, exceto Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho). Reproduzido de Venturi (1998: 33).

Obs.: As porcentagens foram calculadas sobre o número de entrevistados que declararam intenção de voto (estimulada) em Lula. A soma das porcentagens ultrapassa 100 % porque a resposta à questão era múltipla.

Embora ultrapassado ao final da campanha pelas "propostas de governo", como foi visto acima, a "identidade / compromisso (de Lula) com o povo / os trabalhadores / os pobres" foi o principal motivo apontado nos três primeiros *surveys*, representando 41 % do eleitorado de Lula, no último *survey*. Com percentuais bem abaixo, vêm menções a "expectativas de mudanças" (16 %) e "outras qualidades pessoais" de Lula (12 %).

Estes dados, embora referentes apenas às capitais brasileiras, são semelhantes aos de um *survey* nacional aplicado pelo Datafolha em junho de 1998, que será analisado de forma mais detalhada nas Tabelas 5.6 e 5.7, por permitir desagregar os dados sobre motivação do voto segundo a escolaridade dos eleitores.

**Tabela 5.6**

**Principais Razões do Voto em FHC, segundo Escolaridade  
(Junho/1998) (resposta espontânea e múltipla) (%)**

PRINCIPAIS RAZÕES DO VOTO EM FHC	CONJ. ELEIT.	ESCOLARIDADE		
		Até 1ºGr.	2ºGrau	Superior
1. Aprova Plano Real / política econômica	67	66	68	70
1.1. Baixou/segurou inflação/preços	34	33	34	38
1.2. Dar continuidade ao Plano Real	28	27	33	28
1.3. Aumentou poder de compra	16	18	15	7
1.4. Estabilidade econômica	9	6	14	18
2. Aprova governo atual (1)	17	17	16	14
3. Continuidade do governo	10	9	10	19
4. Imagem pessoal	10	10	9	14
4.1. Culto / inteligente	3	2	4	5
4.2. Honesto / tem caráter / não corrupto	3	3	3	5

Fonte: Relatório Datafolha (Junho/98 - Universo: Brasil; N = 12592).

(1) Menções de aprovação genérica do desempenho de FHC no governo: "é um bom presidente", "foi o melhor presidente que tivemos", "por realizações" (genericamente). Não estão aí incluídas menções a realizações específicas na área de educação (5 %); na política de salários (4 %); na área de saúde (3 %), e outras menos votadas.

Obs.: As porcentagens foram calculadas sobre o número de entrevistados que declararam intenção de voto (estimulada) em FHC. A soma das porcentagens ultrapassa 100 % porque a resposta à questão era múltipla.

A aprovação à política econômica (incluindo aí menções ao Plano Real, à inflação, à estabilidade econômica e ao aumento do poder de compra) representava a maior motivação para o voto no presidente Fernando Henrique Cardoso (dois em cada três de seus eleitores, representando cerca de 20 % do eleitorado brasileiro), mesmo no momento da pesquisa, em que a avaliação feita pelo eleitorado do desempenho do governo esteve em um dos seus mais baixos patamares até então.

Bem abaixo vinham menções genéricas à aprovação do governo (17 % dos eleitores de FHC) e à continuidade do governo (10% dos eleitores de FHC). Por fim, percentual igual apontava características pessoais do candidato, especialmente cultura,

inteligência e honestidade.

Grosso modo, as motivações não foram muito diferentes entre os diversos estratos de eleitores, segundo sua escolaridade: percentuais muito semelhantes nas três faixas apontaram a aprovação ao Plano Real ou ao governo (em geral) como motivação para o voto. Mas as menções ao aumento do poder de compra foram maiores na faixa de escolaridade mais baixa (frente aos eleitores de maior escolaridade); inversamente, as menções à manutenção de uma inflação baixa (e à estabilidade econômica) ocorreram proporcionalmente mais na faixa de maior escolaridade. Aqui, provavelmente as diferenças entre as faixas estão mais relacionadas a diferenças de status econômico (renda) - ou seja, as diferenças revelariam algo da forma como eleitores com diferentes níveis de renda efetivamente sentiram o impacto do plano econômico em suas vidas - do que a diferentes capacidades cognitivas que levariam a avaliações diferenciadas. Observe-se que a análise das motivações desagregando por faixas de renda segue o mesmo padrão acima. <sup>88</sup>

Vemos na Tabela 5.7 que boa parte dos eleitores que pretendiam votar em Lula apontavam como razão para seu voto uma expectativa de desempenho na área econômica - especialmente na questão do emprego (30 % destes eleitores), mas também na questão salarial (14 %) (além de 10 % que mencionavam a expectativa de uma melhoria na economia, em geral). O combate ao desemprego - que era visto como o maior problema do país, no período pré-eleitoral -, foi o motivo mais citado pelos eleitores de Lula. A seguir (27 %), vinham as menções à preocupação de Lula com o trabalhador ("sempre esteve ao lado do trabalhador", "sabe o que é ser pobre",

---

88 Uma outra diferença ocorreu entre as menções à aprovação ao governo e à continuidade do governo: enquanto entre os eleitores de baixa escolaridade prevaleceram menções ao desempenho genérico do governo ("é um bom presidente", etc), frente às menções à continuidade do governo (no futuro) (17% e 9 %, respectivamente), entre os eleitores de maior escolaridade ocorre o inverso (14 % e 19 %, respectivamente). Isto poderia significar uma visão mais prospectiva do eleitorado de maior escolaridade frente ao de menor escolaridade (cuja avaliação seria mais retrospectiva). Mas é difícil ponderar o quanto dessa diferença dever-se-ia mais a formas diferentes de expressar a mesma motivação (uma avaliação positiva de um governo em exercício, comparada com uma avaliação das possibilidades dos demais candidatos, por exemplo). De toda forma, estas diferenças são pequenas no quadro comparativo mais amplo das motivações dos eleitores dos diversos estratos de escolaridade.

"conhece as necessidades do povo") e referências à sua imagem pessoal (20 %), especialmente ao fato de "ser trabalhador", "ter garra / força" (7 %) e à sua honestidade / caráter (7 %). Menções a expectativas de desempenho em áreas sociais como saúde e educação abrangeram 11 % e 10 % de seu eleitorado, respectivamente. Por fim, as menções relacionadas com uma vontade de mudança: para 11 % de seus eleitores, Lula era uma "pessoa que pode mudar o país" e outros 11 % diziam votar nele "para dar uma chance" a ele (e/ou ao PT).

**Tabela 5.7**

**Principais Razões do Voto em Lula , segundo Escolaridade  
(Junho/1998) (resposta espontânea e múltipla) (%)**

PRINCIPAIS RAZÕES DO VOTO EM LULA	CONJ. ELEIT.	ESCOLARIDADE		
		Até 1ºGr.	2ºGrau	Superior
1. Combaterá o desemprego	30	32	29	23
2. Preocupa-se com o trabalhador	27	29	26	23
3. Imagem pessoal	20	21	18	15
3.1. É trabalhador / tem força / garra	7	8	6	3
3.2. Honesto / tem caráter / não corrupto	7	6	8	7
4. Aumentará salários	14	15	13	10
5. Melhorará a área de saúde	11	10	11	15
6. Dar uma oportunidade ao PT / Lula	11	10	15	11
7. Uma pessoa que pode mudar o país	11	10	10	14
8. Vai melhorar a economia	10	10	10	9
9. Vai melhorar área de educação	10	8	13	15

Fonte: Relatório Datafolha (Junho/98 - Universo: Brasil; N = 12592).

Obs.: As porcentagens foram calculadas sobre o número de entrevistados que declararam intenção de voto (estimulada) em Lula. A soma das porcentagens ultrapassa 100 % porque a resposta à questão era múltipla.



É interessante observar que as menções à imagem de Lula como estando do lado do povo (do trabalhador) e como sendo uma possibilidade de renovação foram fundamentais na eleição de 1998, como o foram em 1989 e 1994. Já as menções à expectativa de desempenho do candidato em questões econômicas e sociais (desemprego, salários, saúde e educação), que em 1998 superaram (consideradas em conjunto) em muito aquelas primeiras, foram muito pouco significativas nas eleições anteriores (ver Tabelas 3.4; 3.5; 3.6 e 4.5).

Quanto às diferenças de motivações, segundo a escolaridade dos eleitores que pretendiam votar em Lula, percebe-se que o combate ao desemprego, a preocupação de Lula com os trabalhadores, menções à sua imagem pessoal e a um possível aumento dos salários (com Lula na presidência) foram motivos proporcionalmente mais destacados pelos eleitores de baixa escolaridade, enquanto as expectativas de melhoria de desempenho nas áreas de saúde e educação, bem como as menções a Lula como "pessoa que pode mudar o país", apareceram proporcionalmente mais entre os eleitores de maior escolaridade. Boa parte destas diferenças poderia estar relacionada às próprias situações sócio-econômicas dos eleitores: os de menor renda (e escolaridade) estariam sofrendo mais os efeitos do desemprego e dos baixos salários, enquanto os de maior renda e escolaridade sentiriam mais (proporcionalmente) os problemas de saúde e educação. Mas, mesmo ocorrendo estas diferenças, é importante ressaltar também, que os três primeiros motivos apresentados na tabela são os mais apontados pelos eleitores de todas as faixas de escolaridade, havendo, além disso, mais semelhanças do que diferenças entre os motivos apresentados pelas diversas categorias de eleitores, considerando o quadro geral das motivações.

Generalizando esta conclusão para os motivos apresentados pelos eleitores para votar nos dois principais candidatos, apesar das diferenças mencionadas, o mais importante para a argumentação aqui desenvolvida é que as principais linhas de motivação dos eleitores de diferentes níveis de escolaridade não são muito diferentes entre si. Quanto a FHC, as menções ao Plano Real (à estabilidade econômica e inflação baixa) superam de longe todas as outras motivações, em todas as faixas de escolaridade. Em relação a Lula, o "combate ao desemprego" e a "preocupação com

os trabalhadores" são também majoritárias entre todos os tipos de eleitores. Especialmente quanto à relevância dos atributos pessoais dos candidatos, vê-se que enquanto para FHC um percentual um pouco maior dos eleitores de maior escolaridade mencionaram estes atributos (incluindo atributos morais), para Lula ocorre o inverso (mas, repita-se, as diferenças não são muito significativas) . Isso contribui para enfraquecer a tese de que é entre o eleitorado de baixa escolaridade (ou renda) que ocorre uma decisão de voto "personalista" (vista pejorativamente, por parte da literatura, como um tipo de decisão em que o eleitor daria mais importância à pessoa do candidato do que às suas idéias ou às de seu partido - este último tipo de decisão sendo visto por essa literatura como o tipo de decisão mais adequada). Também sai enfraquecida a tese de Silveira (1996) de que a decisão, entre os eleitores de baixa escolaridade (que formariam a grande maioria dos eleitores "não-rationais") tem como base uma avaliação eminentemente moral dos candidatos. De um lado, as menções aos atributos morais dos candidatos são proporcionalmente muito menores do que as menções a outras motivações de tipo muito diverso - como o desempenho no governo, as propostas políticas (ou expectativas de desempenho) quanto a questões específicas (como o desemprego), ou mesmo a avaliação dos candidatos sob a ótica dos interesses que defendem. De outro, o percentual de menções a atributos morais dos candidatos por parte dos eleitores de maior escolaridade não é significativamente diferente do percentual de menções entre os eleitores de menor escolaridade.

No que se refere à influência da avaliação que os eleitores fazem das características pessoais dos candidatos sobre sua decisão de voto, um aspecto importante ao final do período pré-eleitoral foi a emergência de uma crise econômica internacional que ameaçava a estabilidade econômica brasileira (num processo que culminou, em janeiro de 1999, com a desvalorização do Real). Frente a esse quadro, a campanha do presidente-candidato - ao mesmo tempo que tentava desqualificar as críticas da oposição, que apontava na política econômica do governo as raízes da vulnerabilidade de nossa economia frente a qualquer crise internacional - enfatizava que ele seria o melhor "piloto" para enfrentar a tormenta que se avizinhava. A

ênfase de sua campanha se desloca dos resultados da política econômica (estabilidade econômica, a partir do Plano Real) para a pessoa do presidente: o eleitor deveria votar no candidato mais preparado, por ter mais experiência, para enfrentar situações de crise.

É evidente que a avaliação (prospectiva) da qualificação do presidente em exercício para enfrentar futuras crises econômicas era muito influenciada pela avaliação (retrospectiva) de seu desempenho anterior, sobretudo na economia. Mas não havia superposição total entre estas duas avaliações: 16 % dos eleitores que avaliavam o governo FHC como ruim ou péssimo, ainda assim achavam que o presidente era o "candidato mais preparado para enfrentar a crise econômica internacional" (ver Tabela Anexa 5.3).

A Tabela 5.8 apresenta as intenções de voto nos três principais candidatos, segundo as avaliações (retrospectivas) do governo FHC e (prospectivas) de qual o candidato mais preparado para enfrentar crises econômicas internacionais, a partir de dados de *survey* do início de setembro de 1998.<sup>89</sup>

Apesar da avaliação de desempenho do governo FHC pesar (diretamente) bem mais sobre o resultado agregado da votação do que o julgamento de qual o candidato seria mais preparado para enfrentar uma futura crise econômica, este último julgamento também parece ter seu peso específico. Em primeiro lugar, as intenções de voto em FHC cresciam, qualquer que fosse a avaliação feita de seu governo, entre os eleitores que o julgavam o mais preparado para enfrentar uma crise. Assim, entre os eleitores que avaliavam mal seu governo, apenas 4 % pretendiam votar nele. Dentro deste conjunto, no sub-conjunto dos que, apesar disso, julgavam-no o melhor candidato para enfrentar uma crise, a intenção de voto em FHC sobe para 16 %. Entre os eleitores que avaliavam seu governo como regular, 35 % pretendiam votar nele, mas este percentual sobe para 56 % no sub-conjunto (dentro deste conjunto) dos que julgavam-no o mais preparado para uma crise. O mesmo ocorre entre os que avaliavam seu governo positivamente (de 75 % para 86 %).

---

<sup>89</sup> Neste *survey*, 73 % dos entrevistados afirmavam que a capacidade de um candidato a presidente de enfrentar a crise econômica internacional era "muito importante"; 12 % que era "um pouco importante"; 8 % que era "nada importante" e 7 % não sabiam responder à pergunta.

**Tabela 5.8**

**Intenção de Voto, segundo Avaliações do Governo FHC e de qual Candidato mais Preparado para Enfrentar Crises Econômicas Internacionais (Set./98) (%)**

Avaliação Governo FHC	Intenção de Voto	Total	Candidato Mais Preparado p/ Crise		
			FHC	Lula	Ciro
Ruim / Péssimo	FHC	4	16	1	1
	Lula	56	37	88	27
	Ciro	10	12	2	55
	(N)	(2252)	(332)	(869)	(217)
Regular	FHC	35	56	6	9
	Lula	34	21	85	20
	Ciro	9	6	1	62
	(N)	(4846)	(2271)	(897)	(352)
Bom / Ótimo	FHC	75	86	26	27
	Lula	10	6	62	9
	Ciro	4	2	1	55
	(N)	(6379)	(4725)	(356)	(164)
TOTAL	FHC	48	73	7	10
	Lula	26	12	82	19
	Ciro	7	4	1	58
	(N)	(13859)	(7415)	(2159)	(751)

Fonte: Datafolha - Setembro/98 (Universo: Brasil; N = 13859)

Obs.: As diferenças entre os "Ns" totais p/ cada avaliação do governo FHC e as somas dos "Ns" nas três colunas, correspondentes àquela avaliação, correspondem aos eleitores que apontavam outros candidatos ou nenhum deles como o mais preparado para enfrentar crises.

De forma a aquilatar a potencial influência específica do julgamento a respeito da capacidade de enfrentar crises sobre o voto, naquele contexto, vale a pena notar que entre os eleitores que julgavam o governo FHC como regular (35 %), o subconjunto dos que julgavam FHC o candidato mais preparado para enfrentar uma crise e pretendiam votar nele correspondia a 9 % do eleitorado total, enquanto o subconjunto dos que achavam Lula o candidato mais preparado para enfrentar uma crise e pretendiam votar nele correspondia a 5 % do eleitorado total. Ou seja, principalmente entre os eleitores que avaliavam o governo FHC como regular, a desigualdade de avaliação entre FHC e Lula em relação a uma capacidade relevante

para um governante se mostrou importante para ajudar na vitória do presidente-candidato.

### 5.3. "Posicionamento Ideológico" e Comportamento Eleitoral

O único *survey* relativo ao período que precede a eleição presidencial de 1998 contendo uma questão sobre o posicionamento numa escala esquerda-direita foi um *survey* realizado pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em novembro de 1997. Embora este *survey* tenha sido realizado quase um ano antes da eleição, vou utilizá-lo porque julgo que a relação entre o posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita e sua intenção de voto naquele momento não deveria ser muito diferente do que o seria no momento eleitoral, se esse posicionamento tem realmente algum significado. Isso porque os principais candidatos (FHC, Lula, Ciro Gomes e Enéas) na disputa eleitoral efetiva (em 1998) já constavam das opções de resposta, na pergunta de intenção de voto (estimulada) daquele *survey*.<sup>90</sup> Mas antes mesmo de começar a utilizar estes dados, é importante ressaltar que a questão que solicitava aos eleitores que se autoposicionassem na escala esquerda-direita foi aplicada a uma sub-amostra de apenas 480 eleitores. Ao cruzar as respostas a esta questão com outras, e ainda eliminando os *missing cases*, ficamos com um número de casos pequeno. Isso aumenta muito a margem de erro das inferências feitas a partir da amostra para o conjunto da população, em todas as análises que envolvam esta questão. De qualquer forma, creio ser possível tirar desta análise indícios significativos das tendências mais gerais envolvendo a relação entre autoposicionamento esquerda-direita dos eleitores e outras variáveis políticas relevantes, especialmente a intenção de voto.

---

90 A principal diferença entre os nomes na cédula oficial do TSE em 1998 e os apresentados aos entrevistados em novembro de 1997, era a presença de Sarney, como uma das opções, no *survey*. Do ponto de vista da informação dos eleitores sobre os candidatos, o único candidato que poderia ser considerado pouco conhecido pelo eleitorado era Ciro. FHC, Lula e Enéas já eram bastante conhecidos do eleitorado (assim como Sarney).

## - O significado de esquerda e direita

Embora haja algumas diferenças em relação aos resultados encontrados nos *surveys* analisados relativos à eleição de 1989 (com perguntas semelhantes sobre o significado atribuído pelos eleitores às palavras "esquerda" e "direita"), grosso modo as conclusões são semelhantes àquelas: os eleitores de mais baixa escolaridade apresentam, comparativamente aos de escolaridade superior, taxas bem maiores de respostas "não sei" (em torno de 42 %, contra 13 % destes últimos) e de respostas que não estão em conformidade com o uso corrente destas noções na ciência política (ver Tabelas Anexas 5.4 e 5.5).

## - O Posicionamento dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita

A Tabela 5.9 mostra o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, segundo sua escolaridade.

**Tabela 5.9**  
**Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita,**  
**segundo Escolaridade (Novembro/97) (%)**

Posicionamento na Escala	Conjunto eleitores	Até 1º Grau	2º Grau	Superior
Esquerda	13	12	16	12
Centro	35	27	46	55
Direita	27	31	16	24
Não Sabe	25	29	21	10
(N)	(480)	(306)	(122)	(51)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Novembro/97 (Universo: Brasil)

Obs: O *survey* foi aplicado a 2670 eleitores brasileiros, mas a pergunta sobre autoposicionamento esquerda-direita foi feita a apenas 480 deles. Os eleitores sem escolaridade eram em número muito baixo e por isso foram agregados aos com até 1º Grau.

De forma similar ao que acontecia nos *surveys* de 1989 e 1990, a parcela maior do eleitorado se autoposicionava ao centro (35 %) e a seguir à direita (27 %); esta última parcela representava, novamente o dobro do eleitorado que se posicionava à esquerda. Considerando os três *surveys*, há uma grande continuidade na distribuição do eleitorado segundo seu posicionamento na escala. Mas há pelo menos dois problemas para interpretar o significado dessa continuidade: em primeiro lugar, trata-se de dados agregados; não é possível saber o grau de mudanças individuais ao longo do tempo. Além disso, como está sendo mostrado, não só o significado dos termos esquerda e direita, mas a relação do posicionamento dos eleitores na escala com suas preferências partidárias e o voto são muito diferentes, segundo o grau de escolaridade dos eleitores. Dessa forma, é possível pensar que essa regularidade se deva em parte a efeitos de agregação que escondem mudanças individuais e em parte a uma continuidade efetiva no plano individual. Neste último caso, porém, ainda pode haver pelo menos duas possibilidades: um grupo de eleitores (principalmente entre os de alta escolaridade) para quem a escala tem pelo menos um significado político mínimo e o posicionamento tem relação com o voto, e um grupo (especialmente entre os eleitores de baixa escolaridade) que, por interpretar equivocadamente as noções de esquerda e direita, poderia se posicionar sempre no mesmo setor da escala, mas esse posicionamento não teria relação com o voto. Os dados aqui disponíveis, porém, não permitem identificar as diversas situações, de forma a formular uma interpretação mais embasada do significado daquela continuidade da distribuição dos eleitores na escala esquerda-direita, ao longo do período estudado.

Voltando à análise específica dos dados da tabela, há variações segundo a escolaridade dos eleitores, mas essas variações não seguem uma tendência unívoca. Para os propósitos desta seção, importa destacar que uma parcela de 25 % dos eleitores não sabia se posicionar na escala; esta proporção era maior na faixa daqueles com menor escolaridade (29 %), caindo à medida que crescia a faixa de escolaridade, chegando a 10 % entre os eleitores com nível superior.

## - O Posicionamento dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita e o Voto

A Tabela 5.10 mostra as intenções de voto dos eleitores, segundo seu autopoicionamento na escala esquerda-direita.

**Tabela 5.10**

**Intenção de Voto, segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita  
(Novembro/97) (%)**

INTENÇÃO DE VOTO	Posicionamento Esquerda-Direita			TOTAL
	Esquerda	Centro	Direita	
LULA	39,1	20,4	10,9	20,3
CIRO GOMES	7,8	8,4	7,0	7,8
FHC	21,9	31,7	49,2	36,2
SARNEY	14,1	10,8	17,2	13,6
ENÉAS	7,8	7,8	3,1	6,1
BRANCO / NULO / NÃO SABE	9,4	21,0	12,6	15,9
TOTAL (N)	64	167	128	359

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

Obs: O *survey* foi aplicado a 2670 eleitores brasileiros, mas a pergunta sobre autopoicionamento esquerda-direita foi feita a apenas 480 deles. Destes, 121 (25 %) não se autopoicionaram naquela escala.

Os dados revelam um grau mediano de associação entre o autopoicionamento esquerda-direita dos eleitores e suas intenções de voto. Como esperado, entre os eleitores posicionados à esquerda, Lula é o candidato preferido (39 %) , enquanto entre os posicionados ao centro e à direita, FHC é o preferido (32 % e 49 %, respectivamente). Mas deve-se ver também que entre os eleitores que se posicionaram à esquerda, a soma das intenções de voto em FHC, Sarney e Enéas (44 %) é apenas um pouco menor do que a soma das intenções de voto em Lula e Ciro Gomes (47 %).

A análise da correlação entre intenção de voto e autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, segundo sua escolaridade, é mostrada na Tabela



Tabela 5.11

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Autoposicionamento na Escala  
Esquerda-Direita, Segundo Escolaridade (Nov./97)**

	Conjunto Eleitores	Até 1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
<b>GAMA</b>	0,26**	0,20	0,51**	0,18	0,77**
(% Eleitores) (1)	(63 %)	(61 %)	(67 %)	(62 %)	(74 %)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil).

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Obs.: A categoria "não freqüentou escola", por ter um número de casos muito baixo (14), foi agregada à categoria "até 1º Grau completo".

(\*\*) coeficientes significativos ao nível 0,01; demais coeficientes estatisticamente não significativos.

Embora não haja um crescimento linear dos coeficientes com o crescimento da escolaridade dos eleitores, como nos dados referentes à eleição de 1989, vale ainda aqui o fato de que na faixa de menor escolaridade dos eleitores (que agrega um conjunto amplo de eleitores, desde os analfabetos até aqueles com até a 7ª série do 1º grau) a correlação entre autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e sua intenção de voto é fraca e estatisticamente não significativa (o mesmo valendo para os eleitores com 2º grau). Além disso, vale lembrar que este coeficiente foi calculado apenas entre os 61 % dos eleitores que manifestaram intenção de voto em algum dos candidatos e, ao mesmo tempo, se autoposicionaram na escala-esquerda direita. Se considerarmos ainda que outros 39 % não se posicionavam ou, mesmo se posicionando não escolhiam nenhum candidato, teremos uma idéia melhor da baixa influência potencial do autoposicionamento dos eleitores sobre sua intenção de voto.

91 De forma a haver comparabilidade com os coeficientes de correlação calculados nas Tabelas 3.11, 3.14 e 4.10 (similares a esta, feitas para as eleições de 1989 e 1994), a variável intenção de voto foi recodificada, da seguinte forma (segundo o critério de posicionamento do partido ao qual estava vinculado cada candidato): esquerda = Lula e Ciro Gomes; centro = FHC e Sarney; direita = Enéas. Outras formas de operacionalizar as duas variáveis levam, em geral, a coeficientes de mesma magnitude, embora haja algumas variações (Ver Tabela Anexa 5.6).

Entre os eleitores com 1º grau completo o coeficiente apresentado na tabela denota uma correlação substantiva e estatisticamente significativa. Deve-se notar, porém, que para esta faixa do eleitorado, outras formas de operacionalizar as variáveis levam a coeficientes de ordem de grandeza e de significância estatística diferentes (variando de correlações fracas e estatisticamente não-significativas a correlações como a mostrada acima). Para as demais faixas de escolaridade, as variações na forma de operacionalizar as variáveis praticamente não alteram a ordem de grandeza e a significância estatística das correlações entre elas. É só entre os eleitores com nível superior de escolaridade que a correlação se mantém forte e estatisticamente significativa, independentemente das formas de operacionalizar as variáveis em estudo (ver Tabela Anexa 5.6).

Concluindo, embora aqui o crescimento da correlação entre autoposicionamento na escala esquerda-direita e a intenção de voto, com o crescimento da escolaridade dos eleitores, não seja tão claro quanto aparecia nos *surveys* relativos a 1989, pode-se afirmar que entre os de menor escolaridade esta correlação era, também em 1997, fraca e estatisticamente não significativa e que só entre os eleitores com nível de escolaridade superior se pode afirmar com certeza que a correlação era forte e estatisticamente significativa.

#### **- O Autoposicionamento na Escala e as Preferências Partidárias dos Eleitores**

A correlação entre o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e sua preferência partidária varia significativamente com a escolaridade dos eleitores, conforme nos mostra a Tabela 5.12.

**Tabela 5.12**

**Correlação (Gama) entre Autoposicionamento na Escala Esquerda-Direita e Preferência Partidária (Novembro/97)**

	Conjunto Eleitores	Até 1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
<b>GAMA</b> (% Eleitores) (1)	0,38** (40 %)	0,36* (41 %)	0,18 (40 %)	0,47* (32 %)	0,82** (50 %)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil);

(\*) coefic. significativos ao nível 0,05 (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. estatist. não-significativos.

Obs: A variável preferência partidária foi assim operacionalizada: esquerda = PT, PDT e PSB; centro = PSDB, PMDB, PL e PTB; direita = PPR(PDS), PRN e PFL (os eleitores que preferiam "outros partidos", bem como os sem preferência partidária, foram considerados como *missing cases*).

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Como se pode ver, embora não haja um crescimento linear das correlações com a escolaridade, há um salto brutal na magnitude do coeficiente quando se passa aos eleitores com nível superior de escolaridade, onde a correlação é muito forte. Deve-se ressaltar que estes coeficientes referem-se apenas àquela parcela dos eleitores (entre 32 % e 50 %, conforme a faixa) que simultaneamente se posicionaram na escala esquerda-direita e declararam alguma preferência partidária. As tendências são similares às encontradas em análises de dados semelhantes, já feitas ao longo deste trabalho.

**- O Autoposicionamento na Escala e as Opiniões Políticas dos Eleitores**

A análise das correlações entre o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e suas posições frente a um conjunto de questões políticas confirma, em boa parte, as tendências acima. Dessas correlações, apenas três apresentaram coeficientes estatisticamente significativos, embora de magnitude baixa (0,19 a 0,22),

como mostra a Tabela 5.13.<sup>92</sup>

Uma primeira questão era: "na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: 1. A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar; 2. A participação da população nas decisões importantes do governo; 3. As duas coisas (espontânea); 4. Outras respostas; 5. Não sabe".<sup>93</sup>

A segunda questão era: "você é a favor ou contra que o governo brasileiro possa ter o direito de proibir greves?" As respostas foram assim ordenadas: 1. Totalmente contra; 2. A favor ou contra, em parte; 3. Totalmente a favor (a resposta "Não sabe" foi tratada como *missing case*).

A terceira questão consistia em ler uma frase e ver se o entrevistado concordava ou não. A frase era: "política é uma coisa que deve ser feita só por profissionais, como deputados e senadores".<sup>94</sup>

É interessante notar que pelo menos as duas primeiras questões podem ser relacionadas à polarização entre direita e esquerda proposta por Singer - os eleitores mais à direita rejeitando a participação popular e favorecendo o fortalecimento da autoridade repressiva do Estado, enquanto os de esquerda manifestam preferência por mudanças a partir da mobilização popular. Os coeficientes positivos nas três correlações acima corroboram aquela tese: os eleitores à direita, proporcionalmente mais do que os eleitores à esquerda, manifestavam preferência por um "líder forte" (frente à "participação da população"); concordavam com a idéia de que a política é coisa para profissionais e eram a favor do direito do governo proibir greves.

---

92 Da mesma forma que no Capítulo 3, uma análise panorâmica das correlações entre as diversas opiniões (umas com as outras) revela muitas variações, no mesmo sentido lá pontado: em geral há maior "coerência" entre opiniões frente a temas correlatos do que entre temas diferentes; além disso, a "coerência" em geral é maior entre eleitores com maior nível de escolaridade, do que entre os de menor escolaridade.

93 Na análise de correlação feita aqui foram consideradas apenas as três primeiras respostas, considerando a 3ª como uma resposta intermediária entre a 1ª e a 2ª (a 4ª e a 5ª respostas foram tratadas como *missing cases*).

94 Na análise de correlação foram assim ordenadas as respostas à questão: 1. Concordo totalmente; 2. Concordo em parte, ou Discordo em parte; 3. Discordo totalmente (a resposta "Não sei" foi tratada como *missing case*). O autoposicionamento na escala foi assim ordenado: 1. Direita; 2. Centro; 3. Esquerda.

Tabela 5.13

**Correlação entre Opiniões Políticas e Autoposicionamento  
na Escala Esquerda-Direita (Nov./97)**

QUESTÃO	Conjunto Eleitores	Até 1º G. Incompl.	Superior
Socialismo como solução para os problemas sociais	- 0,11	- 0,13	0,15
Democracia x ditadura	0,01	0,01	- 0,28
Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,00	- 0,04	0,18
Líder forte x participação popular	0,21**	0,11	0,61**
Para manter a ordem, as leis, mesmo injustas, devem ser obedecidas	0,03	0,01	0,14
Mudanças no Brasil só com revolução ou pela força	0,07	0,10	0,11
Política é para profissionais (deputados; senadores)	0,19*	0,07	0,34
Não há solução para problemas sociais sem reforma agrária radical	0,08	0,05	0,34
País funcionaria melhor c/ a volta dos militares ao poder	0,15	0,13	0,41
Governo deve poder proibir greves	0,22**	0,25*	0,36
Governo deve poder intervir nos sindicatos	0,03	0,07	0,26
Governo deve poder proibir a existência de algum partido	0,11	0,21	- 0,06
Governo deve poder censurar jornais, TVs e rádio	0,10	0,04	- 0,41
Governo deve poder fechar o Congresso Nacional	- 0,14	- 0,12	0,13
(% Média de Eleitores) (1)	(71%)	(65%)	(89%)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Novembro/97 (Universo: Brasil).

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Há uma variação relativamente pequena em torno dessas médias. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Obs.: A formulação completa das questões é mostrada no Apêndice 5.1.

Mas, como se pode ver, além dos coeficientes de correlação serem baixos, eles foram calculados para os cerca de 70 % dos entrevistados que tinham simultaneamente se autoposicionado e apresentado alguma opinião frente àquelas

questões. Para os restantes 30 % não é sequer possível falar em associação entre um autopoicionamento e certas opiniões (já que um dos dois não existe). Na realidade, as diferenças de opinião entre os eleitores não eram muito grandes: a maioria do eleitorado, qualquer que fosse seu autopoicionamento na escala esquerda-direita, preferia a participação popular e era contra o governo poder proibir greves; quanto à idéia de que a política fosse para profissionais, as diferenças são maiores: uma ampla maioria dos eleitores com nível superior discordava, enquanto entre os com menor escolaridade havia um empate técnico entre os que concordavam e os que discordavam.

Além disso, contrastando os eleitores segundo seu nível de escolaridade, percebe-se que há uma tendência de crescimento das correlações à medida que aquele cresce. Na faixa de eleitores com até 1º Grau incompleto todas as correlações são fracas (coeficiente máximo de 0,25) e mesmo assim, válidas para apenas cerca de dois em cada três eleitores; na faixa de maior escolaridade temos correlações de nível moderado, em algumas questões e substancial em uma delas, embora a maioria dos coeficientes seja estatisticamente não-significativa - o que se deve, em boa parte, ao fato do número de entrevistados com nível superior que entraram na análise ser muito baixo. (As Tabelas Anexas 5.7 a 5.9 mostram a distribuição das opiniões dos eleitores de baixa e alta escolaridade frente a estas três questões, segundo seu posicionamento na escala esquerda-direita).<sup>95</sup>

Concluindo, embora as questões relacionadas à polaridade proposta por Singer sejam realmente as mais correlacionadas com o autopoicionamento dos eleitores, deve-se notar que: a) a maioria das questões formuladas neste questionário era relacionada àquela polaridade, o que permite pensar que se mais questões relativas

---

95 Da mesma forma como foi constatado para o Capítulo 3, uma análise de correlação entre as opiniões dos eleitores diretamente com suas intenções de voto (e não mais com seu autopoicionamento na escala esquerda-direita) revela dados semelhantes aos acima (Ver Tabelas Anexas 5.10 e 5.11): baixos coeficientes para o conjunto do eleitorado; coeficientes bem menores entre os eleitores de menor escolaridade do que entre os eleitores de nível superior. Assim, pode-se inferir que os menores coeficientes encontrados entre os eleitores de menor escolaridade na tabela 5.13 não se devem apenas a uma não compreensão da escala esquerda-direita por parte daqueles eleitores, mas também ao fato de que suas "predisposições políticas" (medidas seja pelo seu posicionamento na escala, seja por suas opiniões políticas específicas) têm mesmo menor relevância na sua decisão de voto (comparativamente aos eleitores com nível superior).

a outras dimensões tivessem sido formuladas, talvez as conclusões fossem outras;

b) além disso, as associações entre os posicionamentos na escala e as opiniões dos eleitores em seu conjunto eram fracas, mesmo naqueles tópicos em que os eleitores de esquerda e direita apresentaram maior diferença entre si. Essa diferença só é de ordem moderada ou substancial (e estatisticamente significativa) em alguns casos entre os eleitores com 2º Grau ou mais, sendo baixa ou quase nula entre os eleitores com até o 1º Grau incompleto.

### **- Autoposicionamento na Escala, Avaliação do Plano Real e Voto.**

Um último aspecto relevante a ser investigado é o das relações entre autoposicionamento esquerda-direita dos eleitores, sua avaliação do governo (e do Plano Real) e sua intenção de voto. É possível pensar que as avaliações do governo e do plano fossem determinadas, em grande parte, pelo posicionamento ideológico dos eleitores. A correlação entre autoposicionamento e avaliação do plano, no entanto, é fraca (coeficiente gama de 0,17), refutando a possibilidade de uma influência relevante da primeira variável sobre a segunda. Este coeficiente, além disso, foi calculado apenas sobre a parcela de cerca de 70 % do eleitorado total, que ao mesmo tempo se autoposicionava na escala e avaliava o Plano Real (ou seja, não respondia "não sei" a alguma das perguntas). Uma análise da correlação entre preferência partidária e avaliação do plano revela um coeficiente maior (0,41), mas calculado sobre uma parcela de cerca de 45 % do eleitorado.

Concluindo, e considerando que a avaliação do governo FHC esteve muito "colada" à avaliação do plano econômico, pode-se dizer que apenas uma pequena parte da forte influência destas avaliações sobre o voto em 1998 poderia ser debitada a uma influência dos "posicionamentos ideológicos" e das preferências partidárias prévios dos eleitores.

A Tabela 5.14 nos mostra como opera a relação entre a avaliação do plano econômico (para o país) e a intenção de voto nos três candidatos com maior intenção de voto naquele momento (FHC, Lula e Sarney, que representavam juntos 67 %

daquelas intenções), controlando pelo autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita. <sup>96</sup>

**Tabela 5.14**

**Intenção de Voto, segundo Avaliação do Plano Real, Controlando pelo Autopoicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov./97) (%)**

Autopoicionamento Esquerda-Direita	Intenção de Voto	Avaliação Plano Real (p/País)			Total (%)
		Ruim	Indiferente	Bom	
Esquerda	FHC	0	19	39	23
	Lula	59	56	19	39
	Sarney	18	6	16	14
Centro	FHC	5	13	52	32
	Lula	32	26	14	20
	Sarney	14	13	8	11
Direita	FHC	30	35	60	50
	Lula	15	15	9	11
	Sarney	25	31	11	18

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs: Os percentuais foram "arredondados". A diferença entre 100 % e o somatório, em cada coluna (no interior de cada posição no espectro esquerda-direita), representa a percentagem de eleitores que pretendiam votar em outros candidatos, votar em branco ou nulo, ou ainda não sabiam em quem iriam votar.

A última coluna nos mostra como a intenção de voto dos eleitores estava associada a seu autopoicionamento na escala: enquanto entre os eleitores que se posicionaram à esquerda Lula vence FHC (39 % contra 23 %), o inverso ocorre entre os eleitores que se posicionaram ao centro (FHC = 32 %, contra Lula = 20 %) e à

<sup>96</sup> Não são mostrados os dados para Ciro Gomes e Enéas (que juntos representavam 11 % das intenções de voto), para não sobrecarregar a tabela. Uma análise semelhante relacionando as influências simultâneas do autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e a avaliação geral que eles fazem do desempenho do governo não é possível, por que as perguntas relativas a estas duas variáveis foram feitas para sub-amostras diferentes no interior do survey.



direita (50 % e 11 %, respectivamente).

A influência da avaliação do plano econômico pode ser claramente notada se analisarmos, por exemplo, a coluna dos eleitores que avaliavam o plano como bom: entre os eleitores que se autoposicionavam à direita, 60 % pretendiam votar em FHC; entre os que se posicionavam ao centro este percentual era de 52 % e, mesmo entre os eleitores posicionados à esquerda, o presidente-candidato tinha o dobro das intenções de voto (39 %) do que tinha Lula (19 %).

De qualquer forma, a tendência geral mostrada na tabela é a de uma dupla influência: as intenções de voto, especialmente nos dois principais candidatos, variam claramente com o posicionamento dos eleitores e com sua avaliação do plano. As intenções de voto em FHC crescem (e as de Lula decrescem) no interior de cada coluna (referente a uma determinada avaliação do plano), à medida que se passa dos eleitores posicionados à esquerda para os posicionados à direita.<sup>97</sup> Analogamente, as intenções de voto em FHC crescem (e as de Lula decrescem) no interior de cada linha (referente a um determinado posicionamento do eleitor na escala), à medida que se passa de uma avaliação negativa do plano para uma positiva. Quanto a Sarney, embora nem todos os dados estejam em acordo com o que seria esperado (a partir de uma influência conjunta das duas variáveis), suas maiores intenções de voto estão entre os eleitores posicionados à direita que avaliavam o Plano como ruim ou estavam indiferentes quanto aos efeitos do plano para o país (avançando sobre um eleitorado ideologicamente disputado mais por ele e FHC, mas que não estava satisfeito com a política econômica).

Este padrão, de uma dupla influência - do autoposicionamento esquerda-direita dos eleitores e de sua avaliação do Plano Real - sobre o voto, está em acordo com a análise feita por Singer (1998) destas mesmas relações na eleição presidencial de 1994 (para o universo dos eleitores do Estado de São Paulo). Mas é importante ressaltar que este padrão foi constatado para o conjunto dos eleitores que declaravam simultaneamente uma posição na escala esquerda-direita e uma avaliação

---

97 Uma única exceção é que dos eleitores que são indiferentes em sua avaliação do Plano Real, FHC tem mais intenção de voto entre os eleitores posicionados à esquerda (19 %) do que ao centro (13 %).

do Plano Real. Assim, uma avaliação comparativa do peso relativo de cada uma destas variáveis sobre o resultado agregado das intenções de voto no momento desse *survey*, deve considerar - além dos dados das tabelas 5.3, 5.4 e 5.6 (mostrando a forte influência da avaliação do plano econômico) e das tabelas 5.10 e 5.11 (mostrando uma influência menor do autopoicionamento esquerda-direita dos eleitores) -, que a Tabela 5.14 de certa forma "infla" o peso do autopoicionamento esquerda-direita dos eleitores no resultado agregado das intenções de voto, ao desconsiderar um percentual de quase 25 % dos eleitores que não se posicionaram na escala. Além disso, como é entre os eleitores de menor escolaridade que ocorre o maior percentual de respostas "Não sei" em relação ao posicionamento na escala, os dados apresentados na Tabela 5.14 acabam sub-representando estes eleitores e super-representando os eleitores de maior escolaridade (em relação ao universo do eleitorado brasileiro). Como são estes últimos, segundo a hipótese aqui defendida, os eleitores para os quais o autopoicionamento na escala esquerda-direita tem maior significado e, portanto, maior associação com o voto, o grau de influência desta variável que se depreende da Tabela 5.14 não pode ser generalizado, por inferência, para o conjunto do eleitorado brasileiro, pois estaríamos, neste caso, superestimando o verdadeiro grau "médio" de influência da variável sobre a decisão de voto do eleitor. No caso da avaliação do plano econômico, apenas 2,7 % dos eleitores disseram não saber avaliar o plano econômico para o país. Embora na faixa dos que não freqüentaram a escola este percentual chegue a 6,4 %, nas demais faixas de escolaridade há muito pouca variação entre as percentagens de eleitores que não sabem avaliar os efeitos do plano (em torno de 2 %). No conjunto, portanto, vemos que tanto do ponto de vista do percentual global de eleitores que não sabe avaliar o plano, como do ponto de vista das possíveis distorções causadas por diferenças nos percentuais de eleitores das diversas faixas de escolaridade do eleitorado que admitiam não saber avaliá-lo, não há, no que se refere às relações entre avaliação do plano e intenção de voto, uma diferença significativa entre o eleitorado representado nos dados da Tabela 5.14 e o conjunto do eleitorado brasileiro (não havendo risco significativo, portanto, da análise baseada naqueles dados estar superestimando o peso efetivo da avaliação do plano sobre a decisão de voto do conjunto do eleitorado

brasileiro).<sup>98</sup> Destaque-se, ainda, que a comparação acima foi feita entre a influência, na decisão de voto, do autopoicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita com a influência do Plano Real, e não com a influência da avaliação global de desempenho do governo FHC, que, como foi visto, era maior do que a avaliação do plano apenas.

Concluindo, em 1998, apesar dos dados mostrarem uma influência dupla, do autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e da avaliação de desempenho do governo FHC (incluindo aí a avaliação do Plano Real), não parece haver dúvida de que esta última teve um peso bem maior na decisão dos eleitores, especialmente entre os eleitores de baixa escolaridade.

Vale a pena analisar, ainda que de forma menos direta, o peso relativo das variáveis "avaliação de desempenho do governo" e "autopoicionamento na escala esquerda-direita", segundo o nível de escolaridade dos eleitores. Tomando os dados das Tabelas 5.2 e 5.11, vemos que entre os eleitores de nível superior o coeficiente de correlação entre autopoicionamento e voto foi de 0,77 e o coeficiente entre voto e avaliação de desempenho do governo, na mesma pesquisa (da Fundação Perseu Abramo de novembro de 1997) foi de 0,83, de ordem apenas um pouco superior ao primeiro, portanto. Já entre os eleitores de menor escolaridade (1º Grau incompleto), a correlação entre autopoicionamento dos eleitores e seu voto foi de 0,20 (não significativa estatisticamente), enquanto a correlação entre avaliação de desempenho do governo e voto foi de 0,67 (estatisticamente significativa).

Isto poderia estar indicando modalidades diferentes de decisão do voto, de acordo com a escolaridade dos eleitores. Entre os eleitores com nível superior os graus relativamente altos de congruência do seu voto ao mesmo tempo com sua avaliação de desempenho do governo e com seu autopoicionamento esquerda-direita parecem mostrar um tipo de decisão mais complexo. Embora não se possa rigorosamente estipular as relações de causalidade, uma explicação possível seria a de que para estes eleitores tanto a avaliação do desempenho do governo, quanto as opções de voto se dão em boa medida guiadas por concepções políticas mais gerais

---

98 As Tabelas Anexas 5.12 e 5.13 mostram os percentuais de eleitores, para cada faixa de escolaridade, que não conseguiram se posicionar na escala ou avaliar o plano econômico.

(que estariam representadas sinteticamente no seu autoposicionamento esquerda-direita). O maior coeficiente de correlação entre intenção de voto e avaliação de desempenho do governo (0,83), comparado ao coeficiente de correlação entre autoposicionamento e voto (0,77) mostra, porém, que pelo menos parte daquela primeira associação não pode ser explicada pela segunda.<sup>99</sup> É possível também que ocorra um processo de interação em que, a partir de uma concepção política ampla (posição ideológica) inicial, a partir da avaliação de desempenho de governos (e partidos e candidatos), o eleitor possa reformular aquela concepção (alterando seu posicionamento ideológico), de tal forma que as duas coisas vão ficando congruentes entre si e com a decisão de voto do eleitor. No entanto, não é possível, a partir dos dados disponíveis, verificar se um desses (ou outro) mecanismo está operando. Isto exigiria pesquisas longitudinais (como a técnica de painel). Entre os eleitores com a mais baixa escolaridade, por outro lado, a decisão parece ter se pautado pouco pelo autoposicionamento dos eleitores e muito mais pela avaliação feita por estes eleitores do desempenho do governo FHC.

Além da análise acima, pode-se fazer uma mais abrangente, relacionando o "posicionamento ideológico" do eleitor e o tipo de motivação do seu voto. É possível pensar, por exemplo, que entre os eleitores que se autoposicionam à esquerda pesem mais os fatores de ordem propriamente "política", enquanto para eleitores posicionados à direita pesem mais as avaliações feitas em relação a desempenho ou a atributos pessoais dos candidatos.

A Tabela 5.15 mostra as respostas dos entrevistados à pergunta ("aberta") sobre o motivo do voto, segundo seu posicionamento na escala esquerda-direita, na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997.

---

<sup>99</sup> Além disso, a correlação entre autoposicionamento na escala esquerda-direita e a avaliação do Plano Real é de ordem apenas moderada, o que indicaria uma influência potencial da primeira variável sobre a segunda não muito grande. Não é possível medir a correlação entre posicionamento ideológico e avaliação de desempenho (geral) do governo, porque as perguntas foram aplicadas a subamostras diferentes.

**Tabela 5.15**

**Motivo do Voto segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita (Nov/97)**

Motivo do Voto	Esquerda	Centro	Direita
Desempenho administrativo + Plano Real	32	37	51
Defesa dos pobres / trabalhadores	16	5	6
Qualidades Pessoais	13	13	13
a) Honesto; direito; confiável; cumpre o que promete	8	3	9
b) Culto; inteligente	--	3	2
c) Outras qualidades pessoais	5	7	2
Propostas / planos para país	8	4	4
Mais empregos / melhorias na área social (1)	5	5	7
Para dar uma chance; é uma nova opção	9	5	--
Partido	4	5	1

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs.: Resposta espontânea e múltipla. Outros motivos menos relevantes foram omitidos.

(1) Respostas referentes tanto ao desempenho passado quanto às expectativas para o futuro.

Embora seja uma base empírica insuficiente para corroborar fortemente qualquer hipótese, os indícios retirados daí apontam no sentido de uma possível vinculação entre "posicionamento ideológico" dos eleitores e suas motivações mais gerais na escolha de um candidato: considerações sobre desempenho foram mais importantes para eleitores posicionados à direita (51 % deles), do que para os posicionados à esquerda (32 % deles). Motivações de ordem propriamente política (propostas de governo; partido) foram mais relevantes para os eleitores que se posicionam à esquerda do que entre os eleitores posicionados à direita.

De toda forma, embora os dados apontem diferenças importantes de motivação declarada para o voto entre os eleitores de diferentes "posicionamentos ideológicos", elas não são tão grandes a ponto de se poder dizer que para a maioria do eleitorado as motivações são determinadas pelos "posicionamentos ideológicos". Em primeiro lugar, embora haja certas diferenças quanto ao peso dado a cada uma delas, as qualidades pessoais dos candidatos, em seu conjunto, foram mencionadas pela mesma proporção (13 %) de eleitores de cada uma das posições ideológicas. Além

disso, e mais importante, qualquer que seja este posicionamento, a categoria de motivos mais apontada foi relacionada ao desempenho administrativo (sejam menções gerais, sejam especificamente ao Plano Real). Quanto aos eleitores posicionados à esquerda que apontaram motivos desta ordem, tratava-se, em boa parte, de eleitores que votaram em FHC. Parece haver duas possibilidades para explicar tal comportamento: ou para estes eleitores o autopoicionamento na escala não tinha qualquer significado político real, ou tinha, mas eles preferiam votar em FHC por valorizar mais o seu desempenho administrativo do que o fato das opiniões políticas do presidente-candidato não serem próximas das suas próprias. Em qualquer dos casos, a influência do "posicionamento ideológico" dos eleitores sobre o conjunto das motivações de voto tem que ser relativizada.

Antes de concluir este Capítulo, da mesma forma como foi feito no Capítulo anterior, cabe mencionar que foram analisadas as relações entre o voto e outras duas variáveis: a preferência partidária e a renda dos eleitores. Quanto à primeira, já foi mostrado anteriormente que a preferência partidária dos eleitores mostrou ser um bom preditor do voto apenas para a parcela (de pouco mais de 40 %) de eleitores que manifestavam alguma preferência partidária. Quanto à renda, teve associação praticamente nula com o voto: para o *survey* mais próximo da eleição, qualquer que fosse a forma de operacionalização das variáveis, os coeficientes não chegavam a 0,05 (estatisticamente não-significativos).

#### 5.4. Conclusão

A análise mostrou, embora para um momento bem anterior à campanha de 1998, que a associação entre o autoposicionamento dos eleitores e sua intenção de voto era relativamente fraca (coeficiente de 0,26). Esse resultado para o conjunto dos eleitores, na realidade mascara comportamentos distintos no interior do eleitorado. Embora não houvesse um crescimento linear dessa associação com o crescimento da escolaridade dos eleitores, o contraste entre as faixas de menor e maior escolaridade é muito nítido. A maioria dos eleitores com até primeiro Grau incompleto, não sabia atribuir nenhum significado (ou atribuía um significado diferente do comumente aceito pela Ciência Política) aos termos esquerda e direita. Além disso, cerca de 30 % destes eleitores não se posicionavam na escala. Dentre os que o faziam, a correlação entre esse posicionamento e o voto era fraca (coeficiente de 0,20) e estatisticamente não significativa. Já entre os eleitores de nível superior, parcelas maiores atribuía significados aos termos esquerda e direita mais próximos do seu uso na Ciência Política; além disso, apenas 10 % não se posicionavam na escala e entre os que o faziam havia uma forte correlação entre esse posicionamento e o voto (coeficiente de 0,77). A análise das associações entre as opiniões dos eleitores (em relação a diversas questões políticas) e seu voto levam a conclusões semelhantes: estas associações são substanciais (para algumas questões) entre os eleitores de escolaridade superior, mas entre os de menor escolaridade elas são fracas.

A avaliação de desempenho do governo foi o fator mais associado ao voto dos eleitores, refletindo em grande parte o fato do presidente em exercício ser candidato à reeleição. Essa avaliação, por sua vez, foi muito influenciada pela avaliação do desempenho econômico do governo, especialmente no que se refere ao comportamento das taxas de inflação. Isso se confirmava pelo grande percentual de eleitores que mencionavam o desempenho do governo ou do Plano Real como motivo para seu voto (a favor ou contra o presidente-candidato). A comparação entre os pesos relativos do "posicionamento ideológico" dos eleitores e da avaliação do Plano Real aponta para uma importância maior desta última variável.

Quanto à avaliação dos atributos pessoais dos candidatos, o aspecto mais

relevante é o da relação dessa avaliação, no caso do **candidato** Fernando Henrique Cardoso, com a avaliação de desempenho do **governo**. Parece evidente que esta última contamina a avaliação sobre a capacidade do candidato governar. Assim, embora as mais altas correlações com o voto tenham sido com avaliação do **governo** e a maioria dos motivos do voto em FHC mencionados por seus eleitores (em respostas espontâneas) fossem relativos ao desempenho do **governo**, há certamente aí também um elemento de avaliação positiva do **candidato**.<sup>100</sup> Um outro dado corrobora mais diretamente a importância da avaliação da capacidade governativa dos candidatos na decisão de voto: ao final da campanha eleitoral, frente à crise econômica internacional que ameaçava o país, a aceitação por parte do eleitorado da idéia (propalada pela campanha do presidente) de que FHC seria o candidato mais preparado para enfrentar a crise, também parece ter tido um peso específico no resultado eleitoral.

---

100 Note-se que esse efeito de contaminação entre avaliação de governo e avaliação do candidato, no caso de uma candidatura à reeleição parece ser parcialmente responsável pelos altos coeficientes de correlação entre avaliação do governo e o voto. Fosse outro o candidato governista e provavelmente a correlação entre o voto e a avaliação do governo seria menor, já que esta última seria separada da avaliação das qualidades pessoais daquele candidato.



## **CAP. 6 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E VOTO ECONÔMICO**

Nos capítulos anteriores foi constatado um grau de influência variado da avaliação que o eleitor faz do desempenho do governo em exercício na sua decisão de voto. Neste capítulo serão inicialmente agregados outros elementos que reforçam a tese do peso desta avaliação sobre a escolha do eleitor.

Se ela é correta, então é relevante investigar quais os elementos que o eleitor utiliza para fazer esta avaliação. Do ponto de vista teórico, o mais provável é que esse processo de avaliação não seja uniforme. Alguns eleitores podem levar em consideração um conjunto de avaliações parciais de desempenho do governo em diversas áreas de atuação e, ainda, certos eventos específicos (de ordem política ou envolvendo a vida pessoal do presidente). Além disso, é possível que para uma parcela do eleitorado o posicionamento político-ideológico e a preferência partidária influenciem na avaliação do governo. Outros eleitores, porém, podem centrar sua avaliação em apenas um ou poucos destes aspectos. Ainda que considerando essa multiplicidade de possibilidades, a tese aqui defendida é a de que para o período 1986/98, o componente mais relevante na avaliação geral de desempenho dos governos (federais) foi o desempenho da economia, especialmente o comportamento da inflação. Um conjunto bastante heterogêneo de dados vai ser utilizado para tentar corroborar esta tese.

### **6.1. Avaliação de Desempenho Governamental e Voto**

Um primeiro conjunto de dados sobre a relação entre avaliação de desempenho governamental e o voto nas eleições presidenciais do período encontra-se na Tabela 6.1, onde são apresentadas, para cada eleição, a porcentagem efetiva de votos (em relação aos votantes) obtida pelo candidato do governo em exercício (ou pelo menos, aquele(s) que era(m) mais associado(s) ao governo) e a proporção de

eleitores que avaliavam o desempenho do governo em exercício como ótimo ou bom, na pesquisa disponível mais próxima da eleição .

Se nas eleições de 1994 e 1998 é evidente que o candidato governista era o atual presidente, em 1989 essa identificação é menos óbvia, principalmente pelo fato de o PMDB e o PFL - bases de sustentação político-parlamentar do governo Sarney - tentarem se dissociar do governo Sarney (em queda de popularidade), quando do lançamento de seus candidatos, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. De qualquer forma, assim como estes partidos foram identificados e recompensados em 1986 como os partidos que, chegando ao poder, haviam dado sustentação ao Plano Cruzado, que melhorou a vida da população, em 1989 também foi impossível dissociar os candidatos peemedebista e pefelista do fracasso da administração Sarney. Por isso, eles são considerados aqui como candidatos "governistas".<sup>101</sup>

**Tabela 6.1**

**Avaliação de Desempenho Governamental x Voto no Candidato**

**"Governista" (Eleições Presidenciais - 1989 / 1994 / 1998) (%)**

Ano	Aval. Des.Gov. (Ótimo + Bom)	Votos no(s) Candidato(s) "Governista(s)"	Candidato(s) "Governista(s)"
1989	9	5,2	Ulysses + Aureliano
1994	40	44,1	Fernando H. Cardoso
1998	42	43,1	Fernando H. Cardoso

Fontes: - Votos: 1989 e 1994 : NICOLAU (1998) ; 1998: TSE; Avaliações de desempenho do governo: Ibope (20 a 22/11/89); Datafolha (19 e 20/10/ 94; 24 e 25/9/98).

Se considerarmos válidas as observações acima, é evidente a relação entre a avaliação de desempenho no governo e o voto no candidato associado (pelo eleitor) ao governo em exercício: em 1989, quando apenas 9 % do eleitorado avaliava positivamente o governo Sarney, a votação dos candidatos associados ao seu governo foi também muito baixa (Ulysses: 4,4 %; Aureliano: 0,8 %). Em 1994 e 1998

101 "Candidato governista" deve ser entendido aqui como filiado a um partido da base de sustentação política do governo em exercício, mais do que como apoiado abertamente por este governo.

as proporções de eleitores que avaliavam os governos Itamar e FHC eram superiores a 40 %, assim como as votações de FHC nas duas eleições.

É preciso ressaltar, porém, que as baixas votações de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves podem dever-se também a outros motivos. É certo também que isso nos diz pouco sobre as opções "positivas" do eleitorado, quando ele rejeita o candidato governista. Mas o que aqui se pretende realçar é apenas essa relação entre avaliação de desempenho do governo e voto. A idéia é a de que, ao decidir seu voto, num primeiro momento o eleitor leva em consideração a avaliação que ele faz do governo. Se considerá-lo um bom governo, aumentam as chances de voto no candidato governista; se avaliar negativamente o governo, dificilmente votará em seu candidato. Neste caso, outras variáveis terão um peso maior na decisão de qual dos candidatos de oposição será o escolhido pelo eleitor.

Como o número de eleições no período é muito pequeno, outro tipo de análise nos dá informações complementares. A Tabela 6.2 mostra os resultados de uma análise correlacionando intenção de voto no candidato governista com a avaliação de desempenho (geral) do governo e a avaliação do Plano Real, a partir de dados obtidos através de pesquisas Ibope e Datafolha, com amostras representativas do eleitorado nacional, entre junho de 1993 e setembro de 1998.<sup>102</sup>

Em 27 *surveys* realizados em diferentes meses deste período, foi solicitado aos eleitores que manifestassem simultaneamente sua avaliação de desempenho do governo em exercício e sua intenção de voto, caso a próxima eleição para presidente fosse no momento daquele *survey*.<sup>103</sup> Ressalte-se que se trata de correlações entre dados agregados: as bases para o cálculo dos coeficientes são as proporções de eleitores que tencionavam, em cada *survey*, votar no candidato governista e as

---

102 Não foram considerados neste estudo de correlação dados relativos ao período da gestão Sarney, porque só disponho de uma pesquisa nacional com dados sobre avaliação de desempenho do governo e intenção de voto simultaneamente. Não foram consideradas pesquisas relativas ao período Collor, já que poucas fazem pergunta de intenção de voto e mesmo nas que o fazem, não há nas opções de respostas, candidatos que possam ser associados claramente ao governo Collor. Quanto ao período Itamar, optei por considerar apenas as pesquisas a partir de junho/93, quando FHC, já ministro da Fazenda de Itamar, aparece como opção governista clara à escolha dos entrevistados.

103 Em um número menor de vezes se perguntou ao eleitor sua avaliação dos efeitos do Plano Real para o país e para sua vida financeira pessoal.

proporções dos eleitores que avaliavam o desempenho geral do governo e o Plano Real (para o país e para o próprio entrevistado) positivamente. De qualquer forma, as tendências gerais são claras: os coeficientes são bastante altos (0,71 a 0,83) e estatisticamente significativos, o que não deixa dúvida da força das associações, pelo menos para um período de mais de 5 anos, envolvendo as gestões de Itamar e FHC: à medida que melhora a avaliação do desempenho do governo e do Plano Real (para o país e para a vida pessoal do entrevistado), cresce a intenção de voto no candidato governista. Declinando aquelas avaliações, declina a intenção de voto naquele candidato.

**Tabela 6.2**

**Correlação (Pearson) entre Intenção de Voto e Avaliação do Governo e do Plano Real (Brasil - 1993/98)**

	Aval. Governo (% Ótimo + Bom)	Aval. Plano p/ País (% Bom)	Aval. Plano p/ Entrevistado (% Bom)
Pearson (r)	0,87**	0,83**	0,71**
(N)	27	18	16

Fontes: Datafolha e Ibope (diversas pesquisas de base nacional)

\*\* Coeficiente significativo ao nível de 0,01.

Obs: O enunciado das questões de avaliação do governo e dos planos econômicos está no Apêndice 1.

Não tendo sido possível estender a análise para o conjunto do período abrangido neste trabalho, tentamos suprir esta lacuna apresentando alguns dados que apontam o sentido da relação entre avaliação do governo e intenção de voto durante as gestões dos presidentes Sarney e Collor.

Para o governo Sarney os dados de que dispomos relacionando avaliação de desempenho do governo e intenção de voto são mais escassos. Além dos dados já apresentados no capítulo 4, a influência negativa de uma má avaliação governamental sobre a intenção do eleitor em votar num candidato associado ao governo foi captada por pesquisa Ibope realizada em março de 1989 em 10 capitais. Frente à pergunta: "caso o presidente Sarney apóie algum candidato a presidente, você votaria nesse

candidato?", 7 % dos entrevistados responderam "com certeza"; 57 % "não votaria de jeito nenhum" e os restantes 36 % dividiram-se entre "seria indiferente" e "não sabe". Note-se que nesta pesquisa só 7 % dos eleitores avaliavam a gestão Sarney como ótima ou boa. É sabido que boa parte do eleitorado não admite ser influenciado por qualquer liderança política, mas o contraste com dados relativos ao mesmo tipo de pergunta, em outras ocasiões, quando o chefe do executivo é avaliado positivamente, mostra que os percentuais dos que o admitem crescem consideravelmente.

Embora também não tenha sido possível incluir dados para o período da gestão de Collor na análise anterior, é possível ter indícios sobre a relação entre as duas variáveis, a partir da análise da comparação das evoluções, de um lado, da avaliação do desempenho do governo Collor e, de outro, das respostas à questão: "se o 2º turno da eleição presidencial de 1989 fosse hoje, em quem você votaria?", feita aos eleitores ao longo do período Collor. A Tabela 6.3 nos mostra essas evoluções. Como se pode ver, pela análise das 3ª e 4ª colunas, há uma correspondência muito grande entre o declínio da avaliação do governo Collor e da intenção do eleitorado em votar em Collor, no caso (hipotético) de ter que escolher novamente entre os dois candidatos do 2º turno da eleição de 1989.

**Tabela 6.3**  
**Avaliação de Desempenho do Governo Collor (91/92) x**  
**"Intenção de Voto" no 2º Turno/89**

Data da Pesquisa	Período (em relação ao início do governo Collor)	Avaliação Gov. Collor (% Ótimo + Bom)	"Int.Voto" Collor	"Int.Voto" Lula	Branco/Nulo/Nenhum	Não Sabe
Mar/91	1 ano	23	38	41	16	5
Set/91	1,5 ano	18	28	43	23	6
Fev/92	2 anos	15	24	45	26	5
Set/92	2,5 anos	10	15	61	21	3

Fontes: Relatórios de Pesquisa Datafolha.

Obs. (1) Valores são porcentagens "arredondadas".

Obs. (2) Foram denominadas de "intenção de voto" as respostas à questão mencionada acima.

Para se ter uma idéia ainda mais clara do declínio da avaliação do governo e da intenção de votar em Collor ao longo do período, convém notar que Collor foi eleito com cerca de 50% do total dos votantes do 2º turno e que em pesquisa realizada pelo Datafolha em 10 capitais, em abril de 1990, 63% dos entrevistados avaliavam o governo como ótimo ou bom (e a avaliação nas capitais tende sempre a ser mais negativa do que no conjunto do país). Um ano após, com só 23 % de avaliação considerada ótima ou boa, apenas 38 % dos eleitores diziam estar dispostos a votar em Collor novamente numa hipotética repetição daquela disputa. A "intenção de voto" em Lula inicialmente cresce muito pouco, com o declínio da "intenção de voto" em Collor (embora o suficiente para ultrapassar este último já em março de 1991); a insatisfação com Collor era expressada no alto percentual de respostas: "branco", "nulo" e "nenhum". Especialmente na última dessas pesquisas, porém, 61 % dos eleitores afirmaram que votariam em Lula se aquela disputa entre os dois candidatos se desse naquele momento (às vésperas do afastamento de Collor). Estas altas taxas de "intenção de voto" em Lula certamente refletem o fato da pergunta se restringir aos dois candidatos, não podendo, portanto, serem tomadas como representativas de reais intenções de voto em uma futura eleição. De qualquer forma, a tendência de crescimento de Lula nestas pesquisas tem correspondência com uma tendência real: Lula passa a ser o líder das pesquisas por um bom tempo (até os efeitos do Plano Real serem sentidos pela população, em julho de 1994), no vácuo deixado pelo declínio de Collor. O mais relevante, porém, para os propósitos deste trabalho, é que é evidente o declínio das intenções de votar em Collor, num hipotético confronto com seu adversário em 1989, à medida que declina a avaliação do governo Collor.

Concluindo, embora com base em dados de natureza muito diversa, me parece que o conjunto de evidências aqui apresentadas é suficiente para mostrar que houve, no Brasil, entre 1989 e 1998, uma forte relação entre a variação na avaliação de desempenho governamental (do presidente da República) e a variação no voto (ou intenção de voto) em candidatos ligados ao governo: declinando a avaliação do desempenho do presidente diminui também a intenção de voto (e o voto efetivo) nos candidatos governistas (ou associados pelo eleitorado ao governo).

## **6.2. Avaliação de Desempenho Governamental e Economia**

Embora a avaliação de desempenho geral do governo deva depender de outras variáveis, nossa hipótese é a de que para o período em estudo ela foi muito influenciada pela avaliação, feita pelos eleitores, das políticas econômicas dos governos - materializadas através dos diversos planos econômicos lançados no período. Além disso, esta avaliação (subjetiva) tem correspondência com aspectos centrais da situação efetiva da economia.

Serão utilizados aqui diferentes tipos de dados: de um lado, dados individuais, captados em um único *survey*, relacionando as avaliações do desempenho geral do governo e do desempenho do governo em áreas específicas, especialmente a área econômica. De outro, serão usados dados agregados: a evolução das proporções de eleitores que avaliaram positivamente o desempenho geral do governo e o desempenho econômico, especificamente, ao longo do tempo.

### **6.2.1. Avaliação de Desempenho (Geral) X Avaliação de Planos Econômicos**

#### **a) Avaliação do Governo Sarney**

Uma primeira pesquisa a ser aqui utilizada, é a realizada pelo Ibope, em âmbito nacional, em fevereiro de 1987, que pedia que os entrevistados avaliassem o desempenho do presidente Sarney em 22 "áreas" diferentes<sup>104</sup>. Correlacionando as avaliações em cada "área" com a avaliação global de desempenho do governo, vemos que as correlações são todas positivas, variando de 0,23 a 0,47. É possível pensar que a avaliação global profundamente negativa do governo Sarney naquele momento tenha "contaminado" as avaliações de áreas em que os eleitores sequer conheciam

---

104 A questão era: "Para cada uma dessas áreas, por favor diga se o(a) sr(a) acha que a administração do presidente Sarney vem fazendo um trabalho bom, regular ou ruim". As áreas eram: segurança pública, abastecimento de alimentos, transportes, educação e ensino, saúde, menor carente, redes de águas e esgotos, obras contra enchentes, obras contra a seca, habitação, inflação, previdência social, situação dos aposentados, justiça, defesa do meio ambiente, apoio à agricultura, controle de preços, combate à corrupção, dívida externa, greves, salários, desemprego.

as ações do governo. De qualquer forma, as diferenças entre os coeficientes de correlação provavelmente mostram que a avaliação de desempenho em uma área é mais correlacionada com a avaliação global de desempenho do governo do que a avaliação de uma outra área. E o relevante, para os propósitos da pesquisa é destacar que os dois maiores coeficientes de correlação são com "controle de preços" (0,47) e "salários" (0,45), ou seja, dois componentes centrais da avaliação da economia.

Uma segunda pesquisa, feita três anos mais tarde, embora a partir de uma questão diferente, nos leva à mesma conclusão de que a avaliação do desempenho na "área" econômica (em contraste com as "áreas" social e política) era a que estava mais associada à avaliação de desempenho global do governo Sarney.

**Tabela 6.4**  
**Avaliação Global de Desempenho x Área de Melhor Desempenho**  
**Governo Sarney - Janeiro/ 90 (%)**

Aval.Desempenho Geral Governo Sarney	Total Eleitores	Área de Melhor Desempenho		
		Econômica	Social	Política
Ótimo + Bom	7,8	23,3	9,3	7,5
Regular	28,6	43,1	36,7	35,9
Ruim + Péssimo	60,9	33,3	52,2	55,3
Não Sabe	2,6	0,3	1,7	1,3
<b>TOTAL (N)</b>	<b>5286</b>	<b>394</b>	<b>1628</b>	<b>1013</b>

Fonte: Datafolha - Janeiro/90 (Universo: 10 capitais brasileiras - N = 5286)

Obs: Foram omitidas da tabela outras respostas (inclusive a resposta "nenhuma") referentes à pergunta sobre a área de melhor desempenho, dado que o interesse aqui é apenas comparar as três áreas. Este é o motivo porque a soma dos números de entrevistados na última linha das últimas três colunas não soma 5286.

Nesta pesquisa, feita pelo Datafolha em 10 capitais brasileiras <sup>105</sup>, ao final do

105 São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador, Recife, Belém e Porto Alegre. Os resultados apresentados são a soma dos dados para cada capital, sem nenhuma ponderação.



governo Sarney, além da pergunta sobre a avaliação de desempenho (geral) do governo, havia duas outras, pedindo para o entrevistado responder em qual das três áreas (econômica, política ou social) o governo vinha tendo o melhor e o pior desempenho, respectivamente.

Uma primeira observação quanto aos dados da Tabela 6.4 é a de que a área considerada pelos eleitores como de melhor desempenho do governo Sarney foi a social (1628 entrevistados, representando 31 % do eleitorado); a seguir vem a área política (1013 entrevistados, ou seja, 19 % do eleitorado). Apenas 7,5 % dos eleitores (394 entrevistados) julgavam que o melhor desempenho do governo Sarney foi na área econômica (outros 30 % responderam que nenhuma área teve um melhor desempenho e pouco mais de 12 % dos eleitores não souberam responder à questão).

Os dados da Tabela 6.5 complementam a análise: 58 % dos eleitores julgaram o desempenho na área econômica como o pior entre as três áreas e os demais eleitores se distribuíram de forma mais ou menos equitativa entre as demais respostas. Assim, no conjunto do eleitorado fica patente que a área cujo desempenho foi julgado mais negativamente foi a econômica.

**Tabela 6.5**

**Avaliação Global de Desempenho x Área de Pior Desempenho**

**Governo Sarney - Janeiro/ 90 (%)**

Aval.Desempenho Geral Governo Sarney	Total Eleitores	Área de Pior Desempenho		
		Econômica	Social	Política
Ótimo + Bom	7,8	5,4	15,4	9,8
Regular	28,6	29,8	38,8	32,9
Ruim + Péssimo	60,9	63,4	43,4	56,2
Não Sabe	2,6	1,4	2,4	1,1
<b>TOTAL (N)</b>	<b>5285</b>	<b>3091</b>	<b>630</b>	<b>551</b>

Fonte: Datafolha - Janeiro/90 (Universo: 10 capitais brasileiras - N = 5286)

Obs: Foram omitidas da tabela outras respostas (inclusive a resposta "todas") referentes à pergunta sobre a área de pior desempenho, dado que o interesse aqui é apenas comparar as três áreas. Este é o motivo porque a soma dos números de entrevistados na última linha das últimas três colunas não soma 5286.

Analisando os cruzamentos entre avaliação de desempenho por área e avaliação de desempenho global, vemos nas duas tabelas que a influência da avaliação da área econômica foi maior do que a das outras duas. Na Tabela 6.4 vemos que dos eleitores que julgaram como melhor o desempenho na área política, apenas 7,5 % avaliavam o governo como um todo como positivo (ótimo ou bom). Ou seja, o fato dessa área ter seu desempenho avaliado como melhor,<sup>106</sup> esteve associado a uma avaliação geral do governo positiva apenas para uma parcela muito pequena do eleitorado. Esta associação é maior entre os eleitores que julgavam que o melhor desempenho havia sido na área econômica: destes, 23 % avaliavam o governo positivamente. Além disso, entre os que avaliavam como melhor o desempenho na área econômica, só 33 % avaliavam o governo negativamente (ruim ou péssimo), enquanto entre os que julgavam que o melhor desempenho era na área política, 55 % avaliavam o governo negativamente. Inversamente, na Tabela 6.5 é entre os que achavam que a área de pior desempenho havia sido a econômica, que havia a pior avaliação de desempenho global do governo Sarney: apenas 5 % o avaliavam positivamente, contra 63 % que o avaliavam negativamente. O contraste mais evidente é com a avaliação do desempenho na área social: entre os que achavam que essa era a pior área, 15 % avaliavam positivamente o governo (em seu conjunto), e 43 % negativamente. Novamente a conclusão aqui é a de que foi a avaliação de desempenho na área econômica a que esteve mais associada à avaliação global do governo, fazendo supor que foi o desempenho nesta área o que mais influenciou a avaliação geral do governo, feita pelo eleitor.<sup>107</sup>

A Tabela 6.6 mostra, numa análise longitudinal, a evolução das avaliações do governo e dos efeitos dos planos econômicos na vida dos eleitores paulistanos durante o governo Sarney. São utilizados dados para a cidade de São Paulo porque são os únicos dados de que disponho para o período que permitem confrontar essas evoluções simultaneamente, incluindo dados relativos a 1986.

---

106 Não significa uma avaliação necessariamente positiva numa escala qualquer de avaliação, mas de uma avaliação comparativa, em relação às outras áreas).

107 Pesquisa realizada pelo Datafolha nas mesmas capitais, em outubro de 1988, com perguntas semelhantes a estas acima, revelava dados muito semelhantes.

**Tabela 6.6**  
**Evolução das Avaliações da Política Econômica**  
**e do Governo Sarney (São Paulo - 1985/89)**

Data	Situação	Aval. Governo (% Ótimo+Bom)	Vida Pessoal Melhorou (%)	Poder Compra Aumentou (%)
Dez/85	Pré-Cruzado I	33	ND	ND
Mar/86	1 mês após Cruzado I	82	80	38
Abril/86	2 meses após Cruzado I	ND	56	47
Out/86	8 meses após Cruzado I	ND	48	47
Dez/86	1 mês após Cruzado II	27	23	6
Fev/87	3 meses após Cruzado II	14	17	ND
Set/87	3 meses após PI. Bresser	ND	9	10
Mai/89	4 meses após PI. Verão	ND	10	12

Fontes: Relatórios de pesquisa Datafolha (diversos) (ND = não há dados).

Embora os dados não sejam completos, nos dão uma idéia bastante clara das tendências do período: há um crescimento brutal da avaliação do governo Sarney imediatamente após o plano Cruzado I e uma proporção enorme (80 %) de eleitores que achavam que sua vida pessoal melhorou com o plano. Esta proporção cai nos meses seguintes, mas mantendo um patamar elevado (próximo a 50 %), até às vésperas da edição do Cruzado II, que se dá uma semana após as eleições de 1986. Um mês após o Cruzado II as avaliações positivas do governo e da política econômica caem e continuam caindo nos próximos meses, atingindo patamares baixos, dos quais não mais se afastarão até o final do governo Sarney. Dados relativos às capitais para o período 87/89 confirmam estas tendências.

## b) Avaliação do Governo Collor

A Tabela 6.7 nos mostra um conjunto de dados de avaliação da política econômica e do governo Collor, relativos a capitais brasileiras. <sup>108</sup>

**Tabela 6.7**  
**Evolução das Avaliações da Política Econômica e do**  
**Governo Collor (Capitais Brasileiras - 1990/92)**

Data	Avaliação		Aval. Pol. Econ.		Aval. Pol. Econ.		Poder de Compra	
	Desemp. Governo		p/ País		p/ Entrevistado			
	(% O+B)	(% R+P)	(%B)	(%R)	(%+Ben)	(%+Prej)	(%Aum)	(%Dim)
Abr/90	63	7	71	10	52	26	42	18
Mai/90	ND	ND	54	20	40	37	32	29
Jul/90	23	31	32	43	22	59	16	58
Ago/90	28	26	33	36	24	53	19	53
Nov/90	26	27	26	43	18	60	14	62
Jan/91	22	29	23	49	17	64	11	68
Fev/91	22	30	29	40	21	58	ND	ND
Abr/91	18	51	25	54	18	67	10	72
Jun/91	13	45	18	64	ND	ND	7	76
Dez/91	9	62	ND	ND	ND	ND	5	82
Jun/92	10	68	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fontes: Relatórios Pesquisa Datafolha (diversos)

Obs: Perguntas sobre avaliação do governo e dos planos - ver Apêndice 4.1.

Embora não disponhamos dos dados relativos à avaliação da política econômica para o final do período e apesar de algumas flutuações, as tendências gerais são nítidas. As avaliações do governo e da política econômica (mesmo com o

108 Há pequenas variações, mas quase todas as pesquisas foram feitas cobrindo 10 capitais: SP; RJ; BH; P. Alegre; Curitiba; Salvador; Brasília; Fortaleza; Recife; Belém.

seqüestro da poupança) eram muito favoráveis um mês após o Plano Collor I (abril/90).

Essas avaliações declinam a partir do 2º mês e no 4º já há uma reversão: a proporção dos que avaliam negativamente Collor e sua política econômica já supera a dos que avaliam positivamente. A seguir há algumas oscilações, mas a partir de agosto de 1990 as avaliações do governo e dos efeitos do plano para o país como um todo voltam a cair, junto com a avaliação dos efeitos do plano na vida pessoal dos entrevistados. Essa situação só se agravará até o final do governo Collor.

Duas conclusões resultam da análise da Tabela 6.7:

1ª) de maneira geral, à medida que a avaliação da política econômica se torna predominantemente negativa, o mesmo ocorre com a avaliação geral do governo;

2ª) a avaliação do governo já é predominantemente negativa a partir pelo menos de janeiro de 1991. Em dezembro de 1991, bem antes das denúncias de Pedro Collor que redundaram no processo de impeachment, 62 % dos eleitores das capitais consideravam ruim ou péssima a administração Collor, contra apenas 9 % que a consideravam ótima ou boa. Assim, o desgaste de Collor já era muito grande antes do escândalo político e era devido ao desempenho de sua política econômica. <sup>109</sup>

### **c) Avaliação dos Governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso**

Como as avaliações do governo Itamar (pelo menos em seu último ano de gestão) e do governo FHC (em seu primeiro mandato) estiveram muito vinculadas à avaliação do Plano Real, elas serão analisadas conjuntamente, embora alguns dados específicos a cada governo sejam apresentados ao final.

Uma primeira análise, longitudinal, é feita a partir da Tabela 6.8, que correlaciona a avaliação do desempenho geral do governo com as avaliações dos

---

109 Naquele momento (dez / 91) 82 % dos eleitores das capitais avaliavam que essa política havia diminuído seu poder de compra. A análise da evolução da avaliação do governo Collor com base em pesquisas nacionais mostra a mesma tendência de declínio no período. Disponho de poucas observações sobre a avaliação da política econômica para o conjunto do país, por isso utilizei os dados das capitais.

planos econômicos, para o período 1993/98. <sup>110</sup>

**Tabela 6.8**  
**Correlação (Pearson) entre Avaliação do Governo e Avaliação**  
**dos Planos Econômicos (Brasil - 1993/98)**

	Avaliação Positiva do Plano p/ País	Avaliação Positiva do Plano p/ Entrevistado
Pearson (r)	0,89**	0,90**
(N)	21	18

Fontes: Datafolha e Ibope (diversas pesquisas de base nacional)

\*\* Coeficiente significativo ao nível de 0,01.

Obs: Em alguns meses havia pesquisas que faziam perguntas só sobre avaliação de governo e outras só sobre avaliação do plano. Considerei as informações como correspondendo a um mesmo momento, utilizando-as nessa análise.

Pode-se constatar que há uma correlação altíssima entre a avaliação geral de desempenho governamental e a avaliação dos efeitos dos planos econômicos para o país (0,89) e para a vida dos entrevistados (0,90). Ou seja, variações nas taxas de aprovação ao Plano Real eram acompanhadas de variações correspondentes na avaliação de desempenho do governo como um todo, pelo menos para o período entre 1993 e 1998.

Em relação ao governo Itamar, especificamente, uma pesquisa, realizada em âmbito nacional pelo Ibope, em novembro de 1994, é útil para nos mostrar certos aspectos da avaliação que era feita pelos eleitores do desempenho do governo ao final de sua gestão. Nesta pesquisa era perguntado ao eleitor "qual a medida, decisão ou atitude do presidente Itamar Franco que o(a) sr.(a) mais aprovou ?" "E qual mais desaprovou ?" (respostas espontâneas). Entre os que avaliavam o governo positivamente apareciam como medidas com maior aprovação (por 40 % dos

---

<sup>110</sup> Foi tomado este período porque não disponho de dados relativos às duas variáveis, simultaneamente, para o período Sarney e apenas três dados relativos ao período Collor. Além disso, o número de observações é pequeno e concentrado mais no mandato de FHC do que no de Itamar. Apesar dessas ressalvas, julgo que as correlações podem nos dar uma informação útil sobre o relacionamento entre essas variáveis, para o período 1993/98.

entrevistados) as relacionadas com o Plano Real (incluindo referências à inflação, controle de preços, etc). A segunda medida mais apontada foi o "combate ao crime/intervenção no Rio de Janeiro", por apenas 2 % dos eleitores. Entre os que avaliavam o governo negativamente apareciam como medidas com maior desaprovação também as relacionadas com o Plano Real.

Esta relevância do Plano e do combate à inflação na avaliação geral do desempenho do governo Itamar é confirmada por outra questão, que pede para que o eleitor responda, para nove diferentes áreas de atuação (inflação, corrupção saúde, educação, desemprego, previdência social, combate à fome, conservação de estradas e gastos públicos) se ele acha que a situação melhorou, piorou ou ficou como estava, no governo Itamar Franco. Correlacionando estas respostas com a avaliação (geral) de desempenho do governo, a área de atuação mais correlacionada com esta avaliação é a inflação (coeficiente gama de 0,46, contra coeficientes para as outras áreas variando de 0,29 a 0,39).

Quanto ao o governo de FHC, uma pesquisa realizada em âmbito nacional pelo Datafolha em junho de 1996 pedia aos eleitores que o avaliassem e que manifestassem os motivos dessa avaliação (em respostas espontâneas e múltiplas).

Nesta pesquisa, 30 % dos eleitores avaliavam o governo como ótimo ou bom; 41 % como regular ; 25 % como ruim ou péssimo e 4 % não sabiam avaliá-lo.

A Tabela 6.9 mostra os principais motivos que levaram aqueles primeiros 30 % dos eleitores a avaliar o governo como ótimo ou bom. É avassalador o predomínio de referências (obviamente positivas) à economia em geral e ao Plano Real, em particular, como motivos declarados pelos eleitores para justificar uma avaliação positiva do governo FHC naquele momento.<sup>111</sup> Do conjunto de motivos apontados, mais de 72 % eram referências ao desempenho da economia, sendo que

---

111 É importante informar que os percentuais referem-se às proporções de cada tipo de motivo no conjunto dos motivos contabilizados e não à proporção, dentre os eleitores que avaliavam o governo positivamente que mencionaram cada tipo de motivo. O melhor indicador para a análise provavelmente seria este último, mas a forma como as múltiplas respostas à questão estavam operacionalizadas na base de dados dificultava muito a obtenção destes percentuais. No entanto, as disparidades entre os tipos de motivos são de tal ordem que é fácil perceber que mesmo usando aquele outro critério, grosso modo chegaríamos às mesmas conclusões a que se chega através da análise desta tabela acima.

65 % mencionavam explicitamente o Plano Real, fazendo alusões ao seu impacto na diminuição da inflação, dos preços; no aumento do poder de compra; no fortalecimento da moeda, etc. As referências a outras áreas e mesmo a atributos pessoais do presidente ficam em um patamar bem abaixo.

**Tabela 6.9**

**Motivos Apontados pelo Eleitor para Avaliar Governo FHC como Ótimo/Bom  
(Junho/96) (%)**

MOTIVOS	%
Referências Positivas ao Plano Real	65,0
Referências Positivas à Economia, sem referência explícita ao Plano	6,4
Atributos Pessoais do Presidente	6,6
Referências Positivas à Educação	5,0
Referências Positivas à Saúde	4,4

Fonte: Datafolha - Junho/96 (Universo: Brasil )

A Tabela 6.10 mostra as justificativas mais apontadas por aqueles outros 25 % dos eleitores para sua avaliação do governo como ruim ou péssima. Também aqui predominam as referências ao desempenho econômico (aqui visto como negativo): 52 % das menções eram dessa natureza (valor a que se chega somando as porcentagens referentes às quatro primeiras linhas da tabela). Algumas destas eram referências específicas ao Plano Real (13 %), outras eram específicas ao desemprego (12 %) , ou aos salários (10,6 %), sem mencionar o Plano; outras ainda (16,7 %) faziam menções a outros aspectos da economia (inflação, juros, etc.), sem mencionar também o plano econômico. Seguem-se referências negativas às áreas de saúde (12 %) e educação (9 %), não havendo mais nenhuma referência com o mesmo grau de importância dessas acima.



**Tabela 6.10****Motivos Apontados pelo Eleitor para Avaliar Governo FHC como Ruim/Péssimo (Junho/96) (%)**

MOTIVOS	%
Referências Negativas à Economia, sem referência explícita ao Plano (e aos salários e ao desemprego)	16,7
Referências Negativas ao Plano Real	13,0
Referências Negativas ao Desemprego	12,1
Referências Negativas aos Salários	10,6
Referências Negativas à Saúde	12,1
Referências Negativas à Educação	9,1

Fonte: Datafolha - Junho/96 (Universo: Brasil)

Quanto aos eleitores que avaliavam o governo como regular, um primeiro dado relevante é o de que 81 % dos motivos apresentados para justificar esta avaliação eram referências negativas, contra apenas 15 % de referências positivas. Note-se que isto está em razoável acordo com o fato de que em 1998 a maioria dos eleitores que avaliavam o governo FHC como regular votaram contra o governo. Assim, pelo menos para esta eleição, uma avaliação regular era vista pela maioria dos que a faziam, como uma reprovação ao trabalho do governo, que se transformava, majoritariamente, num voto contra este governo.

Daqueles 15 % de motivos apresentados que eram referências positivas, a quase totalidade é de menções à economia e, grande parte, especificamente ao Plano Real. Daqueles 81 % que eram referências negativas, predominavam também referências à economia (com ou sem menção explícita ao Plano), embora em menor grau (cerca de 50 % delas). A seguir vinham referências (obviamente negativas) às áreas de saúde (13 %) e educação (11 %).

Concluindo, qualquer que fôsse a avaliação do eleitor em relação ao desempenho global do governo FHC naquele momento, as referências (positivas ou negativas) à economia predominavam como justificativas para aquela avaliação. Mas

deve-se notar que esse predomínio foi ainda maior entre os eleitores que avaliavam o governo positivamente (ótimo ou bom) ou, dentre os que o avaliavam como regular, os que davam como motivo para esta avaliação referências positivas. Além disso, como seria de esperar, entre esses eleitores, as referências positivas ao desempenho econômico concentravam-se na estabilidade da economia (redução da inflação, estabilidade da moeda). Entre os que avaliavam o desempenho do governo como negativo, crescia o peso dos que faziam menção aos salários (baixos) e, especialmente, ao desemprego..

Estes são dados referentes a um *survey* localizado temporalmente num momento preciso (junho de 1996) e certamente eles não representam a avaliação feita pelos eleitores em diferentes momentos do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas eles nos dão pistas, que aliadas às análises feitas ao longo deste trabalho, parecem reforçar algumas das teses aqui sustentadas.

Os dados analisados nessa sessão mostram que a avaliação dos resultados da política econômica do governo federal influenciaram fortemente a avaliação de seu desempenho geral, no período estudado. Cabe agora mostrar que aquela avaliação da política econômica mantém correspondência com aspectos relevantes da evolução da situação econômica do país ao longo do período.

### **6.2.2. Avaliação do Governo / Planos Econômicos X Indicadores Econômicos**

Na Tabela 6.11 vemos os resultados de um estudo de correlação entre a avaliação de desempenho (geral) do governo e indicadores de inflação, desemprego, renda e crescimento econômico.<sup>112</sup>

---

112 Os indicadores são detalhados no Apêndice 6.1. Foram utilizados estes indicadores, por sua pertinência e por sua disponibilidade. Do ponto de vista metodológico é importante ressaltar que um tratamento mais adequado destes dados seria obtido com o uso de análise de regressão e tomando cuidados com problemas como multicolinearidade e correlação serial dos erros. Não foi possível, no âmbito desta pesquisa, modelar adequadamente esta análise (incluindo outras variáveis) mas creio que os dados aqui apresentados revelem ao menos as tendências mais gerais de relacionamento entre as variáveis estudadas.

**Tabela 6.11**

**Correlação entre Avaliação de Desempenho do Governo e Indicadores Econômicos (Brasil - 1987/98)**

Coeficiente de Correlação	Inflação	Crescim. Econôm.	Desemprego		Renda	
			SP	RJ	SP	RJ
Pearson (r)	-0,68**	0,25*	0,36*	0,24	0,60**	0,35**
Spearman (rho)	-0,72**	0,21	0,37**	0,22	0,52**	0,29*

Fontes: Datafolha e Ibope (diversas pesquisas de base nacional)

\* Coeficiente significativo ao nível de 0,05; \*\* Coeficiente significativo ao nível de 0,01.

Obs: A relação entre avaliação de desempenho governamental e inflação é não-linear. Por esse motivo são mostrados também os coeficientes de correlação de Spearman (não-paramétricos).

Quanto à avaliação governamental (proporção dos eleitores que avaliam o desempenho do governo como ótimo ou bom), trata-se aqui de um conjunto de 64 observações, obtidas de pesquisas nacionais do Datafolha e do Ibope, entre fevereiro de 1987 e julho de 1998, que estão assim distribuídas segundo os períodos de cada gestão: Sarney = 18; Collor = 9; Itamar = 19 e FHC = 18.<sup>113</sup> A cada uma dessas observações corresponde um dado mensal de cada um dos indicadores econômicos considerados.

Vemos que o indicador que apresenta maior correlação com a avaliação do governo é a inflação, seguida por renda (o coeficiente relativo a SP é bem maior do que o do relativo ao RJ). Os coeficientes para crescimento econômico e desemprego são menores e, no caso do desemprego, de sinal contrário ao que se esperaria teoricamente da relação entre as duas variáveis.

Estudo semelhante a este - porém, para um menor número de casos, referentes ao período 1990/98 -, correlacionando as avaliações, feitas pelos eleitores,

113 Além de 50 observações que fazem parte de meu banco de dados, utilizei 14 observações relativas ao período Sarney, cuja fonte é o Ibope e que foram utilizadas por Orjan Olsen e reproduzidas por Lavareda (1989: 344). Isso foi feito porque o número de observações (de base nacional) de meu banco de dados para este período era muito pequeno (apenas quatro). Para alguns meses havia mais de uma pesquisa; optei por manter a observação relativa à pesquisa que tinha mais informações (sobre intenção de voto, avaliação de governo e de plano econômico).

dos efeitos dos planos econômicos e os mesmos indicadores econômicos acima, fornece resultados bastante semelhantes.

No conjunto, portanto, os resultados não surpreendem. A questão da estabilidade econômica foi a questão central do conjunto do período, como bem destacou Figueiredo (1998). Assim, crescendo a inflação e declinando a renda real (e em menor grau o crescimento econômico), declina o grau de aprovação da política econômica e do governo; a queda da inflação e o crescimento da renda real são acompanhados de um crescimento da aprovação.

Quanto ao desemprego, o que parece ter ocorrido é que a trajetória do desemprego foi, grosso modo, quase inversa à da inflação: as taxas médias de desemprego foram menores no governo Sarney, cresceram um pouco durante o governo Collor, permanecendo semelhantes no governo Itamar, para crescerem ao longo do governo FHC. E num período (visto como um todo) em que a inflação tomou em vários momentos proporções monumentais e em que as taxas de desemprego (aberto) apenas em alguns momentos atingiram a marca dos 7 %, é natural que os eleitores tenham dado mais peso à trajetória da inflação do que à do desemprego, ao avaliar os planos econômicos e o desempenho geral do governo.

Vale notar que uma análise de correlação semelhante à acima, mas considerando apenas o período do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/98), fornece coeficientes bastante diferentes. Embora os dados não sejam apresentados aqui, as únicas correlações significativas são entre avaliação do governo e desemprego. Inflação, crescimento econômico e renda/RJ têm correlação praticamente nula com avaliação de desempenho geral do governo (e avaliação do plano Real); renda/SP tem correlação relativamente fraca e não-significativa. Assim, há uma inversão entre o peso da inflação e do desemprego: enquanto ao considerarmos todo o período 87/98 a inflação é o indicador com maior correlação com a avaliação de desempenho do governo (e o desemprego tem correlações relativamente fracas ou não-significativas), ao contrário, quando consideramos apenas o período da gestão de FHC, é o desemprego o indicador com maior correlação com avaliação de desempenho do governo.

Isto não implica que o desemprego tenha sido a variável mais importante na

avaliação de desempenho do governo FHC, em seu primeiro mandato. O que os coeficientes nos dizem é que as variações dessa avaliação, ao longo de seu mandato, seguiram mais de perto as variações das taxas de desemprego do que as variações dos outros indicadores, incluindo a inflação. Porém, visto em perspectiva histórica mais ampla, o que parece ter acontecido é que um baixo patamar das taxas de inflação durante a primeira gestão de FHC garantiu um alto patamar de aprovação ao governo, enquanto as variações de curto prazo (dentro deste patamar alto) estiveram relacionadas a outras variáveis; dentre as aqui estudadas, o desemprego teve o papel mais relevante na explicação dessas variações conjunturais. Os dados sugerem que é necessário ultrapassar um certo limiar para que variações nas taxas de inflação resultem em modificações nas taxas de aprovação das políticas econômicas e do governo em geral. <sup>114</sup>

### 6.3. Conclusão

Mesmo considerando todas as ressalvas metodológicas feitas ao longo do capítulo, os dados aqui analisados permitem chegar às seguintes conclusões, relativas ao governo federal e às eleições para presidente da República:

- 1) As avaliações de desempenho geral dos governos, feitas pelos eleitores, variaram de forma fortemente associada às variações de suas avaliações dos resultados dos planos econômicos implementados ao longo do período considerado (1986/98): a aprovação do desempenho governamental cresceu à medida que cresceu a aprovação aos planos econômicos;
- 2) A avaliação do desempenho do governo na área econômica pesou mais, na avaliação global de seu desempenho, do que a avaliação do desempenho em outras áreas, em todo o período estudado;
- 3) As avaliações de desempenho do governo e de seus planos econômicos variaram de forma fortemente associada às variações de alguns dos indicadores do estado

---

114 Echegaray (1996) chega a esta mesma conclusão em seu estudo sobre alguns países latino-americanos.

efetivo da economia brasileira (em especial inflação e rendimento, e em menor grau, crescimento econômico) <sup>115</sup> : a aprovação do desempenho governamental e dos planos econômicos cresceu à medida que diminuiu a inflação e aumentou o crescimento e a renda. A estabilidade econômica foi realmente a grande questão deste período (ou "ciclo eleitoral", como denominou Figueiredo, 1998).

4) O voto (ou intenção de voto) no candidato do governo variou de forma significativamente associada às variações das avaliações de desempenho do governo e de seus planos econômicos: o voto (ou intenção de voto) no candidato do governo em exercício cresceu com o crescimento da aprovação do governo e de seu(s) plano(s) econômico(s);

Aceitar estas conclusões não implica dizer que a avaliação de desempenho econômico determine sozinha a avaliação de governo e a decisão de voto, nem que outros fatores tenham peso irrelevante. Nos diz pouco, também, sobre os elementos utilizados pelo eleitor para escolher um dos candidatos de oposição (em detrimento dos outros), no caso de reprovar o governo e sua política econômica.

Mas, se as conclusões acima estão corretas, dentre as diversas "pistas" de que o eleitor se utiliza para se guiar em sua escolha eleitoral, uma das mais importantes na escolha do presidente no período 1989/98 foi a avaliação que ele fez do desempenho do governo em exercício e particularmente de sua política econômica. E estas avaliações, por sua vez, apesar do risco de poderem ser influenciadas pela mídia e pelo marketing eleitoral, parecem ter guardado forte correspondência com aspectos centrais do estado efetivo da economia do país. Assim, a princípio, parece possível dizer que no Brasil, de alguma maneira, na relação entre os eleitores e o presidente, operam mecanismos de "responsabilidade política" ("accountability"), na forma definida por Cheibub e Przeworski (1997: 50): "governos são responsáveis na medida em que os cidadãos podem discernir se os governantes estão agindo de acordo com seus interesses e sancioná-los apropriadamente, de forma que os governantes que satisfazem os cidadãos permanecem em seus postos e aqueles que não os satisfazem perdem suas posições".

---

115 Esta conclusão baseia-se, para o caso da avaliação de desempenho governamental, em dados para todo o período 1986/98 e, para o da avaliação dos planos, para dados do período 1990/98.

Para finalizar, caberia ainda fazer uma reflexão sobre a relação entre o voto de tipo retrospectivo (no caso, em grande parte baseado na avaliação do desempenho governamental na área econômica) e a *accountability* eleitoral. Para Fiorina (1981) se trata de uma *accountability* ex-post e desta maneira não está em acordo com os teóricos democráticos que desejam que o eleitorado forneça um mandato para um partido vencedor implantar um pacote de política específicas. Mas, ressalta, no entanto que, ocorrendo o voto retrospectivo, se os políticos desejam manter seus cargos eletivos, então eles têm fortes incentivos para antecipar as reações de seus eleitores às condições econômicas que resultam das ações governamentais. A idéia básica é a de que a mera punição por "maus tempos" ou a recompensa por "bons tempos" já cumpre a função de gerar incentivos para a ação dos governantes.

Na realidade, porém, há um complicador: os governantes podem utilizar estratégias para oferecer "bons tempos" exatamente nos momentos eleitorais, "empurrando" os "maus tempos" para depois das eleições (os ciclo-econômico-eleitorais). Análises deste tipo surgiram no contexto das eleições presidenciais de 1994 e 1998. Em 1994 havia aquelas que afirmavam que o Plano Real tinha finalidade meramente eleitoral; em 1998 muitos viram as ações da política econômica do governo no período pré-eleitoral, entre elas a manutenção da moeda sobrevalorizada, como tendo a finalidade de adiar a crise para depois das eleições. Além disso, uma hipótese plausível e que parece estar implícita em parte deste tipo de análise é a de que o eleitorado de baixa escolaridade seria mais facilmente enganável, inclusive pela manipulação da política econômica feita pelos governantes, através dos ciclos econômico-eleitorais.

Com a finalidade de verificar a validade desta última suposição, foram calculadas (nas Tabelas 6.12 e 6.13) as proporções de eleitores, em cada faixa de escolaridade, que avaliavam o Plano Real como bom para o país e, destes, quantos (percentualmente) "transformavam" esta avaliação em voto no candidato Fernando Henrique Cardoso, nas pesquisas (aqui disponíveis) mais próximas às eleições de 1994 e 1998. A última linha de cada tabela mostra o produto destas proporções, ou seja, a proporção dos eleitores que avaliavam positivamente o plano e simultaneamente votavam em FHC.

**Tabela 6.12****Proporção dos Eleitores que Avaliavam o Plano Real como Bom para o País e  
Proporção destes Eleitores que Votavam em FHC (Setembro/94)**

	Conjunto Eleitores	1º Grau	2º Grau	Superior
% dos Eleitores p/Quem o Plano era Bom	75	75	75	72
% dos Eleitores (dentre os que Achavam o Plano Bom) que Votavam em FHC	55	56	56	50
% dos Eleitores que Achavam o Plano Bom e Votavam em FHC	41	42	42	36

Fonte: Datafolha - Setembro/94 (Universo: Brasil)

Vemos que 75 % do conjunto do eleitorado achava que o Plano Real era bom para o país, às vésperas da eleição presidencial de 1994. Com exceção da última faixa, com uma pequena diferença em relação às demais, não há nenhuma variação neste percentual, segundo a escolaridade dos eleitores. Quanto às "taxas de transformação" desta avaliação positiva do plano em voto no candidato que havia comandado sua implementação (e representava sua continuidade), ocorria a mesma coisa: 56 % dos que avaliavam o plano positivamente pretendiam votar em FHC, entre os eleitores com até 1º Grau e com 2º Grau de escolaridade. Entre os eleitores com grau superior este percentual declina um pouco, para 50 %. Como resultado temos um declínio da proporção dos eleitores que simultaneamente avaliavam positivamente o Plano Real e pretendiam votar em FHC, de 42 %, entre os com até primeiro grau, para 36 % entre os com nível superior.

Em 1998, como se vê na Tabela 6.13, embora as avaliações positivas do Plano Real tenham superado em muito as negativas, em todas as faixas do eleitorado, há diferenças significativas segundo a escolaridade dos eleitores.



**Tabela 6.13**

**Proporção dos Eleitores que Avaliavam o Plano Real como Bom para o País e  
Proporção destes Eleitores que Votavam em FHC (Setembro/98)**

	Conjunto Eleitores	Até Prim. Incompl.	Prim.Comp/ Gin.Compl.	Colegial (2ºGrau)	Superior
% dos Eleitores p/quem o Plano era Bom	59	65	59	57	50
% dos Eleitores (dentre os que achavam o Plano Bom) que Votavam em FHC	69	71	69	66	68
% dos Eleitores que Achavam o Plano Bom e Votavam em FHC	41	46	40	38	34

Fonte: Datafolha - Setembro/98 (Universo: Brasil)

Agora, enquanto entre os eleitores com até primário incompleto 65 % avaliavam o plano como bom para o país, esta proporção caía para 50 % entre os eleitores com nível superior. Quanto às "taxas de transformação" de uma avaliação positiva do plano em voto no candidato-presidente, porém, não há diferenças significativas entre as diversas faixas de escolaridade do eleitorado.<sup>116</sup> Como resultado temos, assim como em 1994, taxas declinantes de eleitores (à medida que cresce a escolaridade) que simultaneamente avaliavam positivamente o plano e pretendiam votar em FHC (46 % entre os eleitores com até primário incompleto e 34 % entre os eleitores com nível superior).

Concluindo, os dados das duas tabelas acima mostram que não foram apenas os eleitores com baixa escolaridade que votaram tomando como base a avaliação de

116 De passagem, vale observar que estas "taxas" em 1998 são significativamente superiores às de 1994; isso talvez se deva a uma maior desconfiança dos eleitores (de todas as faixas de escolaridade), em 1994, em relação à continuidade dos efeitos positivos do plano após as eleições. Os eleitores estariam muito satisfeitos com o plano, mas muitos deles teriam medo de que ele tivesse finalidade apenas eleitoral. Em 1998, a avaliação do plano como bom para o país já não tinha tantos adeptos quanto em 1994 (o que não é de surpreender naquele momento de crise), mas, dentre os que tinham uma avaliação positiva, um percentual maior de eleitores desejava manter o candidato que havia conduzido o plano, em boa parte provavelmente também porque a desconfiança - quanto à possibilidade de que os efeitos positivos do plano fossem desaparecer logo após as eleições - era menor agora.

desempenho, ou mais especificamente, não foram só estes que, tendo avaliado positivamente o plano, votaram no presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas há certas diferenças entre os eleitores, segundo sua escolaridade, quanto a este comportamento. Se houve "miopia" de parte do eleitorado (que não teria conseguido enxergar o que poderia vir mais à frente, seja em 1994, seja em 1998), essa "miopia" parece ter sido um pouco maior entre os eleitores de menor escolaridade.<sup>117</sup>

---

117 Nesta linha de análise - de que os efeitos da política econômica do governo seriam deletérios a longo prazo para a maioria da população (que não conseguiria enxergar isso) -, pode-se "descontar" uma parcela dos eleitores de alta escolaridade que não estariam avaliando positivamente o governo e sua política econômica por "miopia", mas porque seriam (por sua condição sócio-econômica) realmente beneficiados com essa política (diferentemente da maioria da população). Isso reforçaria ainda mais as diferenças entre os eleitores de alta e baixa escolaridade, quanto ao seu grau de "miopia" ao votar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças entre os contextos em que ocorreram as três últimas eleições presidenciais levaram a decisões de voto pautadas por conjuntos de motivações com pesos diversos em cada uma delas. O trabalho aqui realizado foi o de, através do teste sistemático de diversas hipóteses existentes na literatura nacional e internacional, utilizando dados de diversos *surveys* para cada eleição, verificar a existência de fatores que tenham sido relevantes nas três eleições simultaneamente, buscando, além disso, uma medida aproximada do grau de influência de cada um desses fatores na decisão de voto do eleitor brasileiro.

Resulta desta análise a proposição de que um modelo explicativo do voto nestas eleições deveria incluir pelo menos quatro variáveis: a) as imagens políticas que o eleitor forma dos candidatos e/ou partidos; b) a avaliação que o eleitor faz do desempenho do governo em exercício; c) a avaliação que o eleitor faz de algumas das características pessoais dos candidatos em disputa, especialmente aquelas relativas à capacidade de governar; d) o grau de escolaridade do eleitor.

Antes de sistematizar os principais dados relativos às imagens políticas formadas pelos eleitores a respeito dos candidatos e/ou partidos, vale a pena mencionar os resultados da análise relacionada à verificação da hipótese de um "voto ideológico". Foram analisados ao longo deste trabalho dados sobre diferentes tipos de questões, cujas respostas poderiam representar, a princípio, algum tipo de indicador da "ideologia" (em sentido forte) dos eleitores, ou seja, de seu "sistema de crenças", que, por sua vez, influenciaria certas atitudes políticas do eleitor, como sua decisão de voto, sua preferência partidária e mesmo a avaliação que ele faz do desempenho de governos e candidatos. Estas questões incluíam: opiniões frente a temas políticos específicos; autoposicionamento numa escala esquerda-direita e preferência por um candidato mais à esquerda ou mais à direita.

Como foi visto no Capítulo 2, um "voto ideológico" a partir de uma concepção mais exigente de "ideologia" implicaria que o eleitor: i) formasse alguma opinião a

respeito de vários temas políticos e que estas opiniões fossem razoavelmente coerentes entre si (do ponto de vista de um analista informado), ou seja, que o eleitor tivesse um "sistema de crenças estruturado"; ii) conhecesse as posições dos diferentes partidos e/ou candidatos quanto a estes temas; iii) escolhesse o partido (ou candidato) mais próximo de suas próprias posições.

Como foi apontado nos Capítulos 3 e 5, uma análise panorâmica das correlações entre as diversas opiniões (umas com as outras) dos eleitores revela muitas variações: além de haver, em geral maior "coerência" entre opiniões frente a temas correlatos do que entre temas diferentes, esta "coerência" em geral é maior entre eleitores com maior nível de escolaridade (do que entre os de baixa escolaridade). Especialmente entre estes últimos é difícil supor a existência de um "sistema de crenças estruturado", no que, aliás, o eleitor "médio" brasileiro não parece se diferenciar muito daquele da maioria dos países.

Os dados mostrados ao longo do trabalho indicam que há uma tendência de uma associação positiva (ou seja, no sentido teoricamente esperado), mas de intensidade relativamente fraca, entre as opiniões dos eleitores em relação a algumas questões políticas e o voto. Assim, além da grande maioria dos eleitores não ter um "sistema de crenças estruturado", o voto dessa maioria não parece ter associação substantiva com aquelas opiniões. Como revelam os coeficientes de correlação, a capacidade de prever o voto a partir de cada uma dessas opiniões é baixa entre os eleitores com baixa escolaridade e mesmo entre os eleitores com maior escolaridade esse poder preditivo é apenas moderado.

Assim, um "voto ideológico", no sentido forte - que implicaria uma comparação entre as posições políticas de partidos e/ou candidatos frente a diferentes temas e as próprias posições do eleitor (que deveriam, por sua vez, formar um sistema de crenças estruturado) - parece ser um comportamento de uma minoria do eleitorado brasileiro, sendo ainda mais raro no eleitorado com baixo grau de escolaridade.

Se esse tipo de voto não é freqüente, é possível, porém, que os eleitores localizem os partidos e candidatos a partir de "imagens" - no sentido proposto por Sartori, de um "vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase por ela transmitido" (como "partido dos trabalhadores", ou "esquerda", "direita",

etc...) -, que apesar de vagas seriam eficazes para influenciar a decisão de voto. Foi feita aqui uma tentativa de analisar a possível influência de dois tipos dessas imagens, que chamamos de imagens políticas, por estarem associadas a "questões de posição" e não a "questões de valência" (conforme distinção feita na seção 2.2). O primeiro é o proposto por Castro (1994), onde os candidatos seriam avaliados pelo eleitor frente à polaridade "defesa dos interesses dos trabalhadores" (do povo, da maioria) x "defesa dos interesses das elites"(dos ricos). A preferência da imensa maioria do eleitorado de baixa renda (e escolaridade) evidentemente seria pela primeira destas opções. No segundo tipo de imagem, os candidatos (e partidos) seriam localizados pelo eleitor em um contínuo esquerda-direita e o voto dos eleitores dependeria de sua própria localização neste contínuo. O conceito de "identificação ideológica" utilizado por Singer (1998), está referido a este tipo de imagem.

Em relação ao primeiro tipo de imagem, como foi visto, um dos maiores problemas é o de mensurar sua possível influência sobre a decisão de voto. Nossa opção para mensurar de forma aproximada essa influência foi utilizar as respostas às questões abertas sobre motivação do voto. Vimos que utilizando este método, a imagem de defensor dos interesses dos trabalhadores parece ter sido relevante para parcela substancial dos eleitores de Lula nas três eleições (em especial em 1998) e para uma parcela menor dos eleitores de Brizola em 1989 e 1994, mas não para os demais candidatos - o que inclui os vencedores de cada eleição. É relevante destacar que em relação a Collor (e aos demais candidatos, exceto Lula e Brizola) em 1989, é insignificante a proporção de eleitores que apontavam motivos dessa natureza para seu voto, o que contrasta fortemente com a conclusão de Castro (1994) - baseada em outro tipo de questão - de que para os eleitores de baixa sofisticação política este seria o determinante central do voto. Considerando o conjunto dos dados analisados ao longo do trabalho, pode-se afirmar que o peso deste fator parece suficientemente importante para ser considerado em um modelo que pretenda explicar o voto nas eleições presidenciais recentes. Há, além disso, realmente, uma tendência desse tipo de motivo ser apontado mais pelos eleitores de menor escolaridade (e de baixa condição sócio-econômica) do que pelos de alta. Ele não se constitui, no

entanto, se comparado com outros fatores, no determinante mais importante do voto, mesmo entre os eleitores de menor escolaridade.

Quanto ao autoposicionamento do eleitor numa escala esquerda-direita ou sua preferência manifesta por um "candidato mais à esquerda ou mais à direita", o problema central parece ser o dos diferentes significados que esse autoposicionamento (ou essa preferência) pode ter para os eleitores. Um breve exercício lógico pode apontar alguns dos possíveis significados do autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita e de sua relação com o voto.

a) Uma primeira possibilidade é, como já foi mencionado, a de que este posicionamento reflita realmente uma compreensão "adequada" dos termos "esquerda" e "direita" e esteja associado a um "sistema de crenças" razoavelmente estruturado. Daí poderia resultar um voto em conformidade com este posicionamento (um "voto ideológico" no sentido mais forte do termo).<sup>118</sup>

b) Uma segunda possibilidade, também já mencionada, é a de que o eleitor, apesar de não ter um "sistema de crenças" estruturado, nem conhecer as posições políticas dos partidos e candidatos em relação a vários *issues*, associa os termos "esquerda" e "direita" a polarizações cujos significados têm graus variados de proximidade com o significado mais aceito daquela polarização. Neste caso, vários cenários seriam possíveis, implicando diferentes relações de causalidade entre as variáveis.

Num primeiro cenário, o significado da autolocalização à direita da escala estaria associado a uma posição contra a mobilização popular, enquanto que o da localização à esquerda estaria associado a uma posição a favor desta mobilização. Neste caso haveria o seguinte tipo de relação de causalidade: opiniões favoráveis à "ordem" ou à "mobilização popular" levando ao voto no candidato que representa a posição do eleitor frente a esta polaridade. Este seria um tipo de voto que se

---

118 Embora seja possível pensar também que um eleitor, mesmo se posicionando desta forma e se julgando ideologicamente mais próximo de um candidato (e talvez de um partido), prefira outro candidato, devido a ponderar mais fortemente outro fator qualquer (sua "capacidade de governar", sua honestidade, etc...). Neste caso não há nenhum problema de ordem cognitiva, o que há é uma valorização maior de outros critérios de escolha, frente à "ideologia".

enquadraria no que Singer chama de voto por "identidade ideológica" (diferente do "voto ideológico" em sentido forte, como o anterior);

Num outro cenário, o significado da polaridade esquerda/direita pode estar associado a "ser contra o governo" (esquerda) x "ser governo" (direita), já que uma parcela significativa de eleitores (19 a 28 % do eleitorado nacional, conforme o *survey*) verbaliza desta forma o significado daquela polaridade. O problema é que mesmo nos casos em que há realmente uma coincidência, ou seja, a esquerda está na oposição e a direita (ou a centro-direita) está no governo, as relações de causalidade não são evidentes <sup>119</sup>. Para parte destes eleitores poderia ocorrer uma seqüência como a exemplificada a seguir: um eleitor, em 1998, avalia o governo FHC negativamente com base em seu desempenho na consecução de objetivos "consensuais"; a partir daí, ao se posicionar na escala esquerda-direita (quando solicitado a fazê-lo por um entrevistador), pode se posicionar como de esquerda, no sentido de que se sente em oposição ao governo, por avaliar que este está fazendo uma má administração. Isto não significa necessariamente que este eleitor tenha posições políticas próximas às defendidas pela esquerda, nem que sua intenção de voto vá para Lula. O eleitor, avaliando negativamente o governo, poderá anular seu voto ou votar em um candidato de oposição, mas não necessariamente um candidato situado à esquerda. Mesmo no caso de ter votado em Lula (ou seja, mesmo havendo concordância entre seu posicionamento na escala esquerda-direita e seu voto), este não seria necessariamente um "voto ideológico", em sentido forte, nem um voto com base em uma visão política simplificada como aquela apontada no cenário anterior (um voto com base numa "imagem" ou "identificação ideológica" mais vagamente definida). O eleitor poderia ter votado em Lula apenas porque ele era o único com chance de derrotar o candidato governista. Como se vê, neste caso, as relações de causalidade seriam bem diferentes: tratar-se-ia aí, ao contrário, de um voto motivado por avaliação de desempenho do governo. A correlação entre o posicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e seu voto seria "espúria", já que estas duas variáveis seriam

---

119 Em 1994 e 1998, grosso modo a situação é essa. Em 1989 o problema é que tanto Collor quanto Lula estavam na oposição e, obviamente isto não significa que Collor era de esquerda. No caso de um partido de esquerda estar no poder, a questão se complicaria ainda mais: como estes eleitores identificariam este partido? Como de direita, por estar no poder?

determinadas por uma terceira.

Num terceiro cenário, esquerda pode ser associada ao que é "errado" e direita ao que é "certo", se tomarmos como referência que cerca de 10 % do eleitorado nacional verbalizam desta forma o significado daqueles termos. Não se pode, a princípio fazer qualquer inferência precisa a partir daí, já que a avaliação do que o eleitor considera como "certo" ou "errado" não é evidente. Como, porém, praticamente todos os eleitores que definiram desta forma se localizaram à direita ou ao centro da escala (não se posicionando do lado do "que é errado"), mas uma parcela razoável indicava intenção de voto à esquerda, fazer uma previsão do voto destes eleitores com base em seu posicionamento na escala resulta numa subestimação do voto à esquerda.

c) Por fim, uma terceira possibilidade é a de que os termos "esquerda" e "direita" não tenham nenhum significado político para uma parcela dos eleitores e que, estes, além disso, sequer identifiquem quais os partidos que seriam chamados como sendo de esquerda ou de direita. Neste caso, teríamos: c1) um sub-conjunto (desta parcela) que não se posiciona na escala. Uma outra parcela poderia se posicionar apenas para não passar por desinformada perante o entrevistador (sua resposta corresponderia ao que Converse chama de "non-opinion"). Teríamos, então, pelo menos dois resultados: c2) não haveria coincidência entre posicionamento na escala e voto; c3) haveria esta coincidência, mas seria devida ao acaso.

Este exercício de reflexão nos faz entrever uma parte da gama de possibilidades relativas ao significado do posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita e às relações de causalidade que podem operar entre esta variável e o voto. Embora não seja possível, no âmbito deste trabalho, identificar com precisão a dimensão em que se efetiva cada uma dessas possibilidades nos diversos *surveys* estudados, o conjunto dos dados analisados ao longo do trabalho permite pelo menos algumas suposições abrangentes. A análise mostrou que além do significado dos termos esquerda e direita ser muito variada, a qualidade destes indicadores como preditores do voto também varia muito com a escolaridade dos eleitores. Uma síntese destes



dados pode ser útil não só para caracterizar o grau de acuidade destes indicadores, mas também para formular uma interpretação do seu significado.

Um primeiro dado analisado foi o da compreensão por parte dos eleitores dos termos esquerda e direita (necessária para a compreensão do significado de uma escala deste tipo). Embora haja variações, tomando as porcentagens médias dos *surveys* em que se utiliza a escala esquerda-direita e em que se pergunta o significado daqueles termos, temos a seguinte situação: em média, cerca de 40 % dos eleitores não conseguiram verbalizar qualquer significado político para as noções de "esquerda" e "direita", quando solicitados a fazê-lo. O percentual médio de respostas que poderiam ser aceitas como mais ou menos adequadas (incluindo aí, com certo grau de boa vontade, as definições de "direita" como "ser do governo" e de "esquerda" como "ser contra o governo") foi de cerca de 35 % dos eleitores. Há, porém, diferenças significativas entre os eleitores, segundo sua escolaridade: declinam bastante, com o crescimento da escolaridade, as porcentagens de eleitores que não conseguem verbalizar nada para explicar o que entendem por "esquerda" e "direita" (média de 48 % entre os eleitores com até 1º grau completo e de 12 % entre os eleitores com nível superior). As respostas que poderiam ser consideradas como mais ou menos adequadas, por sua vez, cresciam com o grau de escolaridade.

Isto mostra que o grau de compreensão sobre as noções envolvidas numa escala esquerda-direita varia muito de acordo com a escolaridade do eleitor. Mas as diferenças não ocorrem apenas em relação à capacidade de verbalização; elas ocorrem frente ao próprio ato de se posicionar na escala. Para o conjunto do eleitorado, as proporções de eleitores que se posicionavam na escala variaram de 75 a 80 % da amostra (conforme o *survey*), o que significa que para 20 a 25 % do conjunto dos eleitores este não é um indicador que possa ser utilizado para prever seu voto. Distinguindo os eleitores pelo grau de escolaridade, temos um quadro bastante diferenciado: enquanto no conjunto dos eleitores com até 1º Grau incompleto a taxa média dos que não se posicionavam na escala foi de 28 % (e de 44 % entre os analfabetos), entre os eleitores com nível superior de escolaridade esta taxa foi de apenas 8 %. Ou seja, não só pelas diferenças de compreensão, mas também pelo

percentual dos que se posicionam na escala já temos grandes diferenças quanto à eficiência do autopoicionamento na escala como um possível preditor do voto.

Mas, mesmo quando consideramos apenas aqueles eleitores que se posicionam neste tipo de escala, há diferenças significativas também quando analisamos a associação entre este posicionamento e seu voto, sua preferência partidária e suas opiniões frente a questões políticas específicas. Assim, dos cerca de 72 % (em média) dos eleitores com até 1º Grau incompleto que se posicionam numa escala, as associações entre esse posicionamento e o voto são fracas (na realidade um dos coeficientes foi de 0,33, mas os outros foram menores do que 0,30). Por outro lado, entre os eleitores com nível superior de escolaridade, apenas 8 % deles (em média) não se autopoicionam na escala; entre os restantes 92 % as correlações com o voto vão de substanciais (coeficiente mínimo é de 0,65) a muito fortes (máximo de 0,82).

120

Metodologicamente, portanto, o autopoicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita permite um grau moderado de previsão do voto do conjunto dos eleitores. Mas seu uso tem mais eficácia se acoplado à variável escolaridade. Deste ponto de vista, preditivo, a inclusão da variável escolaridade (ou "sofisticação política") permite distinguir os tipos de eleitores para os quais poderemos ter uma previsão mais ou menos acurada do voto a partir daquele autopoicionamento. Mas, é principalmente do ponto de vista explicativo que a incorporação da variável escolaridade ao modelo é mais útil, pois pode permitir uma melhor compreensão dos significados substantivos daquele autopoicionamento para os diferentes eleitores e, portanto, de seu processo de tomada de decisão.

Parece haver, para cada faixa de escolaridade dos eleitores, uma combinação diferente dos comportamentos acima descritos naquele exercício lógico: é provável que entre os **eleitores de maior escolaridade** haja maior proporção de eleitores naquela primeira situação, ou seja, eleitores "ideológicos". Índícios nesta direção vêm dos coeficientes de correlação de ordem moderada encontrados nesta categoria entre

---

120 Os dados relativos à associação entre o autopoicionamento dos eleitores na escala E/D e sua preferência partidária revelam um padrão semelhante a este. As variações entre eleitores quanto à associação entre o voto e a resposta à pergunta sobre preferência por um candidato situado mais à esquerda ou à direita também seguem um padrão semelhante.

diversas opiniões políticas específicas entre si, havendo, além disso, correlações de ordem moderada ou substancial de algumas de suas opiniões com seu posicionamento na escala esquerda-direita e com seu voto. Mas os dados não permitem dizer que os eleitores "ideológicos" sejam maioria mesmo entre os eleitores de nível superior. As correlações entre as diversas opiniões específicas destes eleitores, apesar de maiores do que as existentes entre os eleitores de menor escolaridade, não são altas, sendo de ordem moderada, em sua maioria. Além disso, a alta proporção de eleitores nesta faixa para os quais esquerda e direita significam ser contra e a favor do governo, permite supor que parte dos relativamente altos coeficientes de correlação entre posicionamento na escala e voto encontrados nesta faixa de eleitores não se deva necessariamente a um "voto ideológico", podendo se dever a outros daqueles tipos de comportamento: um voto com base numa "imagem" ou "identificação ideológica" mais vaga ou um voto cuja motivação está associada muito mais à avaliação de desempenho do governo do que à "ideologia". Por outro lado, há entre estes eleitores menor proporção dos que não se posicionam na escala e dos que não sabem verbalizar um significado para os termos "esquerda" e "direita", o que significa menores chances de ocorrerem as situações c1 (em que o voto não pode estar relacionado com o posicionamento do eleitor na escala, na medida em que ele sequer se posiciona) e c2 (em que a não compreensão dos termos que compõem a escala faz com que a decisão de voto do eleitor não tenha nenhuma relação com sua resposta ao pedido de se posicionar naquela escala - resposta, que, por sua vez, não teria nenhum significado político real). Da mesma forma, entre os eleitores de nível superior é desprezível a proporção dos que definem "direita" e "esquerda" como "certo" e "errado". <sup>121</sup>

Quanto aos **eleitores de menor escolaridade** <sup>122</sup>, dado que os coeficientes de correlação entre posicionamento na escala e voto são, apesar de baixos,

---

121 No *survey* realizado pelo Cedec/USP/Datafolha em setembro de 1989, por exemplo, enquanto de 12 a 15 % dos eleitores de baixa escolaridade atribuíam estes significados aos termos "esquerda" e "direita", entre os eleitores com nível superior só 1 a 2 % o faziam (ver tabelas 3.7 e 3.8).

122 Aqui tomando como referência aqueles com escolaridade até o 1º Grau incompleto, mas as conclusões são ainda mais válidas se se toma os sub-conjuntos de eleitores com nenhuma escolaridade ou até a 4ª série do 1º Grau, dentro deste conjunto.

estatisticamente significativos, pode-se supor que eles não sejam fruto de uma concordância entre as duas variáveis devida apenas ao mero acaso. Por outro lado, uma parcela destes eleitores (28 % em média) sequer se posiciona na escala, não podendo, portanto, o voto derivar deste (não) posicionamento. Entre os demais 72 %, a baixa compreensão dos termos que compõem a escala e os baixos coeficientes de correlação entre posicionamento na escala e voto permitem supor que o "voto ideológico" (baseado em um "sistema de crenças" mais estruturado), mas também um voto baseado em alguma "imagem" ou "identificação ideológica" mais vaga, têm um peso menor do que o que têm entre os eleitores com maior escolaridade.

O problema de não se considerar estas variações de significado do autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita é o de que tomá-lo como um preditor do voto resulta numa subestimação dos votos em candidatos de esquerda. Se tomamos os dados do *survey* realizado pelo Cedec/USP/Datafolha em setembro de 1989, tínhamos as seguintes distribuições dos eleitores, segundo seu posicionamento na escala e sua intenção de voto: 12 % se posicionavam na esquerda, mas 23 % pretendiam votar em candidatos considerados de esquerda; 39 % se posicionavam ao centro, mas apenas 12 % pretendiam votar em candidatos situados no centro; 23 % se posicionavam à direita, mas 49 % pretendiam votar em candidatos de direita. Neste caso pode-se explicar parte destas discrepâncias pelo fato, já assinalado, de que a péssima avaliação do governo (identificado predominantemente com o PMDB, partido localizado no centro do espectro político-ideológico) levou ao voto em candidatos de esquerda ou direita, em franca oposição a Sarney. Mas no *survey* realizado pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997 este problema não existia e persistia o problema da subestimação dos votos na esquerda a partir do posicionamento dos eleitores na escala: enquanto apenas 13 % se posicionavam à esquerda na escala, 27 % pretendiam votar em candidatos situados à esquerda; 35 % se localizavam ao centro e 27 % à direita (somando 62 % do eleitorado), mas apenas

50 % pretendiam votar em candidatos situados no centro ou na direita.<sup>123</sup>

Concluindo, embora não seja possível, com base nos dados aqui analisados, determinar de forma precisa os diferentes significados de um autoposicionamento numa escala esquerda-direita por parte de diferentes eleitores, o conjunto destes dados parece indicar que para uma parcela significativa de eleitores - especialmente entre os de menor escolaridade - este posicionamento não tem um significado político mínimo, não estando associado com seu comportamento político. Por outro lado, para uma outra parcela - mais significativa entre os eleitores de alta escolaridade, mas incluindo percentuais menores de eleitores com menor escolaridade, de forma a no conjunto ser suficiente para afetar o resultado agregado de uma eleição presidencial - um tal posicionamento parece refletir realmente certas concepções sobre a política, com maior ou menor grau de estruturação e coerência, que, por sua vez, afetam o comportamento do eleitor (suas avaliações políticas, preferências partidárias e a decisão de voto).

Quanto ao conteúdo concreto das concepções que estariam associadas aos posicionamentos dos eleitores numa escala esquerda-direita, os coeficientes de correlação entre estes posicionamentos e as opiniões específicas dos eleitores permitem dizer que para boa parte dos eleitores de maior escolaridade aqueles posicionamentos parecem se associar a várias de suas concepções. Já para os eleitores de menor escolaridade, embora haja variações, aquela polaridade proposta por Singer (simplificadamente: "reforço da autoridade" x "mobilização popular") parece ser realmente a que mais se associa àqueles posicionamentos. Parece que uma parcela significativa dos eleitores de baixa escolaridade percebe certas manifestações políticas (greves, manifestações de protesto, mobilizações populares em geral) como negativas (sinais de "desordem", "baderna") e rejeita os candidatos e partidos associados a este tipo de ação política, esperando que as mudanças políticas ocorram "dentro da ordem", a partir das "autoridades constituídas", ou de um "líder forte". Outra parcela dos eleitores, ao contrário, perceberia aquele tipo de ação política como

---

123 Foram considerados juntos o centro e a direita, porque seguindo a hipótese, FHC deveria atrair os votos de boa parte dos eleitores da direita, já que Enéas tinha poucas chances eleitorais. Se considerarmos apenas a direita isoladamente, a discrepância seria ainda maior.

necessária, ou pelo menos válida, para a obtenção de mudanças sociais e tenderia a votar nos candidatos mais vinculados às mobilizações populares. Uma parte destes eleitores associaria essas concepções simplificadas da política a expressões sintetizadoras, "econômicas", como "direita" e "esquerda".<sup>124</sup>

Portanto, se as evidências apresentadas matizam as conclusões de Singer (1998) e sugerem um peso menor destes posicionamentos no resultado agregado de uma eleição do que o proposto por este autor, a conclusão aqui é a de que a continuidade da investigação na linha por ele proposta ao final de seu trabalho ("elucidar os sistemas de crença associados ao posicionamento do eleitor nos diversos pontos do espectro ideológico") possibilitará uma maior compreensão do comportamento dos eleitores brasileiros, especialmente se se levar em conta as diferenças quanto ao seu grau de escolaridade (ou sofisticação política). Embora de forma limitada, foi feito aqui um certo esforço nesta direção.

Com relação à **avaliação de desempenho do governo em exercício**, vale a pena destacar inicialmente que, como foi visto no Capítulo 6, os percentuais de voto efetivo no candidato governista em cada eleição variaram fortemente com a avaliação de desempenho do governo em exercício no momento da eleição. Além disso, foi mostrado ali (principalmente para o período 93/98 e, secundariamente, para os períodos Sarney e Collor) que as taxas de intenção de voto ao longo deste período (e não só as votações efetivas nas urnas) variavam também fortemente com a avaliação de desempenho do governo.

Foi visto no Capítulo 3 que, embora a correlação entre esta variável e o voto tenha sido relativamente fraca no 1º turno de 1989, parece evidente a influência que a avaliação negativa do governo Sarney junto à maioria do eleitorado teve naquela

---

124 Nem todos, porém, faziam esta última associação. Assim, por exemplo, nem todos os eleitores que tinham opiniões favoráveis à mobilização popular e votavam em Lula se posicionavam à esquerda na escala. Mas, de toda forma, as intenções de voto têm correlações menores com as opiniões dos eleitores frente àquela polaridade destacada por Singer ("autoridade forte" x "mobilização popular") do que com o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, o que parece fazer deste último (até por estar associado a outras opiniões dos eleitores) um melhor previsor do voto do que simplesmente suas opiniões frente àquela polaridade substantiva.

eleição. Em primeiro lugar, antecipando a reação do eleitorado, todos os candidatos e partidos (mesmo os que compunham a base de sustentação político-parlamentar do governo) se lançaram como oposição (ou em "independência") ao governo; em segundo lugar, a baixa competitividade eleitoral dos candidatos do centro parece ter sido devida em boa parte a essa avaliação negativa do desempenho do governo. A maior parte dos votos não "coincidentes" com o posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita ocorreu entre os eleitores posicionados ao centro: apesar de cerca de 40 % dos eleitores aí se posicionarem, os candidatos do centro (Covas, Ulysses, Afif e Camargo) só obtiveram cerca de 18 % dos votos. Acreditamos que parte da explicação para essa discrepância deva ser buscada justamente no fato de que o candidato do principal partido (PMDB) localizado ao centro do espectro político-ideológico era o mais associado ao governo Sarney e os principais candidatos mais à direita e à esquerda eram vistos como oposição a este governo mais claramente do que os demais candidatos/partidos localizados ao centro; por isso conseguiram canalizar a maior parte dos votos dos insatisfeitos. Além disso, foi mostrado que, dentre os eleitores que avaliavam positivamente o governo Sarney, a proporção dos que pretendiam votar em Ulysses Guimarães diminuiu à medida que se aproximava a data do pleito - o que poderia indicar o abandono desta candidatura por parte dos eleitores que percebiam progressivamente sua inviabilidade. Esta seria, então, uma das causas da relativamente baixa associação entre voto e avaliação de desempenho do governo no momento pré-eleitoral.

Como foi mostrado no Capítulo 4, na eleição de 1994, o peso direto da avaliação de desempenho do governo Itamar sobre o voto foi mediano. Na realidade, o Plano Real foi o elemento decisivo na eleição; a avaliação majoritariamente positiva feita pelos eleitores deste plano melhorou a avaliação de desempenho geral do governo Itamar e aumentou as intenções de voto do candidato governista (e condutor do plano), FHC. As correlações maiores entre avaliação do plano e voto, em relação às correlações entre avaliação de desempenho do governo e voto, parecem indicar que o fato do próprio candidato ser o condutor do plano provocou um salto (bypass) no segundo passo da seqüência: avaliação da economia → avaliação de desempenho do governo → avaliação do candidato governista → intenção de voto. O voto contra

ou a favor de FHC dependeu diretamente da avaliação do plano, já que ele foi seu condutor direto; se fosse outro o candidato governista, a "tradução" da avaliação do plano em voto deveria seguir os passos da seqüência apontada acima, resultando provavelmente, neste caso, em uma maior correlação entre avaliação do governo e voto.

O fato é que não havia coincidência entre avaliação do governo e avaliação do plano; o forte impacto positivo do plano não resultou numa avaliação muito positiva do governo Itamar, porque teve que se confrontar com uma avaliação global do governo no período anterior ao plano que não era boa. A avaliação do candidato, por não contar com nenhuma avaliação negativa prévia do eleitorado (ao contrário, mesmo antes dos principais efeitos do plano, FHC já formava uma imagem de um político experiente e qualificado para governar, junto a parte dos eleitores) resultou altamente positiva após a implementação da fase da troca da moeda.

O impacto do "posicionamento ideológico" dos eleitores parece ter sido menor do que o impacto do Plano Real (que afetou a avaliação de desempenho do governo e das qualidades pessoais do candidato FHC) sobre o resultado final da eleição. Se isso não fosse verdade, seria preciso explicar porque no período anterior à troca da moeda Lula vencera FHC por boa margem em todas as faixas (de renda / escolaridade) do eleitorado e a partir de agosto (após os efeitos do Plano Real) FHC passa a vencer também por boa margem em todas as faixas do eleitorado (como pode ser observado na Tabela Anexa 4.3). Em 1998 as altas correlações entre a avaliação de desempenho do governo e o voto, mostram que esta avaliação foi o principal elemento levado em consideração pela grande maioria dos eleitores ao decidir seu voto.

Comparando a evolução dos coeficientes de correlação entre as duas variáveis, vemos que eles crescem de 1989 para 1994 e de 1994 para 1998. Uma explicação possível para estas tendências é a de que a avaliação de desempenho do governo é tanto mais importante na decisão do eleitor:

- a) quanto mais relevante for a polarização governo/oposição numa eleição;
- b) quanto mais clara a vinculação entre governo e "seu" candidato e
- c) quanto mais importante for para a avaliação geral do candidato "governista" o fato dele ser o representante da continuidade do governo em exercício.



Na eleição de 1998 os três elementos estavam presentes; na eleição de 1994 o terceiro elemento acima não era destacado: FHC foi avaliado mais por ser o condutor direto do Plano Real (avaliado como bom por 75 % dos eleitores no momento da eleição) do que por ser a continuidade do governo Itamar (avaliado como apenas regular por 50 % do eleitorado). Em 1989 a polarização governo/oposição parece ter se resolvido bem antes do momento eleitoral (a favor da oposição), de tal forma que a quase totalidade dos eleitores escolheu um dentre os candidatos de oposição a partir de outros critérios, como seus atributos pessoais ou seu posicionamento ideológico.<sup>125</sup>

Quanto aos fatores que influenciaram a avaliação de desempenho do governo, o estudo feito no Capítulo 6 - apesar de não ter incluído outras possíveis variáveis (como a avaliação de aspectos morais na condução do governo e o impacto de eventos específicos) relevantes para a elaboração de um modelo explicativo mais completo - mostra a importância que teve a avaliação de desempenho econômico do país naquela avaliação mais geral do desempenho global do governo, ao longo do período analisado. Estas avaliações - do desempenho específico na área econômica e do desempenho geral do governo -, por sua vez, variaram fortemente com alguns indicadores econômicos efetivos, especialmente os índices de inflação. Em 1989, a avaliação fortemente negativa do desempenho econômico - que debilitou os candidatos ligados ao governo, fortalecendo seus adversários mais evidentes -, tinha nas altas taxas de inflação um de seus núcleos; em 1994 a avaliação do Plano Real (cujo efeito principal foi a queda da inflação) foi decisiva no resultado eleitoral; em 1998 a avaliação da política econômica de FHC (pesando positivamente a manutenção de baixas taxas de inflação e negativamente, o crescimento do desemprego) foi novamente o eixo central da avaliação do desempenho do governo. Concluindo, os dados analisados parecem suficientes para indicar que o "**voto econômico**" - em que o eleitor tende a votar no candidato do governo quando avalia que a situação econômica vai bem e a votar na oposição quando avalia que a situação econômica está ruim - foi uma das motivações centrais do eleitor nas três eleições presidenciais

---

125 No caso de um governante ser candidato à reeleição (como em 1998), portanto, se amplia o papel da avaliação de desempenho do governo na decisão de voto.

No que se refere à **avaliação das qualidades pessoais dos candidatos**, o conjunto de dados analisados no Capítulo 3 reitera as conclusões das análises que apontavam que a maioria dos eleitores de Collor via nele uma esperança de renovação política, um *out-sider* frente a uma situação política vista como permeada por muita corrupção e em que o governo era ineficiente na busca de soluções dos grandes problemas econômico-sociais. Mencione-se, além disso, que havia, de um lado, um cansaço em relação aos políticos ligados ao regime autoritário e, de outro, uma decepção em relação ao governo da Nova República e ao PMDB, associados ao "estelionato eleitoral" em 1986, com a edição do Plano Cruzado II uma semana após as eleições. Por sua vez, a maioria dos eleitores de Lula valorizava mais seu vínculo com os trabalhadores (a defesa dos interesses dos pobres, da maioria da população).

Mas, a nosso ver, um aspecto importante, que não foi levado na devida conta pela maioria das análises da eleição de 1989, foi o peso, na decisão de voto, da avaliação feita pelo eleitor, da experiência/capacidade administrativa dos candidatos. De um lado, por se fixarem apenas nos dois candidatos que foram ao segundo turno, aquelas análises não consideraram que esta categoria de motivos foi a mais apontada pelos eleitores de Brizola, Maluf, Covas e Ulysses Guimarães (que juntos fizeram 42% dos votos no 1º turno). De outro, por não terem destacado que, apesar da maior parte dos eleitores de Collor estar buscando uma renovação do quadro político, a segunda categoria de motivos mais apontados por seus eleitores foi também relacionada a características ligadas à sua experiência/capacidade político-administrativa. Pode-

---

126 Por fim, embora o papel do marketing político na formação das avaliações e preferências do eleitor não tenha sido objeto de estudo deste trabalho, vale a pena esclarecer que aqui se compartilha da opinião de Figueiredo (1997), de que o marketing eleitoral tem certamente uma influência, mas que não deve ser exagerada. Acreditamos que sua conclusão relativa às eleições municipais de 1996 seja válida para a análise de eleições presidenciais, se a adaptarmos aos possíveis diferentes contextos em que podem se dar estas disputas: "é possível analisar o pleito municipal, com raríssimas exceções, em três conjuntos de situações. Existiam cidades onde o prefeito tinha uma aprovação (medida através das pesquisas de opinião) muito alta e fez facilmente o seu sucessor (...) A segunda situação é quando a aprovação do prefeito não é claramente positiva. Nesse caso, a disputa é acirrada e a oposição pode ganhar (...) tomando-se fundamental uma boa estratégia de marketing e comunicação (...) Finalmente, temos aqueles casos onde o prefeito não é bem avaliado e tem pouquíssimo apoio na opinião pública. Nesses casos, dificilmente o marketólogo e o comunicador podem fazer muita coisa. O normal é a oposição nadar de braçada" (Figueiredo, 1997: 9/11).

se questionar a veracidade dos feitos propagados por Collor em sua campanha, mas é relevante o fato de que os eleitores mencionavam como motivo do voto a ação administrativa (passada) de Collor - e não apenas promessas (para o futuro) - relacionada em boa parte a objetivos quase consensuais: eficiência administrativa; combate ao desperdício do dinheiro público e à corrupção. Uma das forças da candidatura Collor parece ter sido justamente a de que representou, para um amplo setor do eleitorado, ao mesmo tempo renovação frente ao quadro político dominante e experiência administrativa anterior, contra Lula - que era visto por boa parte do eleitorado como representando mudança, mas como um candidato sem experiência administrativa - e candidatos como Covas, Maluf e Ulysses, que, apesar das diferenças entre si, tinham em comum o fato de serem vistos, por boa parte do eleitorado, como tendo experiência político-administrativa, mas não como representantes de uma renovação na política nacional, vista naquele momento como necessária. <sup>127</sup>

Em 1994, além de uma parcela razoável de eleitores que apontava diretamente como motivos do voto em FHC características pessoais - como experiência, capacidade administrativa e credibilidade -, a diferença entre os coeficientes de correlação entre Plano Real e voto, de um lado, e entre avaliação do governo Itamar e voto, de outro (aqueles razoavelmente maiores do que estes), parece indicar que a boa votação de FHC devida ao bom desempenho do plano econômico seria bem menor se ele fosse o candidato do governo Itamar mas não tivesse conduzido diretamente a implementação do Plano Real. Ou seja, ter conduzido o plano econômico transferiu à pessoa do candidato a imagem de capacidade administrativa para lidar com problemas da maior gravidade e complexidade, como o da inflação.

No Capítulo 5 vimos que em 1998 a avaliação de desempenho do governo foi o elemento central da decisão dos eleitores em grande parte porque o candidato do governo era o próprio presidente. Parece evidente que a avaliação de desempenho do governo influenciava a avaliação da capacidade para governar do candidato

---

127 Brizola talvez fosse o candidato que, em certo sentido, mais se aproximaria de Collor, por ter o perfil de um candidato com experiência administrativa e, pelo menos para parte importante do eleitorado, seria visto como tendo possibilidade de fazer uma transformação na cena política nacional.

Fernando Henrique Cardoso. Fosse outro o candidato governista, provavelmente a correlação entre o voto e a avaliação do governo seria menor, já que esta última seria separada da avaliação das qualidades pessoais do candidato governista. Além disso, outro elemento mostra mais diretamente o peso específico dessa avaliação dos candidatos: a comparação entre as características dos dois principais candidatos ganhou ainda mais força ao final da campanha eleitoral, quando, frente à crise econômica internacional que ameaçava fortemente o Brasil, a campanha do presidente centrou força na idéia de que ele, por sua experiência político-administrativa (em especial por ter derrubado as altas taxas de inflação), seria o candidato mais preparado para enfrentar a crise. Independentemente da validade deste argumento - frente às críticas da oposição de que a vulnerabilidade da economia brasileira às crises internacionais era fruto direto da política econômica adotada pelo presidente - o fato de boa parte do eleitorado ter avaliado realmente daquela forma (como foi visto no Capítulo 5), contribuiu para a vitória do presidente-candidato.

A avaliação da capacidade administrativa dos candidatos, portanto, se dá muito mais com base em avaliações de desempenho em cargos anteriores - e quase todos os candidatos relevantes nas três eleições já haviam exercido mandatos como prefeitos, governadores, ministros ou mesmo presidente (caso de FHC em 1998) - do que apenas em sua formação acadêmica ou com base na avaliação de suas propostas para o futuro.

Concluindo, além das variáveis antes mencionadas, ao decidir seu voto, os eleitores avaliam também alguns atributos pessoais dos candidatos. Embora os atributos que irão pesar mais também dependam do contexto eleitoral, especialmente relevantes parecem ser as características julgadas necessárias para um bom governante: experiência político-administrativa, honestidade (não ser corrupto) e sinceridade, ou credibilidade (não prometer o que não pode ou não vai cumprir). Embora isso pareça óbvio, esta proposição difere da ênfase dada por certa abordagem (especialmente freqüente nos meios de comunicação) a características dos candidatos pouco relevantes para a capacidade de governar (ser bonito, simpático, se vestir e falar bem, etc) ou a ênfase apenas nos atributos de ordem moral. Além disso, o fato daquelas características pessoais dos candidatos pesarem na escolha de grande parte

dos eleitores, não foi tratada aqui como manifestação de irracionalidade ou "personalismo" - visto como uma forma de escolha que seria necessariamente inadequada, frente àquela baseada apenas nas posições políticas dos candidatos e seus partidos -, mas como um ingrediente razoável na escolha do eleitor.

No que tange ao **nível de escolaridade dos eleitores**, foi tomado aqui como um indicador do seu grau de "sofisticação política". O tipo de escolha eleitoral, como já havia destacado Castro (1994), parece depender muito desta última variável. Já vimos acima como o nível de escolaridade afeta a probabilidade do voto ser dado em função de um "posicionamento ideológico" dos eleitores (mesmo num sentido menos exigente de "voto ideológico").

Vimos que em 1989 a correlação entre avaliação de desempenho do governo Sarney e o voto crescia bastante com a escolaridade dos eleitores.<sup>128</sup> A hipótese levantada aqui para explicar parte daquelas diferenças entre eleitores de baixa e alta escolaridade é a mesma usada para explicar a relativamente baixa correlação entre avaliação do governo e voto no conjunto do eleitorado, ou seja, a de que a polarização governo/oposição foi resolvida (a favor da oposição) bem antes do momento eleitoral. Dessa forma, parte dos eleitores que avaliavam o governo positivamente teria escolhido um candidato com chances (já que os ligados ao governo estavam fora do páreo), a partir de outros critérios. Por isso, a avaliação de desempenho do governo passou a ter, em momentos próximos à eleição, baixa correlação com o voto. E como era entre os eleitores com menor escolaridade que havia a maior taxa de avaliação positiva do governo (quase o dobro da existente entre os eleitores com nível superior), este mecanismo poderia explicar, também, em parte, o menor coeficiente de correlação entre os eleitores de menor escolaridade.

Em 1994, a correlação entre avaliação do governo Itamar e o voto também crescia com a escolaridade. Parte da diferença entre aqueles coeficientes se deve

---

128 Parte da diferença entre os coeficientes para eleitores de baixa e alta escolaridade, porém, parece ser fruto de artefato metodológico (ou seja, da forma como foi operacionalizada a análise de correlação). Uma análise mais discriminada dos dados, como a que foi feita a partir da Tabela 3.3, mostra uma menor desigualdade no comportamento dos eleitores segundo sua escolaridade, no que respeita ao voto com base no desempenho do governo.

à maior proporção de eleitores indecisos entre os de menor escolaridade: 25 % dos eleitores nesta faixa que avaliavam o governo positivamente e 19 % dos que o avaliavam negativamente não sabiam em quem votar, entre os com maior escolaridade estes percentuais caem para 2 e 4 %, respectivamente.<sup>129</sup> Este maior percentual de indecisos quanto ao voto entre eleitores que avaliavam o governo positiva ou negativamente leva a um menor coeficiente de correlação Gama. O mesmo acontecia com a correlação entre avaliação do Plano Real e o voto, mas aí as diferenças entre os coeficientes relativos aos eleitores de alta e baixa escolaridade eram bem menores (e ficam ainda menores se só consideramos os eleitores que sabiam em quem iriam votar, como mostra a Tabela Anexa 4.4).

Em 1998, a correlação entre avaliação de desempenho do governo FHC e o voto, apesar de crescer um pouco com a escolaridade dos eleitores, era alta mesmo entre os eleitores com mais baixa escolaridade.<sup>130</sup>

No que se refere ao impacto do nível de escolaridade sobre as avaliações das qualidades pessoais dos candidatos, o tipo de dados aqui analisados não permite uma comparação como a feita para as outras variáveis, através do grau de correlação entre cada uma delas e o voto, segundo o grau de escolaridade dos eleitores. Mas os dados relativos aos motivos do voto (e, em um *survey* de 1989, sobre as principais qualidades dos candidatos em que os eleitores pretendiam votar) - mostraram diferenças não muito significativas entre os eleitores, segundo sua escolaridade. Um dos *surveys* em 1989 mostrou que havia algumas diferenças, principalmente entre os eleitores de Brizola: entre os de menor escolaridade os motivos mais apontados eram relacionados à defesa dos "interesses da comunidade", enquanto entre os de nível

---

129 Note-se que a indecisão no voto frente a uma avaliação positiva do governo corresponde a um resultado que enfraquece a tese da influência da avaliação do governo sobre o voto. Mas a indecisão frente a uma avaliação negativa pode significar, para uma parte dos eleitores, apenas uma dúvida entre os diversos candidatos de oposição.

130 A ênfase até aqui foi a de contrastar as faixas extremas de escolaridade; se isso é necessário para mostrar as diferenças entre elas, revelando em alguns casos diferentes modalidades de decisão de voto, é necessário também destacar que a regra mais geral é a de que há uma variação de certa forma gradual, de maneira que entre os eleitores com escolaridade intermediária (1º Grau completo a 2º Grau) os graus de associação são intermediários em relação aos encontrados nas faixas extremas. Do ponto de vista agregado isto resulta, em geral, para o conjunto do eleitorado, em associações de moderadas a substanciais entre as variáveis aqui estudadas e o voto.

superior predominavam menções a sua experiência político-administrativa. Para os demais candidatos, embora houvesse algumas diferenças, para cada um deles havia um motivo principal para o voto, que não variava com a faixa de escolaridade dos eleitores. Em 1994 e 1998, embora haja uma tendência, entre os eleitores de Lula, de haver uma maior proporção de menções à "defesa dos interesses dos trabalhadores" entre os de menor escolaridade, as diferenças também não são muito significativas, no que se refere às motivações de voto envolvendo atributos pessoais dos candidatos. Isso talvez seja fruto, em parte, de um artefato metodológico (ou seja, devido ao tipo de pergunta que deu origem a estes dados), mas talvez se deva em parte também à aparente menor exigência cognitiva para associar o voto a algumas das características mais nítidas dos candidatos, seja porque elas são mais alardeadas pelas campanhas eleitorais, seja como resultado da avaliação continuada dessas características ao longo da trajetória de algumas das principais lideranças políticas do país.

Resumindo, se comparamos os efeitos da escolaridade sobre a forma como cada uma das outras variáveis afeta o voto, pode-se dizer que o grau de escolaridade discrimina mais os eleitores quanto ao uso do contínuo esquerda-direita (para diferenciar os candidatos e escolher um dentre eles) do que quanto ao uso dos demais fatores.

Após a análise de cada variável individualmente, a retomada da distinção entre "questões de valência" e "questões de posição" pode ser útil para tentar resumir as principais conclusões: em relação às **"questões de valência"**, os dados parecem mostrar que a maioria dos eleitores, qualquer que seja sua escolaridade, utiliza sua avaliação do **desempenho de governos e/ou de candidatos em relação a objetivos "consensuais"**: o desempenho atribuído a Collor no que se refere à **eficiência administrativa** e ao combate à **corrupção**, em seu governo em Alagoas antes da eleição de 1989; o mau desempenho do governo Sarney frente à **inflação** em 1989 e os desempenhos do governo Itamar (e especialmente de FHC, como condutor do Plano Real) também frente à **inflação** em 1994 e do governo FHC, em 1998 - todas

são questões que pesaram decisivamente na escolha eleitoral. Grande parte dos eleitores de todas as faixas de escolaridade avalia também os **candidatos** a partir de **qualidades "consensualmente" desejáveis: competência técnico-administrativa, honestidade e credibilidade**, principalmente.<sup>131</sup>

Isto não significa dizer, porém, que todos os eleitores têm as mesmas condições para tomar uma decisão igualmente informada. Quanto maior o grau de "sofisticação política" de um eleitor (ou seu grau de escolaridade), maior deve ser a quantidade de informações sobre um maior número de ações realizadas por um candidato ou um governo; maior deve ser sua capacidade de fazer cálculos de custo-benefício destas ações e de ter uma previsão mais acurada do impacto futuro das ações presentes destes governos e candidatos. Talvez se possa dizer que em certos contextos, as informações centrais nas quais vai se basear a tomada de decisões sejam tão "baratas" (ou seja, quase tão acessíveis a eleitores menos sofisticados quanto aos mais sofisticados), que o processo decisório entre os eleitores não difere tanto como ocorreria em outros contextos, em que os eleitores têm que ponderar um volume maior de informações. Comparativamente, a primeira situação acima corresponderia mais à da eleição de 1994, em que a avaliação do Plano Real foi o eixo predominante, simplificando o processo decisório para a grande maioria dos eleitores nas diversas faixas de escolaridade. É certo que a avaliação dos efeitos de uma política econômica não é uma tarefa simples - e a análise feita ao final do Capítulo 6 mostrou certas diferenças entre eleitores de diferentes graus de escolaridade quanto a seus possíveis

---

131 A situação certamente não é tão simples: de um lado, "capacidade de governar" ou "competência" é uma forma muito sintética, que nos diz pouco sobre o que significa isto para o eleitor, podendo eventualmente entrar na avaliação que o eleitor faz destes atributos dos candidatos, certas considerações de ordem mais propriamente "política" do que simplesmente de ordem "técnico-administrativa". Mas, grosso modo, pode-se esperar que quando os eleitores se referem a termos como "competência", "experiência" ou "capacidade para governar", a maioria esteja se referindo ao segundo tipo de considerações acima. Além disso, as análises de correlação mostram coeficientes significativos entre avaliação de desempenho e o voto. E as avaliações de desempenho do governo, por sua vez, foram influenciadas principalmente pelas avaliações da economia (particularmente pela inflação). Outro complicador deve-se ao fato de que é difícil obter todos aqueles objetivos governamentais conjuntamente e alguns deles (como por exemplo, a manutenção de uma baixa inflação e a diminuição do desemprego) podem parecer conflitantes entre si em determinados momentos. Mas em alguns momentos, certos objetivos, como os apontados no texto, são desejados por uma maioria significativa dos eleitores. (Essa complexidade, entre "policy-related issues" e "valence issues" é apontada também por Miller & Shanks, 1996: 370/1; isso não os impede, porém, de usar esta distinção como uma de suas ferramentas de análise).



graus de "miopia" -, mas, frente a impactos muito fortes de uma política econômica no cotidiano dos eleitores, as diferenças entre eles (quanto à possibilidade de avaliação dessa política) são atenuadas, especialmente se se confronta com as diferenças existentes com relação à formação de um "sistema de crenças" estruturado e à comparação desse "sistema de crenças" com as "ideologias" dos partidos e candidatos em disputa.

Quanto às "**questões de posição**", há diferenças importantes entre os eleitores: inicialmente, apenas uma minoria dos eleitores parece votar ideologicamente (em sentido forte); entre os eleitores de baixa escolaridade esse comportamento é bem mais raro do que entre os de escolaridade superior. No que se refere às "questões de posição", portanto, o voto da maioria parece estar mais associado a imagens relativamente simples e vagas que os eleitores formam dos candidatos (e dos partidos, para uma menor proporção de eleitores). Como a metodologia usada para medir a associação do voto com um tipo de imagem relacionada com o contínuo esquerda-direita foi diferente da metodologia usada para medir a associação do voto com um tipo de imagem relacionada com os interesses sociais defendidos pelos candidatos, é muito difícil estabelecer qual destes tipos de imagens formadas pelos eleitores foi mais importante em sua decisão de voto.<sup>132</sup> É provável que o voto com base nas imagens dos candidatos (e/ou partidos) em relação ao contínuo esquerda-direita seja mais freqüente entre eleitores de maior escolaridade, enquanto entre os de menor escolaridade as imagens dos candidatos relacionadas aos interesses sociais que defendem tenha maior relevância.

Para a **maioria dos eleitores de nível superior** as avaliações de governos e candidatos feitas com base em suas concepções políticas - sejam concepções mais estruturadas e coerentes ("ideologias"), sejam "imagens" políticas mais simplificadas e vagas a respeito dos candidatos ou partidos - parecem ter pelo menos tanto peso quanto as avaliações feitas com base naquelas "questões de valência". Como, numa

---

132 Embora deva haver algum grau de superposição entre estes dois tipos de imagens, apenas uma pequena parcela de eleitores atribuíam significados aos termos esquerda e direita que estariam diretamente relacionados com a defesa de interesses sociais. Além disso, as correlações entre autoposicionamento e as opiniões dos eleitores mostram maiores coeficientes nas questões relativas à polaridade proposta por Singer ("mudanças via reforço da autoridade do Estado" x "mudanças via mobilização social") do que com opiniões frente a um contraste relativo à defesa de interesses sociais.

cadeia causal, as "questões de posição" provavelmente influenciariam na decisão de voto direta e indiretamente (através daquelas avaliações de desempenho) <sup>133</sup>, é possível pensar, inclusive, que estas questões tenham tido um peso total maior no comportamento do conjunto destes eleitores.

**Os eleitores de baixa escolaridade**, por outro lado, em sua maioria, não parecem ser muito influenciados por "posicionamentos ideológicos" em sentido forte (ou seja, por um conjunto estruturado e coerente de opiniões políticas definidas a respeito de diversos temas), que os fariam votar em candidatos (ou partidos) cujas posições "ideológicas" fossem mais próximas das suas próprias. A maioria destes eleitores além de não formar um "sistema de crenças estruturado", não tem sequer um mínimo de compreensão de categorias como esquerda e direita. Além disso, as correlações entre suas opiniões específicas, seu autoposicionamento na escala e seu voto são relativamente fracas.

É verdade que uma parte destes eleitores usava também "questões de posição" como critério para escolha. Isso se revela, primeiramente, nos coeficientes de correlação entre autoposicionamento destes eleitores na escala esquerda-direita (ou preferência por candidato mais à esquerda ou à direita) e o voto, ou mesmo nos coeficientes de correlação entre algumas opiniões políticas destes eleitores e seu voto, que apesar de em geral serem baixos, são todos positivos e alguns estatisticamente significativos. Adicionalmente, certos motivos alegados para o voto - especialmente aqueles relacionados à "defesa dos interesses dos trabalhadores" - expressam escolhas de fins não consensuais na política, mesmo entre os eleitores de baixa escolaridade. Estaria operando aí um voto com base naquelas "imagens" (vagas, simplificadas) dos candidatos, formadas por estes eleitores. No entanto, os graus de associação entre a avaliação de desempenho do governo (ou do Plano Real) e o voto foram maiores do que os graus de associação encontrados entre o voto e o autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita, para os eleitores de

---

133 Embora, como foi visto, as avaliações de desempenho não sejam explicáveis só pelo autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, mesmo entre os eleitores de maior escolaridade.

baixa escolaridade.<sup>134</sup> De outro lado, quando se considera as respostas às questões "abertas" sobre motivos do voto, os motivos relacionados ao desempenho de governos ou candidatos (em conjunto) são sempre em proporção maior do que aqueles motivos relacionados às imagens dos candidatos quanto à defesa dos trabalhadores.

Portanto, as decisões da maioria dos eleitores de baixa escolaridade - que representam a maioria do eleitorado brasileiro - parecem ter se baseado mais nas avaliações que faziam do desempenho administrativo do governo em exercício e/ou das qualidades pessoais dos candidatos (especialmente a capacidade técnico-administrativa, a honestidade e a credibilidade) do que naquelas imagens políticas que faziam dos candidatos (e, eventualmente, dos partidos) relacionadas seja ao tipo de interesses sociais que eles defendem, seja ao seu posicionamento no contínuo esquerda-direita.

Isso não significa necessariamente dizer que considerações relacionadas a desempenho administrativo, em conjunto com as de ordem moral, têm mais peso, na decisão da maioria do eleitorado de baixa escolaridade, do que toda e qualquer consideração de ordem política, e sim que parecem pesar mais do que o tipo de consideração relacionada àquelas polaridades políticas específicas aqui estudadas.

Como foi visto, um dos maiores problemas de ordem metodológica encontrado nesta pesquisa foi o da inexistência de *surveys* com questões que abrangessem o conjunto das variáveis, de forma adequada a realizar uma análise multivariada. Isto impede uma maior compreensão das diversas relações entre as variáveis. Particularmente importante é o entendimento da possível influência das concepções políticas dos eleitores sobre suas avaliações de desempenho de governos e candidatos. No único *survey* em que foi possível cruzar dados do autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita com suas respostas à questão da motivação de seu voto (dados que foram analisados ao final da seção 5.3), porém, os indícios

---

134 A exceção é em 1989, mas, como já foi argumentado, o coeficiente de correlação entre o voto e avaliação de desempenho do governo Samey no período imediatamente pré ou pós-eleitoral não parece refletir todo o peso que teve aquela avaliação no resultado da eleição. Além disso, comparando as "taxas de acerto", vimos que enquanto 56 % dos eleitores votavam em conformidade com a avaliação de desempenho que faziam do governo (Tabela 3.3), apenas 26 a 35 % votavam no primeiro turno em conformidade com seu autopoicionamento na escala esquerda-direita (ver Tabelas 3.12 e 3.13).

apontaram no sentido de que há diferenças importantes de motivação declarada para o voto entre os eleitores de diferentes "posicionamentos ideológicos": as considerações relacionadas com desempenho tinham mais peso para eleitores posicionados à direita do que para os posicionados à esquerda; em relação a considerações de ordem mais propriamente política era o contrário que acontecia. Mas, de toda forma, estas diferenças não eram tão grandes a ponto de se poder dizer que para a maioria do eleitorado as motivações eram determinadas pelos "posicionamentos ideológicos". Em primeiro lugar, as qualidades pessoais dos candidatos, em seu conjunto, foram mencionadas pela mesma proporção de eleitores de cada uma das posições ideológicas. Além disso, e mais importante, qualquer que fosse este posicionamento, a categoria de motivos mais apontada era relacionada ao desempenho administrativo. Dessa forma, embora pareça haver uma influência do "posicionamento ideológico" dos eleitores sobre o conjunto das motivações manifestas de voto, ela precisa ser relativizada.

Se as limitações metodológicas existentes no presente trabalho não permitem conclusões mais precisas sobre o peso específico de cada variável sobre o voto, acreditamos que a análise realizada ao longo deste trabalho, a partir do teste sistemático das mesmas hipóteses para três eleições, tenha conseguido mostrar a relevância das variáveis aqui estudadas e indicar certas relações entre elas que possam ajudar na compreensão dos processos de decisão do eleitorado brasileiro nas eleições presidenciais recentes.

## TABELAS ANEXAS

### TABELAS ANEXAS CAPÍTULO 3

**Tabela Anexa 3.1**

**Correlação entre Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Voto, segundo Significado Atribuído ao Termo "Esquerda" (Set/89)**

Significado de "Esquerda"	Gama	(N)
É defender interesses do povo/trabalhadores; é o socialismo/comunismo/marxismo	0,63**	(184)
É ser contra o governo	0,31**	(319)
Outras respostas	0,28**	(401)
Não Sabe	0,08	(451)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

\*\* Significativo ao nível 0,01.

**Tabela Anexa 3.2**

**Correlação entre Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Voto, segundo Significado Atribuído ao Termo "Direita" (Set/89)**

Significado de "Esquerda"	Gama	(N)
É defender interesses das elites/empresários; defender valores tradicionais (Deus, Pátria, Família); liberdade econômica e política	0,65**	(168)
É ser governo	0,23**	(307)
Outras respostas	0,27**	(450)
Não Sabe	0,13	(427)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

\*\* Significativo ao nível 0,01.

**Tabela Anexa 3.3**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas,  
segundo Escolaridade (1º turno/1989) (Set./89)**

QUESTÃO (1)	Conjunto	Até 1ºG.	1º Grau	2º Grau	Superior
	Eleitores	Incompl.	Completo		
Democracia x ditadura	0,18**	0,08	0,06	0,24**	0,31**
Minoria deve influir nas decisões?	- 0,17**	- 0,17**	0,11	0,19**	- 0,10
Líder forte x participação popular	0,06	0,05	0,01	0,05	0,16
Proibição de greves	0,21**	0,07	0,06	0,39**	0,35**
Intervenção em sindicatos	0,19**	0,07	0,10	0,24**	0,38**
Proibição de partidos	0,21**	0,16**	- 0,17	0,18	0,13
Censura a meios de comunicação	0,19**	0,07	0,14	0,38**	0,17
Fechamento do Congresso	0,10*	0,08	- 0,27	0,20*	0,10
Participação do Estado na economia e serviços sociais	0,06	0,01	- 0,13	- 0,04	0,29**
Democracia é perigosa	0,18*	- 0,01	0,33*	0,18*	0,26*
Mudanças só com revolução ou violência	-0,03	-0,04	0,06	- 0,02	0,18
Justiça x miséria e desigualdade	-0,10	0,02	- 0,37	- 0,03	0,07
Povo deve opinar nas leis ?	0,13**	0,06	- 0,07	0,09	0,16
Igualdade/distribuição da riqueza	- 0,04	- 0,06	- 0,10	0,17	0,23*
Volta dos militares ao poder	0,20**	0,08	0,02	0,17*	0,28*
Sempre haverá ricos e pobres	0,29**	0,10	0,54*	0,19	0,48**
Bom do capitalismo: quem se esforça pode ficar rico	0,16**	0,06	- 0,28	0,29**	0,42**
Troca de voto por bem material	0,12**	0,08	- 0,14	0,15	0,02
Ordem x injustiça	0,09*	0,06	- 0,15	0,06	0,12
Se país é rico, não importa que haja desigualdades	0,20**	0,04	- 0,24	0,44**	0,37
Política é para profissionais	0,13**	-0,03	-0,17	0,14	0,31
Socialismo	0,04	0,11	0,37**	0,00	0,45**
Povo decidindo é melhor	0,01	0,16	- 0,10	- 0,02	0,34*
(% Média de Eleitores) (1)	(70 %)	(64 %)	(74 %)	(77 %)	(85 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

Obs.: Ver enunciado completo das questões no Apêndice 3.1.

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação.

Tabela Anexa 3.4

Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas,  
segundo Escolaridade - 1º turno /1989 (Março/90)

QUESTÃO (1)	Conjunto Eleitores	Escolaridade			
		Até 1º Grau Inc.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Democracia x ditadura	-0,02	-0,07	-0,30**	0,00	0,23*
Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,13**	0,06	-0,08	0,20**	0,35**
Líder forte x participação popular	0,12**	0,04	-0,04	0,21**	0,34**
Governo deve poder usar polícia contra manifestações ?	0,23**	0,17**	0,18	0,21**	0,17*
Governo deve poder processar quem for contra autoridade?	0,17**	0,08	0,17	0,07	0,22*
Governo deve poder proibir (por leis) manifestações ?	0,30**	0,17**	0,45**	0,16*	0,47**
Governo deve poder usar tropas para acabar com greves ?	0,33**	0,25**	0,27*	0,26**	0,38**
É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas.	0,00	-0,11	-0,05	-0,01	0,11
Mudanças no Brasil só com violência	0,05	0,08	-0,06	-0,21	-0,09
Melhor manter família que acabar c/casamento infeliz	0,15**	-0,16*	0,14	0,17*	0,28**
Volta dos militares ao poder	0,15**	0,01	0,19	0,06	0,33**
Governo, protegendo os pobres, prejudica quem trabalha	0,11**	0,00	0,12	0,04	0,19
No capitalismo quem se esforça pode ficar rico	0,25**	0,17**	0,25**	0,22**	0,36**
País seria melhor se só existisse um partido político	0,15**	0,08	0,07	-0,06	0,17
Melhor caminho p/ ajudar os pobres é c/ ajuda do governo	0,17**	0,04	0,20	0,11	0,09
No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo	-0,01	-0,04	0,01	0,12	0,12
Se o país for rico não importa que haja desigualdade social	0,13**	0,01	0,04	0,06	0,22
A única solução para o país é o socialismo	0,10**	0,12**	0,01	0,23**	0,54**
(% Média de Eleitores)	(73 %)	(70 %)	(74 %)	(84 %)	(90 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

Obs.: Ver enunciado completo das questões no Apêndice 3.2.

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

**Tabela Anexa 3.5**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas,  
segundo Escolaridade - 2º turno /1989 (Março/90)**

QUESTÃO (1)	Conjunto dos Eleitores	ESCOLARIDADE			
		Até 1º Grau Inc.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
Democracia x ditadura	0,02	-0,01	-0,44**	-0,04	0,34*
Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,11**	0,01	-0,05	0,21**	0,23**
Líder forte x participação popular	0,21**	0,10	0,12	0,26**	0,34**
Governo deve poder usar polícia contra manifestações ?	0,28**	0,19**	0,16	0,28**	0,18*
Governo deve poder processar quem for contra autoridade?	0,32**	0,17	0,33**	0,27**	0,41*
Governo deve poder proibir (por leis) manifestações ?	0,45**	0,35**	0,48**	0,31*	0,48**
Governo deve poder usar tropas para acabar com greves ?	0,50**	0,50**	0,34*	0,41**	0,34**
É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas.	0,02	-0,16*	0,01	-0,03	0,20*
Mudanças no Brasil só com violência	0,01	0,01	-0,196	-0,14	-0,12
Melhor manter família que acabar c/casamento infeliz	0,24**	-0,08*	0,15	0,16*	0,32**
Volta dos militares ao poder	0,16**	0,01	0,01	0,03	0,30**
Governo, protegendo os pobres, prejudica quem trabalha	0,19**	0,05	0,00	0,10	0,28*
No capitalismo quem se esforça pode ficar rico	0,25**	0,15**	0,31**	0,23**	0,29**
País seria melhor se só existisse um partido político	0,23**	0,12	0,07	-0,02	0,20
Melhor caminho p/ ajudar os pobres é c/ ajuda do governo	0,23**	-0,03	0,24	0,25**	0,07
No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo	-0,03	-0,03	0,02	-0,19*	0,16
Se o país for rico não importa que haja desigualdade social	0,22**	0,05	0,05	0,16	0,34
A única solução para o país é o socialismo	0,00	0,03	-0,08	0,15	0,52**
(% Média de Eleitores) (1)	(75 %)	(71 %)	(75 %)	(94 %)	(91 %)

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil) ; Obs.: Ver enunciado completo das questões no Apêndice 4.3. (\*) coef. signif. nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif.

(1) Porcentagens médias de eleitores, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.



**Tabela Anexa 3.6**

**Correlação (Gama) entre Preferência Partidária e Intenção de Voto,  
segundo Escolaridade (1º Turno - El. Pres. 1989)**

PESQUISA	ESCOLARIDADE				
	TOTAL	1	2	3	4
Vox Populi - Maio / Jun./89	0,83	0,81	0,84	0,86	0,94
Cedec / Usp / Dataf. - Set/89	0,69	0,69	0,65	0,69	0,55
Datafolha - Outubro/89	0,80	0,76	0,77	0,82	0,88
Ibope - Novembro/89	0,85	0,81	0,88	0,86	0,90
Cedec/Usp/Dataf.- Março/90	0,77	0,66	0,79	0,79	0,94

Obs. (1) Faixas de Escolaridade: Cedec/USP/Dataf. - Set/89 e Março/90; Datafolha - Out./89: 1 = até 1º Grau incomp. ; 2 = 1º Grau completo; 3 = 2º Grau; 4 = Superior. ; Vox Populi - Maio/Jun./89 e Ibope - Nov./89 = 1 = até primário (4ª s. 1º Gr.); 2 = ginásio (8ª s. 1º Gr.) ; 3 = Colegial (2º Gr.) ; 3 = Superior;  
Obs. (2) Todos os coeficientes são estatisticamente significativos ao nível de 0,01.

**Tabela Anexa 3.7**

**Correlação (Gama) entre Preferência Partidária e Intenção de Voto,  
segundo Escolaridade (2º Turno - El. Pres. 1989)**

PESQUISA	ESCOLARIDADE				
	TOTAL	1	2	3	4
Ibope - Nov./89	0,85	0,81	0,88	0,86	0,90
Cedec/Usp/Dataf. - Mar/90	0,81	0,75	0,76	0,83	0,92

Obs.: (1) Faixas de Escolaridade: Cedec/USP/Dataf. Março/90: 1 = até 1º Grau incomp. ; 2 = 1º Grau completo; 3 = 2º Grau; 4 = Superior. ; Ibope - Nov./89 = 1 = até primário (4ª s. 1º Gr.); 2 = ginásio (8ª s. 1º Gr.) ; 3 = Colegial (2º Gr.) ; 3 = Superior;

(2) Todos os coeficientes são estatisticamente significativos ao nível de 0,01.

(3) A intenção de voto, aqui, foi operacionalizada assim: 1 = Lula; 2= branco/nulo; 3= Collor.

## TABELAS ANEXAS CAPÍTULO 4

**Tabela Anexa 4.1**

**Correlação entre Intenção de Voto e Preferência Partidária,  
segundo Escolaridade - Eleição Presidencial / 1994**

PESQUISA	Conjunto Eleitores	ESCOLARIDADE			
		Analfabeto	1ºGrau	2ºGrau	Superior
DataFolha-Julho/94	0,72	(1)	0,41	0,52	0,74
DataFolha-Agosto/94	0,73	0,55	0,72	0,76	0,80
Sensus-Setembro/94	0,80	0,85	0,79	0,73	0,86
DataFolha-Setemb/94	0,81	0,72	0,79	0,80	0,90

Fontes: Datafolha e Instituto Sensus (pesquisas nacionais)

OBS: Todos os coeficientes são significativos ao nível de 0,01.

(1) Esta categoria, na pesquisa de julho, está incluída na categoria seguinte ("até 1º Grau") .

Obs (1): Nas quatro pesquisas aqui utilizadas, a forma de operacionalizar a intenção de voto foi a seguinte: esquerda = Lula e Brizola; centro = FHC e Quércio; direita = Amin e Enéas (outras respostas foram consideradas *missing cases*, inclusive os demais candidatos "nanicos", que, de qualquer forma, representaram um percentual muito baixo de intenções de voto.). Quanto à variável preferência partidária, foi assim operacionalizada para as três pesquisas do DataFolha: esquerda = PT, PDT e PSB; centro = PSDB, PMDB, PL e PTB; direita = PPR(PDS), PRN e PFL. Na pesquisa do instituto Sensus, foram incluídos na esquerda: PCdoB, PCB, PSTU e PPS e na direita o PRONA (estes partidos, nas pesquisas do DataFolha estão enquadrados na categoria "outros", que foi considerada aqui como *missing case*).

Obs(2): As correlações foram calculadas apenas para o conjunto dos eleitores, em cada amostra, que simultaneamente apontaram preferência por um dos partidos e intenção de voto em um dos candidatos (o que corresponde a percentuais variando de 37 % a 42 % de cada uma das amostras).

**Tabela Anexa 4.2**  
**Preferência Partidária e Intenção de Voto**  
**Eleição Presidencial /1994 (%)**

PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	%
Nenhum partido / não sabe	51
Nomes (de líderes políticos) / outras referências	8
Preferência pelo partido do candidato em que pretendia votar	22
Prefer. por partido que não o do candidato em que pretendia votar	13
Tinha preferência por um partido, mas pretendia votar em branco, anular o voto, ou ainda não sabia em quem iria votar	2
Preferência por "outros partidos" (1)	3

Fonte: DataFolha (Setembro/94 - Brasil)

(1) "Outros partidos" inclui partidos difíceis de classificar na escala E/D e a categoria residual com esse mesmo nome, utilizada originalmente pelo instituto de pesquisa, o que impede a desagregação.

**Tabela Anexa 4.3****Evolução das Intenções de Voto em FHC e Lula e da Avaliação do Plano Real  
(para o País) (Maio/Setembro/94) (%)**

DATA DA PESQUISA	Avaliação Positiva Plano Real (*)	Intenção de Voto	
		FHC	Lula
23 e 24 / Maio	28	17	40
9 a 13 / Junho	41	19	41
5 / Julho	62	21	38
11 a 13 / Julho	67	25	34
25 e 26 / Julho	72	29	32
8 e 9 / Agosto	75	36	29
16 a 18 / Agosto	78	41	24
29 e 30 / Agosto	77	45	22
9 / Setembro	76	44	23
13 a 15 / Setembro	76	45	21
20 a 22 / Setembro	77	47	22
27 e 28 / Setembro	75	47	23

Fontes: Datafolha (Universo: Brasil)

(\*) Proporção dos entrevistados que avaliavam o Plano como bom para o país.

**Tabela Anexa 4.4**

**Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real p/ o País, segundo Escolaridade (1994) - (Intenção de Voto = Oposição x Governo)**

PESQUISAS	TOTAL ELEIT.	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	2º Grau	Superior
Datafolha - Julho/94	0,48**	—	0,43**	0,53**	0,66**
Datafolha - Agosto/94	0,56**	0,53**	0,51**	0,56**	0,80**
Sensus - Setembro/94	0,61**	0,58**	0,66**	0,62**	0,73**
Datafolha - 20 a 22/9/94	0,67**	0,51**	0,66**	0,72**	0,72**
Datafolha2 - 27 e 28/9/94	0,62**	0,61**	0,58**	0,68**	0,80**

Fontes: Datafolha e Instituto Sensus (pesquisas nacionais).

Obs. (a) A Tabela é similar à Tabela 4.4, mas a variável intenção de voto foi operacionalizada aqui da seguinte forma: 1= oposição; 2 = governo (FHC). Obs. (b) Faixas de Escolaridade (1) e (2): Pesq. Datafolha-Julho/94: (2) = até 1º Grau (só há 3 categorias de escolaridade neste survey); Pesq. Datafolha - Agosto e Setembro/94: (1) = Analfabeto; 2 = 1º Grau; Pesq. Sensus: (1) = até 4ª série (primário completo); (2) = 5ª série até 1º Grau completo (ginasial);

\*\* Coeficientes significativos ao nível 0,01.

**Tabela Anexa 4.5**

**Correlação entre Intenção de Voto e Avaliação do Plano Real p/ o País, segundo Escolaridade (1994) - (Intenção de Voto = Lula x FHC)**

PESQUISAS	TOTAL ELEIT.	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	2º Grau	Superior
Datafolha - Julho/94	0,51**	—	0,45**	0,57**	0,72**
Datafolha - Agosto/94	0,59**	0,57**	0,53**	0,61**	0,82**
Sensus - Setembro/94	0,64**	0,61**	0,71**	0,59**	0,71**
Datafolha - 20 a 22/9/94	0,72**	0,57**	0,69**	0,76**	0,79**
Datafolha2 - 27 e 28/9/94	0,67**	0,71**	0,60**	0,73**	0,85**

Fontes: Datafolha e Instituto Sensus (pesquisas nacionais).

Obs. (a) A Tabela é similar à Tabela 4.4, mas a variável intenção de voto foi operacionalizada aqui da seguinte forma: 1=Lula; 2 = FHC. Obs. (b) Faixas de Escolaridade (1) e (2): Pesq. Datafolha-Julho/94: (2) = até 1º Grau (só há 3 categorias de escolaridade neste survey); Pesq. Datafolha - Agosto e Setembro/94: (1) = Analfabeto; 2 = 1º Grau; Pesq. Sensus: (1) = até 4ª série (primário completo); (2) = 5ª série até 1º Grau completo (ginasial);

\*\* Coeficientes significativos ao nível 0,01.

## TABELAS ANEXAS CAPÍTULO 5

Tabela Anexa 5.1

Correlação entre Intenção de Voto e Preferência Partidária,  
segundo Escolaridade (Nov/97 a Set/98)

PESQUISA	Conjunto Eleitores	ESCOLARIDADE			
		(1)	(2)	(3)	(4)
FPA - Novembro/97	0,70	0,71	0,70	0,69	0,70
Datafolha - Maio/98	0,63	0,60	0,63	0,62	0,70
Datafolha - Junho/98	0,63	0,54	0,58	0,66	0,76
FPA - Julho/98	0,64	0,65	0,56	0,58	0,90
Datafolha - Agosto/98	0,64	0,55	0,59	0,64	0,82
FPA - Setembro/98	0,71	0,69	0,82	0,63	0,81
Datafolha - Setembro/98	0,69	0,67	0,64	0,72	0,79

Fontes: Datafolha e Fundação Perseu Abramo (FPA) (ver Apêndice 2).

Faixas de escolaridade: em todas as pesquisas, (3) = colegial (2º Grau); (4) = superior; pesquisas Datafolha: (1): até primário incompleto; (2) primário completo até ginásio completo; pesquisas Fundação Perseu Abramo de Nov/97 e Julho/98: (1) 1º Grau incompleto; (2) 1º Grau completo; FPA -Set./98: (1) = até primário completo (4ª série); 5ª a 8ª série (ginásial):

Obs(1): A forma de operacionalizar a intenção de voto foi a seguinte: esquerda = Lula e Ciro Gomes; centro = FHC; direita = Enéas (outras respostas foram considerados *missing cases*, inclusive os demais candidatos "nanicos", que, de qualquer forma, representaram um percentual muito baixo de intenções de voto.). Quanto à variável preferência partidária, foi assim operacionalizada para todas as pesquisas, com exceção de uma: esquerda = PT, PDT e PSB; centro = PSDB, PMDB, PL e PTB; direita = PPR(PDS), PRN e PFL. Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo feita nas capitais, em setembro/98, havia menos opções: esquerda = PT e PDT; centro = PSDB e PMDB; direita = PPR(PDS), e PFL (os eleitores que preferiam aqueles outros partidos não incluídos nesta pesquisa, foram enquadrados na categoria "outros", que foi considerada aqui como *missing case*).

Obs(2): Todos os coeficientes são significativos ao nível de 0,01.

**Tabela Anexa 5.2**  
**Preferência Partidária e Intenção de Voto**  
**Eleição Presidencial de 1998 (%)**

PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA	%
Nenhum partido / não sabe	51
Nomes (de líderes políticos) / outras referências	10
Preferência pelo partido do candidato em que pretendia votar	26
Prefer. por partido que não o do candidato em que pretendia votar	9
Tinha preferência por um partido, mas pretendia votar em branco, anular o voto, ou ainda não sabia em quem iria votar	2
Preferência por "outros partidos" (1)	2

Fonte: DataFolha (Setembro/98 - Brasil)

(1) "Outros partidos" inclui partidos difíceis de classificar na escala E/D e a categoria residual com esse mesmo nome, utilizada originalmente pelo instituto de pesquisa, o que impede a desagregação.

**Tabela Anexa 5.3**

**"Candidato mais Preparado p/ Enfrentar Crise Econômica Internacional",**  
**Segundo Avaliação do Governo FHC (Agosto/98) (%)**

Candidato Mais Preparado p/ Enfrentar Crise Internacional	TOTAL	Avaliação Governo FHC		
		Ruim/Péssimo	Regular	Bom/Ótimo
FHC	54	15	47	74
Lula	16	39	19	6
Ciro Gomes	5	10	7	3
Outros Candidatos	2	3	2	2
Nenhum/Não Sabe	23	32	25	16
(N)	(13859)	(2252)	(4846)	(6379)

Fonte: Datafolha - Agosto/98 (Universo: Brasil; N = 13859)

Obs.: Diferença entre "N" total e soma dos "Ns" das três últimas colunas corresponde às respostas "Não sabe" à pergunta sobre avaliação do governo FHC.

**Tabela Anexa 5.4**

**Significado de "Esquerda", Segundo Escolaridade (Nov./97) (%)**

Significado de "Esquerda"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	36	44	27	14
Ser contra o governo/ o poder; oposição	28	22	37	42
Coisas negativas (p/nós; p/Brasil)	9	12	5	2
Contra alguma coisa; contra tudo; só criticam	5	5	6	6
Estar ao lado / defender povo / trabalhadores / fracos	4	4	3	8
Fazer manifestações / greves; ser radical / extremista; fazer confusão / baderna / desordem	3	1	7	10
Igualdade; lutar por direitos sociais; voltado para problemas sociais	2	1	2	10
Ser comunista / socialista / estatizar as indústrias	2	1	1	4

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores, em cada faixa de escolaridade, que responderam à questão (aplicada apenas a uma sub-amostra de 480 entrevistados).



**Tabela Anexa 5.5**

**Significado de "Direita", Segundo Escolaridade (Nov./97) (%)**

Significado de "Direita"	Conjunto Eleitores	Escolaridade		
		Até 1º G.	2º Grau	Superior
Não Sabe / Não Respondeu	34	41	25	12
É a favor do governo; ligado ao gov.	22	18	33	24
É sempre quem está no poder; situação; status quo	8	6	4	12
É o melhor / bom / certo / o caminho certo; sérios	11	15	13	6
Defende empresários / ricos / classe alta; é contra o povo / trabalhadores; é o capitalismo; capitalismo extremo	3	3	1	12
Defende pobres / trabalhadores	2	3	0	4
São os conservadores; reacionários; é contra os comunistas / socialistas	1	1	2	6
É mais calmo / tranqüilo; resolve sem tumulto	1	0	3	2

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores, em cada faixa de escolaridade, que responderam à questão (aplicada apenas a uma sub-amostra de 480 entrevistados).

**Tabela Anexa 5.6**

**Correlação entre Intenção de Voto e Posicionamento na Escala Esquerda-Direita - Diferentes Formas de Operacionalizar Variáveis (Nov./97)**

OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	Conjunto Eleitores	Até 1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
(1)	0,26**	0,20	0,51**	0,18	0,77**
(2)	0,28**	0,28	0,36	0,19	0,94**
(3)	0,27**	0,21	0,42**	0,19	0,80**
(4)	0,22**	0,13	0,19	0,13	0,81**
(5)	0,31**	0,23*	0,50**	0,26	0,71**
Nº. Casos (N)	303	152	38	76	37

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

(\*) coeficientes significativos ao nível 0,05; (\*\*) coeficientes significativos ao nível 0,01; demais coeficientes estatisticamente não significativos.

(1) Posicionamento na escala: esquerda = posições 1 e 2 da escala; centro = posições 3 a 5; direita = posições 6 e 7; intenção de voto: esquerda = Lula e Ciro; centro = FHC e Sarney; direita = Enéas;

(2) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro = FHC, Ciro e Sarney; direita = Enéas;

(3) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro-esquerda = Ciro; centro-direita = FHC e Sarney; direita = Enéas;

(4) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro = Ciro e FHC; direita = Sarney e Enéas;

(5) Posicionamento na escala: esquerda = posição 1 da escala; centro-esquerda = posições 2 e 3; centro = posição 4; centro-direita = posições 5 e 6; direita = posição 7; intenção de voto: idem (3).

**Tabela Anexa 5.7****Opiniões em Relação a Greves, segundo Posicionamento na Escala  
Esquerda-Direita e Escolaridade (Nov/97) (%)**

Escolaridade	Resposta à Questão	Posicionamento na Escala			Total
		Esquerda	Centro	Direita	
1º Grau Incom- pleto	Totalmente contra	60	61	43	51
	Contra ou a favor (em parte)	27	25	24	25
	Totalmente a favor	13	11	26	16
	Não sabe	0	3	7	8
Supe- rior	Totalmente contra	83	54	42	53
	Contra ou a favor (em parte)	17	36	50	37
	Totalmente a favor	0	11	8	10
	Não sabe	0	0	0	0

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov/97.

Obs: Questão: "Você é a favor ou contra que o governo brasileiro possa ter o direito de proibir greves?"

**Tabela Anexa 5.8**

**Preferência por Líder Forte ou Participação Popular, segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Nov/97) (%)**

Escolaridade	Resposta à Questão	Posicionamento na Escala			Total
		Esquerda	Centro	Direita	
1º Grau Incompleto	Líder forte	30	23	32	28
	Participação popular	43	53	40	41
	As duas coisas	17	18	19	19
	Não sabe/ outras respostas	10	6	10	13
Superior	Líder forte	0	22	36	21
	Participação popular	100	63	36	60
	As duas coisas	0	15	27	19
	Não sabe/ outras respostas	0	0	0	0

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov/97.

Obs: Questão: "Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil ? 1) a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar"; 2) a participação do povo nas decisões importantes do governo; 3) as duas coisas; 4) outras respostas; 5) não sabe"

**Tabela Anexa 5.9**

**Opiniões em Relação à Questão "Política é para Profissionais" , segundo Posicionamento na Escala Esquerda-Direita e Escolaridade (Nov/97) (%)**

Escolaridade	Resposta à Questão	Posicionamento na Escala			Total
		Esquerda	Centro	Direita	
1º Grau Incompleto	Discorda totalmente	24	27	30	29
	Concorda ou discorda (parte)	35	21	41	32
	Discorda totalmente	41	40	25	29
	Não sabe	0	11	4	11
Superior	Discorda totalmente	100	63	67	69
	Concorda ou discorda (parte)	0	0	0	2
	Discorda totalmente	0	33	33	27
	Não sabe	0	4	0	2

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov/97.

Obs: Questão: "Vou ler uma frase e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda: política é uma coisa que deve ser feita apenas por profissionais, como deputados e senadores"

**Tabela Anexa 5.10**

**Correlação entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas,  
segundo Escolaridade (Novembro/97)**

QUESTÃO	Conjunto Eleitores	Até 1º G. Incompl.	Superior
Socialismo como solução para os problemas sociais	- 0,06	0,04	- 0,08
Democracia x ditadura	0,03	0,04	- 0,17
Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias	0,02	- 0,09	- 0,07
Líder forte x participação popular	- 0,01	- 0,11	0,22
Para manter a ordem, as leis, mesmo injustas, devem ser obedecidas	- 0,03	- 0,05	0,17
Mudanças no Brasil só com revolução ou pela força	0,03	0,01	0,25
Política é para profissionais (deputados; senadores)	0,02	0,00	0,24
Não há solução para problemas sociais sem reforma agrária radical	- 0,02	- 0,17	0,39**
País funcionaria melhor c/ a volta dos militares ao poder	0,01	- 0,11	-0,02
Tudo que sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível	0,15	0,11	0,44
O melhor para o país é que o governo se envolva o menos possível com as atividades econômicas	- 0,10	- 0,10	0,07
Por mais que se queira mudar as coisas, sempre vão existir ricos e pobres	- 0,10	- 0,31	0,02
O MST tem razão em ocupar terras improdutivas	0,23**	0,23	0,50*
Governo deve poder proibir greves	0,31**	0,24**	0,54**
Governo deve poder intervir nos sindicatos	0,15*	0,05	0,33
Governo deve poder proibir a existência de algum partido	0,09	0,01	0,42
Governo deve poder censurar jornais, TVs e rádio	0,01	- 0,05	0,13
Governo deve poder fechar o Congresso Nacional	0,01	0,00	0,10
(% Média de Eleitores) (1)	(81 %)	(80 %)	(82 %)

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Novembro/97 (Universo: Brasil)

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Há uma variação relativamente pequena em torno dessas médias. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

**Tabela Anexa 5.11**

**Correlação (Gama) entre Intenção de Voto e Opiniões Políticas ,  
segundo Escolaridade (Maio/98)**

QUESTÃO	Conjunto Eleitores	Até Prim. Incompl.	Prim. Comp. /Gin. Comp.	2º Grau	Superior
Ocupação terras p/ Ref. Agrária	0,24**	0,22**	0,23**	0,20**	0,60**
Greve dos professores univers.	0,24**	0,09	0,24**	0,21**	0,56**
Ocupação de prédios públicos para pressionar governo	0,30**	0,22*	0,33**	0,24**	0,65**
Greve geral de todas as categorias	0,25**	0,15*	0,20**	0,27**	0,55**
Saques de supermercados	0,18**	0,03	0,23**	0,17**	0,57**
Saques de caminhões de alimentos	0,15**	0,08	0,16**	0,18**	0,52**
(% Média de Eleitores) (1)	(75 %)	(64 %)	(78 %)	(80 %)	(79 %)

Fonte: Datafolha - Maio/98 (Universo: Brasil)

Obs.: Operacionalização das variáveis: a) intenção de voto: 1 = esquerda: Lula (PT) e Ciro Gomes (PPS); 2 = centro: FHC (PSDB); 3 = direita: Enéas (PRONA); b) opinião sobre as questões: 1 = apóia totalmente; 2 = apóia em parte / é indiferente; 3 = não apóia. Outras respostas = *missing cases*.

(\*) coef. significativo nível 0,05; (\*\*) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Há uma variação relativamente pequena em torno dessas médias. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

**Tabela Anexa 5.12****Proporções dos Eleitores em cada Faixa de Escolaridade que não se Posicionaram na Escala Esquerda-Direita (Novembro/97)**

	Conjunto Eleitores	Não Freq. Escola	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
<b>% de Eleitores Não Posicionados na Escala (*)</b>	24,7	50,0	27,4	22,9	21,3	8,0

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

(\*) Inclui entrevistados que responderam "Não Sei" ou não quiseram se posicionar, frente ao pedido do entrevistador para que eles mencionassem qual sua posição numa escala de 7 pontos (esquerda-direita).

**Tabela Anexa 5.13****Proporções dos Eleitores em Cada Faixa de Escolaridade que não Avaliaram os Efeitos do Plano Real para o País (Novembro/97) (%)**

	Conjunto Eleitores	Não Freq. Escola	1º Grau Incompl.	1º Grau Completo	2º Grau	Superior
<b>% de Eleitores que Não Avaliaram Plano Real (*)</b>	2,7	6,4	2,6	2,0	1,8	2,0

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

(\*) Inclui entrevistados que responderam "Não Sei" ou não quiseram avaliar, frente ao pedido do entrevistador para que eles avaliassem efeitos do Plano Real para o País.



## APÊNDICES

### APÊNDICE II.1 - DADOS BÁSICOS DA METODOLOGIA DOS SURVEYS UTILIZADOS

#### 1) Vox Populi - Maio/Junho/1989

- Período da Coleta de Dados: 27/5 a 4/5/89
- Universo: Brasil (eleitores com 18 anos ou mais e com 16 ou 17 anos que pretendiam votar)
- Amostra: 2773 entrevistados em 116 municípios das 5 regiões brasileiras. ("Amostra representa eleitorado por estrato urbano e por região, além do universo dos eleitores segundo as principais características sócio-econômicas: sexo, idade, escolaridade e nível de renda familiar").

#### 2) Datafolha (Relatório) - Junho/1989

- Período da Coleta de Dados: 3 e 4/6/89
- Universo: Brasil
- Amostra: 10330 entrevistados das 5 regiões brasileiras.

#### 3) Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea)/USP/Datafolha - Setembro/1989

- Período da Coleta de Dados: 2 e 3/9/89
- Universo: Brasil
- Amostra: 2083 entrevistados das 5 regiões brasileiras ("estratificação por região, sexo, idade e nível sócio-econômico; sorteio aleatório dos domicílios").

#### 4) Datafolha - Outubro/1989

- Período da Coleta de Dados: 7 e 8/10/89
- Universo: Brasil (população urbana e rural acima de 16 anos)
- Amostra: 4893 entrevistados das 5 regiões brasileiras ("amostragem por cotas de sexo e idade estratificada por região e nível sócio-econômico com sorteio aleatório de domicílios").

#### 5) Ibope - Novembro/1989

- Período da Coleta de Dados: 20 a 22/11/89
- Universo: Brasil
- Amostra: 3650 entrevistados das 5 regiões brasileiras.

#### 6) Datafolha (Relatório) - Dezembro/1989

- Período da Coleta de Dados: 12/89
- Universo: Brasil
- Amostra: 4957 entrevistados.

#### 7) Cedec/USP/Datafolha - Março/1990

- Período da Coleta de Dados: 3 e 4/3/90
- Universo: Brasil
- Amostra: 2480 entrevistados das 5 regiões brasileiras ("estratificação por região, sexo, idade e nível sócio-econômico; sorteio aleatório dos domicílios").

#### 8) Datafolha - Maio/1993

- Período da Coleta de Dados: 26/5/93
- Universo: Brasil
- Amostra: 2500 entrevistados ("estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica, e nível sócio-econômico").

#### 9) Datafolha - Julho/1994

- Período da Coleta de Dados: 11 a 13/7/94
- Universo: Brasil
- Amostra: 14031 entrevistados ("estratificada, com sorteio aleatório, por localização geográfica, e nível sócio-econômico").

#### 10) Datafolha - Agosto/1994

- Período da Coleta de Dados: 8 e 9/8/94
- Universo: Brasil
- Amostra: 20610 entrevistados (base ponderada = 2500).

**11) Sensus- Setembro/1994**

- Período da Coleta de Dados: 5 a 10/9/94
- Universo: Brasil
- Amostra: 2000 entrevistados ("amostra nacional cota-classe, com entrevistas em 134 municípios de 24 Estados, segundo as variáveis: região, Estado, município, zona residencial (urbano/rural), sexo, idade, escolaridade e renda familiar". Obs: "algumas perguntas foram aplicadas ao total da amostra nacional, com margem de erro de + ou - 3 %, para nível de confiança de 95 %; outras foram aplicadas alternadamente na amostra nacional, em cada ponto de coleta, com margem de erro de + ou - 4 %, para nível de confiança de 95 %") .

**12) Datafolha - Setembro1/1994**

- Período da Coleta de Dados: 20 a 22/9/94
- Universo: Brasil
- Amostra: 16415 entrevistados (base ponderada = 2500).

**13) Datafolha - Setembro2/1994**

- Período da Coleta de Dados: 27/9/94
- Universo: Brasil
- Amostra: 21292 entrevistados (base ponderada = 2500).

**14) Fundação Perseu Abramo (Núcleo de Opinião Pública) - Novembro/1997**

- Período da Coleta de Dados: Novembro/97
- Universo: Brasil
- Amostra: 4935 entrevistados (base ponderada = 2670) (Obs.: algumas questões foram aplicadas apenas a uma parcela (variável, conforme a pergunta) da amostra).

**15) Datafolha - Maio/1998**

- Período da Coleta de Dados: 27 e 28/5/98
- Universo: Brasil
- Amostra: 3133 entrevistados.

**16) Datafolha - Junho/1998**

- Período da Coleta de Dados: 8 e 9/6/98
- Universo: Brasil
- Amostra: 12592 entrevistados em 332 municípios("amostragem estratificada por sexo e idade, com sorteio aleatório dos entrevistados. O conjunto da população acima de 16 anos é tomada como universo da pesquisa e dividido em 4 sub-universos que representam as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste. Em cada sub-universo os municípios são agrupados de acordo com a localização e o nível sócio-econômico. Dentro de cada grupo são sorteados municípios estratificados pelo porte correspondente. A margem de erro é de 2 %, dentro de um intervalo de confiança de 95 %").

**17) Fundação Perseu Abramo (Núcleo de Opinião Pública) - Julho/1998**

- Período da Coleta de Dados: Julho/98
- Universo: Brasil
- Amostra: 2503 entrevistados.

**18) Datafolha - Agosto/1998**

- Período da Coleta de Dados: 12 a 14/8/98
- Universo: Brasil
- Amostra: 10290 entrevistados em 399 municípios (metodologia: idem 16, acima).

**19) Fundação Perseu Abramo (Núcleo de Opinião Pública) - Julho/1998**

- Período da Coleta de Dados: Setembro/98
- Universo: Capitais Brasileiras (exceto Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho).
- Amostra: 1307 entrevistados.

**20) Datafolha - Setembro/1998**

- Período da Coleta de Dados: 1 e 2/9/98
- Universo: Brasil
- Amostra: 13859 entrevistados em 504 municípios (metodologia: idem 16, acima).

### APÊNDICE 3.1 - QUESTÕES SOBRE OPINIÕES POLÍTICAS - SURVEY CEDEC/USP/ DATAFOLHA - SETEMBRO/89.

Obs: São apresentadas as opções de resposta na forma em que entraram na análise de correlação. Respostas do tipo "não sei" foram consideradas *missing cases*.

1- "Com qual das frases você concorda mais: 1) a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo; 2) em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; 3) tanto faz se é uma democracia ou uma ditadura ?"

2- "Na sua opinião, quem tem interesses diferentes da maioria da população deve ou não influir na vida política do país ? 1) sim; 2) não sabe; 3) não".

3- "O que seria melhor para resolver os problemas do Brasil ? 1) a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar"; 2) a participação do povo nas decisões importantes do governo; 3) as duas coisas".

4- "Na sua opinião, o governo deve ou não ter o direito de: a) proibir greves; b) intervir nos sindicatos; c) proibir a existência de algum partido; d) censurar os meios de comunicação, como TV, rádio e jornais; e) fechar o Congresso Nacional ? [para cada item, as opções de resposta eram]: 1) não; 2) depende; 3) sim".

5- "Na sua opinião, o que seria melhor para o Brasil: 1) que o governo deixe as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive serviços básicos, como educação, saúde e habitação; 2) que o governo dirija apenas esses serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares; 3) que o governo dirija tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior, as indústrias pesadas, etc".

6- "Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse sobre cada uma, se concorda ou discorda [resposta intermediária: "concorda ou discorda em parte]:

a) "a democracia é perigosa porque pode provocar desordens";

b) "as coisas no Brasil só vão mudar com uma revolução ou com violência";

c) "se a justiça funcionasse, não haveria tanta miséria e desigualdade no Brasil";

d) "o povo não tem capacidade de opinar sobre como devem ser as leis no Brasil";

e) "tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível";

f) "o país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder";

g) "por mais que se queira mudar as coisas, sempre haverá ricos e pobres no país";

h) "o bom do capitalismo é que quem se esforça no trabalho pode ficar rico";

i) "o bom das eleições é que se pode trocar o voto por alguma coisa material";

j) "para se manter a ordem, as leis devem ser obedecidas sempre, mesmo se forem injustas";

k) "se o país for rico, não importa que haja desigualdades econômicas e sociais";

- l) "política é uma coisa que deve ser feita apenas por profissionais, como deputados e senadores";
- m) "a única solução para o Brasil é o socialismo";
- n) "se o povo tivesse o poder de decidir, o país seria melhor".

### **APÊNDICE 3.2 - QUESTÕES SOBRE OPINIÕES POLÍTICAS - SURVEY CEDEC/USP/ DATAFOLHA - MARÇO/90.**

Obs: Há questões iguais às questões 1; 3; 6.b; 6.f; 6.h; 6.k; 6.m do questionário do *survey* Cedec/USP/Datafolha de setembro de 1989 (Apêndice 3.1). As demais são as seguintes:

1- "Em muitos lugares existem grupos de pessoas com idéias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, essas pessoas: 1) devem obedecer a vontade da maioria, deixando de lado suas idéias; 2) podem ter suas idéias, desde que não tentem convencer os demais; 3) podem ter suas idéias e tentar convencer os outros?".

2) "Você concorda ou discorda [opção intermediária: "depende"] que o governo:

- a) use a polícia contra manifestações de rua ? ;
- b) processe quem for contra a autoridade constituída ? ;
- c) faça leis que proíbam manifestações de protesto ? ;
- d) use tropas para acabar com greves ?".

3- "Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse sobre cada uma, se concorda ou discorda [resposta intermediária: "concorda ou discorda em parte]:

- a) "é bobagem mudar as leis no Brasil, porque elas não são respeitadas";
- b) "é melhor manter a família do que acabar com casamento infeliz;
- c) "quando o governo protege os mais pobres, prejudica quem venceu pelo esforço";
- d) "o país seria bem melhor se existisse só um partido político";
- e) "a melhor maneira de resolver problemas dos mais pobres é com ajuda do governo";
- f) "no Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo".

#### **APÊNDICE 4.1- PERGUNTAS DE SURVEYS UTILIZADAS E FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO GOVERNAMENTAL E AVALIAÇÃO DO PLANO ECONÔMICO (PLANO REAL).**

Obs: Este Apêndice descreve as questões de forma geral, para todas as Tabelas em que elas foram utilizadas.

**a) Avaliação de Desempenho Governamental:** "Na sua opinião, o presidente ... está fazendo um governo: 1) Ótimo; 2) Bom; 3) Regular; 4) Ruim; 5) Péssimo; 6) NS/NR".

- Operacionalização da Variável nas Análises de Correlação: Categorias: 1 = Ruim + Péssimo; 2 = Regular; 3 = Ótimo + Bom. (Obs: Na pesquisa do instituto Sensus - Setembro de 1994, havia 3 sub-categorias de avaliação Regular: a categoria "Regular+" foi somada a "Ótimo+Bom" e a categoria "Regular -" foi somada a "Ruim + Péssimo", ficando "Regular" (simplesmente) como categoria intermediária).

**b) Avaliação (dos efeitos) do plano econômico para o país e para o entrevistado:** Há 2 tipos básicos de perguntas:

Exemplo do 1º tipo de pergunta: a) p/país: "Na semana passada o plano econômico do governo Collor completou 3 meses. Na sua opinião esse plano é bom ou ruim para o país?" Opções de respostas: 1) Bom; 2) Ruim; 3) Em parte bom/ em parte ruim; 4) Indiferente/tanto faz; 5) Não Sabe;

b) p/entrevistado: "No seu caso pessoal, você se sente mais beneficiado ou mais prejudicado com esse plano?". Opções de respostas: 1) Mais beneficiado; 2) Mais Prejudicado; 3) É indiferente / ambos / em parte; 4) Não Sabe

Exemplo do 2º tipo de pergunta: a) p/país: "A implantação do Real completou um ano no último mês de julho. De um modo geral você acha que o plano real está sendo bom ou ruim para o país?"; b) p/entrevistado: "E para você?" Opções de respostas (p/ a e b): 1) Bom; 2) Ruim; 3) Indiferente; 4) Não Sabe

- Operacionalização das Variáveis nas Análises de Correlação:

i) Avaliação (dos efeitos) do plano econômico para o país. Categorias: 1 = Ruim; 2 = Indiferente (tanto faz; em parte bom / em parte ruim) ; 3 = Bom.

ii) Avaliação (dos efeitos) do plano econômico para o entrevistado. Categorias: 1 = Mais Prejudicado (ou Ruim); 2 = Indiferente ; 3 = Mais Beneficiado (ou Bom).

## **APÊNDICE 5.1 - QUESTÕES SOBRE OPINIÕES POLÍTICAS - SURVEY FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - NOVEMBRO/97.**

Obs: Há questões iguais (ou muito semelhantes) às questões 1; 3; 4a; 4b; 4c; 4d; 4e; 6j; 6b; 6i; 6f do questionário do *survey* Cedec/USP/Datafolha de setembro de 1989 (Apêndice 3.1). Outra é semelhante à questão 1 do questionário do *survey* Cedec/USP/Datafolha de março de 1990 (Apêndice 3.2). As demais são as seguintes:

- 1) "Pensando na solução dos problemas sociais, qual das seguintes frases se aproxima mais do que você pensa sobre o socialismo: 1) o socialismo nunca foi uma boa solução para os problemas sociais; 2) o socialismo já foi uma boa solução mas não tem mais futuro; 3) o socialismo continua sendo uma alternativa para resolver os problemas sociais".
- 2) "Vou ler [uma] frase e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda: 'não existe solução para os problemas sociais do país sem uma reforma agrária radical'".

## **APÊNDICE 6.1 - INDICADORES ECONÔMICOS**

- 1) Inflação: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Fundação Getúlio Vargas;
- 2) Desemprego: taxa de desemprego aberto (IBGE) - Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.

Obs: Como para o Brasil estes dados começaram a ser coletados apenas a partir de 1991, foram utilizados para o cálculo dos coeficientes da Tabela 6.11, dados relativos a esse mesmo indicador de desemprego para São Paulo e Rio de Janeiro, existentes para todo o período em estudo.

- 3) Renda: rendimento médio real total do pessoal ocupado (deflacionado pelo INPC) - dados para São Paulo e Rio de Janeiro;
- 4) Crescimento econômico: Indicador do Nível de Atividade (INA -FIESP)

Obs: Para todos os indicadores foram tomados os dados mensais (daí a utilização do INA como indicador aproximado de crescimento econômico, já que não há indicador mensal de crescimento do PIB).

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Lua Nova*, n. 26, 1992.
- \_\_\_\_\_. Eleições versus instituições ou porque os brasileiros não reelegeram Fernando Collor. *Papers*, n. 18, Fundação Konrad-Adenauer, 1994.
- ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro**. São Paulo: Casa Amarela, 1996.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova*, n. 26, 1992.
- BAQUERO, Marcello. A tese da mobilização cognitiva e o declínio dos partidos. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, 1996.
- BERELSON, Bernard et al.. **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: University of Chicago Press, 1954.
- CAMPBELL, Angus et al. **The american voter**. New York: Wiley, 1960.
- CASTRO, Mônica M.M. **Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1994. (Tese de Doutorado).
- CHEIBUB, José A. & PRZEWORSKI, Adam. Democracia, eleições e responsabilidade política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 35, p. 49-61, 1997.
- CONVERSE, Phillip. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, David (ed.) **Ideology and discontent**. New York: Free Press, 1964.
- \_\_\_\_\_. Popular representation and the distribution of information. In: FERREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- DALTON, Russell J. & WATTENBERG, Martin. The not so simple act of voting. In: FINIFTER, Ada (ed.). **State of Political Science II**. Washington: American Political Science Association, 1993.
- DAVIS, James. **Levantamentos de dados em sociologia: uma análise estatística elementar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row Publishers, 1957.
- ECHEGARAY, Fabian. **The determinants of electoral choice in Latin America**. PhD. Dissert. University of Connecticut, 1996.
- ELORDI, Carlos & HARTLEY, Thomas. Explaining the popularity of presidents, prime ministers and chancellors in the USA, UK and Germany. **III Seminário Nacional sobre Comportamento Político**, Florianópolis: UFSC, 1997.

- FELDMAN, Stanley & CONLEY, Patricia. Explaining explanations of changing economic conditions. In: NORPOTH, H. et al. **Economics and politics - the calculus of support**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- FEREJOHN, John. Information and the electoral process. In: FEREJOHN, John, KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FAPESP / Editora FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.
- \_\_\_\_\_. Ciclos político-eleitorais, conjuntura eleitoral e sucessão presidencial em 98. **Correio Brasiliense**, Brasília, 28/06 /1998.
- FIGUEIREDO, Ney L. **Como ganhar uma eleição**. São Paulo: Cultura, 1990.
- FIGUEIREDO, Rubens. Opinião pública, intencionalidade e voto. **Opinião Pública**, v II, n. 2, 1994.
- \_\_\_\_\_. Marketing político - mitos e verdades. **Papers**, n. 30, Fundação Konrad-Adenauer, 1997.
- FIORINA, Morris. **Retrospective voting in American national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. Information and rationality in election. In: FEREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. Elections and the economy in the 1980s: Short-and-long-term effects. In: ALESINA, Alberto & CARLINER, G. (eds.). **Politics and economy in the eighties**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Voting Behavior. In: MUELLER, Dennis. **Perspectives on public choice - a handbook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FLEISCHER, David. (org). **Os Partidos Políticos no Brasil**. 2 vols. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- GLASS, David. Evaluating presidential candidates: who focuses on their personal attributes. **Public Opinion Quarterly**, 49, 1994.
- HINICH, Melvin & MUNGER, Michael. **Ideology and the theory of political choice**. Ann Arbor: The University of Michigan Press. (first edition: 1994), 1996.
- IYENGAR, Shanto. Shortcuts to political knowledge: The role of selective attention and accessibility. In: FEREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- KEY, V.O. **The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1966**. Cambridge: Belknap Press, 1966.



- KIEWIET, D. Roderick. **Macroeconomics and micropolitics: the electoral effects of economic issues**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.
- KINDER, Donald, KIEWIET, D. Roderick. Sociotropic politics. **British Journal of Political Science**, 11, 1981.
- KINZO, M. D'Alva. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré.
- \_\_\_\_\_. A Eleição presidencial de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. **Dados**, v. 35, n.1, 1992.
- \_\_\_\_\_. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real. In: PINTO, Céli, GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- KRAMER, Gerald. Short-term fluctuations in U.S. voting behavior: 1896-1964. **American Political Science Review**, v. 69, n. 4, 1971.
- LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Voto de desconfiança**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LAVAREDA, Antônio. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. **Dados**, v. 32, n.3, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A democracia nas urnas - o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/ IUPERJ, 1991.
- LAZARSELD, Paul et al. **The People's choice**. New York: Columbia University Press, 1944.
- LEWIS-BECK, Michael. **Economics & elections: the major western democracies**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: NORPOTH, H. et al. **Economics and politics - the calculus of support**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- LUPIA, Arthur & McCUBBINS, Mathew. **The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- McKELVEY, Richard & ORDESHOOK, Peter. Information and elections: retrospective voting and rational expectations. In: FERREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- MENDES, Manuel T., VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v. II, n. 2, 1994.
- MENEGUELLO, Raquel. Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential election. **International Social Science Journal**, 146, Dec 1995.

- MILLER, Arthur & WATTENBERG, Martin. Throwing the rascals out: policy and performance evaluations of presidential candidates, 1952-1980. *American Political Science Review*, v. 79, p. 359-72, 1985.
- MILLER, Arthur et al. Schematic assessments of presidential candidates. *American Political Science Review*, v. 80, 1986.
- MILLER, Warren & SHANKS, J. Merrill. *The new american voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- MUSZYNSKI, Judith & MENDES, Manuel T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.
- NEUMAN, W. Russel. *The paradox of mass politics - knowledge and opinion in the American electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- NÉUMANNE, José. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.
- NICOLAU, Jairo M. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Revan, 1998.
- NIE, Norman et al. *The changing American voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- NIEMI, Richard. G., WEISBERG, Herbert (2nd. ed.). *Controversies in voting behavior*. Washington: Congressional Quarterly Inc., 1984.
- NORPOTH, Helmuth. The popularity of the Thatcher government: a matter of war and economy. In: NORPOTH, H. et al. *Economics and politics - the calculus of support*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- PAGE, Benjamin, SHAPIRO, Robert. *The rational public: fifty years of trends in American policy preferences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- PALDAM, Martin. How robust is the vote function? : a study of seventeen nations over four decades. In: NORPOTH, H. et al. *Economics and politics - the calculus of support*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- PIERUCCI, A. Flávio. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POPKIN, Samuel L. (2nd ed.). *The reasoning voter - communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- POWELL Jr., G. Bingham & WHITTEN, Guy D. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science*, v. 37, n.2.
- PRZEWORSKI, Adam. Public support for economic reforms in Poland. In: *Comparative Political Studies*, v. 29, n. 5, (Special Issue), Oct. 1996.

- RAHN, Wendy et al. A social-cognitive model of candidate appraisal. In: FEREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- REIS, Fábio W. (org). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio W. & CASTRO, Mônica M.M. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Lua Nova**, n. 26, 1992.
- REMMER, Karen. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. **American Political Science Review**, v. 85, n. 3, Sept. 1991.
- SANDERS, David et al. Macroeconomics, the Falklands War, and the popularity of the Thatcher government: a contrary view. In: NORPOTH, H. et al. **Economics and politics - the calculus of support**, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology and Belief Systems. **American Political Science Review**, v. 63, n. 2, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.
- SILVEIRA, Flávio E. **O novo eleitor não-racional**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de Doutorado em Sociologia).
- SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989**. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- \_\_\_\_\_. **Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Tese de Doutorado).
- SNIDERMAN, Paul et al. Information and Electoral Choice. In: FEREJOHN, John & KUKLINKI, James. **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.
- STOKES, Donald. Spatial models of party competition. In: CAMPBELL, A. et al. **Elections and the political order**. New York: Wiley, 1966.
- STOKES, Suzan. Introduction: public opinion and market reforms: the limits of economic voting. **Comparative Political Studies**, v. 29, n. 5 (Special Issue), Oct. 1996.
- TUFTE, Edward. Determinants of the outcomes of midterm Congressional elections. **American Political Science Review**, vol. 69, 1975.
- VENTURI, Gustavo. Imagem Pública, Propaganda Eleitoral e Reeleição na Disputa Presidencial de 1998. **Comunicação & Política**, v.5, n.3, p.31-229, 1998.
- WATTENBERG, Martin. **The rise of candidate-centered politics (presidential elections of the 1980's)**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.